

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2011

# SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2011

**SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS  
DO ESPÍRITO SANTO**

Instituto Jones dos Santos Neves  
Síntese dos indicadores sociais do Espírito  
Santo. Vitória, ES, 2011.

133p. il. tab.  
ISBN 978-85-62509-73-5

1. Indicadores Sociais. 2. Demografia. 3. Domicílios. 4. Educação. 5. Saúde. 6.  
Mercado de Trabalho. 7. Renda. 8. Pobreza. 9. Espírito Santo (Estado). I. Título.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Renato Casagrande

**VICE-GOVERNADOR**

Givaldo Vieira

**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO**

Guilherme Henrique Pereira

**INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES**

**DIRETORA-PRESIDENTE**

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Andréa Figueiredo Nascimento

**DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS**

Mirta Sataka Bugarin

**DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO**

Letícia Maria Gonçalves Furtado

**COORDENAÇÃO DE ESTUDOS ECONÔMICOS**

*Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem Estar*

Magnus William de Castro

**EQUIPE TÉCNICA**

Ana Paula dos Santos Sampaio

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Jaqueline Severino da Costa

Lorena Zardo Trindade

Luiz André Ribeiro Zardo

Magnus William de Castro

Marlon Neves Bertolani

Nelcy Barcelos Sossai

Tatiana Kolodin Ferrari



# APRESENTAÇÃO

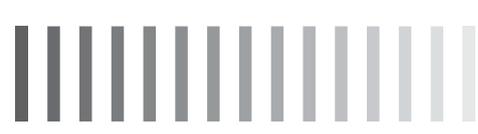
*O Instituto Jones dos Santos Neves tem a finalidade precípua de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o Estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e na avaliação de políticas públicas. Com a Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo, pretende evidenciar a evolução socioeconômica capixaba verificada no período de 2001 a 2009. São abordadas as áreas de demografia, educação, saúde e mercado de trabalho, além de tratar de arranjos familiares, situação dos domicílios e concentração de renda e pobreza. Busca ainda situar o Espírito Santo no contexto das transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil e na Região Sudeste no período correspondente.*

*Para a construção dos indicadores foram utilizadas, principalmente, as informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e as do banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram utilizados ainda dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA).*

## FOREWORD

*The Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN is committed to provide social, economic and territorial information about the Brazilian State of Espírito Santo to support policy makers for the formulation, management and evaluation of public policies. To this end, the present synthesis on Espírito Santo's Social Indicators aims to highlight the main socioeconomic development evidences registered from 2001 to 2009. The present publication covers key areas as demography, income concentration and poverty, education, health, labor market as well as households' characteristics. Furthermore, the State's relative position is also introduced by placing those empirical data in the corresponding national and regional context.*

*The indicators were estimated based on the National Household Sample Survey (PNAD) and Population Census, compiled by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The data set on health provided by the Data Processing Department of SUS (DATASUS), State Health Secretary, constitutes another additional source of information.*



# SUMÁRIO

<b>DEMOGRAFIA</b>	<b>13</b>
População .....	15
Evolução anual da população .....	16
Crescimento populacional .....	17
Grau de urbanização.....	18
Migração.....	19
Fecundidade .....	20
Estrutura etária .....	21
Idade média.....	22
Envelhecimento .....	23
<b>SAÚDE</b>	<b>25</b>
Doenças crônicas.....	27
Cobertura dos planos de saúde.....	28
Procura por serviços de saúde .....	29
Consultas médicas .....	30
Consulta ao dentista.....	31
Informações sobre nascimentos .....	32
Mortalidade infantil .....	33
Profissionais e equipamentos .....	34
Mortalidade e internação por grupo de causas .....	35
Mortalidade: causas externas e causas internas .....	36
Doenças transmissíveis.....	37
<b>MERCADO DE TRABALHO</b>	<b>39</b>
População em idade ativa .....	41
População economicamente ativa .....	42
População não economicamente ativa.....	43
Taxa de atividade .....	44
População ocupada .....	45
População ocupada por setor formal e informal .....	46
Taxa de ocupação .....	47
Ocupação segundo faixas etárias .....	48
Ocupação segundo anos de estudo.....	49
Índice de Descasamento.....	50
Índice de Turbulência.....	51
Índice de Descasamento e Turbulência por escolaridade.....	52
Taxa de desemprego.....	53
Taxa de desemprego segundo faixas etárias .....	54
Razão de dependência .....	55
Trabalho infantil .....	56
Posição na ocupação .....	57
Contribuição previdenciária.....	58
Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola .....	59

Pessoas sindicalizadas .....	60
Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola .....	61
Renda média domiciliar <i>per capita</i> real .....	62
Renda média real de todas as fontes .....	63
Renda média real de todos os trabalhos .....	64

## **DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CLASSES SOCIAIS** **67**

Coeficiente de Gini .....	69
Extremamente pobres .....	70
Pobres .....	71
Remediados .....	72
Classe média .....	73
Elite .....	74

## **EDUCAÇÃO** **77**

Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais .....	79
Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos .....	80
Anos de estudo segundo faixas de idade .....	81
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo .....	82
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo .....	83
Taxa de analfabetismo .....	84
Taxa de analfabetismo funcional .....	85
Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos .....	86
Frequência escolar.....	87
Frequência escolar por nível de ensino e rede .....	88
Proporção de pessoas em ano irregular de estudo .....	89
Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio .....	90
Alocação do tempo dos jovens .....	91
Alocação do tempo dos jovens segundo classes sociais .....	92
Alocação do tempo para a classe pobre .....	93
Alocação do tempo para a classe remediada .....	94
Alocação do tempo para a classe média .....	95
Alocação do tempo para a classe elite .....	96
Alocação do tempo das mulheres jovens .....	97

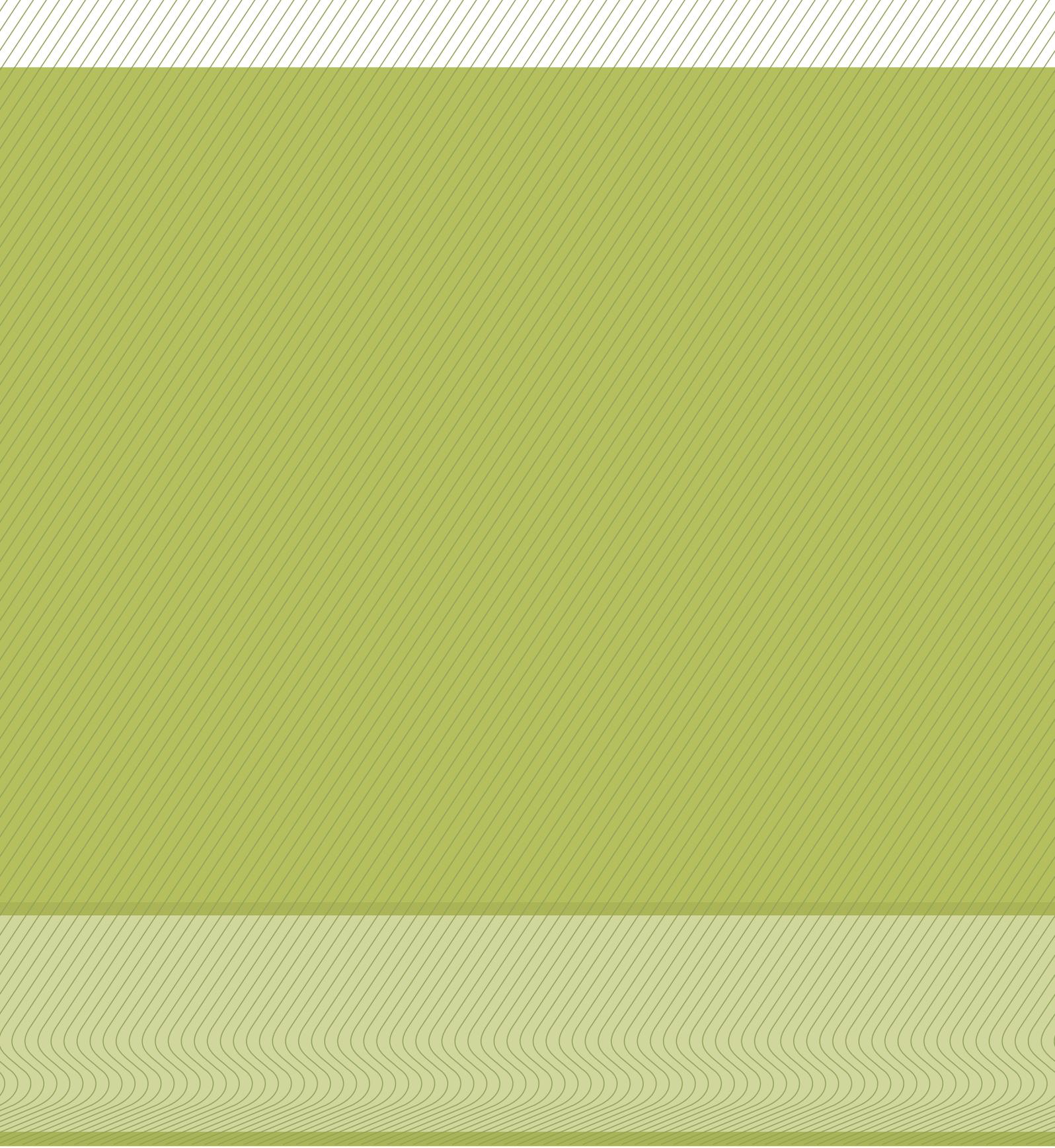
## **ARRANJOS FAMILIARES** **99**

Arranjos familiares .....	101
Arranjo familiar típico .....	102
Arranjo familiar mononuclear .....	103
Característica das mulheres chefes de família .....	104
Níveis de instrução segundo arranjos familiares .....	105
Ocupações segundo arranjos familiares .....	106
Classes sociais segundo arranjos familiares .....	107

<b>DOMICÍLIOS</b>	<b>109</b>
Abastecimento de água .....	111
Acesso à rede coletora de esgoto .....	112
Esgotamento sanitário adequado .....	113
Coleta de lixo .....	114
Iluminação elétrica .....	115
Serviços de telefonia .....	116
Domicílios próprios .....	117
Posse de bens móveis .....	118
Déficit habitacional .....	119
Inadequação de domicílios .....	120
<b>APÊNDICE METODOLÓGICO</b>	<b>123</b>
<b>GLOSSÁRIO</b>	<b>127</b>







# DEMOGRAFIA

O crescimento de uma população decorre não apenas dos níveis correntes de fecundidade, mortalidade e migrações, mas também da estrutura etária da população. Como a estrutura etária presente é determinada pela fecundidade e mortalidade do passado, o crescimento da população é consequência da estrutura etária atual. Dessa forma, a composição da população, tanto por idade quanto por gênero, apesar de ser incluída entre os aspectos estáticos da população, é o que define as diretrizes da dinâmica populacional (CARVALHO, SAWYER e RODRIGUES, 1998)<sup>1</sup>.

Desde 1950, quando apresentava 51 milhões de habitantes, até 2010, quando atingiu o montante de 190 milhões de habitantes, a população brasileira apresentou crescimento de 272%<sup>2</sup>. Esse período foi marcado por transformações significantes no que diz respeito ao crescimento e à composição da população nacional, com importantes impactos na realidade socioeconômica do País. Segundo Patarra (1996)<sup>3</sup>, essas transformações resultam da evolução do processo denominado transição demográfica, que consiste na “passagem de um estado de equilíbrio a níveis elevados de fecundidade e mortalidade a outro estado de equilíbrio a níveis mais baixos de mortalidade e fecundidade”.

Conforme Castiglioni (2006, p. 1)<sup>4</sup>, o processo de transição demográfica é um fenômeno universal, portanto, “todos os países do globo já passaram ou estão passando atualmente pelas transformações geradas por este processo”. Por isso, é possível identificar as principais consequências demográficas da transição: (i) modificação da representação dos grupos etários, (ii) aumento da participação feminina nos segmentos dos idosos, e (iii) aumento da representação da população de 80 anos ou mais.

Os dados demográficos apresentados nesta edição da Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo 2001-2009, construídos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), situam a população capixaba nesse contexto de transição com: (i) ritmo decrescente de crescimento; (ii) redução da taxa de fecundidade total para níveis abaixo da taxa de reposição populacional de 2,1 filhos por mulher em idade reprodutiva e; (iii) mudanças na estrutura etária caracterizadas pelo envelhecimento da população do Estado. Esse processo de envelhecimento resultou em redução do número de pessoas em idade inativa (0 a 14 anos e mais de 65 anos) em relação ao número de pessoas em idade ativa (15 a 64 anos). Nos próximos anos, entretanto, a relação entre número de pessoas em idade inativa em relação ao número de pessoas em idade ativa tenderá a aumentar novamente na medida em que a representatividade da população idosa se eleve. Neste momento, a transição demográfica produzirá efeitos na esfera econômica da sociedade com alterações das demandas sociais do Estado, principalmente no que se refere ao sistema de saúde, à educação, ao emprego e à seguridade social.

<sup>1</sup> CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. São Paulo: ABEP, 63 p, 1998.

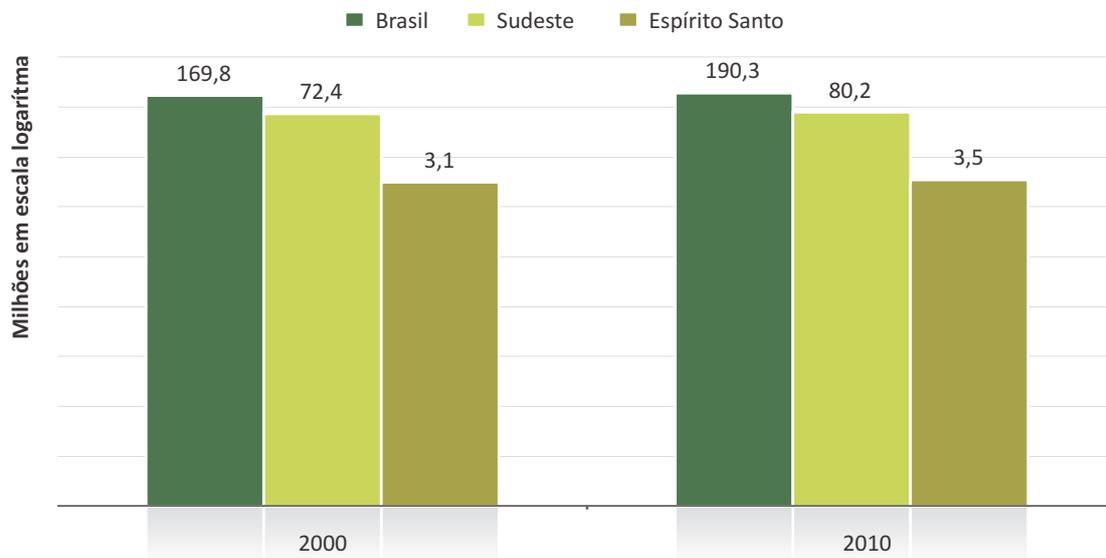
<sup>2</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

<sup>3</sup> PATARRA, N. L. E FERREIRA, C. E. Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1996.

<sup>4</sup> CASTIGLIONI, A. H. “A revolução Grisalha”. Revista Fluminense de Geografia 4, Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), ano 2, jul/dez, 2006.

# População

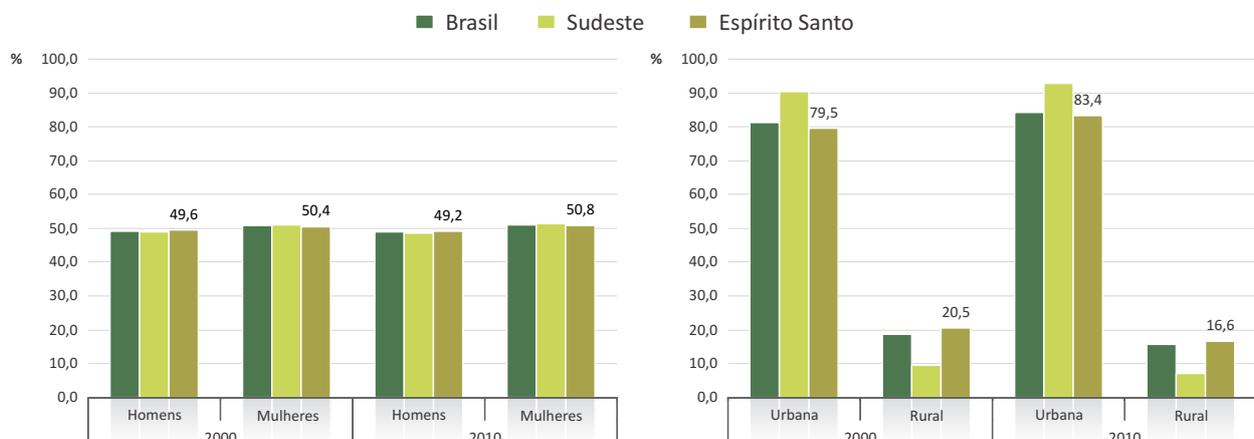
## População censitária, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 e 2010. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

O Censo Demográfico de 2010 registrou no Brasil população de 190,3 milhões de habitantes, contingente 12,1% (20 milhões de habitantes) superior ao registrado em 2000. Na região Sudeste, macrorregião mais populosa do país, foram contabilizados 80 milhões de habitantes, 10,7% (7,7 milhões de habitantes) a mais que em 2000. No Espírito Santo, o Censo registrou população de 3,5 milhões de habitantes que, quando comparada a 2000, apresentou acréscimo de 13,4% (415 mil habitantes). Ao longo da década a participação das mulheres na população total capixaba manteve-se em mesmo nível: 50,4% em 2000 e 50,8% em 2010. No que se refere à situação do domicílio de residência, houve aumento da participação da população urbana no total populacional, 79,5% em 2000 para 83,4% em 2010.

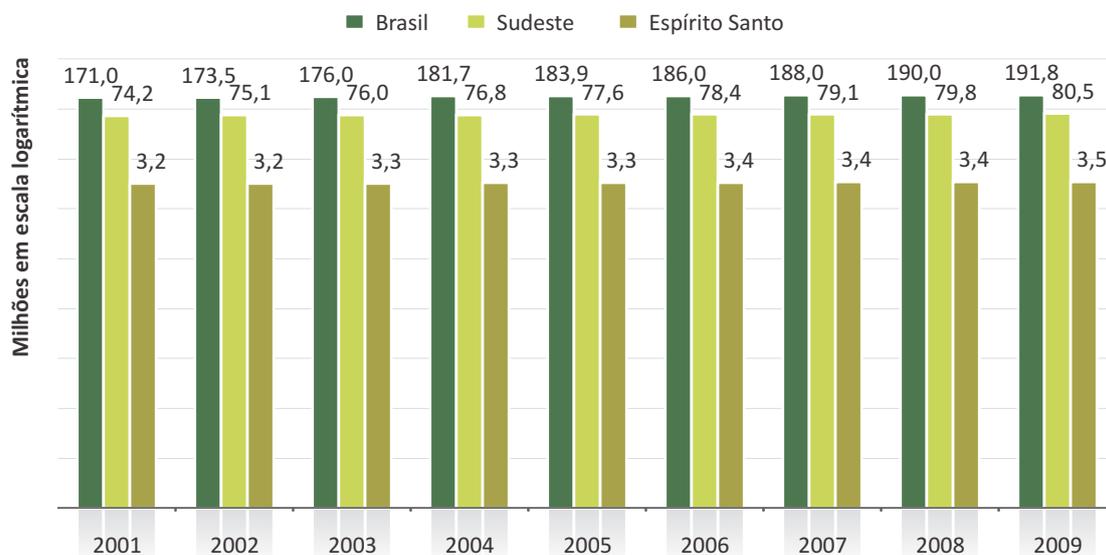
## Composição da população censitária por gênero e situação de domicílio, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 e 2010. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Evolução anual da população

### População residente, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 e 2010. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

As estimativas populacionais anuais, realizadas com base na PNAD, apontavam a magnitude do crescimento da população nacional registrado pelo Censo Demográfico 2010. No período de 2001 a 2009, os dados da PNAD sinalizaram expansão de 20,8 milhões de habitantes na população brasileira. E na população capixaba, os dados indicavam aumento populacional de 300 mil habitantes, tendência coerente com os valores registrados pelo Censo. Em 2001, dos 3,2 milhões de habitantes, 1,62 milhão (51%) eram mulheres. Em 2009, esse número atingiu 1,77 (50,8%) dos 3,5 milhões de habitantes estimados, o que indicou uma relação média de 103 mulheres a cada 100 homens ao longo da década. Em todo o período, a população de outras etnias foi superior a de brancos; em 2009, 2,04 milhões (60%) dos habitantes se declararam de outras etnias e 1,43 milhão se declarou branco. No que refere ao local de residência da população estadual, verificou-se predominância da área urbana (2,87 milhões de habitantes) e nos grandes municípios (2,02 milhões de habitantes).

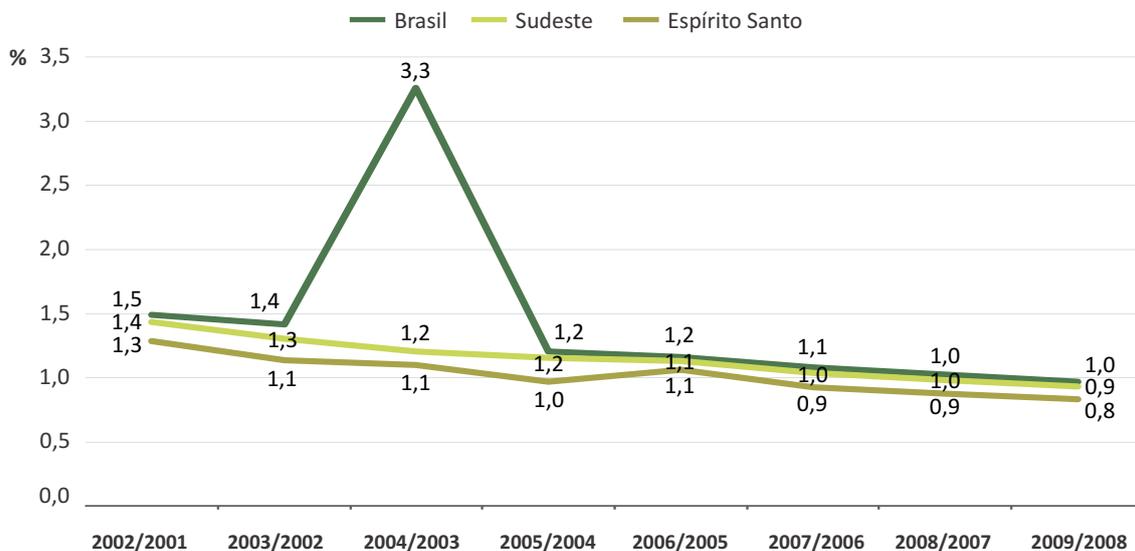
### População residente por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Crescimento populacional

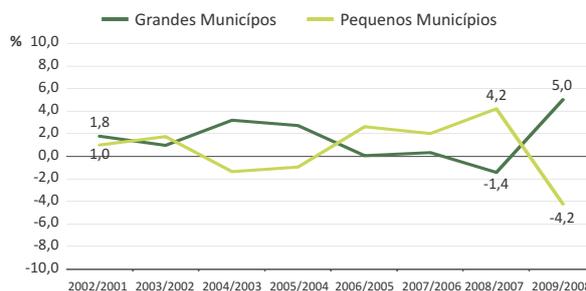
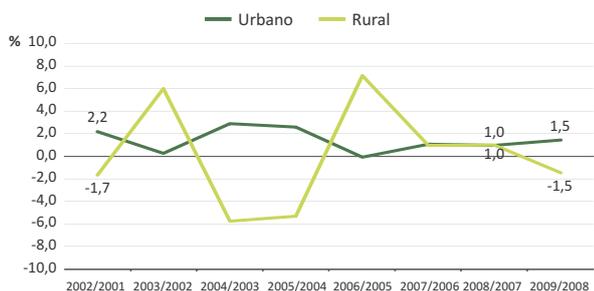
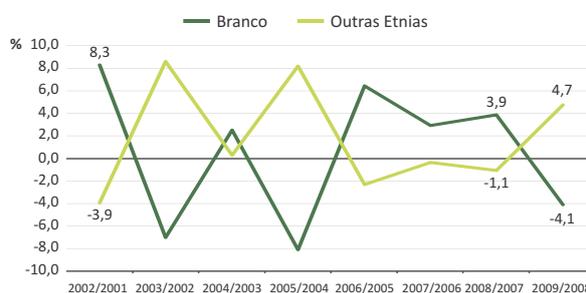
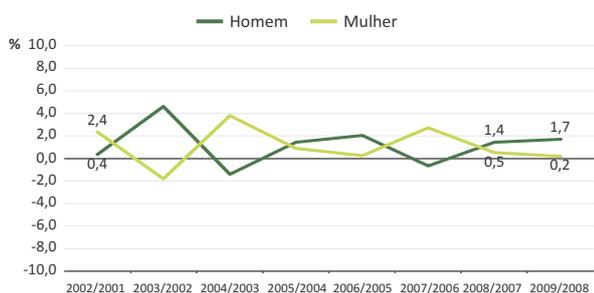
## Taxa de crescimento populacional anual, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No período de 2001 a 2009, a população do Espírito Santo cresceu em média 1,1% ao ano. Os segmentos da população que mais contribuíram para essa média foram os homens (média de 1,2% ante 1,1% das mulheres), a população de outras etnias (média de 1,8% ante 0,6% dos brancos), os habitantes de áreas urbanas (média 1,4% ante 0,1% da rural) e de grandes municípios (média de 1,6% ante 0,6% dos pequenos). Todavia, destaca-se que a população capixaba apresentou ritmo decrescente de crescimento, de 1,3% no período 2001-2002 para 0,9% no período 2008-2009.

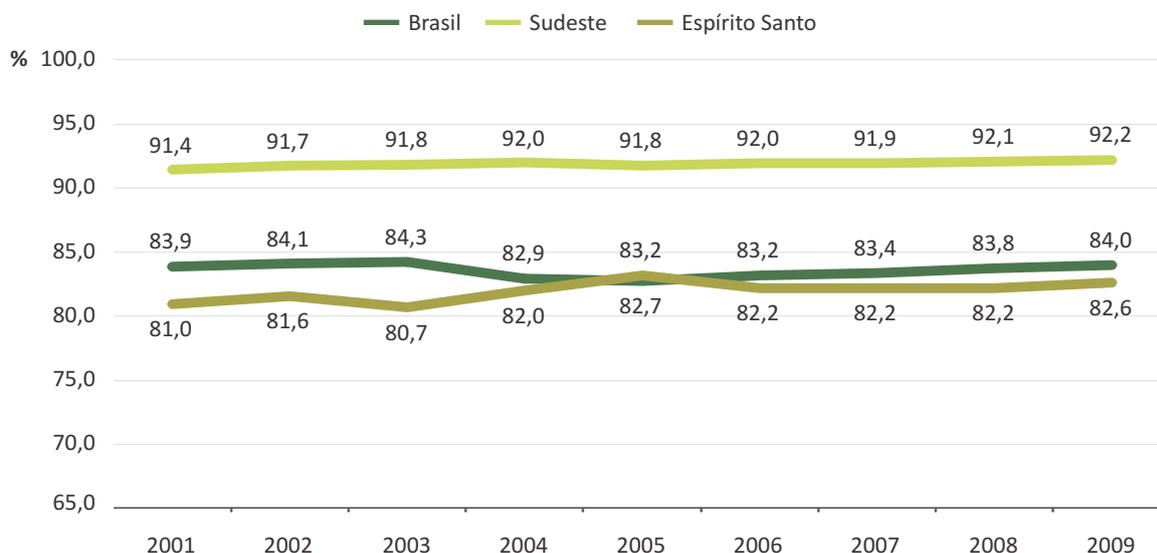
## Taxa anual de crescimento populacional por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Grau de urbanização

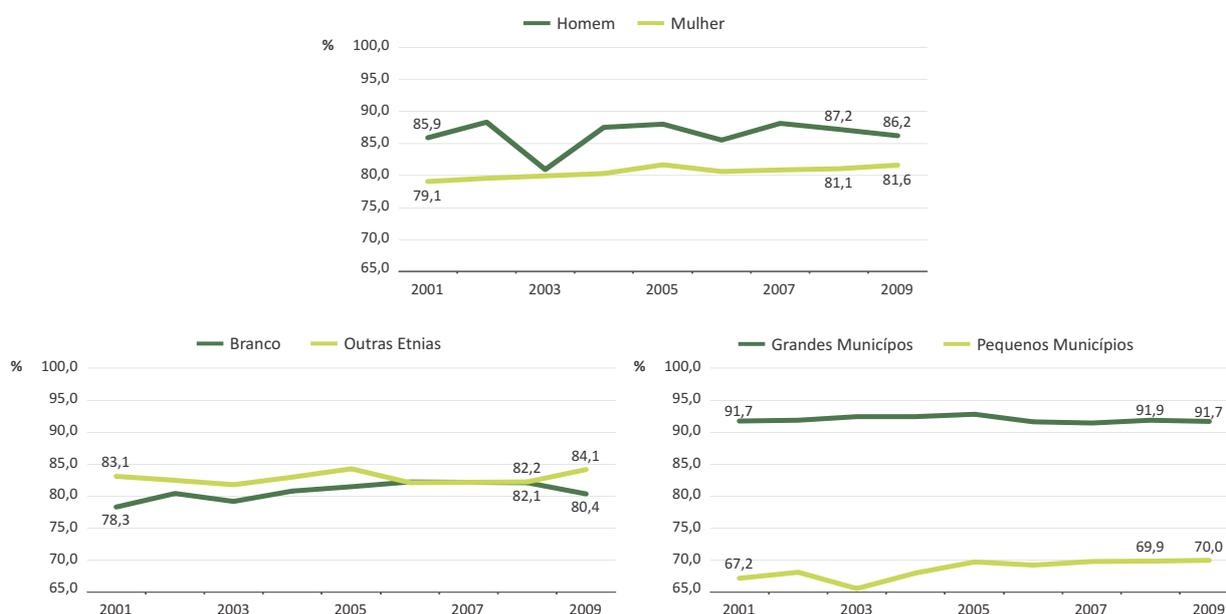
Taxa de urbanização, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

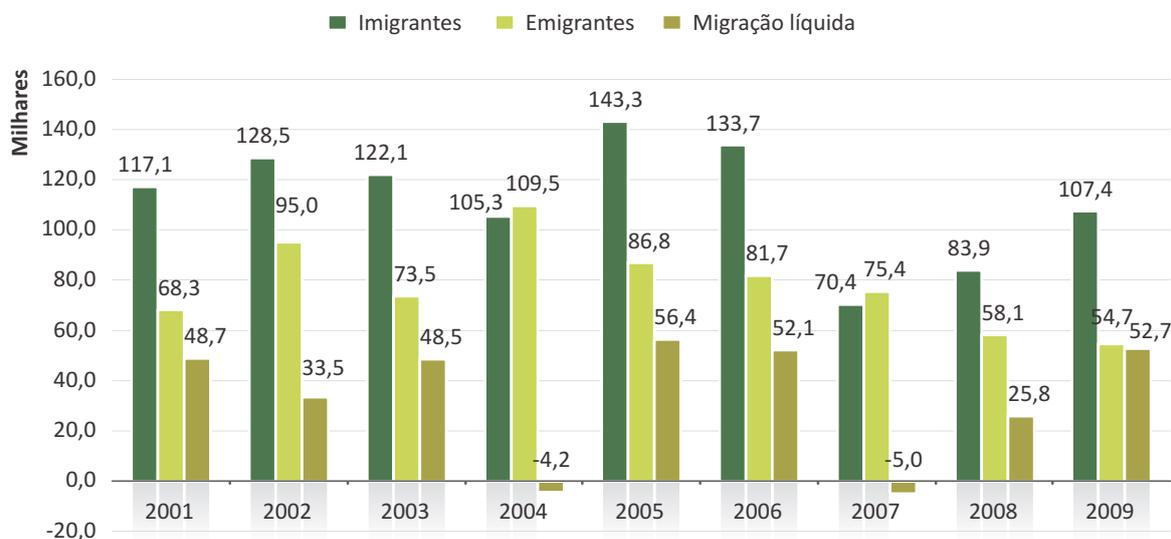
Em 2009, o Espírito Santo apresentou aumento do grau de urbanização de 81% da população total em 2001 para 82,6% em 2009, valor próximo ao nacional (84%), mas abaixo do apresentado pela região Sudeste (92,2%). Quando analisado por gênero e cor, o grau de urbanização da população estadual foi superior entre os homens (86,2%) e outras etnias (84,1%). E quando analisado de acordo com a localização do domicílio foi verificado maior grau de urbanização nas populações residentes nos grandes municípios (91,7%).

Taxa de urbanização por gênero, cor e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

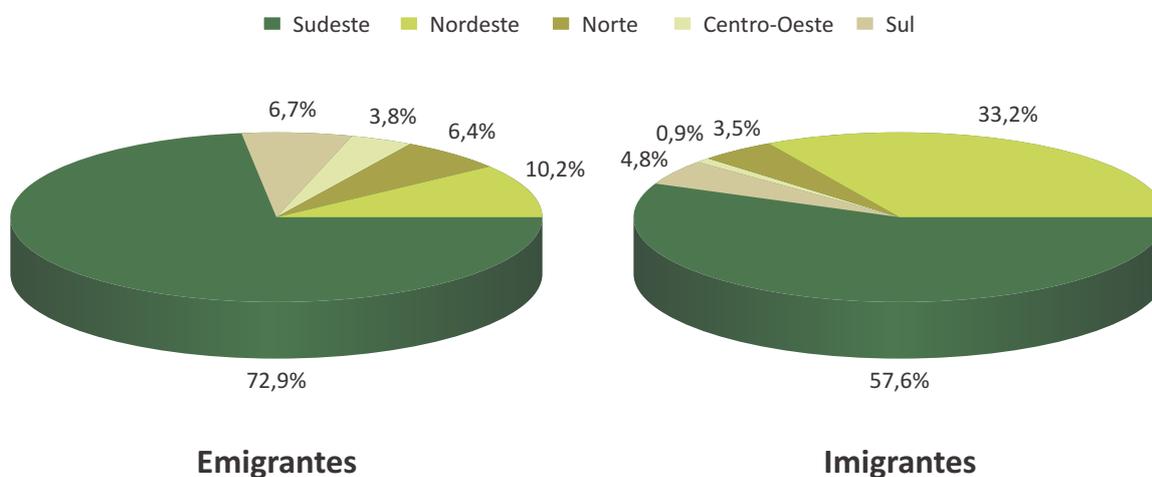
## Fluxos migratórios, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No Espírito Santo, os movimentos migratórios realizados com os demais estados brasileiros têm resultado em ganhos populacionais, visto que as diferenças entre imigrantes (entradas) e emigrantes (saídas) foram positivas na maior parte do período entre 2001 e 2009. Com base na composição dos fluxos migratórios de 2009: 57,6% da população de imigrantes do Espírito Santo tiveram origem nos demais estados da região Sudeste e 33,2% em estados da região Nordeste. Os demais estados da região Sudeste (72,9%) e os estados da região Nordeste (10,2%) também foram os principais destinos dos emigrantes capixabas.

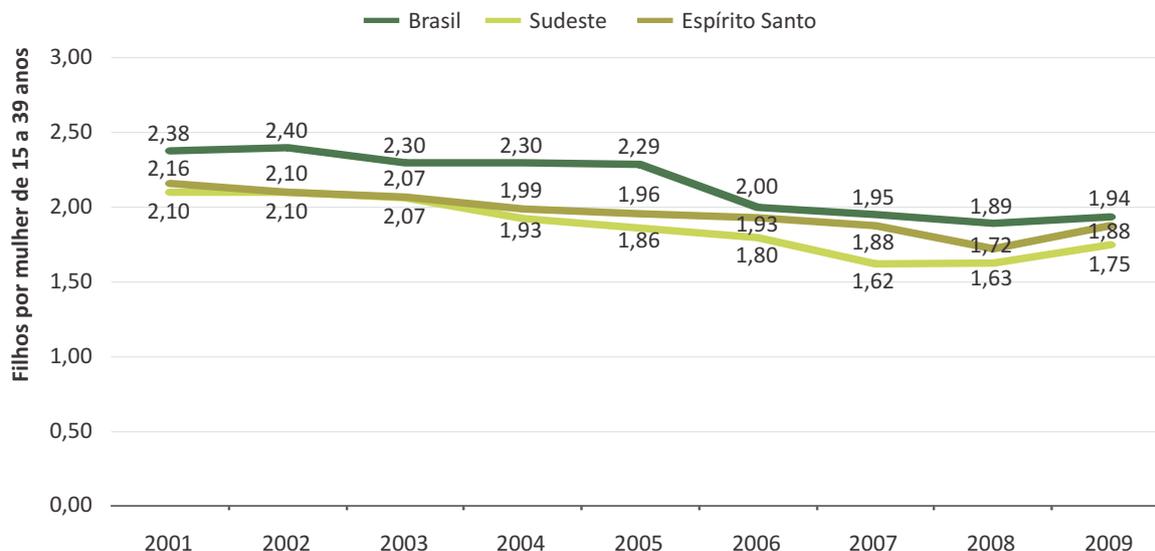
## Composição dos fluxos migratórios por macrorregião, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Fecundidade

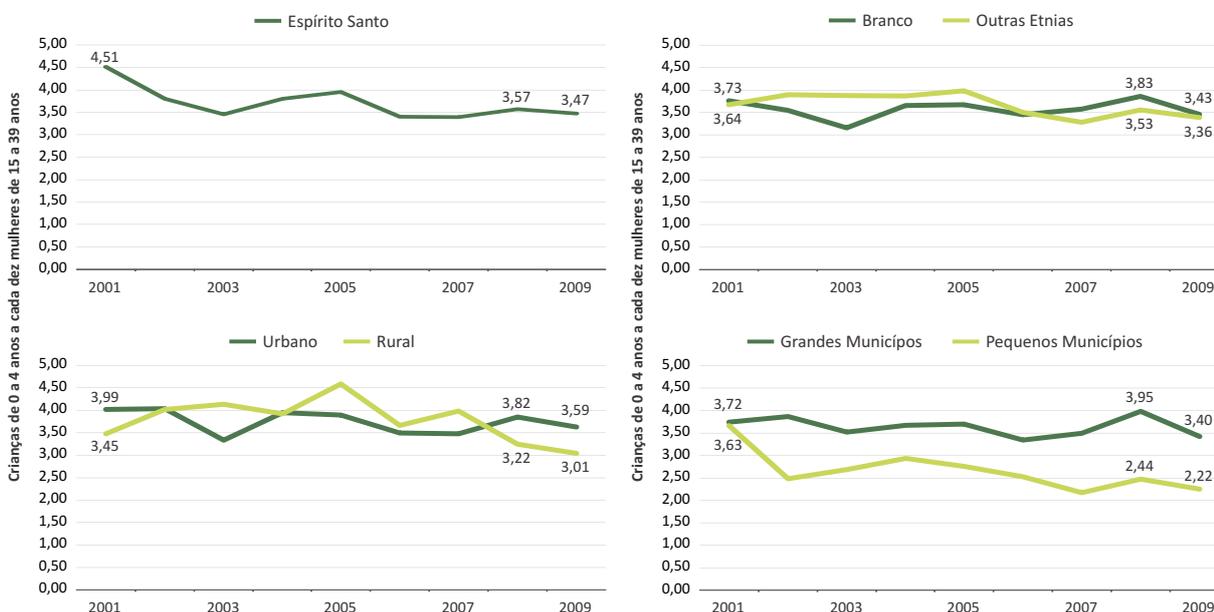
Taxa de fecundidade total, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Entre 2001 e 2009, Brasil, região Sudeste e Espírito Santo apresentaram diminuição na taxa de fecundidade total (TFT) para níveis abaixo da taxa de reposição populacional (2,1 filhos por mulher em idade reprodutiva). Em 2009 o Espírito Santo registrou TFT de 1,88 filho por mulher e uma média de 3,47 crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 39 anos. Quando analisada em diferentes segmentos, a média de crianças a cada dez mulheres de 15 a 39 anos manteve-se equilibrada entre mulheres brancas e de outras etnias, residentes em grandes e pequenos municípios, e áreas urbanas e rurais.

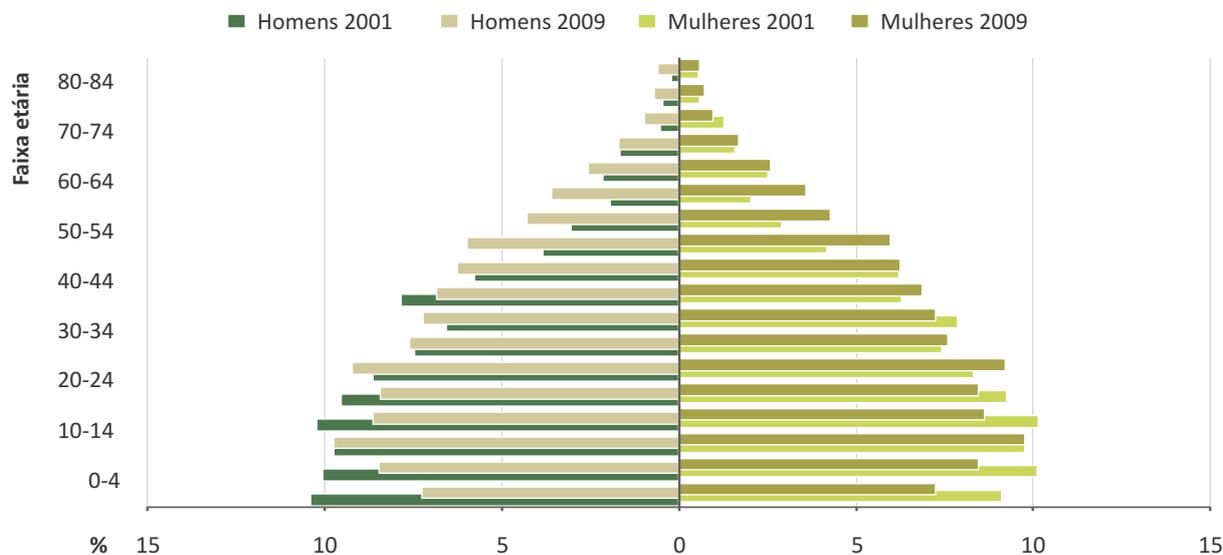
Crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 39 anos, pelo total, por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Estrutura etária

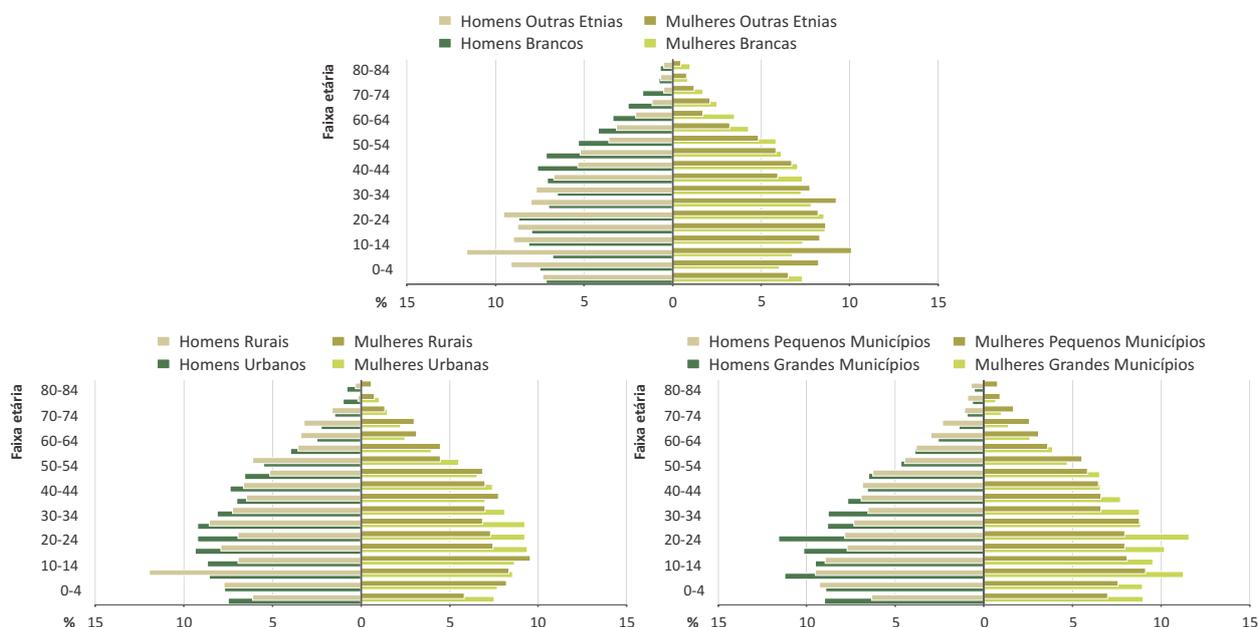
## Pirâmide etária, Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A redução do nível de fecundidade das três esferas (Espírito Santo, região Sudeste e Brasil) provocou mudanças na estrutura etária da população. O afilamento da base da pirâmide etária entre 2001 e 2009 indica que, ao longo do tempo, a população capixaba apresentou maior envelhecimento. Em 2009 as faixas etárias entre 0 e 24 anos (40,9%) apresentaram diminuição quando comparadas a 2001 (47,7%), enquanto as faixas de 25 anos ou mais apresentaram aumento de 52,3% para 59,1% da população total. Em 2009, o Espírito Santo apresentou população de outras etnias mais jovem (base mais larga) que população branca; população rural e população de pequenos municípios mais envelhecida (pirâmide mais afilada) que população urbana e população de grandes municípios.

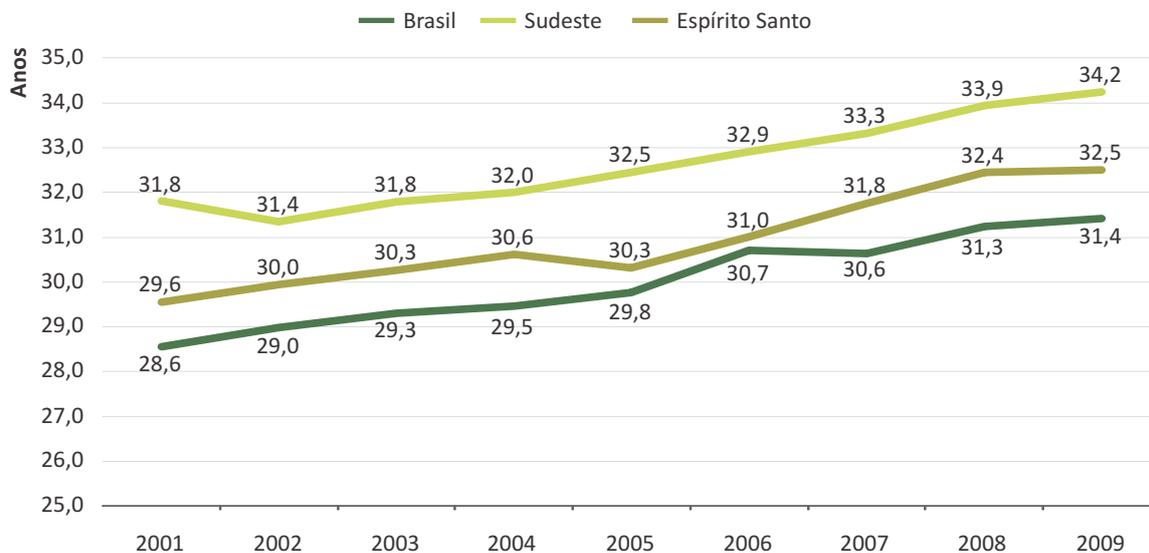
## Pirâmide etária por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Idade média

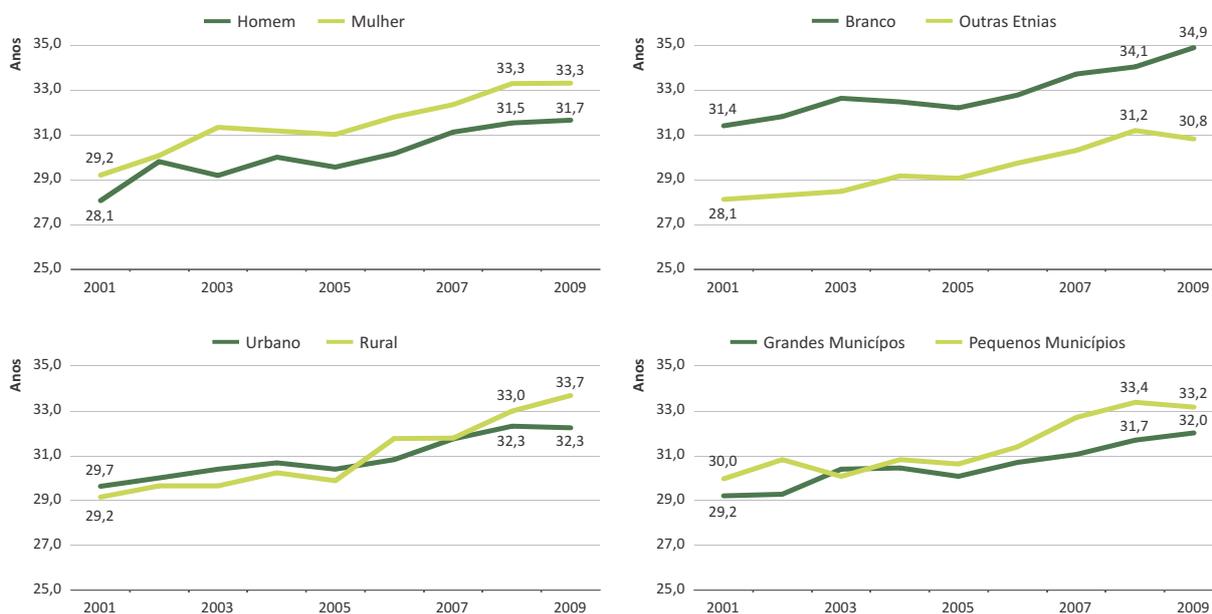
### Idade média da população residente, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A evolução da idade média da população brasileira no período de 2001 a 2009, assim como da população da região Sudeste e do Espírito Santo, indica tendência ao envelhecimento. Em 2009, a idade média da população capixaba foi de 32,5 anos, abaixo da média do Sudeste em 1,7 ano, e acima da nacional em 1,1 ano. No que se refere às mulheres, verificou-se idade média de 33,3 anos ante 31,7 anos dos homens em 2009, diferença de 1,7 ano. Entre brancos e outras etnias a diferença foi de 4,1 anos a mais para brancos; entre população rural e urbana foi de 1,4 ano a menos para população urbana; e entre residentes de pequenos e grandes municípios foi de 1,2 ano a menos para residentes de grandes municípios.

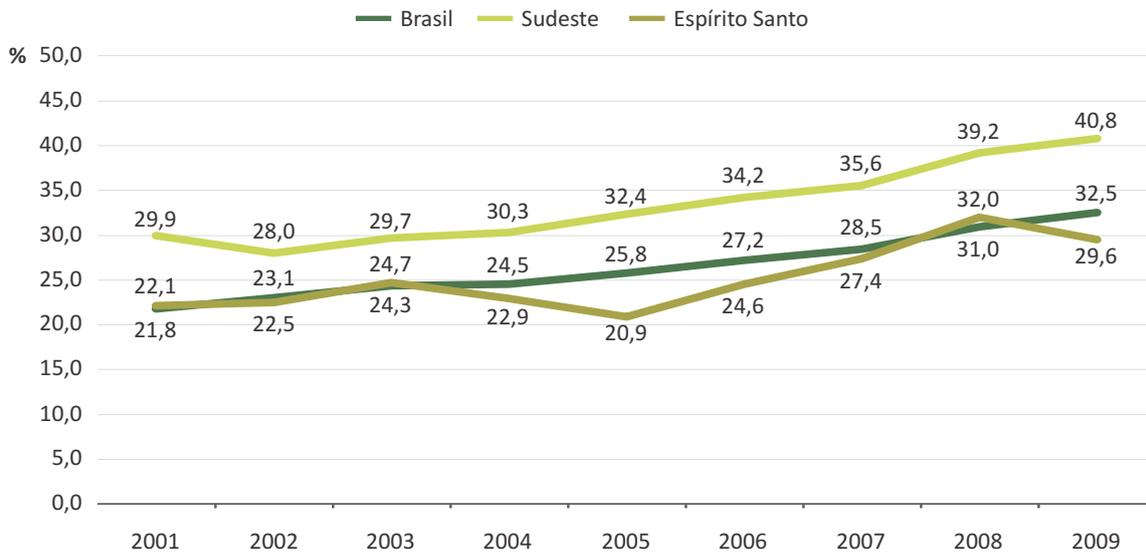
### Idade média da população residente por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Envelhecimento

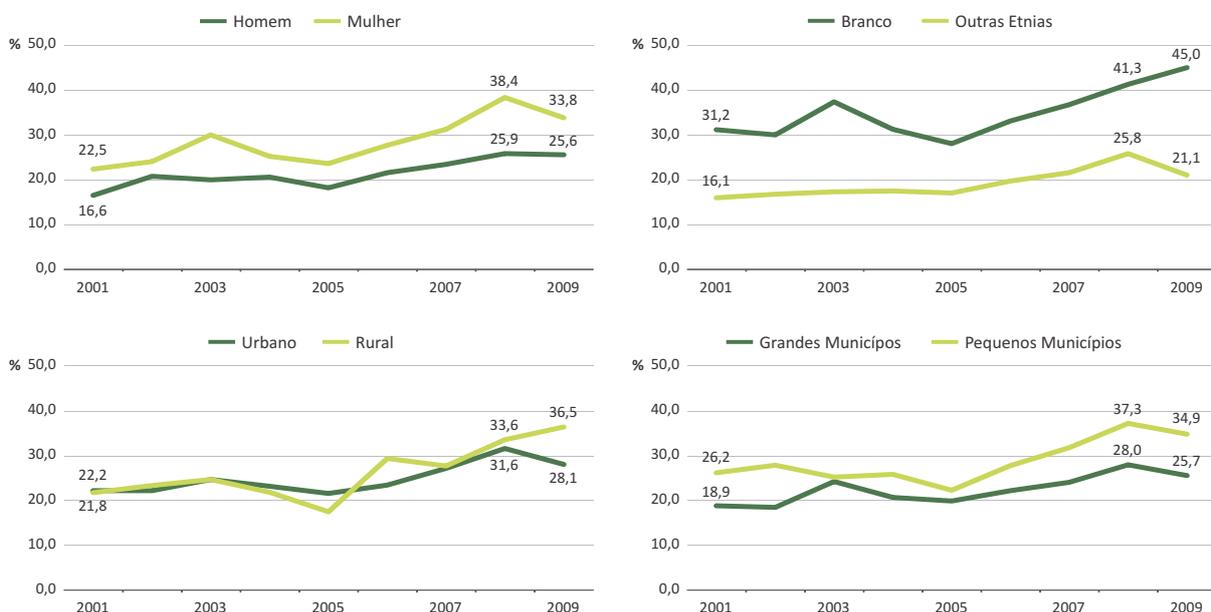
## Índice de envelhecimento, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

O índice de envelhecimento da população capixaba alcançou em 2009 a proporção de 29,6 idosos (população com mais de 65 anos) por 100 jovens (população com menos de 15 anos de idade). Ao longo do período de 2001 a 2009, o Espírito Santo apresentou aumento de 7,4 p.p. no índice, que se manteve em patamar inferior ao da região Sudeste, mas próximo ao nacional. Ao comparar os diferentes gêneros e cores, verificou-se que as mulheres capixabas apresentaram índice de envelhecimento em nível superior ao dos homens, assim como a população branca apresentou índice em nível superior à população de outras etnias. Por sua vez, a população que vive em área rural e em pequenos municípios percebeu maior proporção de idosos em relação a jovens que a população residente de áreas urbanas e grandes municípios.

## Índice de envelhecimento por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN - Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.





**SAÚDE**

Nesta seção são apresentados indicadores de Saúde. Para abordar o tema foram utilizados duas fontes de dados, o Suplemento da PNAD – Acesso e utilização dos serviços de saúde (2003 e 2008) e o SIM/DATASUS (Banco de dados do Sistema Único de Saúde).

A primeira parte apresenta os resultados de alguns indicadores do Suplemento. Tais indicadores expressam a importância da auto-avaliação como medida do estado geral de saúde, e estão relacionados diretamente à mortalidade e ao uso de serviços de saúde. Observou-se a presença de doenças crônicas, (diabetes, hipertensão, asma, câncer, entre outras) por faixa etária e sexo. Quanto à posse de planos de saúde observam-se diferenças, principalmente, por faixa etária e grupos de rendimentos, além da desigualdade por situação do domicílio.

A demanda por serviços de saúde, tais como farmácias, postos, ambulatórios, contatos com agentes comunitários e realização de consultas médicas ou ao dentista, variou de acordo com faixa etária, gênero e situação do domicílio.

A segunda parte apresenta os resultados de alguns indicadores do SIM/DATASUS. Além das taxas de natalidade, podem ser observados os percentuais de mães na faixa etária de 15 a 19 anos. O Espírito Santo se destacou com resultados favoráveis, apresentando redução no percentual de mães jovens. Outro indicador utilizado foi o percentual de mulheres que recorrem a partos cesáreos. O desejável segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) é que este indicador não ultrapasse 15% do total dos partos. Tanto o Brasil quanto o Espírito Santo mantêm percentuais elevados.

A estrutura das causas da mortalidade pode ser observada por vários aspectos: causas externas e internas, estratificação etária, cor/raça e gênero e pelo detalhamento dos grupos de causas. Em relação à mortalidade infantil e neonatal observou-se reduções significativas, resultado dos trabalhos integrados entre as três esferas, federal, estadual e municipal.

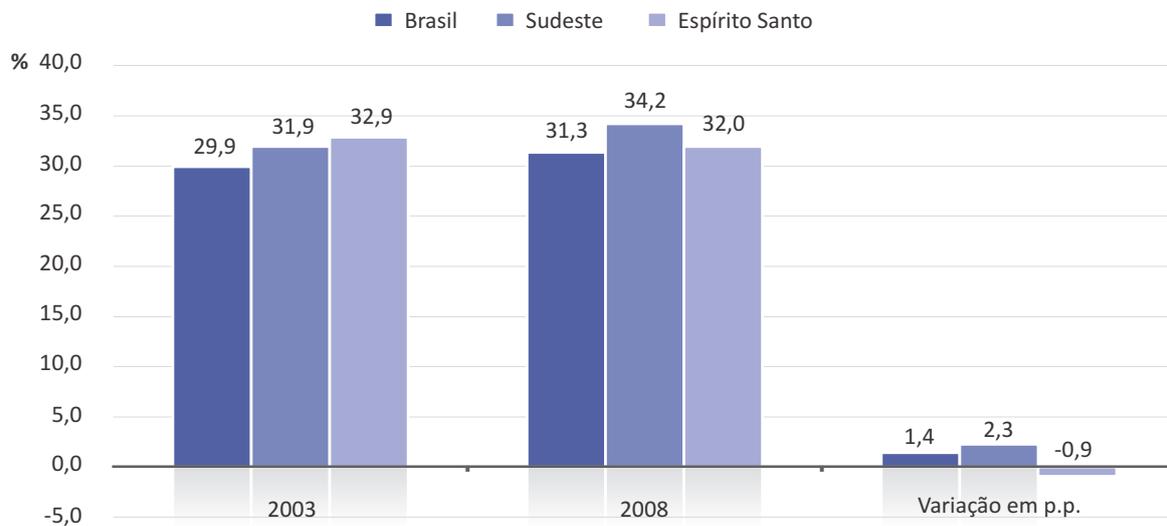
A série histórica com os casos notificados de dengue aponta os anos com as maiores incidências e justifica a necessidade de ações integradas e incisivas no combate ao transmissor. Os casos diagnosticados de AIDS podem ser analisados por gênero. Ademais, destacam-se os dados sobre profissionais e equipamentos de saúde, apontando as taxas para o número de médicos, leitos e equipes de saúde da família.

O tratamento dos dados que compõem tal dimensão na forma de indicadores assume particular relevância por mensurar e nortear a ação do Estado quanto aos objetivos ligados à qualidade dos serviços e equipamentos de saúde. Segundo Santos-Filho (2007)<sup>1</sup> o desafio de um bom planejamento da Saúde Pública no Brasil perpassa o conhecimento dos principais indicadores, levando em consideração a realidade de cada unidade territorial.

<sup>1</sup>SANTOS-FILHO, S.B. Perspectivas da avaliação na Política Nacional de Humanização em Saúde: aspectos conceituais e metodológicos. *Ciênc. saúde coletiva* [online], vol.12, n.4, pp. 999-1010, 2007.

## Doenças crônicas

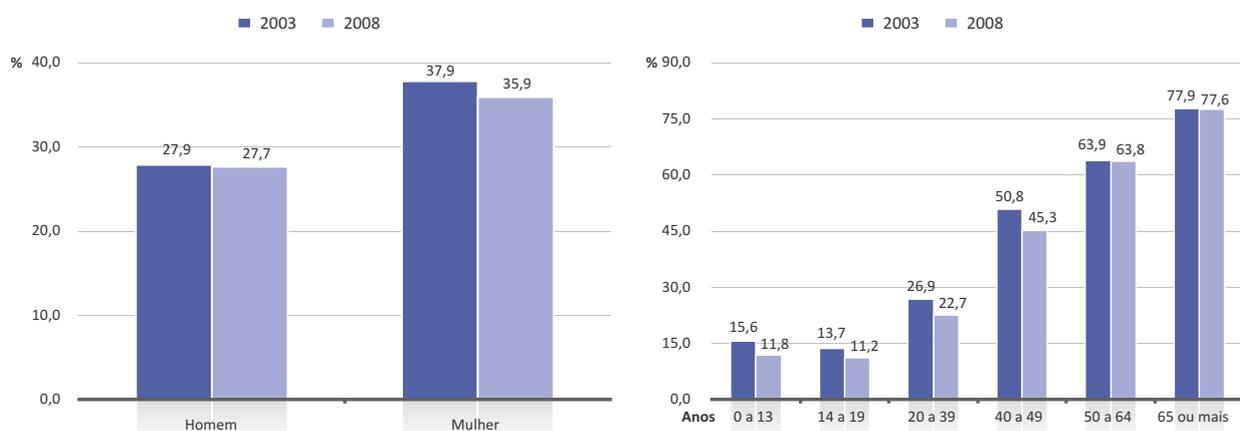
**Percentual da população residente segundo declaração de doenças crônicas, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2003 e 2008**



Fonte: PNAD/IBGE. Suplemento Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, 2003 e 2008. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

Em 2008, a parcela da população acometida por doenças crônicas no Espírito Santo era de 32%, um número inferior àquele que representava a média da Região Sudeste (34,2%), e superior à média do Brasil (31,3%), no mesmo ano. No período de 2003 a 2008, o Espírito Santo apresentou redução de 0,9 p.p. no percentual de pessoas com doenças crônicas, ao passo que a média de Região Sudeste e do Brasil aumentaram em 2,3p.p. e 1,4 p.p., respectivamente. Todavia, tais enfermidades apareceram com maior freqüência em indivíduos com 65 anos ou mais. No comparativo entre os anos de 2003 e 2008, o Espírito Santo apresentou redução mais ampla na faixa de indivíduos com idade entre 40 a 49 anos (5,5 p.p.). Em 2008, 35,9% das mulheres capixabas e 27,7% dos homens declararam possuir algum tipo de doença crônica.

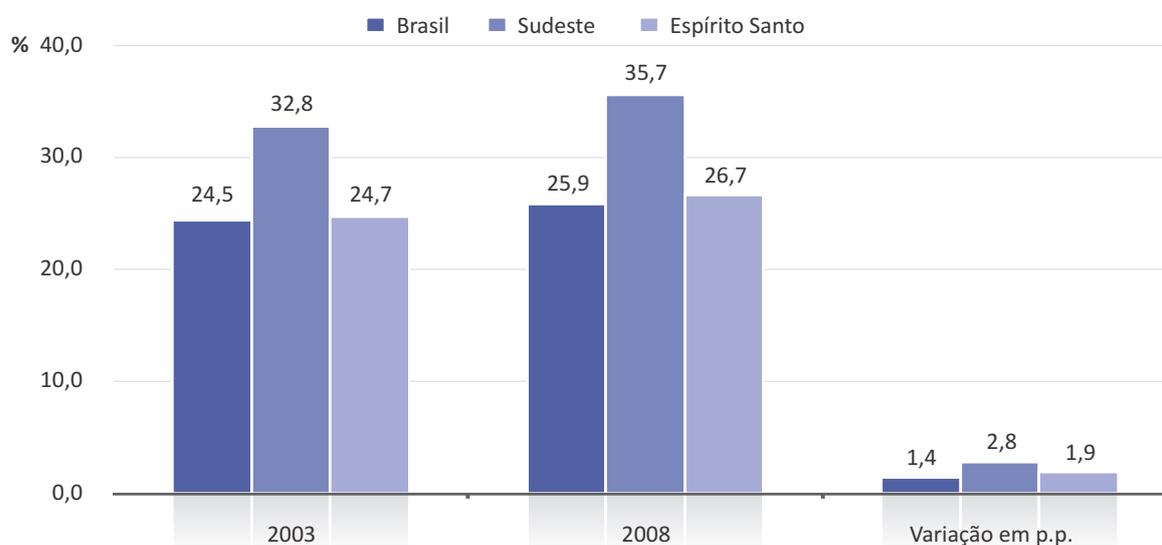
**Percentual de doenças crônicas por gênero e faixa etária, Espírito Santo, 2003 e 2008**



Fonte: PNAD/IBGE. Suplemento Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, 2003 e 2008. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Cobertura dos planos de saúde

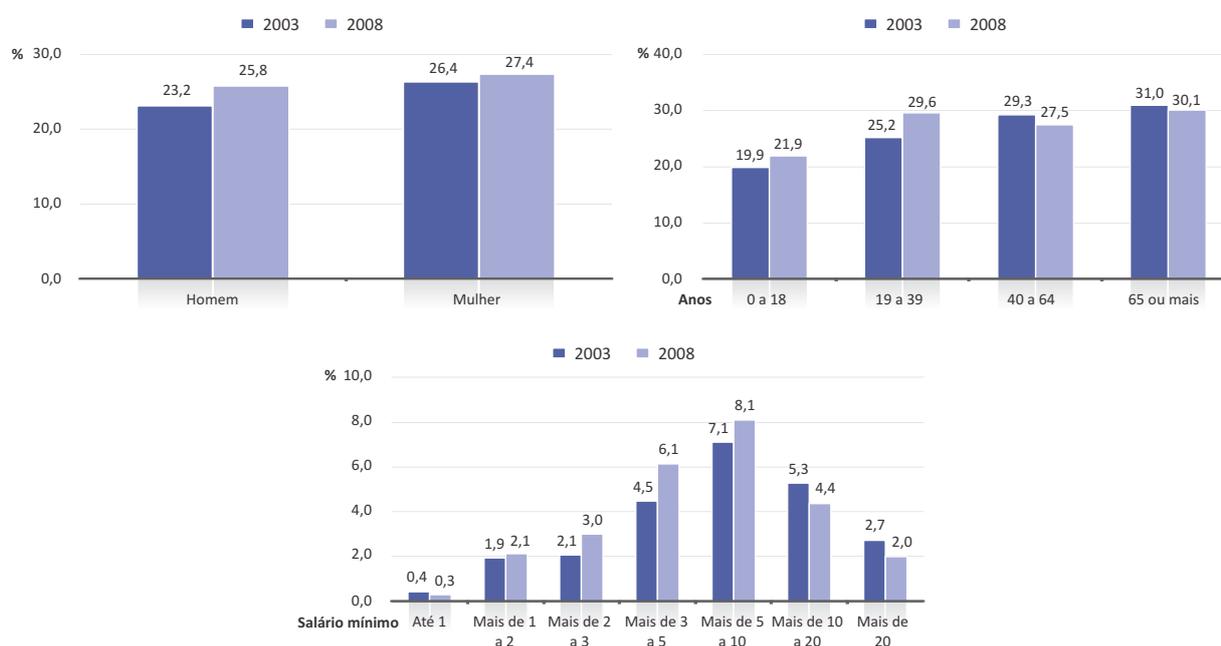
### Percentual da população residente segundo cobertura de plano de saúde, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2003 e 2008



Fonte: PNAD/IBGE. Suplemento Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, 2003 e 2008. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

No Espírito Santo, o percentual da população residente com cobertura de plano de saúde aumentou em 1,9 p.p no comparativo entre os anos 2003 e 2008. Quando se distribui por faixa de rendimento, o percentual da população coberto por plano de saúde no Espírito Santo, tal como aconteceu com a Região Sudeste e o Brasil, aumentou à medida que era maior a renda desses indivíduos. A associação entre renda e cobertura por plano de saúde atingiu seu valor máximo na faixa que ganha mais de 5 a 10 salários mínimos (8,1%). Em 2008, entre as mulheres capixabas 27,4% possuíam plano de saúde, entre os homens 25,8%.

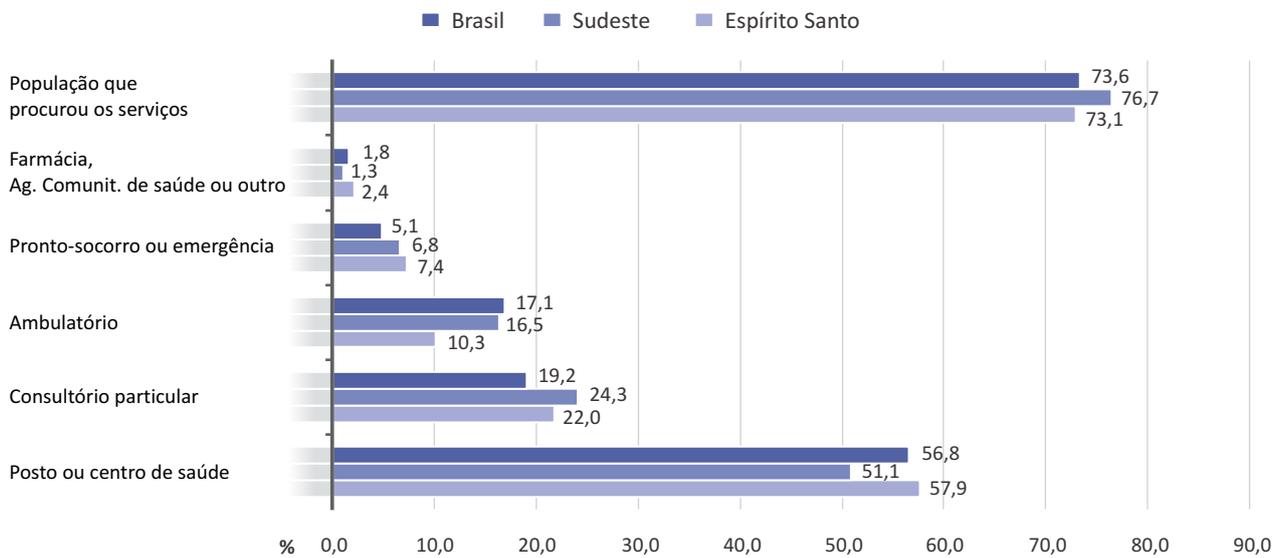
### Cobertura do plano de saúde por gênero, faixa etária e renda, Espírito Santo, 2003 e 2008



Fonte: PNAD/IBGE. Suplemento Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, 2003 e 2008. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

# Procura por serviços de saúde

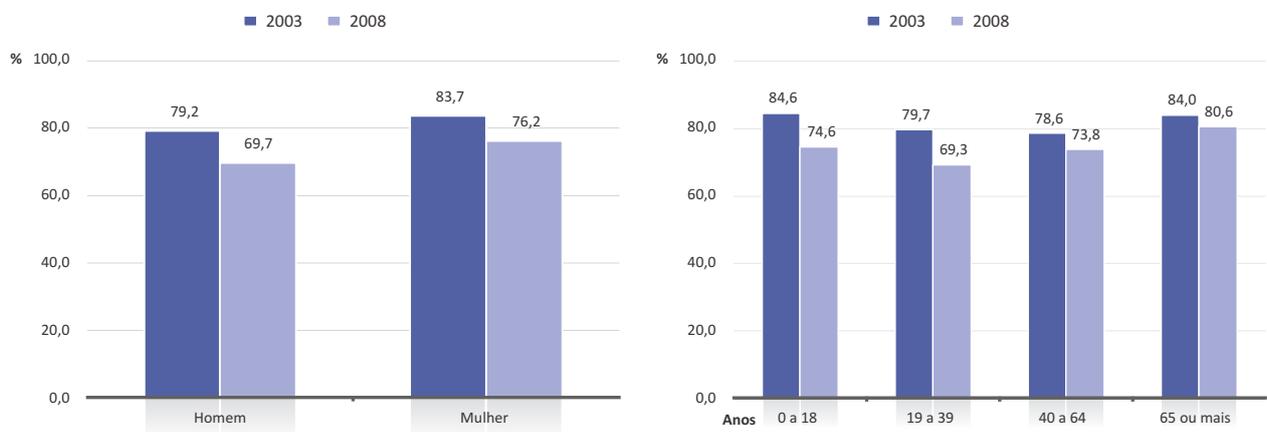
## Percentual da população residente com procura a serviço de saúde, segundo tipo de serviço, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2008



Fonte: PNAD/IBGE. Suplemento Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, 2003 e 2008. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

Em 2008, a maioria da população capixaba (57,9%) buscou os serviços de saúde nos postos ou centros de saúde. A outra parcela da população distribuiu-se da seguinte forma: 22% procuraram atendimento em consultório particular; 10,3% buscaram atendimento ambulatorial; 7,4% pronto-socorro ou emergência e 2,4% farmácia, agência comunitária de saúde ou outro. Se observada a procura aos serviços de saúde por gênero e idade, a distribuição mostrou-se predominante para as mulheres (83,7% em 2003, 76,2% em 2008). As pessoas na faixa etária de 0 a 18 anos e de 65 anos ou mais se destacaram na procura por serviços de saúde.

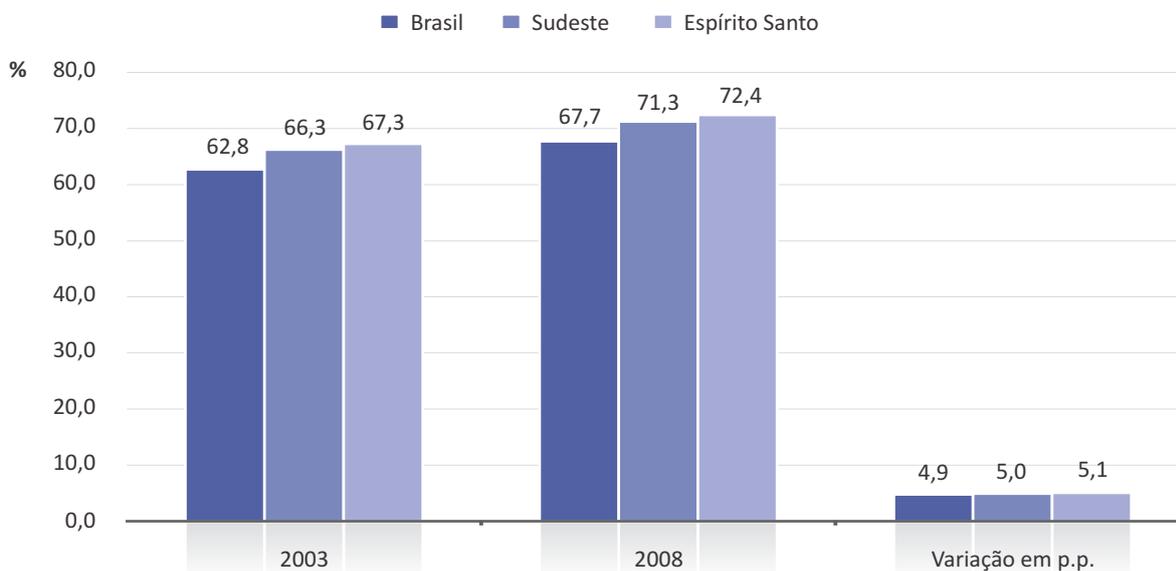
## Procura aos serviços de saúde por gênero e faixa etária, Espírito Santo, 2003 e 2008



Fonte: PNAD/IBGE. Suplemento Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, 2003 e 2008. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Consultas médicas

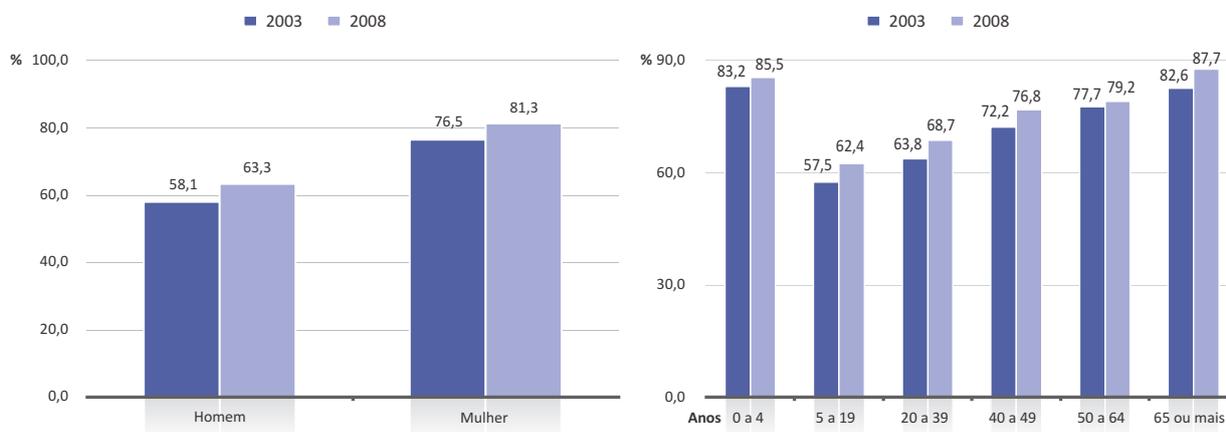
### Percentual da população residente, por realização de consultas médicas nos últimos 12 meses, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2003 e 2008



Fonte: PNAD/IBGE. Suplemento Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, 2003 e 2008. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

No tocante à realização de consultas médicas nos últimos 12 meses, a diferença entre homens e mulheres quanto aos cuidados com a saúde tornou-se ainda mais explícita. No Espírito Santo, em 2008, 72,4% da população realizou consulta médica. Destaca-se que do total de mulheres, 81,3% se consultaram, em oposição a 63,3% dos homens. Comparando-se os anos 2003 e 2008 constatou-se que a população do Espírito Santo, com idade de 65 anos ou mais, foi a que mais aumentou a realização de consultas médicas (5,1 p.p.).

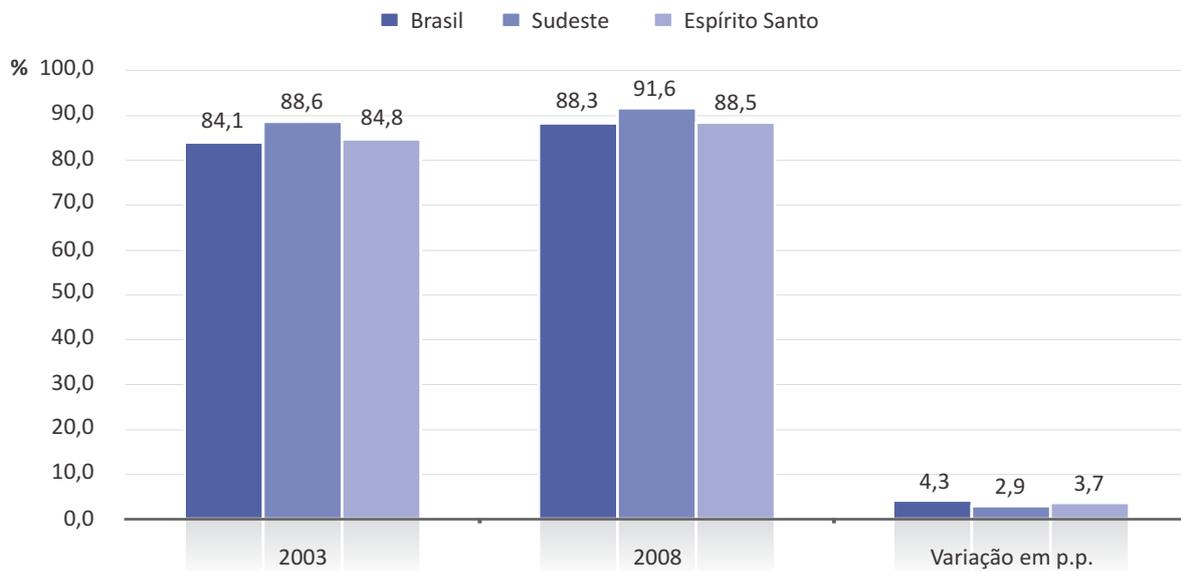
### Consultas médicas por gênero e faixa etária, Espírito Santo, 2003 e 2008



Fonte: PNAD/IBGE. Suplemento Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, 2003 e 2008. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Consulta ao dentista

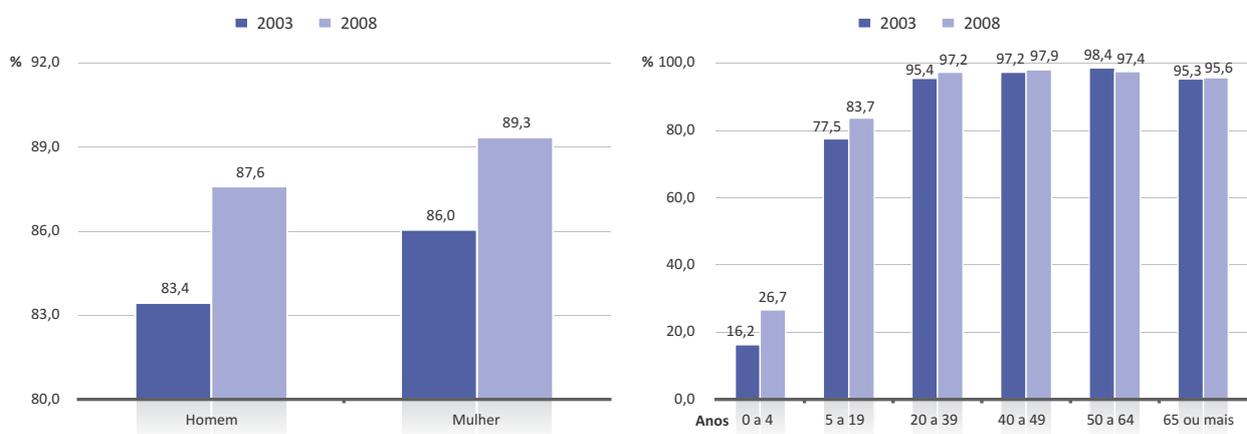
### Percentual da população residente segundo realização de consulta ao dentista, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2003 e 2008



Fonte: PNAD/IBGE. Suplemento Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, 2003 e 2008. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

De acordo com o gráfico acima, o Espírito Santo (88,5%) registrou números próximos daqueles apresentados pela região Sudeste (91,6%) e Brasil (88,3%) para o percentual da população que realizou consulta ao dentista em 2008. Do total das mulheres capixabas, 89,3% declararam que foram ao dentista em 2008, acima da média masculina, de 87,6%.

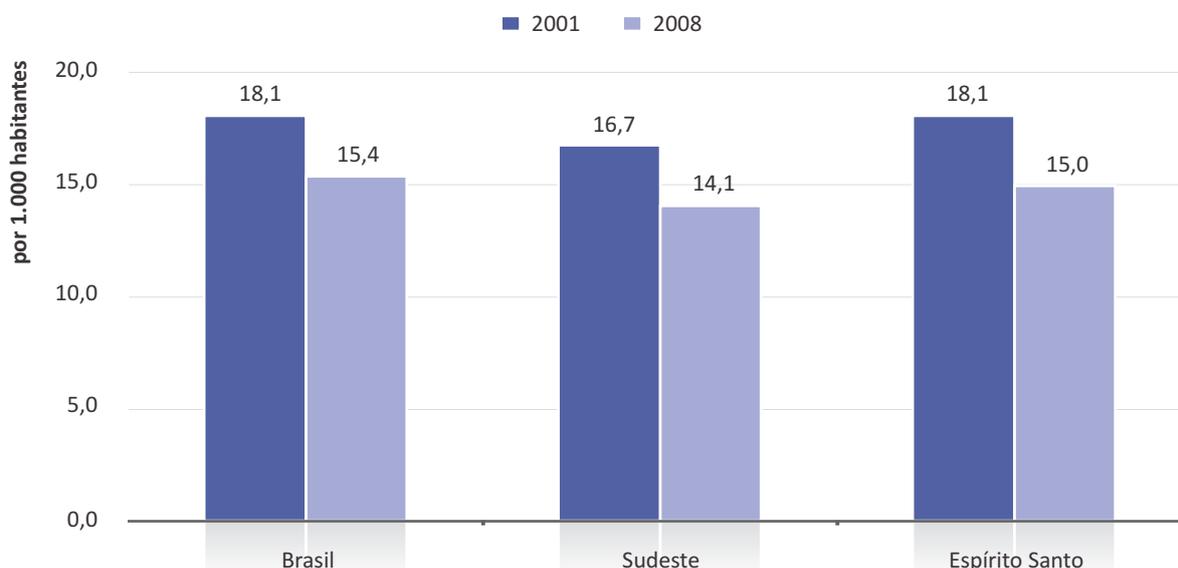
### Consulta ao dentista por gênero e faixa etária, Espírito Santo, 2003 e 2008



Fonte: PNAD/IBGE. Suplemento Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, 2003 e 2008. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Informações sobre nascimentos

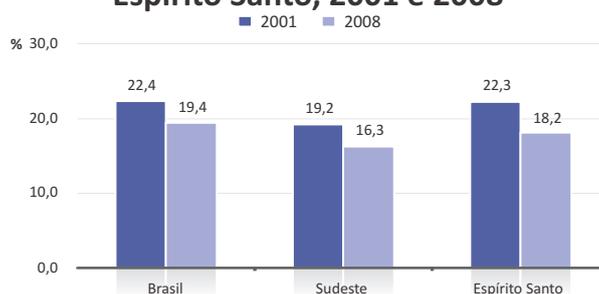
### Taxa bruta de natalidade (por 1.000 habitantes), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2008



Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC/ DATASUS/SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

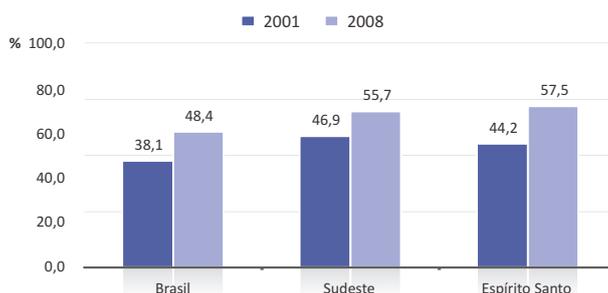
No Brasil, a taxa bruta de natalidade reduziu (2,7 por mil) entre os anos 2001 e 2008. O Espírito Santo (15 por mil) apresentou redução de (3,1 por mil). O Brasil também apresentou resultados positivos na redução da gravidez na faixa etária de 15 a 19 anos. O percentual de mães que tiveram filhos no Brasil, em 2003 foi (3,0 p.p) inferior a 2008. A redução no Espírito Santo foi superior àquela registrada no Brasil e na Região Sudeste (4,1 p.p.). Em relação ao percentual de partos cesáreos, o Brasil registrou altas taxas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, os percentuais não devem ultrapassar 15%. No Brasil este indicador aumentou de 38,1% para 48,4% no total de partos. A Região Sudeste passou de 46,9% para 55,7%, por outro lado o Espírito Santo passou de 44,2% (2001) para 57,5% (2008).

### Percentual de mães na faixa etária de 15 a 19 anos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2008



Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC/ DATASUS/SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

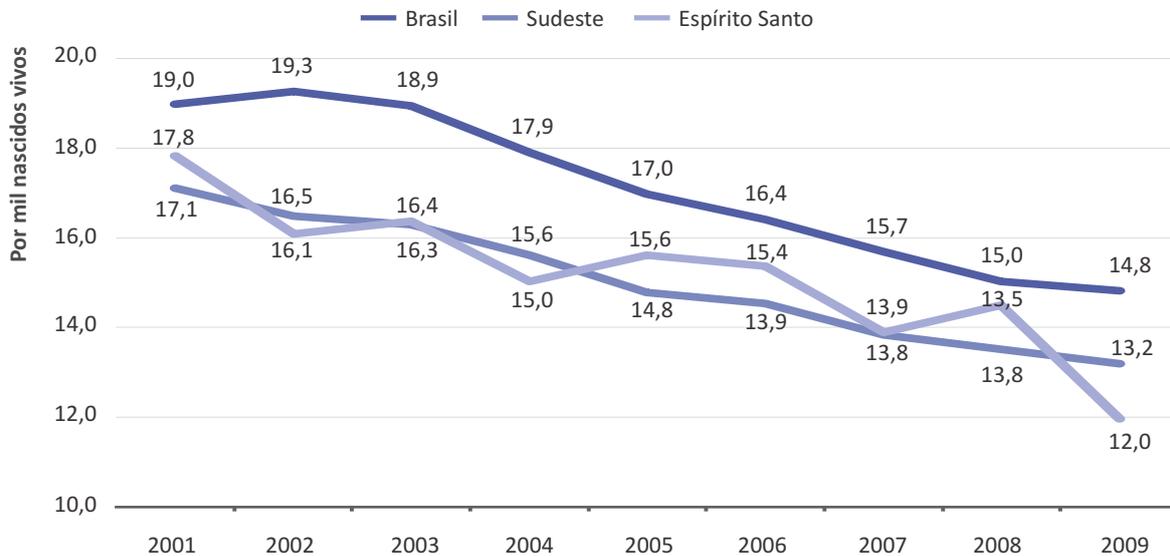
### Percentual de partos cesáreos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2008



Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC/ DATASUS/SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

# Mortalidade infantil

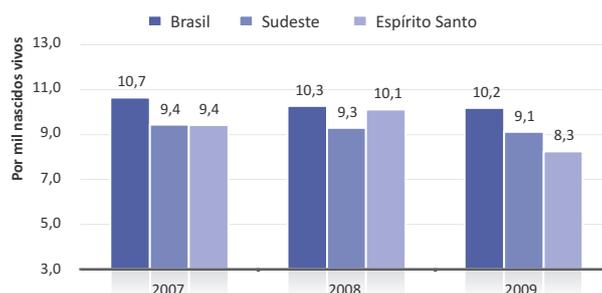
## Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) de crianças menores de 1 ano, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – DATASUS/SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

A taxa de mortalidade infantil, de crianças menores de 1 ano, caiu (4,2 por mil) no Brasil, no período entre 2001 e 2009. O Espírito Santo registrou uma taxa de 17,8 em 2001 e 12,0 (por mil nascidos vivos) em 2009, o que representou uma redução de (5,8 por mil). A taxa de mortalidade neonatal no Brasil reduziu (0,5 por mil) no período entre 2007 e 2009. A Região Sudeste seguiu a mesma tendência (0,3 por mil). No Espírito Santo a redução foi de (1,1 por mil). A taxa de mortalidade pós-neonatal seguiu a mesma tendência. Comparativamente o Espírito Santo apresentou a maior redução de 4,4 para 3,7 (por mil nascidos vivos).

## Taxa de mortalidade neonatal (por 1.000 nascidos vivos), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 a 2009



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – DATASUS/SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

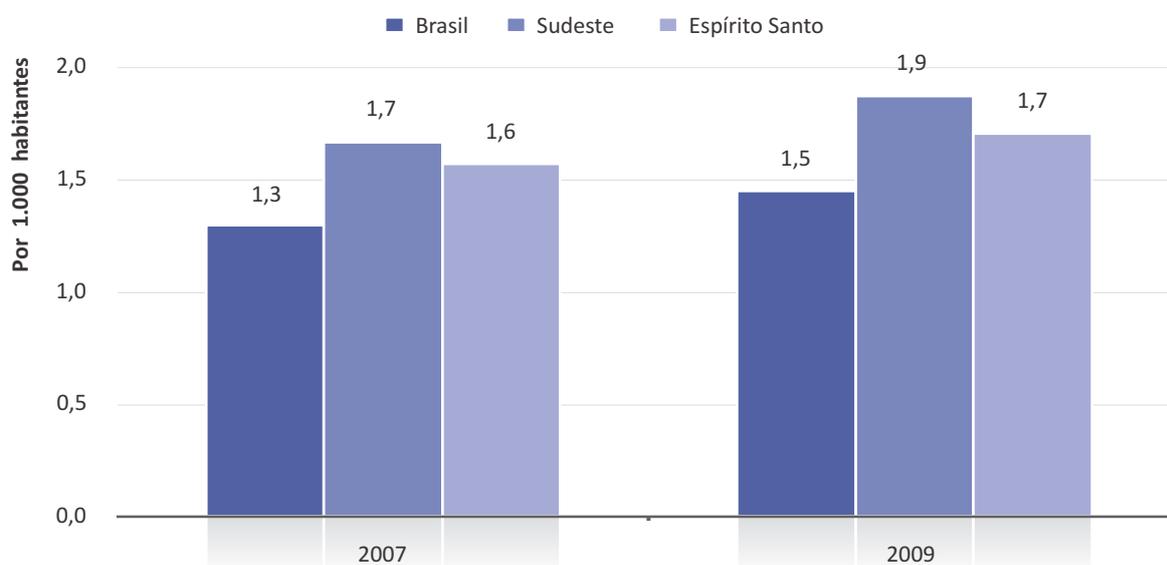
## Taxa de mortalidade pós-neonatal (por 1.000 nascidos vivos), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 a 2009



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – DATASUS/SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Profissionais e equipamentos

### Proporção de médicos por 1.000 habitantes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 e 2009



Fonte: DATASUS/CNES/SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

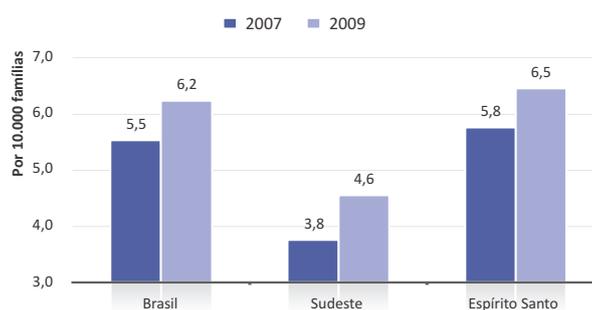
No Espírito Santo, em 2009, o número de médicos por mil habitantes (1,7) foi superior à média brasileira (1,5) e ficou abaixo da Região Sudeste (1,9). No entanto, em relação ao número de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) por mil habitantes, o Estado (1,6) se manteve abaixo da média do Brasil (1,79) e da Região Sudeste (1,70). O número de equipes de Saúde da Família no Espírito Santo em 2009 (6,5 por 10 mil famílias) foi acima da taxa do Brasil (6,2) e da Região Sudeste (4,6).

### Proporção de leitos de internação por 1.000 habitantes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009

Unidade geográfica	Total de leitos	Leitos SUS
Brasil	2,45	1,79
Região Sudeste	2,48	1,70
Espírito Santo	2,23	1,60

Fonte: DATASUS/CNES/SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

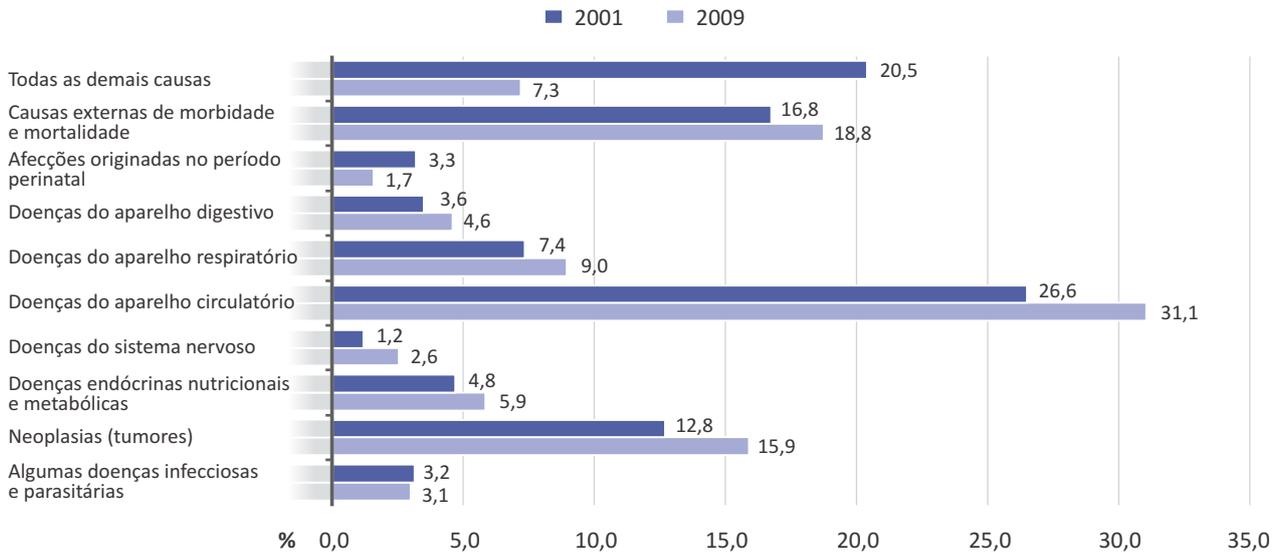
### Proporção de equipes de saúde da família por 10.000 famílias, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 e 2009



Fonte: DATASUS/CNES/SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

# Mortalidade e internação por grupo de causas

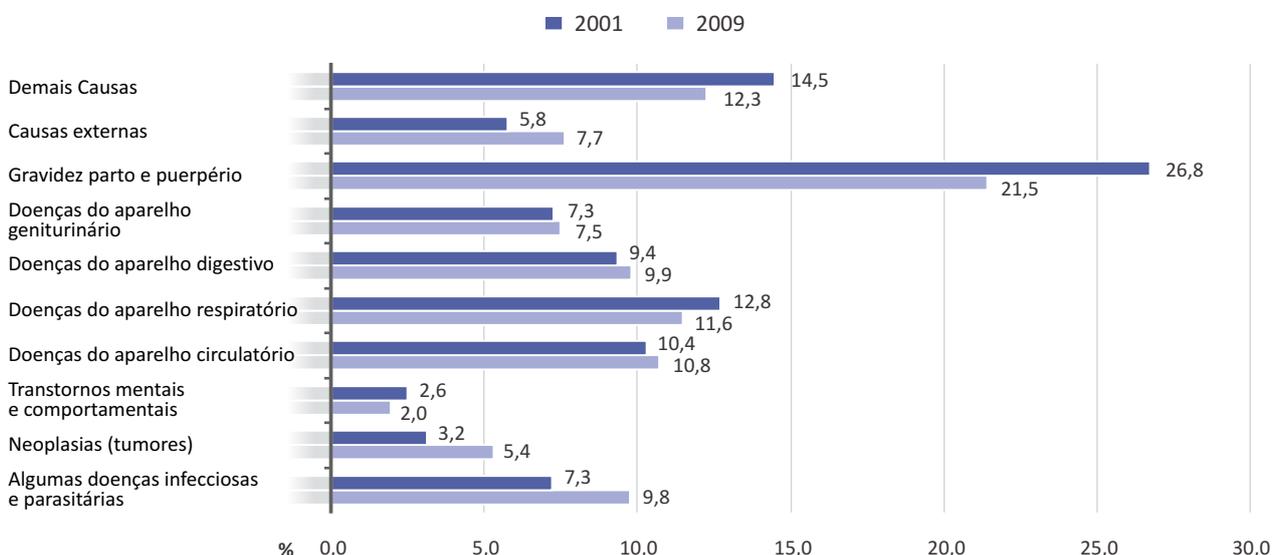
## Mortalidade proporcional por grupo de causas, Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

No Espírito Santo a maior parte dos óbitos registrados em 2009 foi por doenças do aparelho circulatório (31,1%), em seguida por causas externas (18,8%) e por Neoplasias (15,9%). Observou-se que as três categorias apresentaram crescimento desde 2001. Em relação à internação as principais causas registradas foram: gravidez, parto e puerpério (21,5%), doenças do aparelho respiratório (11,6%) e doenças do aparelho circulatório (10,8%). Em relação às internações do aparelho respiratório houve redução.

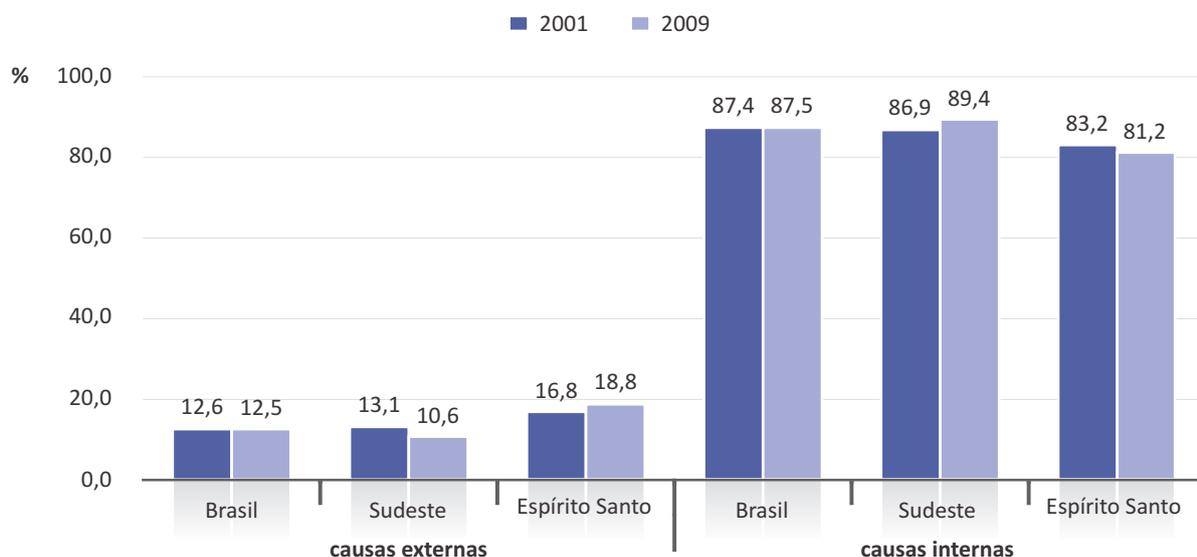
## Internação por grupo de causas, Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Mortalidade: causas externas e causas internas

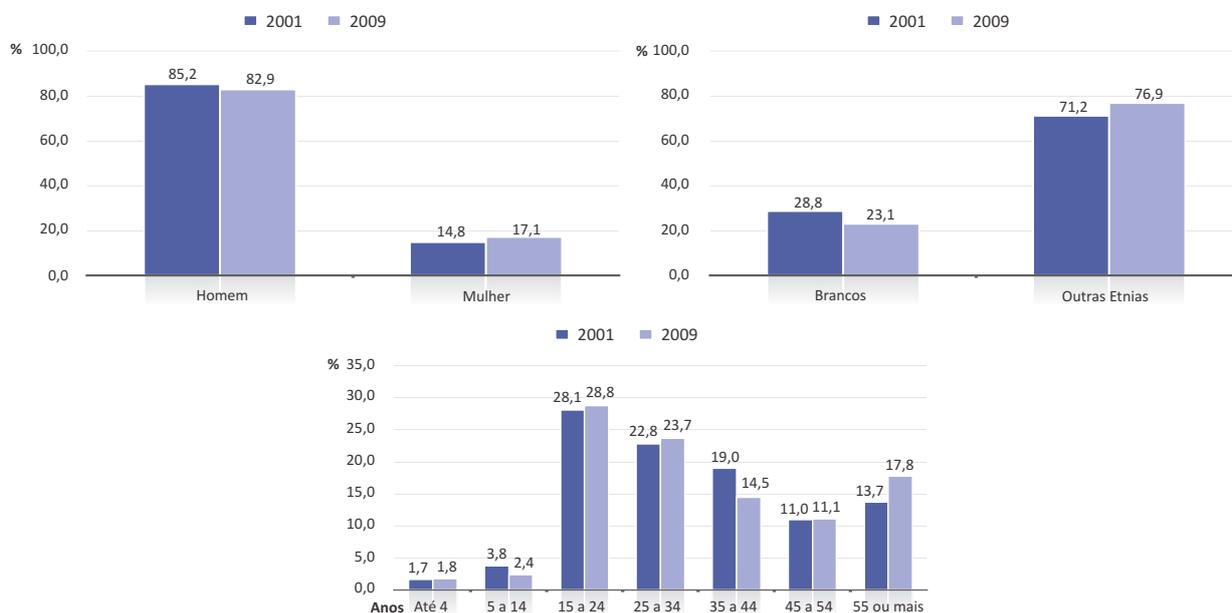
Participação percentual da mortalidade por causas externas e causas internas na mortalidade geral, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: DATASUS/SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

A mortalidade foi observada por dois grandes grupos de causas: internas e externas. Em 2009, o Espírito Santo (18,8%) ficou acima da média brasileira (12,5%) e da Região Sudeste (10,6%) se comparados aos percentuais de mortes por causas externas. No Espírito Santo os dados acerca da mortalidade por gênero e cor/raça, em se tratando de mortes por causas externas, revelaram que o sexo masculino e pessoas auto declaradas como outras etnias se destacaram. Em 2009, os homens representaram 82,9% das vítimas por algum tipo de causa externa e outras etnias 76,9%. As vítimas também se concentraram na faixa etária de 15 a 24 anos e 25 a 34 anos, somando 52,5% de total de mortes por causas externas.

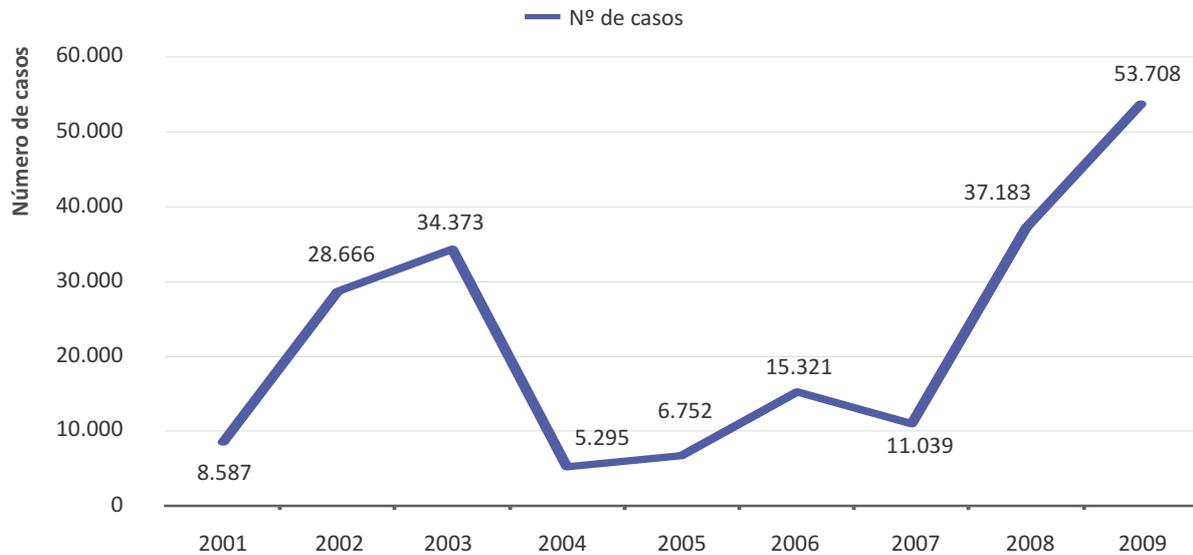
Participação percentual da mortalidade por causas externas, por gênero, cor e faixa etária, Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: DATASUS/SESA. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Doenças transmissíveis

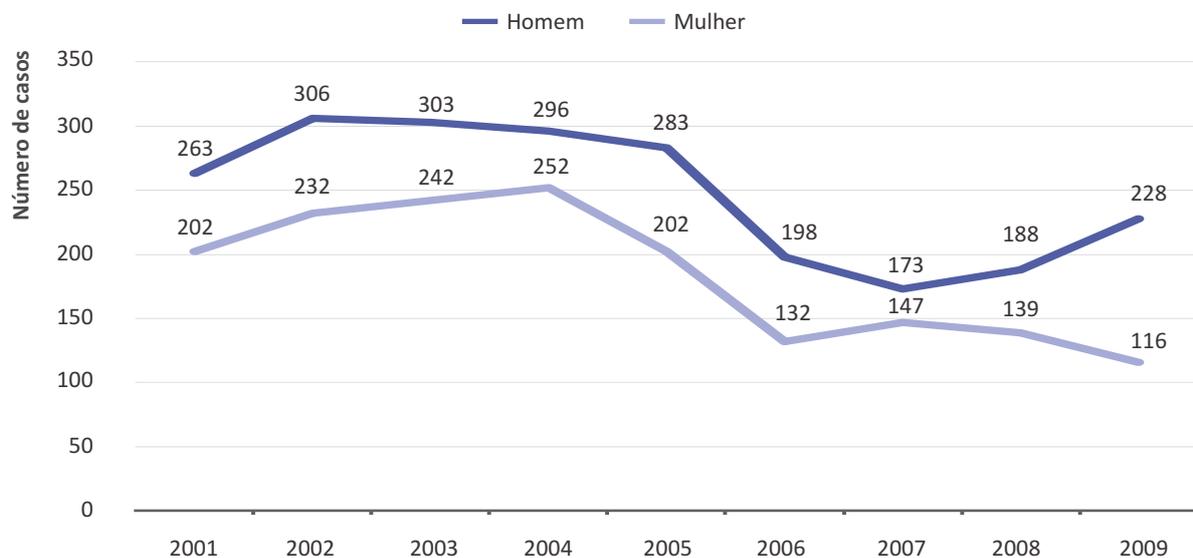
### Casos notificados de dengue, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: BOLETIM Epidemiológico de Dengue – n° 1/SESA; Coordenação Estadual DST/AIDS/SESA.

O ano de 2009 registrou aumento considerável no número de casos notificados de dengue, o que representou 44,4% a mais que 2008. O dado é relevante e aponta as necessidades para a intensificação dos trabalhos de combate à dengue. Em relação aos casos de AIDS, apesar do aumento de 5,2% (homens e mulheres) em 2009 em relação a 2008, o Espírito Santo, desde 2005 apresentou uma tendência de queda, resultados das iniciativas do governo federal e estadual.

### Número de casos de AIDS segundo ano de diagnóstico por gênero, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: BOLETIM Epidemiológico de Dengue – n° 1/SESA; Coordenação Estadual DST/AIDS/SESA.





# MERCADO DE TRABALHO

A seção de mercado de trabalho da Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo tem como objetivo a apresentação de um panorama geral do comportamento do mercado de trabalho, a partir da base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Questões estratégicas como ocupação, informalidade, taxa de atividade, desemprego, trabalho infantil, contribuição previdenciária, sindicalização e rendimentos podem afetar diretamente o nível de bem-estar da população; ademais servem para a orientação e alocação eficiente dos recursos e para a definição de políticas públicas mais efetivas.

Os resultados obtidos para o ano de 2009 devem ser contextualizados em um cenário econômico de recuperação da crise financeira internacional. Alguns dados como a alta da taxa de desemprego (7,8%) e a acentuada queda no nível de ocupação (2,2 p.p) refletem as dificuldades da economia neste ano. No entanto, tomando o conjunto de indicadores a maioria manteve a sua trajetória de crescimento positiva, como o aumento do emprego formal, da taxa de atividade, da cobertura previdenciária e dos rendimentos (a renda média domiciliar per capita, a renda média real de todas as fontes e a renda de todos os trabalhos apresentaram em 2009 o seu maior valor desde 2001). Em suma, os dados mostram que mesmo com os efeitos negativos da crise sobre o nível de emprego, o estado continuou apresentando melhora nos seus índices qualitativos.

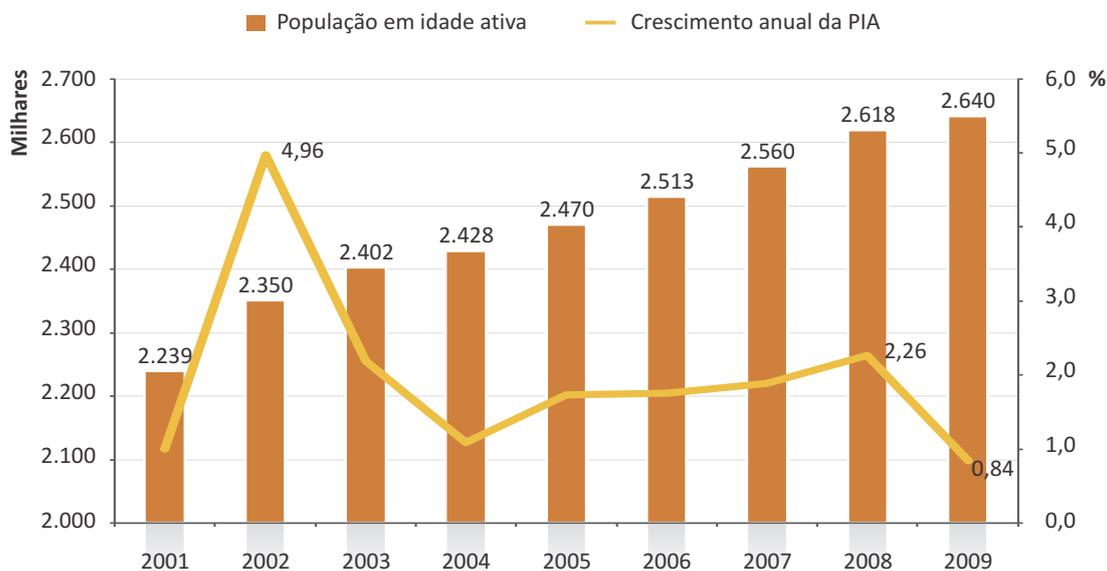
A economia capixaba também começou a exigir uma maior especialização dos seus trabalhadores ao longo do período, o que provocou mudanças na estrutura da ocupação, ou do emprego, de acordo com o grau de escolaridade dos indivíduos. Entre 2001 e 2009, a ocupação segundo anos de estudo aumentou para as pessoas com 11 a 14 anos de estudo e com 15 ou mais de estudo (de 21,7% para 31,7%, e de 6,7% para 11,1%, respectivamente). Em contrapartida, os trabalhadores menos escolarizados perderam espaço no contingente total de ocupados nesse período, comportamento também verificado em nível nacional.

O nível educacional dos trabalhadores exerce um papel fundamental no desempenho do mercado de trabalho. Estudo realizado por Reis (2010)<sup>1</sup> mostrou que os indicadores de mercado de trabalho para o Espírito Santo seriam bem melhores se o nível de educação da sua força de trabalho fosse mais elevada, tendo como benefícios: uma taxa de desemprego mais baixa, rendimentos mais elevados para os trabalhadores, maior participação da força de trabalho e diminuição da informalidade. Destaca-se assim, a importância de investimentos na qualificação da mão-de-obra como forma de melhorar o desempenho do mercado de trabalho capixaba.

<sup>1</sup> REIS, M. C. O mercado de trabalho no Espírito Santo: uma análise para o período 1992-2008. Em: Instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória: IJSN, 2010.

# População em idade ativa

## População em idade ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A População em Idade Ativa (PIA) de 2009 apresentou um crescimento de 0,8% em relação a 2008 e 17,9% em relação a 2001, alcançando o valor de 2.640 mil pessoas. Observou-se ainda uma tendência de crescimento entre todos os anos. A análise por cor indicou maior número de indivíduos de outras etnias (55,1% da PIA em 2001 e 56,9% em 2009). Em relação ao gênero, observou-se também a predominância das mulheres em todo o período (1,364 mil). A área urbana se destacou com aproximadamente 4,7 vezes a PIA da zona rural em 2009. E, por fim, os grandes municípios absorveram 56,4% da PIA em 2001 e 58,3% em 2009.

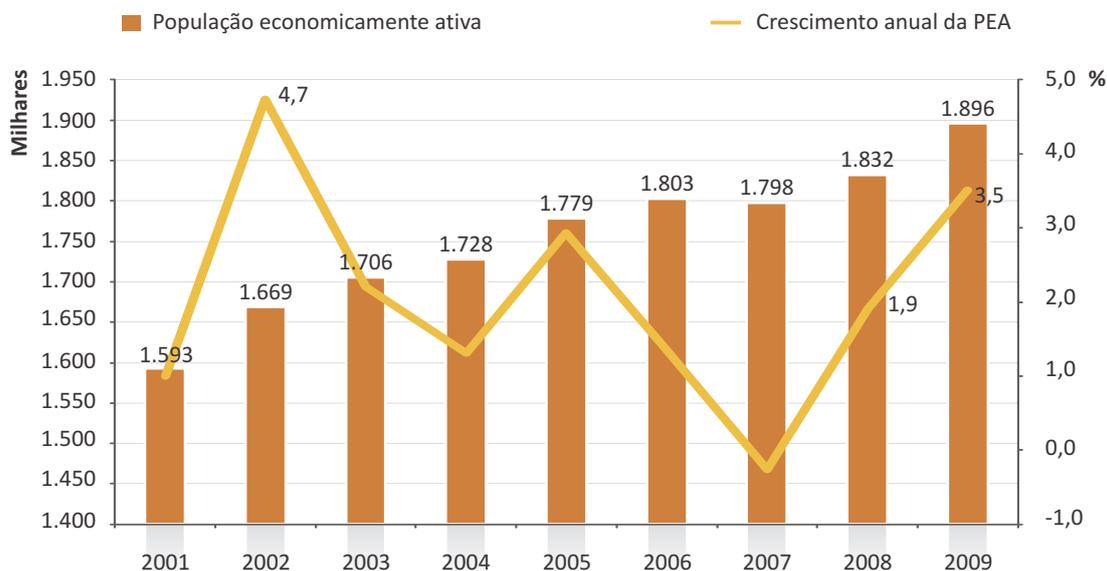
## População em idade ativa por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## População economicamente ativa

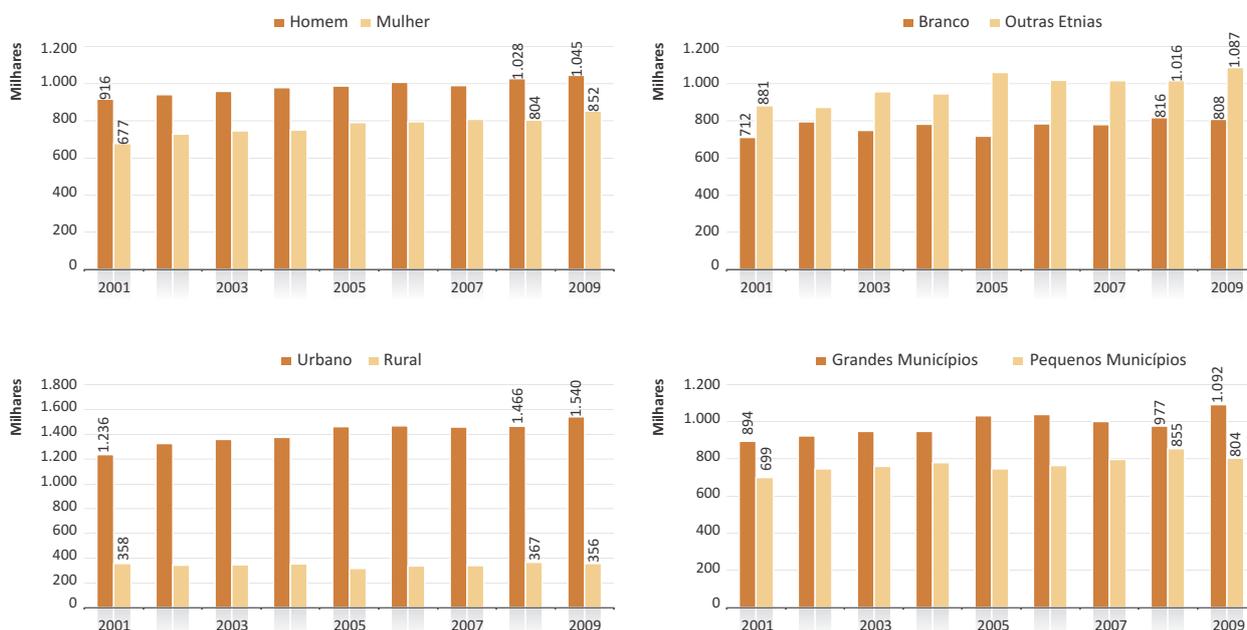
### População economicamente ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A População Economicamente Ativa (PEA) (15 anos ou mais) alcançou no ano de 2009, total de 1.896 mil pessoas. Foi observada tendência de crescimento exceto no período 2006 a 2007 em que houve retração de 0,3%. O crescimento foi de 19% entre 2001 e 2009. Os de outras etnias elevaram a participação na PEA em 23,4%, enquanto os homens aumentaram em 14%. A concentração da PEA na área urbana também foi destaque em todo o período, sendo 4,3 vezes superior a PEA rural. Nos grandes municípios a PEA foi 35,9% maior em relação aos pequenos municípios em 2009.

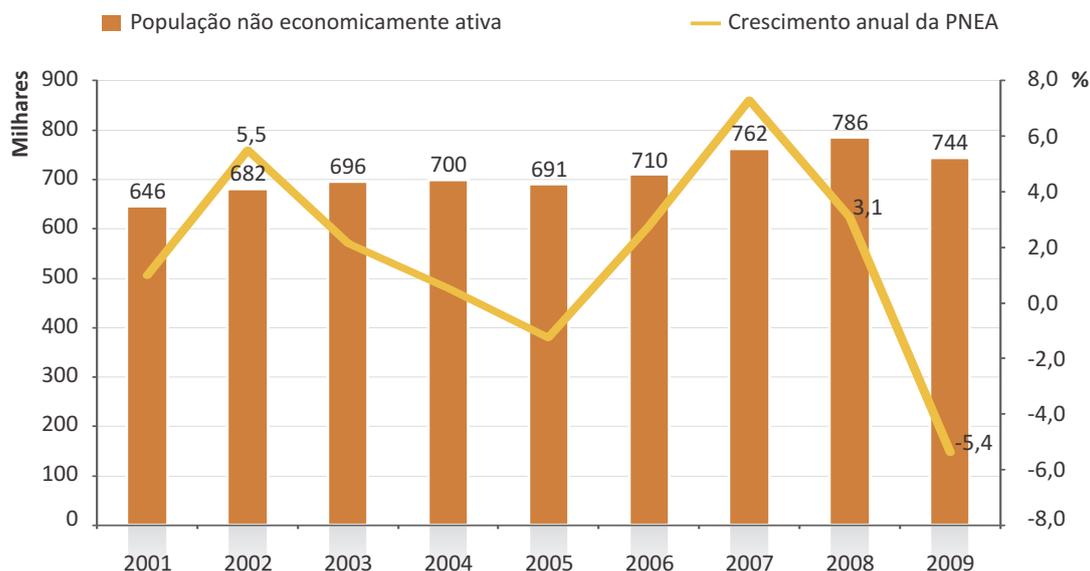
### População economicamente ativa por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# População não economicamente ativa

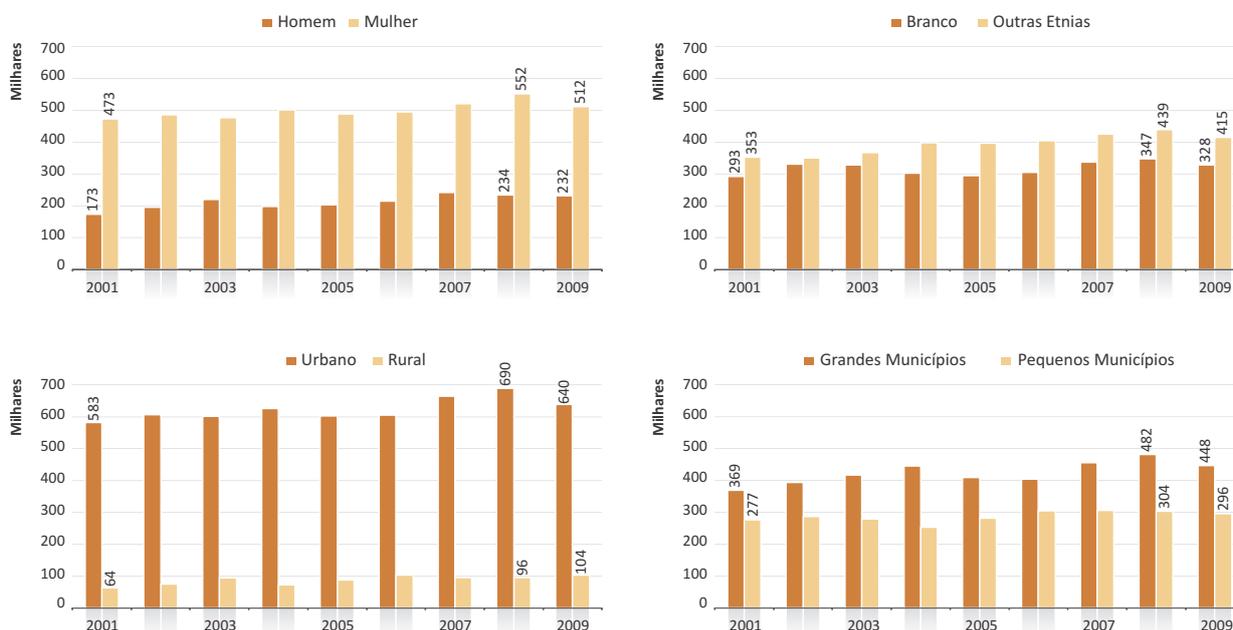
## População não economicamente ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A População Não Economicamente Ativa (PNEA), apesar do crescimento de 15,2% entre 2001 e 2009, apresentou retração de 5,4% em relação à 2008, o que representa uma saída de 42.198 pessoas. Homens (232 mil) e brancos (328 mil), embora tenham aumentado a sua participação, são minoria entre a PNEA durante todo o período analisado. A área urbana concentrou cerca de 86% dos indivíduos enquanto que nos grandes municípios essa proporção foi de 60,2% em 2009. Ademais se observou tendência de aumento de concentração nos grandes municípios (448 mil).

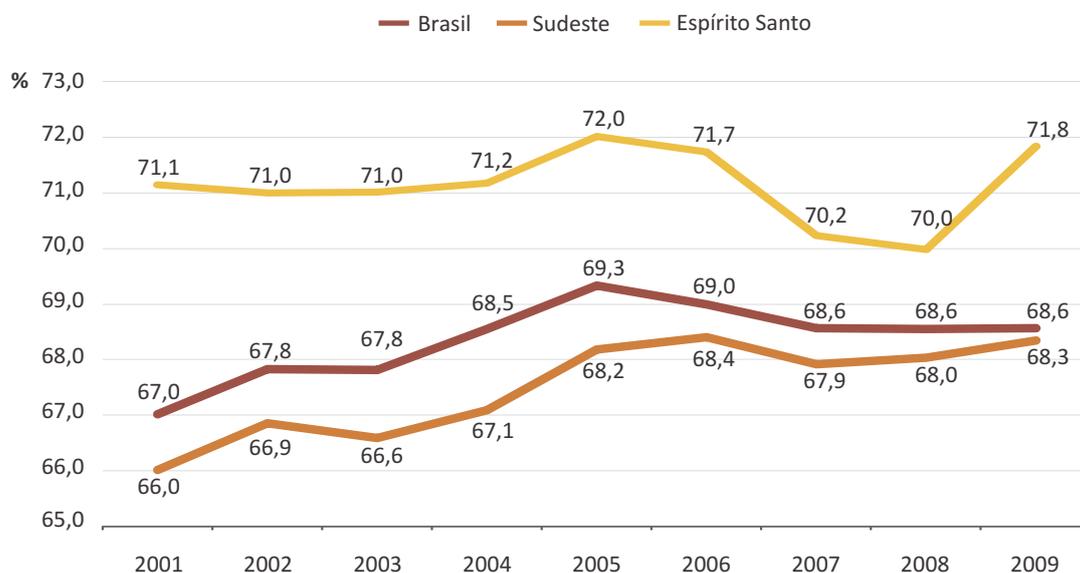
## População não economicamente ativa por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Taxa de atividade

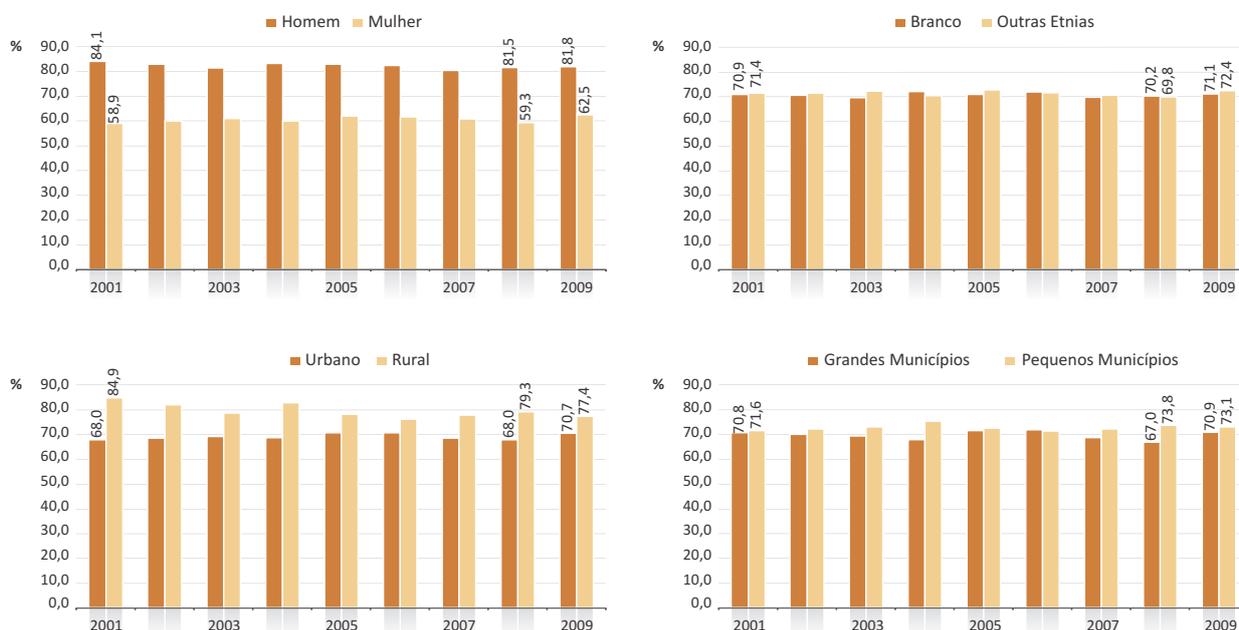
### Taxa de atividade (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A taxa de atividade do Espírito Santo, durante toda a década, esteve acima das taxas observadas na região Sudeste e no Brasil. O crescimento acentuado da PEA no ano de 2009 influenciou no crescimento na taxa de atividade, que apresentou um aumento de 1,8 p.p. de 2008 para 2009, sendo o segundo maior valor do período (71,8%). A análise por gênero indicou maior taxa de atividade para os homens (81,8%), superior em 19,3 p.p em relação às mulheres no ano de 2009. Os de outras etnias também tiveram uma maior atividade em 2009, invertendo a posição com os brancos em relação a 2008. A taxa de atividade se mostrou mais elevada para os pequenos municípios (73,1%) e para as pessoas localizadas na área rural (77,4%).

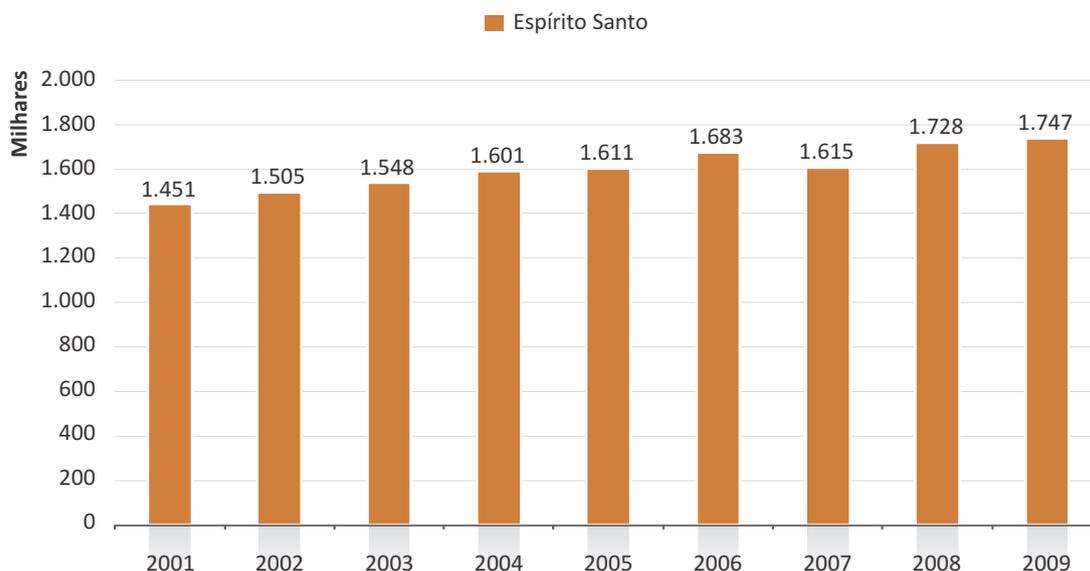
### Taxa de atividade por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# População ocupada

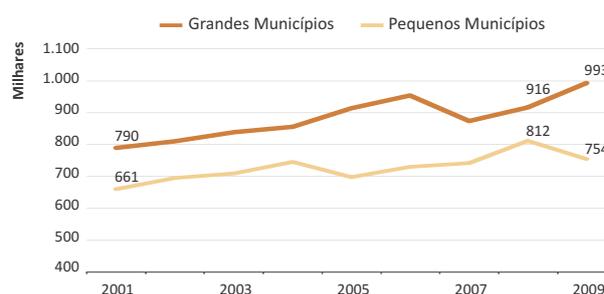
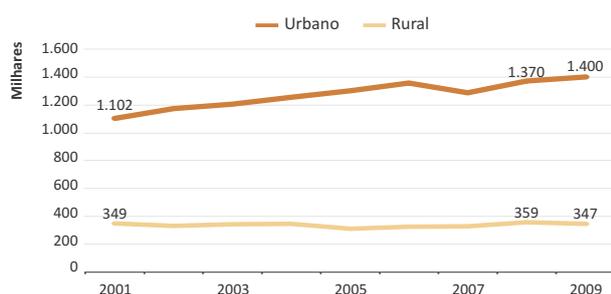
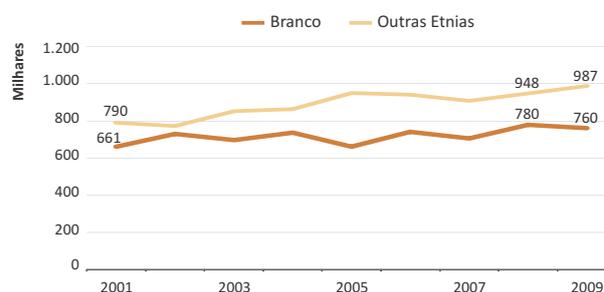
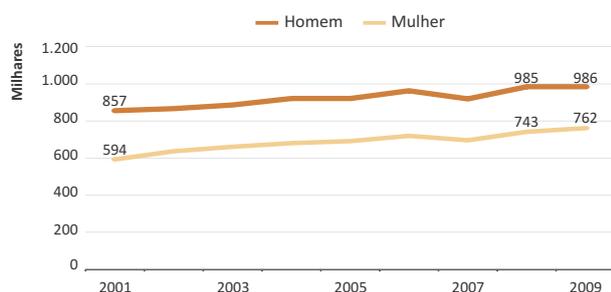
## Número de pessoas ocupadas (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Entre 2001 a 2009, o Espírito Santo apresentou trajetória ascendente no número de pessoas ocupadas. Em 2009, o estado obteve um total de 1.747 mil pessoas ocupadas, 19 mil a mais que em 2008 e 296 mil a mais comparativamente a 2001. Com relação ao gênero, os homens tiveram um maior número de ocupados (986 mil) do que as mulheres (762 mil), no entanto, de 2008 a 2009 o crescimento em termos absolutos das mulheres (19 mil) foi maior que o dos homens (1 mil). O número de pessoas ocupadas na área rural, nos pequenos municípios e os que se auto declaram como brancos apresentaram queda em 2009, com relação a 2008, sendo de: - 12 mil, -58 mil e -20 mil, respectivamente.

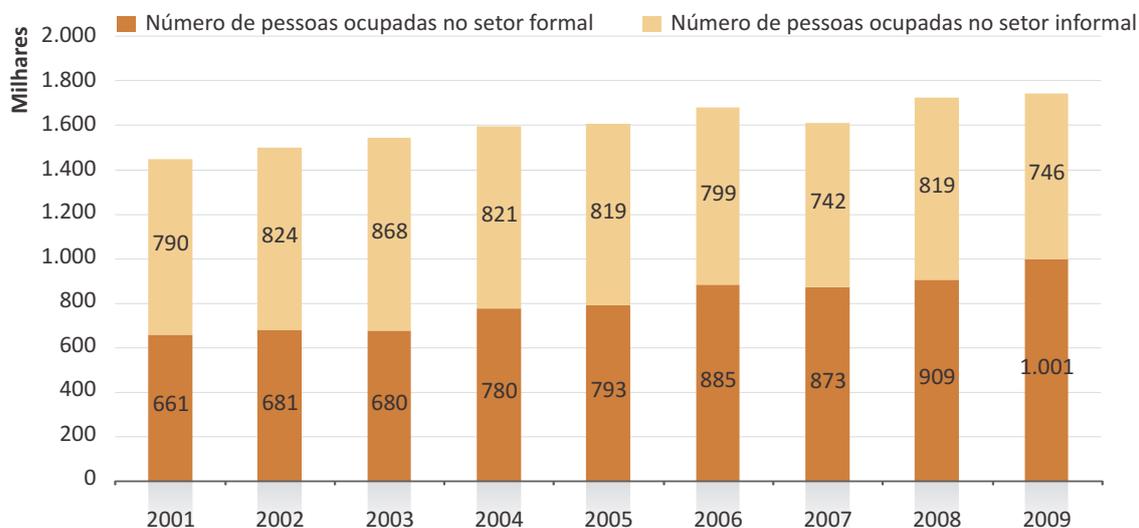
## Número de ocupados por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## População ocupada por setor formal e informal

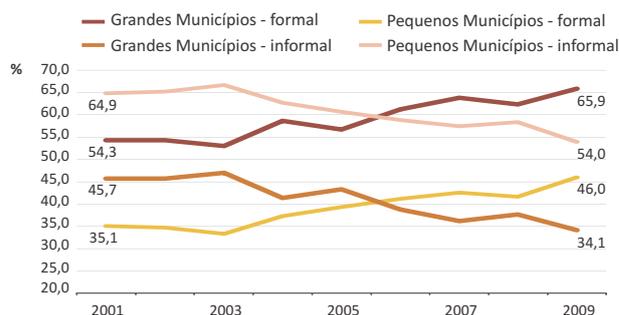
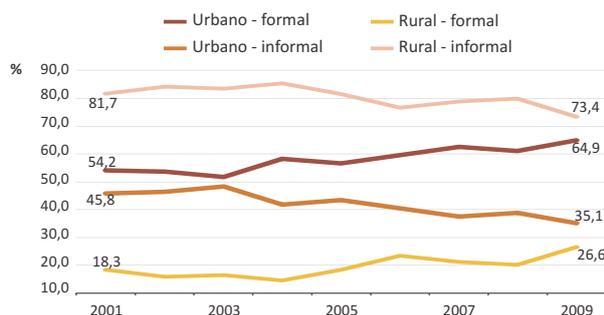
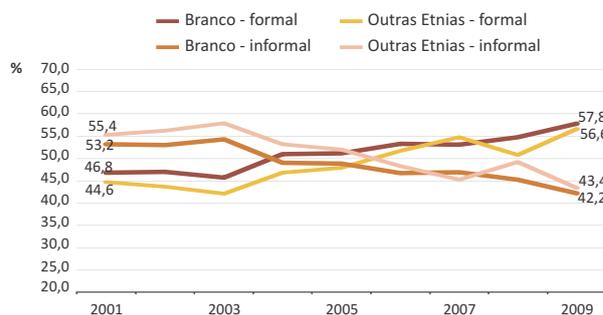
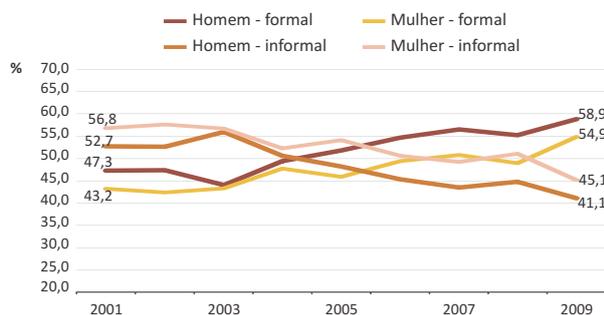
**Número de pessoas ocupadas por setor formal e informal (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No Espírito Santo, de 2001 a 2005, o número de trabalhadores informais era maior que o de trabalhadores formais. Em 2006 ocorreu uma reversão e o número de trabalhadores em situação formal se torna superior ao número de trabalhadores informais. Em 2009, de um total de 1.747 mil trabalhadores, um pouco mais de 1 milhão encontrava-se no setor formal, enquanto 746 mil continuam na condição informal. O maior grau de informalidade em 2009 foi observado na área rural (73,4%) e nos pequenos municípios (54%). Com relação ao gênero, a maioria dos homens (58,9%) e das mulheres (54,9%) trabalhavam no setor formal. Com relação à cor ou raça, as taxas foram semelhantes com 57,8% dos auto declarados brancos e 56,6% dos auto declarados como outras etnias ocupados no setor formal em 2009.

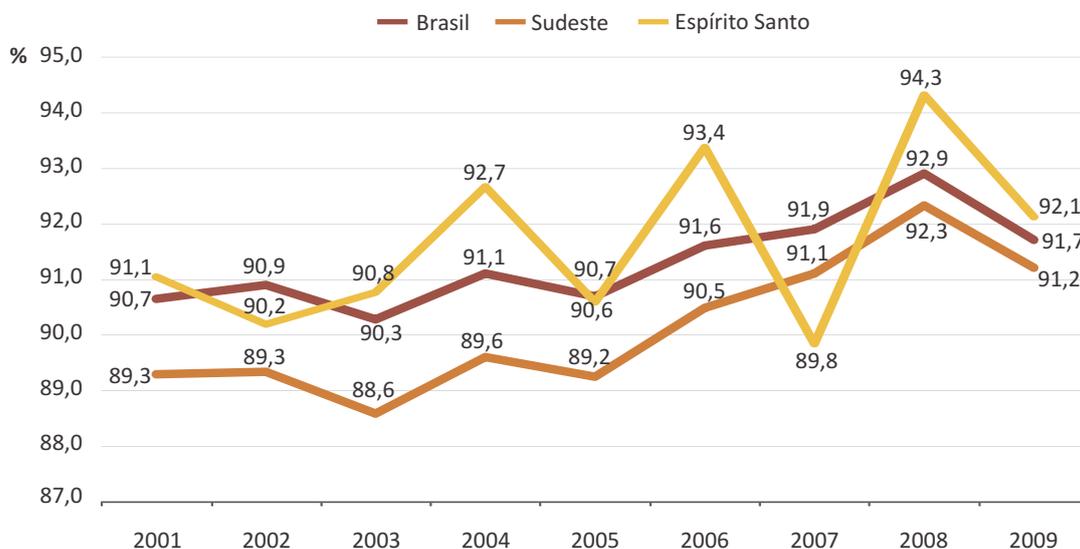
**Porcentagem de pessoas ocupadas por setor formal e informal por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Taxa de ocupação

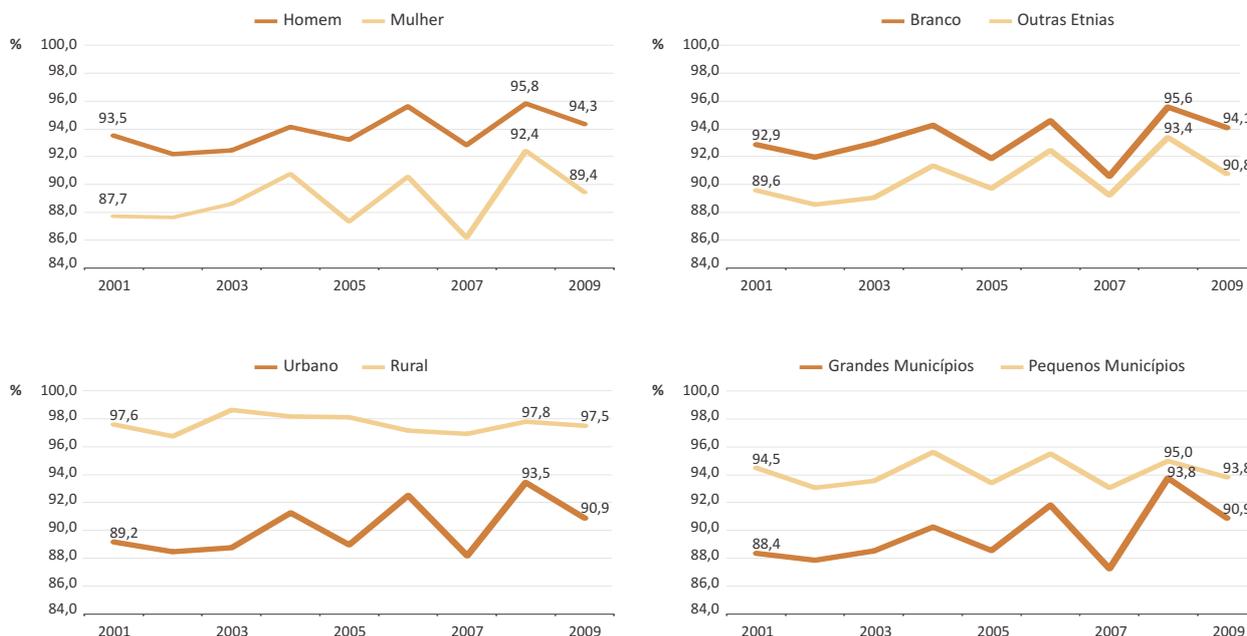
**Taxa de ocupação (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

O nível de ocupação para o Espírito Santo (92,1%) apresentou em 2009 valor superior à região Sudeste (91,2%) e ao Brasil (91,7%), embora tenha reduzido 2,2 p.p. em relação a 2008. O Espírito Santo apresentou trajetória bastante instável ao longo do período analisado, oscilando entre 89,8% (2007) e 94,3% (2008). A análise por cor ou raça mostrou ocupação maior para os auto declarados como brancos em todo o período. Os homens também apresentaram maior nível e menor instabilidade do que as mulheres. O nível de ocupação foi maior nos pequenos municípios e na área rural, com maiores oscilações nos grandes municípios e na área urbana.

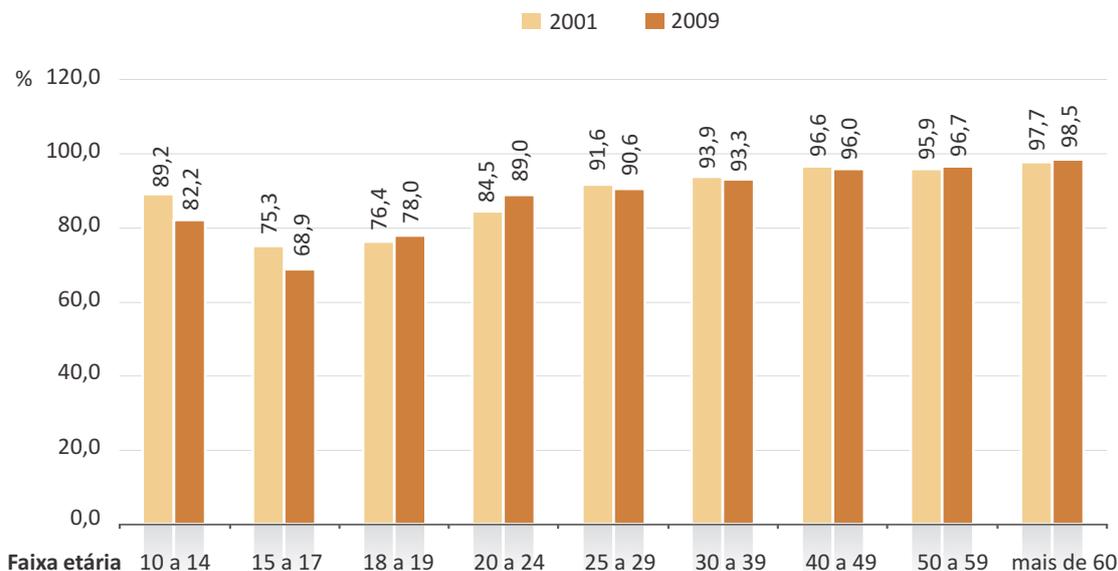
**Taxa de ocupação por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Ocupação segundo faixas etárias

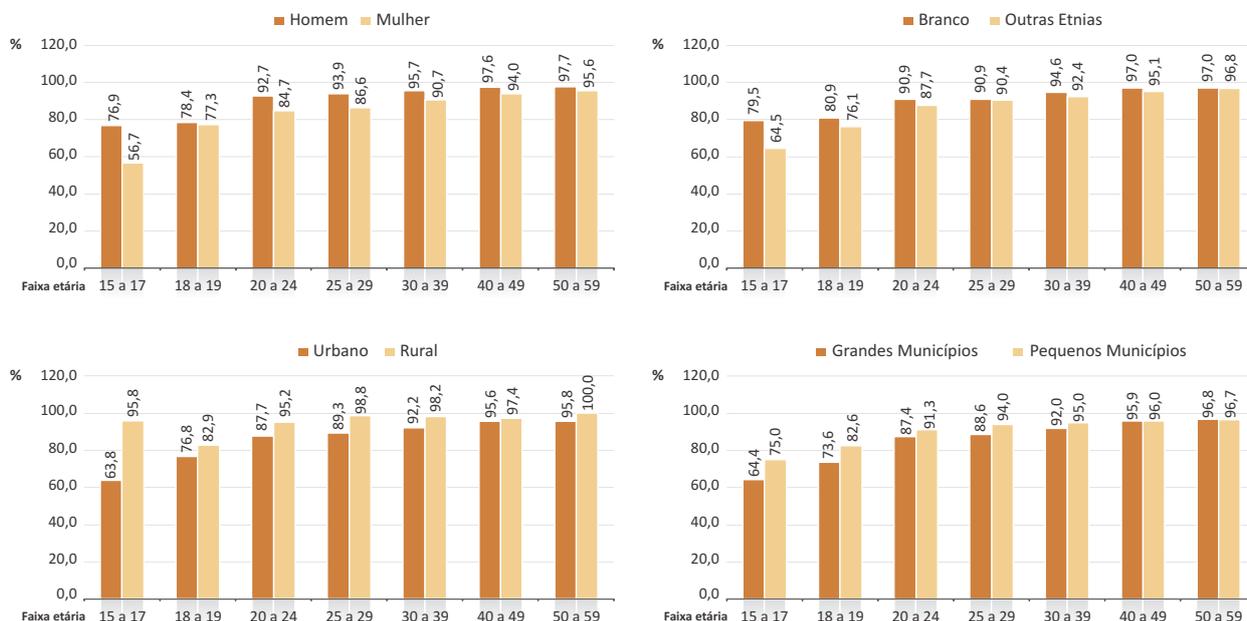
Taxa de ocupação segundo faixa de idade, Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Em 2009, destacou-se no Espírito Santo maior ocupação nas faixas de idade mais elevadas (mais de 50 anos) apresentando taxa de ocupação acima de 96%. Com relação a 2001, houve diminuição na porcentagem de ocupação dos indivíduos com idade entre 10 e 14 anos (-7p.p) e entre 15 e 17 anos (-6,4p.p). No entanto, o número de ocupados de 18 a 19 anos e de 20 a 24 anos aumentou 1,6 p.p e 4,5 p.p, respectivamente. A ocupação foi maior para os indivíduos auto declarados de cor branca e residentes nos pequenos municípios, exceto para a faixa de idade entre 50 e 59 anos. Além disso, houve menor ocupação no setor urbano.

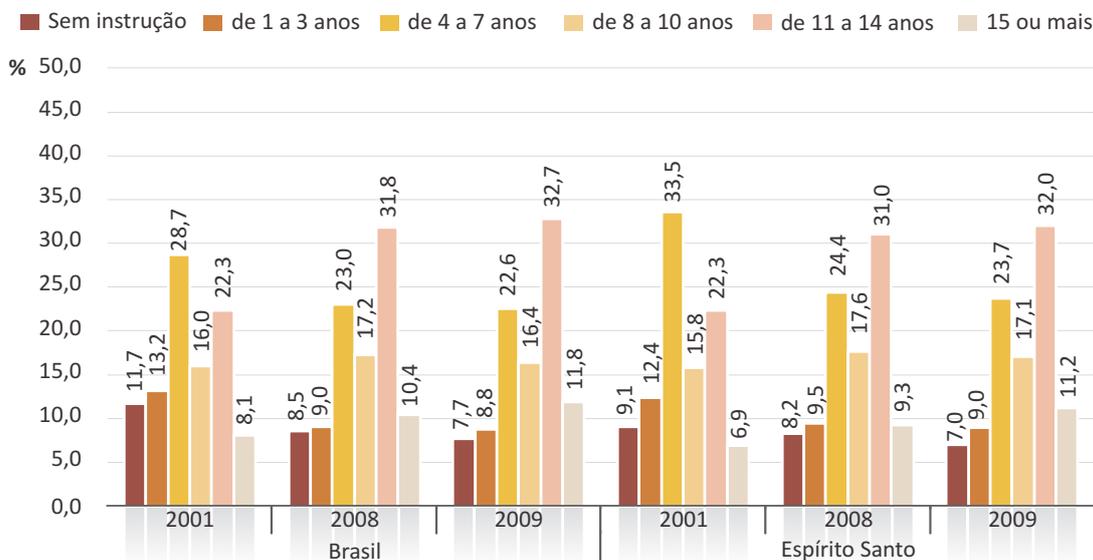
Taxa de ocupação segundo faixa etária por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Ocupação segundo anos de estudo

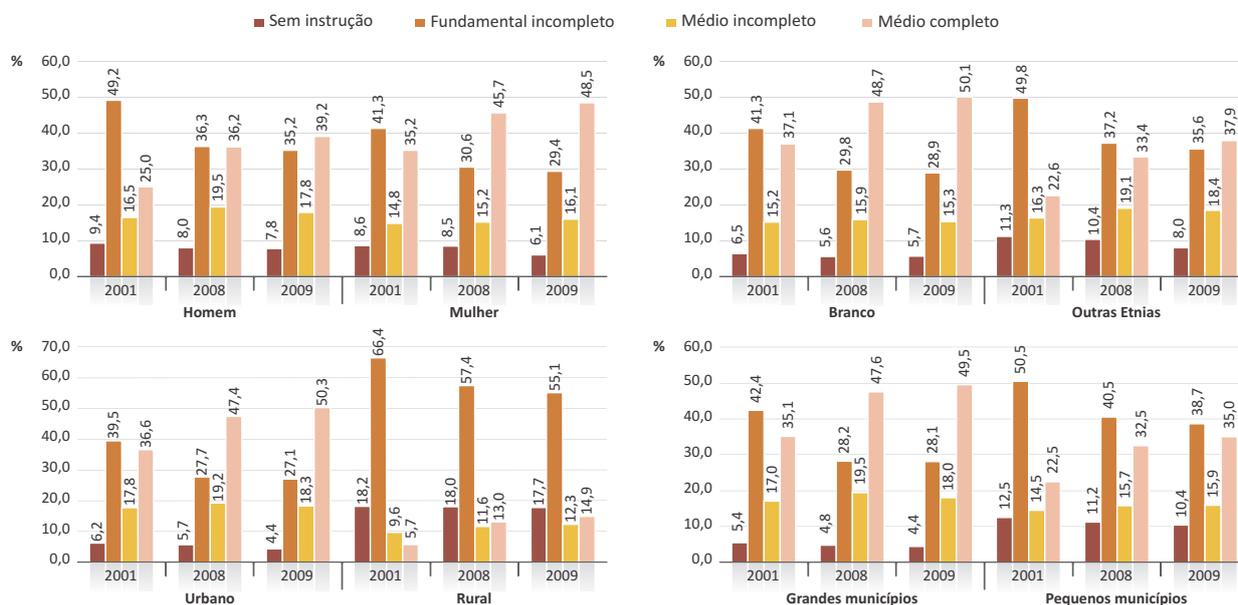
### Pessoas com 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência segundo anos de estudo, Brasil e Espírito Santo, 2001, 2008 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No Espírito Santo em 2001, o grupo com maior taxa de ocupação encontrava-se entre 4 e 7 anos de estudo (33,5%). Em 2009 essa categoria reduziu sua participação em 9,8 p.p. A categoria com escolaridade entre 11 e 14 anos de estudo (32,0%) obteve a maior representatividade entre os ocupados em 2009, um aumento de 9,7 p.p. em relação a 2001. Além disso, em 2009 observou-se uma queda na ocupação para os indivíduos com fundamental incompleto (menos que 7 anos de estudo) e um aumento para os indivíduos com médio incompleto e médio completo ou mais (8 anos ou mais de estudo) em relação a 2001 e 2008. A participação das pessoas com curso superior (15 anos ou mais de estudo) aumentou em 62,7% de 2001 para 2009 e de 20,8% de 2008 para 2009. Os homens e auto declarados brancos, independentemente do nível de escolaridade, apresentaram maior taxa de ocupação do que as mulheres e os auto declarados outras etnias. Ademais, verificou-se maior ocupação na área rural (principalmente para os que possuem até 3 anos ou 15 anos ou mais de estudo) e nos pequenos municípios.

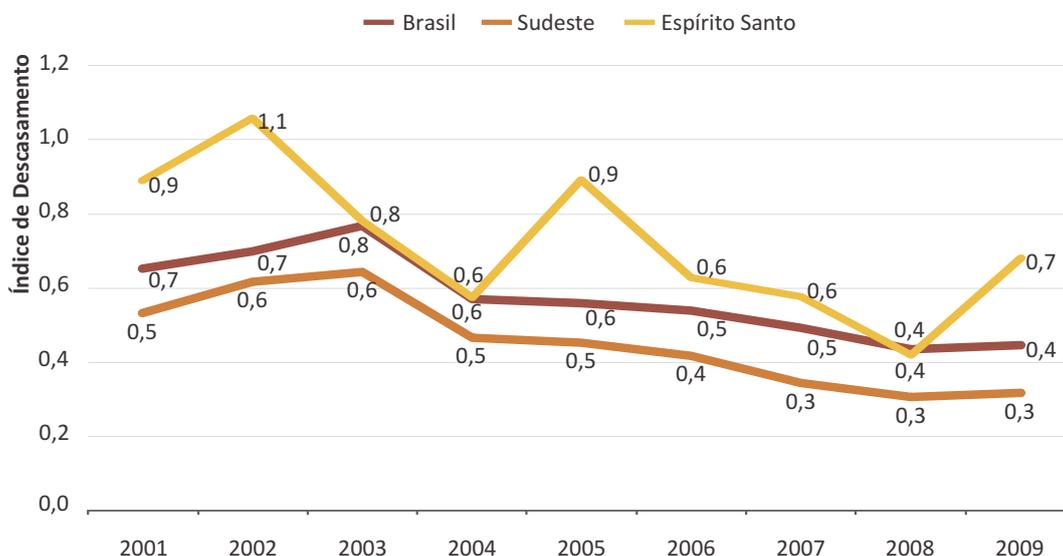
### Taxa de ocupação segundo anos de estudo por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001, 2008 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Índice de Descasamento

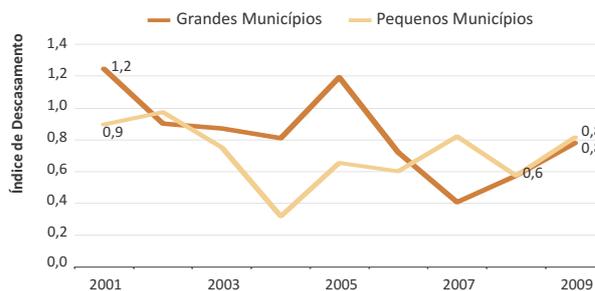
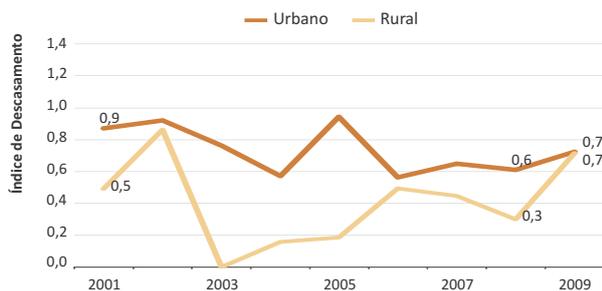
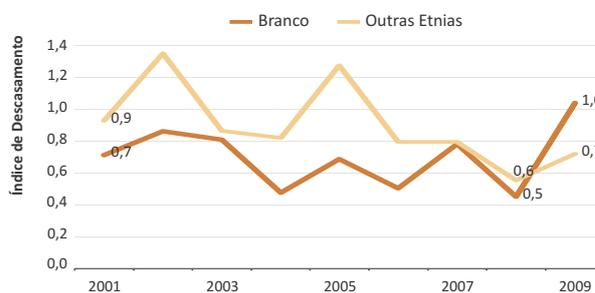
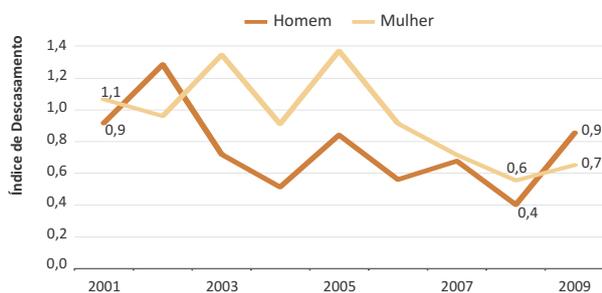
**Índice de Descasamento para a população de 25 anos ou mais de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

O Índice de Descasamento para o Espírito Santo permaneceu durante todo o período analisado acima dos valores apresentados pelo Brasil e pela região Sudeste. Em 2008, observou-se o menor Índice de Descasamento para o Espírito Santo (0,4), o qual apresentou elevação em 2009, obtendo-se o índice de 0,7. Ao longo da série observou-se uma maior dificuldade de transferência entre os segmentos do mercado de trabalho para as mulheres, os auto declarados outras etnias e as pessoas residentes na área urbana. No entanto, tal comportamento se modifica em 2009, com as mulheres (0,7) e outras etnias (0,7) apresentando Índice de Descasamento menor que os homens (0,9) e brancos (1,0).

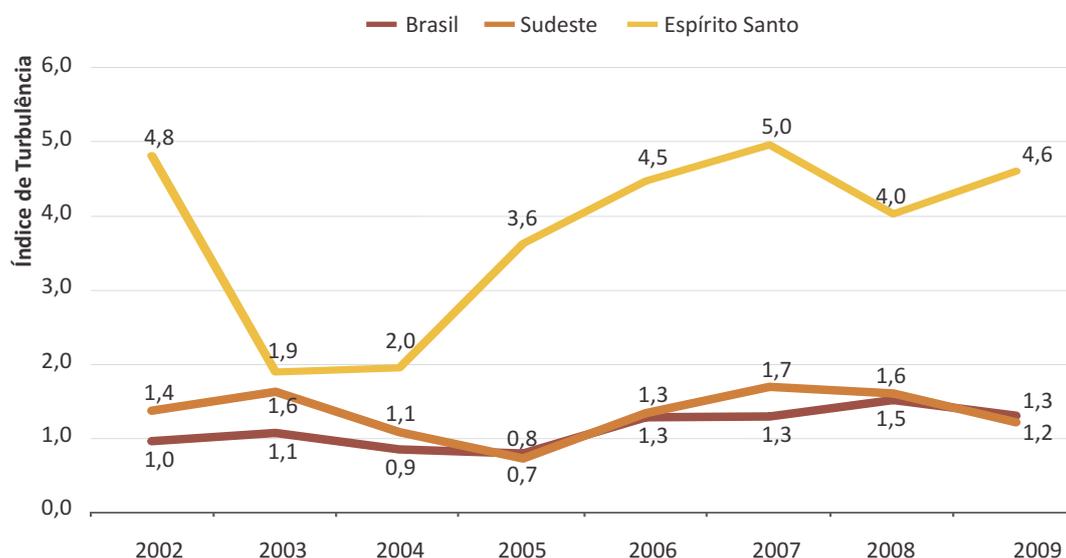
**Índice de Descasamento por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (25 anos ou mais), 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Índice de Turbulência

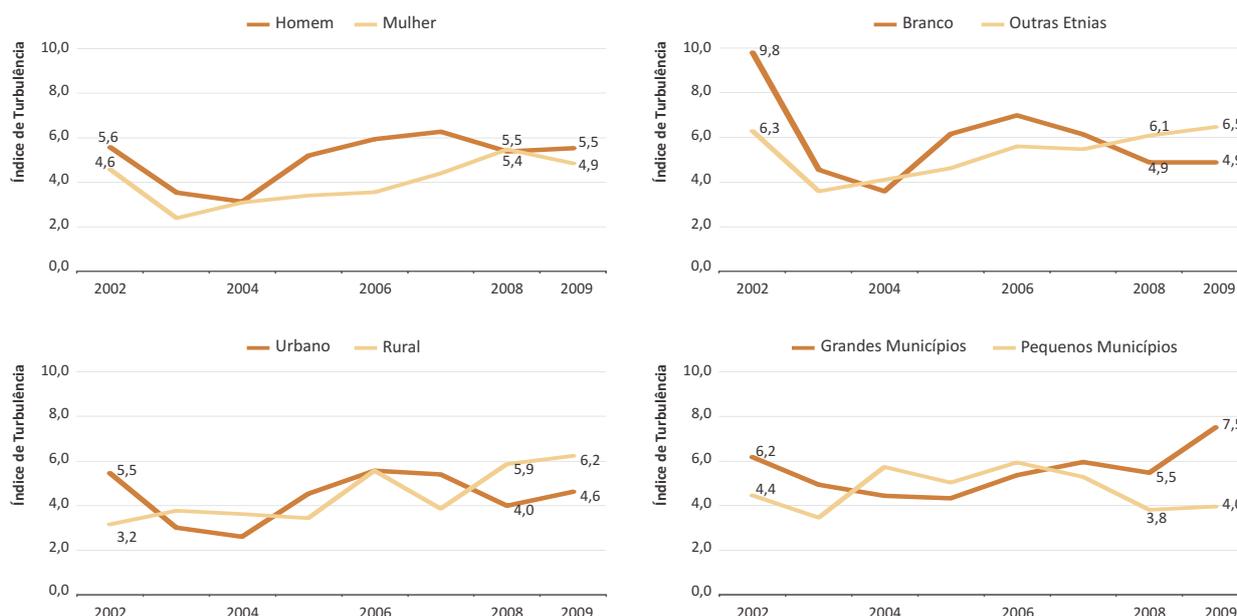
## Índice de Turbulência para a população de 25 anos ou mais de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2002 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Em 2009, o Índice de Turbulência apresentado pelo Espírito Santo (4,6) foi superior ao apresentado em nível nacional (1,3) e pela região Sudeste (1,2). O Índice de Turbulência para o Brasil e a região Sudeste apresentou média de 1,1 e 1,3, respectivamente, entre 2002 e 2009. Já no Espírito Santo a média foi de 3,8, demonstrando que o mercado de trabalho do estado está sujeito a um maior volume de choques idiossincráticos.<sup>1</sup> A variação na estrutura do emprego foi sentida com mais intensidade em 2009 pelos homens (5,5), auto declarados outras etnias (6,5), pelos residentes na área rural (6,2) e pelos residentes nos grandes municípios (7,5).

## Índice de Turbulência por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (25 anos ou mais), 2002 a 2009

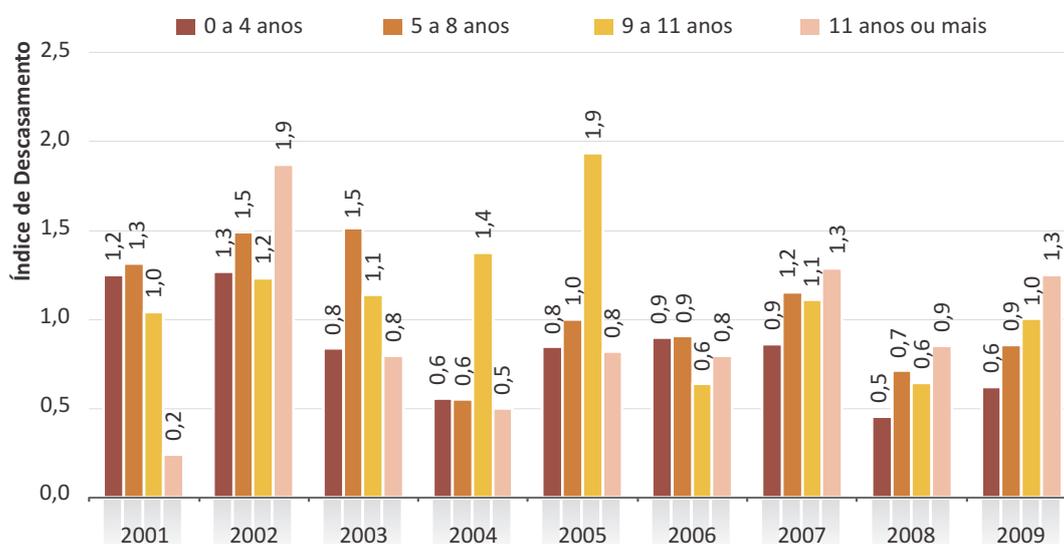


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

<sup>1</sup> Choques idiossincráticos são choques que afetam apenas alguns segmentos da economia, enquanto alguns segmentos são beneficiados outros são prejudicados, sendo nulo o efeito médio sobre o mercado.

## Índice de Descasamento e Turbulência por escolaridade

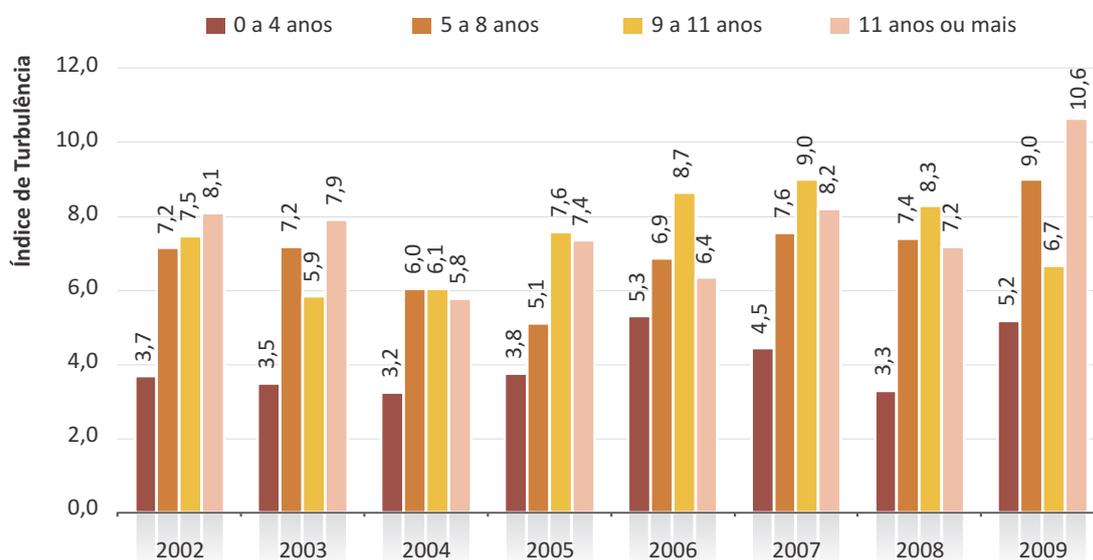
### Índice de Descasamento para a população de 25 anos ou mais de idade por escolaridade, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Ao se analisar o Índice de Descasamento segundo o grau de escolaridade, observou-se que, em 2009, os indivíduos com uma maior escolaridade tiveram maior dificuldade de transferência entre os segmentos do mercado de trabalho. As pessoas com 11 anos ou mais de estudo apresentaram Índice de Descasamento de 1,3, enquanto as pessoas com 0 a 4 anos de estudo obtiveram índice de 0,6. Além disso, pelo Índice de Turbulência segundo a escolaridade observa-se que os choques idiossincráticos na economia são sentidos com maior intensidade pelos indivíduos com nível de escolaridade mais elevado. As pessoas com 0 a 4 anos de estudo apresentaram Índices de Turbulência menores comparativamente às outras faixas de escolaridade durante todo o período, tendo média de 4,1 entre 2002 e 2009.

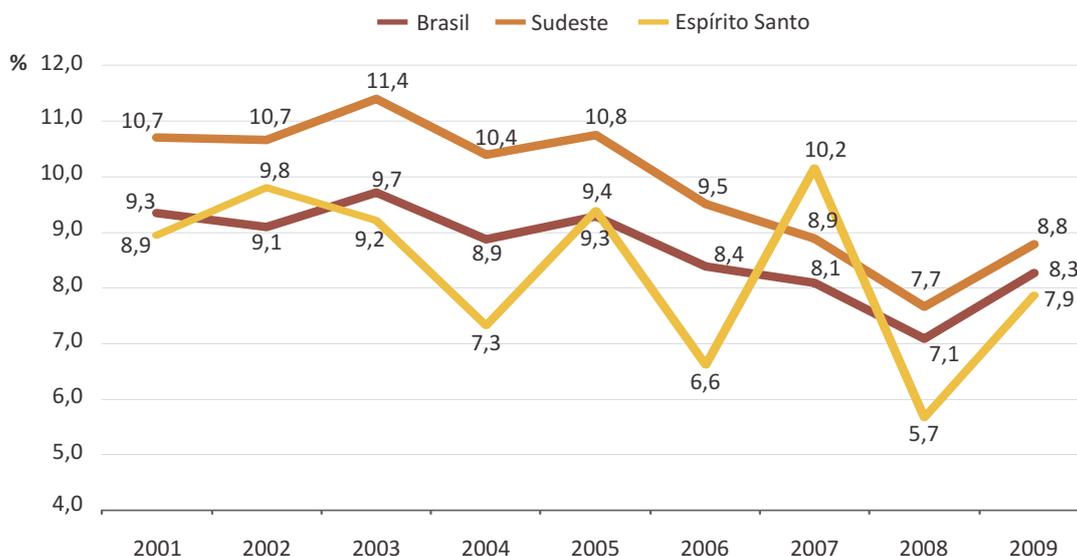
### Índice de Turbulência para população de 25 anos ou mais de idade por escolaridade, Espírito Santo, 2002 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Taxa de desemprego

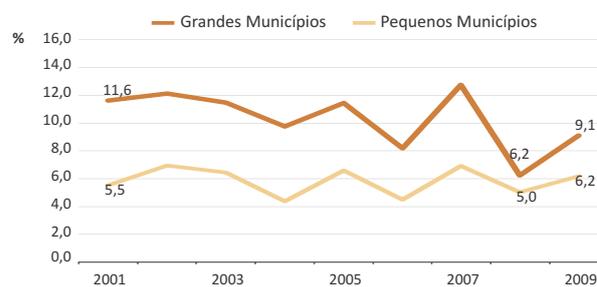
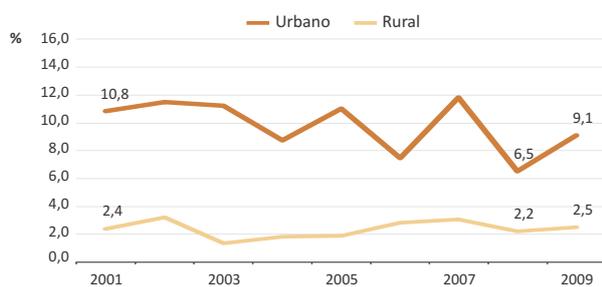
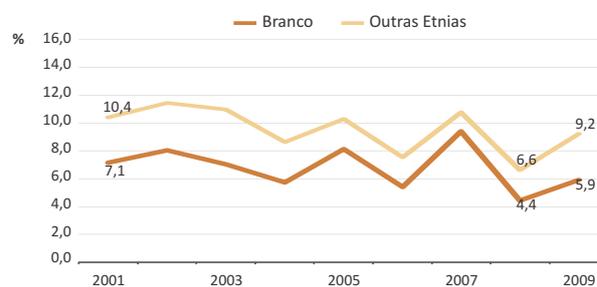
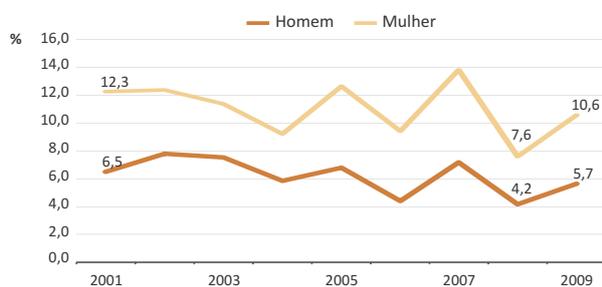
## Taxa de desemprego (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A taxa de desemprego para o Brasil e região Sudeste seguiram trajetórias semelhantes, com menor nível sempre verificado pelo Brasil. O Espírito Santo, comparativamente aos anteriores, obteve maiores oscilações na taxa de desemprego, com nível médio de 8,3% entre 2001 e 2009. Em 2008 verificaram-se os menores níveis de desemprego tanto para o Brasil (7,1%), quanto para a região Sudeste (7,7%) e o Espírito Santo (5,7%). Entretanto, em 2009 as taxas de desemprego aumentaram, apresentando percentual de 8,3% para o Brasil, 8,8% para a região Sudeste e 7,9% para o Espírito Santo. A análise por cor e gênero mostrou menor taxa de desemprego para os auto declarados como brancos (5,9%) e para os homens (5,7%), em relação aos de outras etnias (9,2%) e as mulheres (10,6%). Verificou-se também que a maior parte das oscilações apresentadas pelo estado adveio da região urbana, enquanto que a área rural apresentou taxa média de desemprego de 2,4% entre 2001 e 2009. Maior nível de desemprego também foi verificado nos grandes municípios (9,1%), em relação aos pequenos municípios (6,2%).

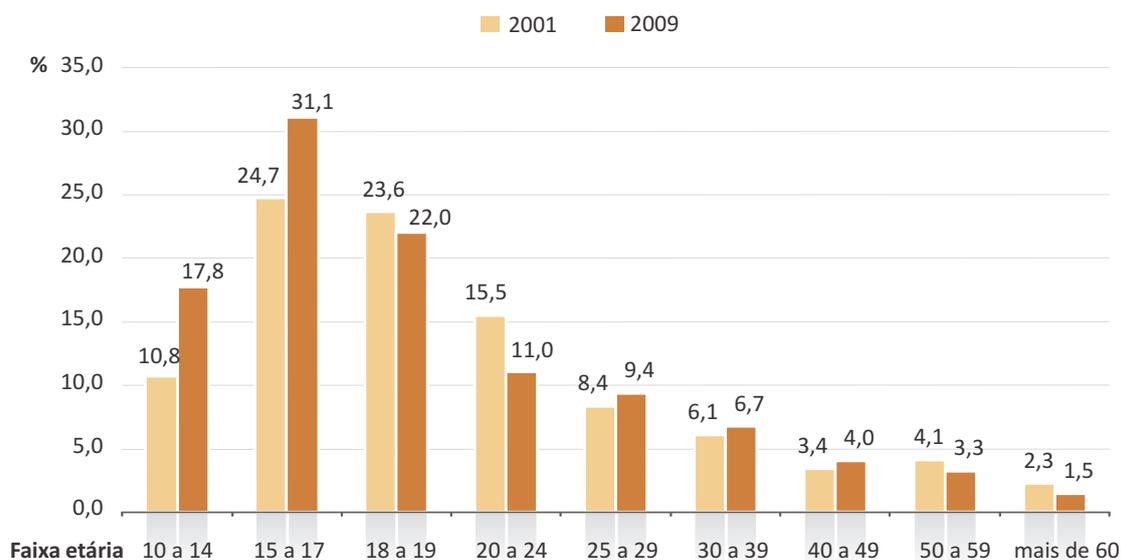
## Taxa de desemprego por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Taxa de desemprego segundo faixas etárias

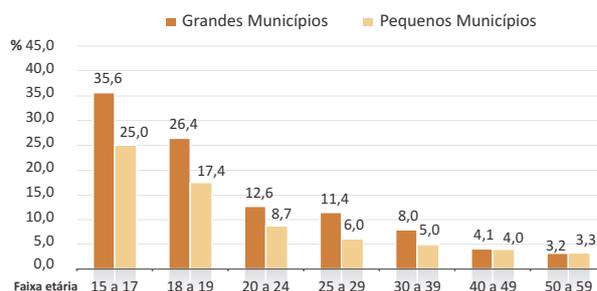
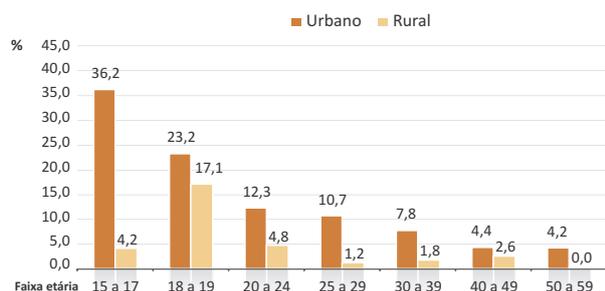
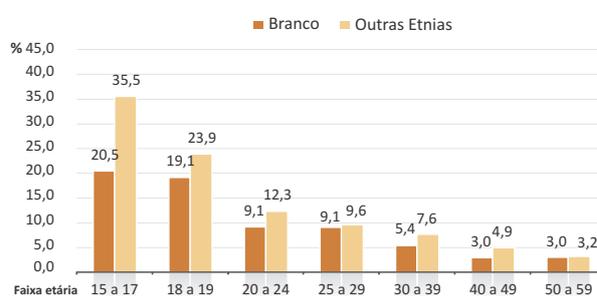
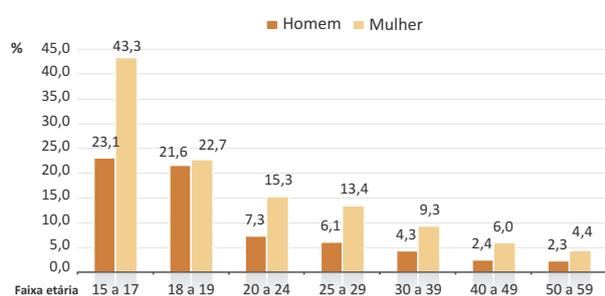
### Taxa de desemprego segundo faixa etária, Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Em 2009 observou-se maior taxa de desocupação para a faixa de idade entre 15 e 17 anos (31,1%). Com o aumento da idade houve redução na taxa de desocupação, sendo que o menor valor observado foi para os indivíduos com mais de 60 anos (1,5%). A faixa de idade entre 15 e 17 anos apresentou um aumento de 6,4 p.p. na taxa de desocupação de 2009 em relação a 2001, enquanto a faixa de idade mais elevada (mais de 60) reduziu sua desocupação em -0,8 p.p. de 2009 em relação a 2001. Destacou-se ainda a redução da desocupação para a faixa entre 20 e 24 anos no período (15,5% em 2001 e 11,0% em 2009). A maior taxa de desemprego para a população entre 15 a 17 anos foi observada entre as mulheres (43,3%), os auto declarados como outras etnias (35,5%), residentes da área urbana (36,2%) e nos grandes municípios (35,6%).

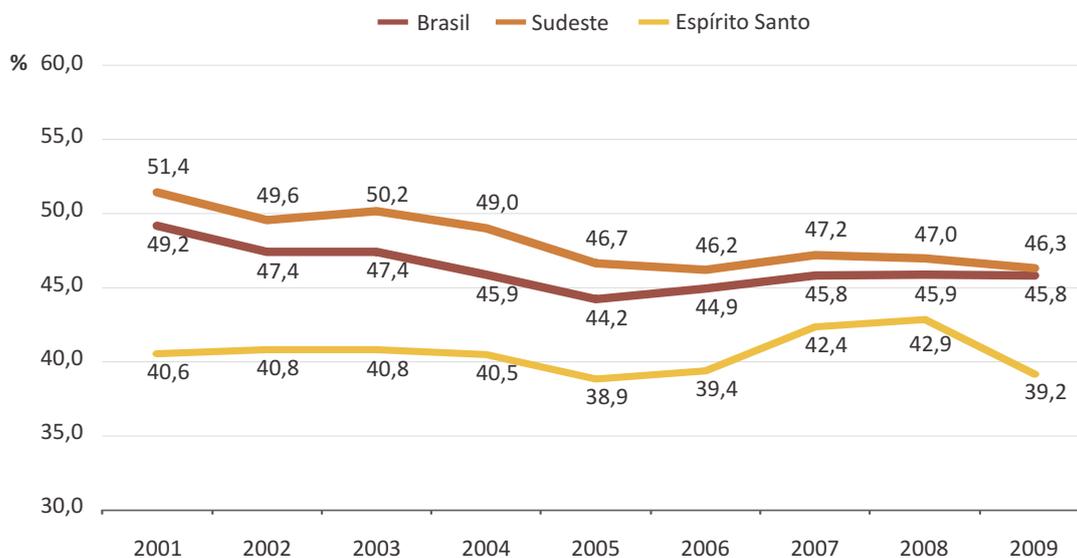
### Taxa de desemprego segundo faixa etária por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Razão de dependência

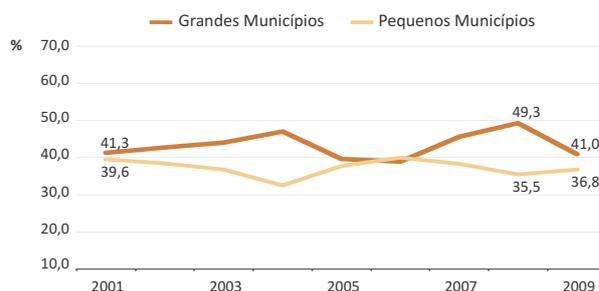
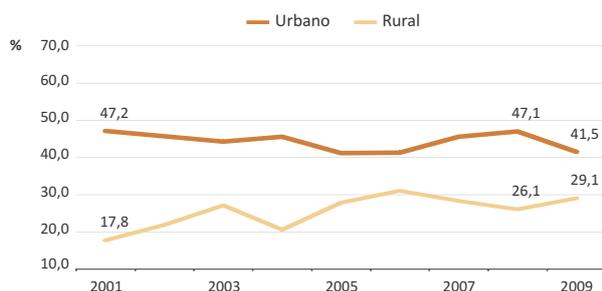
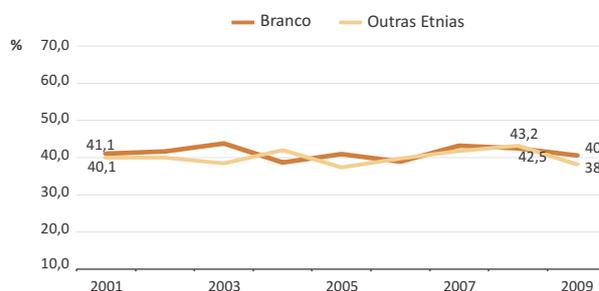
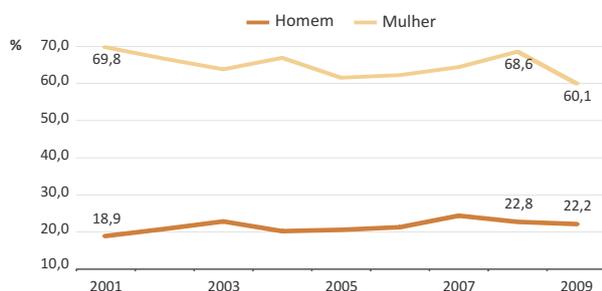
## Razão de dependência (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A razão de dependência no Espírito (39,2%) registrou valores menores em comparação à região Sudeste (46,3%) e Brasil (45,8%), em todo o período analisado. Ao se comparar os resultados de 2009 com 2008, observou-se uma redução de 3,7 p.p. na razão de dependência capixaba, que conferiu o segundo menor nível do período analisado. A análise por gênero indicou uma razão de dependência menor para homens (22,2%) em relação às mulheres (60,1%), em todo o período. Em 2009, verificou-se razão de dependência maior para os auto declarados brancos (40,6%) em relação aos auto declarados como outras etnias (38,2%) e para os grandes municípios (41,0%) em relação aos pequenos municípios (36,8%). Menores valores foram verificados para a área rural, durante todo o período, em comparação a área urbana.

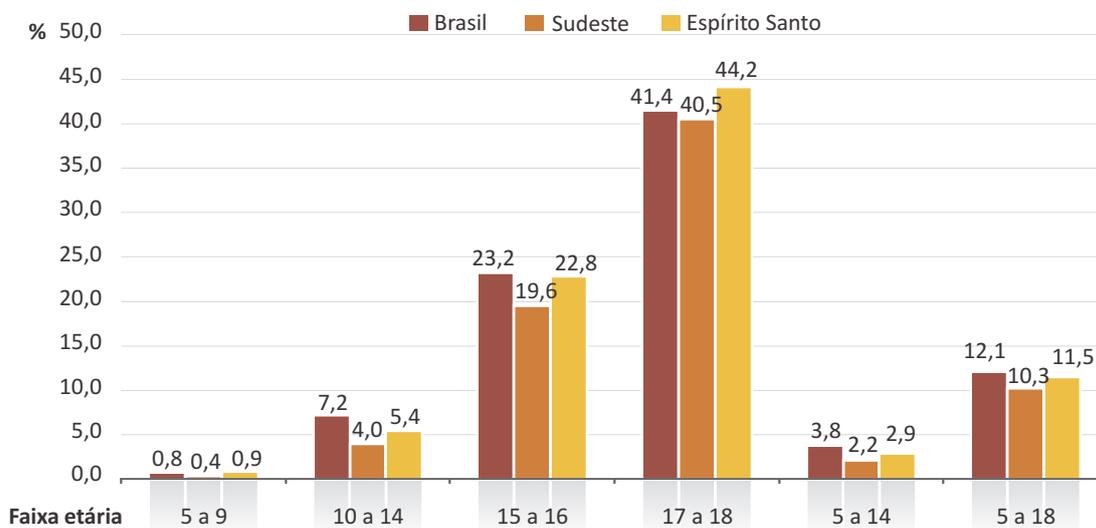
## Razão de dependência por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Trabalho infantil<sup>1</sup>

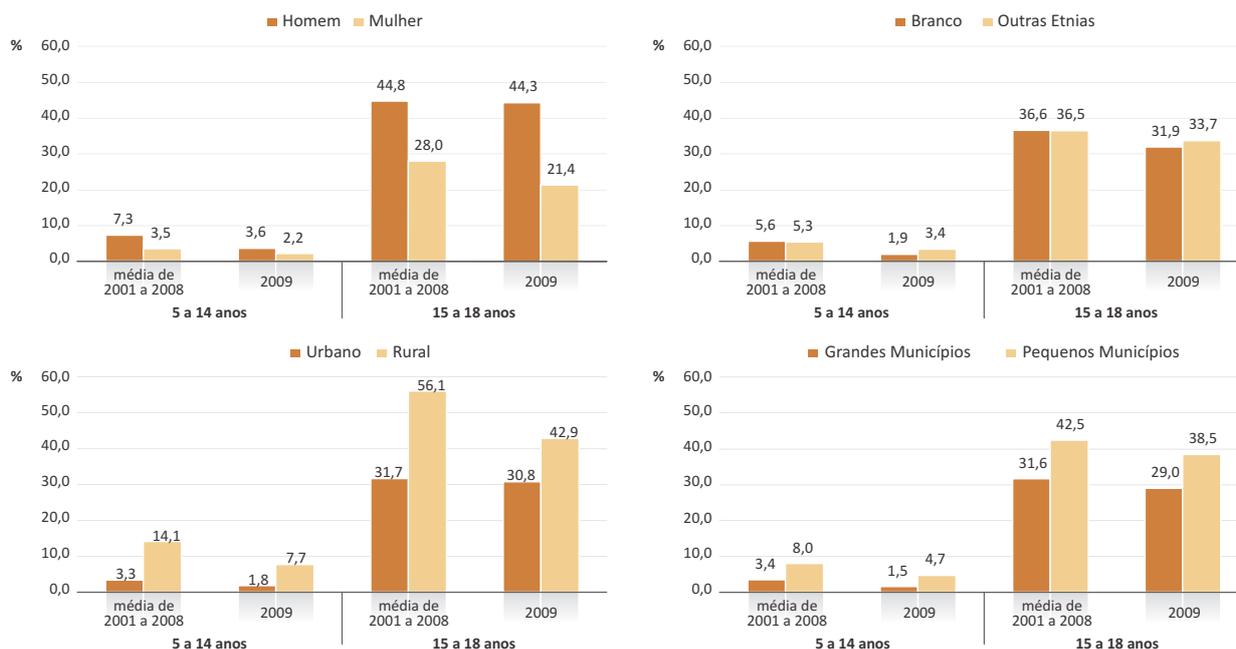
### Taxa de ocupação das pessoas de 5 a 18 anos de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No ano de 2009, a taxa de ocupação para as pessoas com até 18 anos de idade exibiram valores próximos para o estado, região Sudeste e Brasil. O Espírito Santo obteve seu maior nível para a faixa de idade de 17 a 18 anos (44,2% de ocupação). Entre a faixa de idade de 5 a 14 anos, o Espírito Santo (2,9%) apresentou valor menor que o Brasil (3,8%), mas superior a região Sudeste (2,2%). Na média do período de 2001 a 2008 e no ano de 2009, as faixas etárias de 5 a 14 anos e 15 a 18 anos tiveram taxa de ocupação superior para os homens, para a área rural e para os pequenos municípios, em relação as mulheres, área urbana e grandes municípios, respectivamente. As pessoas auto declaradas como brancas apresentaram considerável queda na taxa de ocupação da faixa etária de 5 a 14 anos, passando de 5,6% na média de 2001 a 2008 para 1,9% em 2009.

### Taxa de ocupação das pessoas de 5 a 18 anos de idade por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009

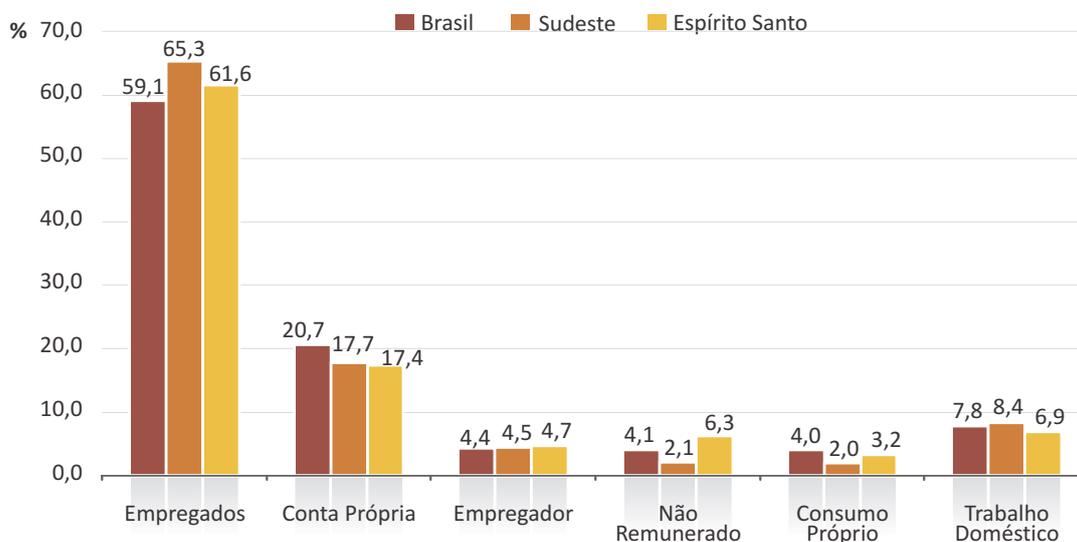


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

<sup>1</sup>De acordo com a Constituição Federal de 1988 considera-se trabalho infantil os menores de 16 anos, sendo que no caso de trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, a idade mínima é de 18 anos. No entanto, é permitido o trabalho como aprendiz a partir dos 14 anos.

## Posição na ocupação

### Posição na ocupação no trabalho principal: todas as pessoas ocupadas (15 anos ou mais) Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



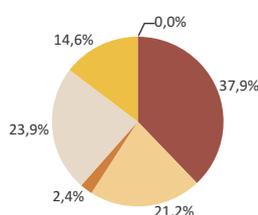
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A posição na ocupação em 2009 mostrou distribuição semelhante entre Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo verificou-se 61,6% de indivíduos na situação de empregados, enquanto que no Brasil e na região Sudeste a percentagem de empregados foi de 59,1% e 65,3%, respectivamente. O Espírito Santo (6,3%) apresentou a maior proporção de não remunerados em relação ao Brasil (4,1%) e a região Sudeste (2,1%). A análise por setor mostrou diferenças significativas para as atividades agrícolas e não agrícolas, como, por exemplo, a participação dos empregados de 37,9% no setor agrícola e de 67,1% no setor não agrícola e a participação do trabalho não remunerado, sendo de 23,9% na atividade agrícola e de 2,3% na atividade não agrícola. Em relação ao tamanho dos municípios, essas diferenças também foram verificadas, porém com menor intensidade. Ainda percebe-se considerável diferença nos trabalhadores para consumo próprio, representando 5,0% nos pequenos municípios e 1,9% nos grandes municípios.

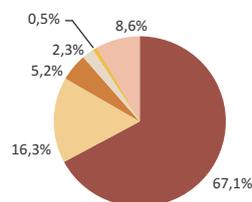
### Posição na ocupação no trabalho principal em atividade agrícola e não agrícola e por tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009

Empregados Conta própria Empregador Não remunerado Consumo próprio Trabalhador doméstico

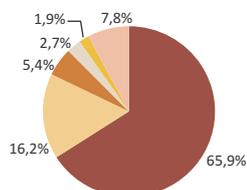
Posição no trabalho principal em atividade agrícola



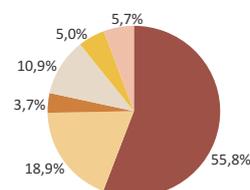
Posição no trabalho principal em atividade não agrícola



Posição no trabalho principal em grandes municípios



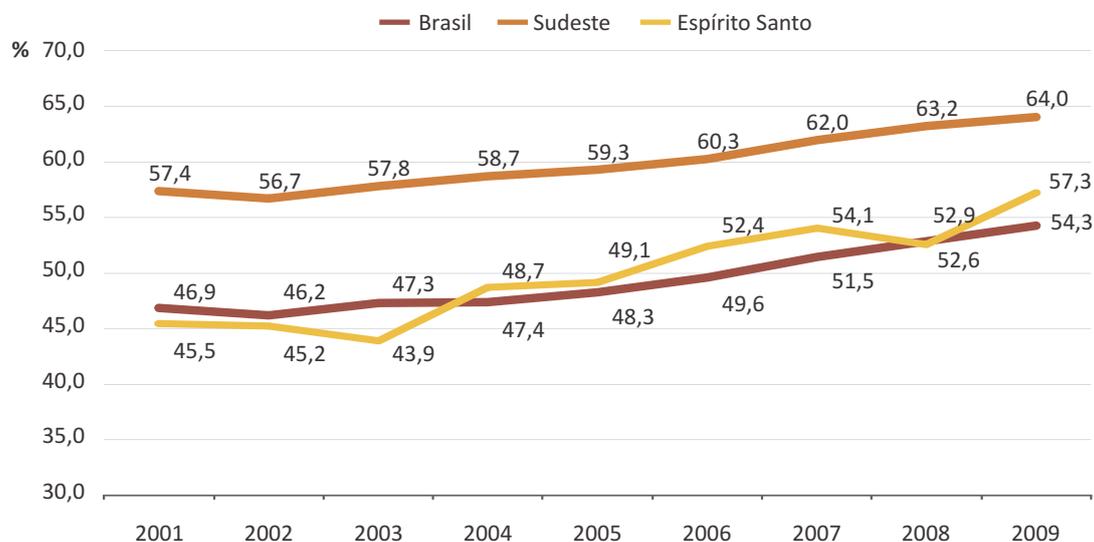
Posição no trabalho principal em pequenos municípios



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Contribuição previdenciária

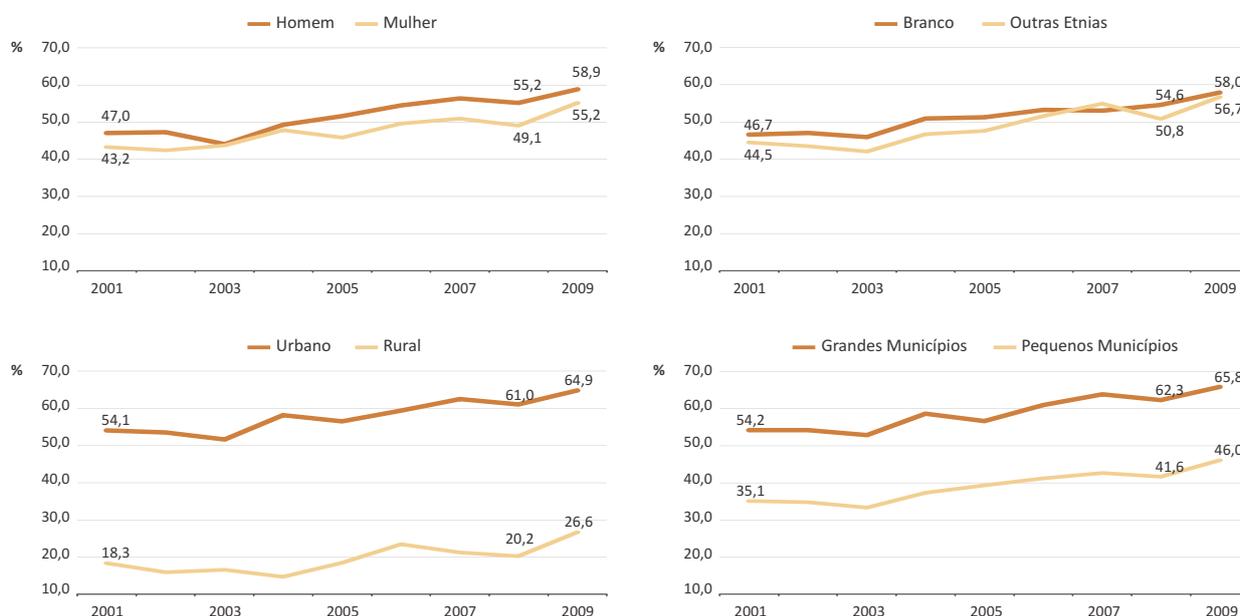
### Porcentagem de pessoas ocupadas que contribuem para a previdência social (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A contribuição previdenciária para os ocupados no Espírito Santo passou de 45,5% em 2001 para 57,3% em 2009. Observou-se uma proximidade entre os valores encontrados para o Espírito Santo e Brasil, porém inferiores aos encontrados na região Sudeste. Em 2009, a análise por gênero e cor mostrou maiores porcentagens de contribuição para os homens (58,9%), se comparados as mulheres (55,2%) e para os indivíduos auto declarados de cor branca (58,0%), em relação aos auto declarados outras etnias (56,7%). Além disso, verificaram-se maiores contribuições para os residentes na área urbana (64,9%), se comparados aos residentes na área rural (26,6%), com a diferença desfavorável a área rural chegando a ser próxima de 1/3 na maior parte do período. Ademais houve maior contribuição previdenciária dos residentes nos grandes municípios (65,8%) em relação aos residentes nos pequenos municípios (46,0%).

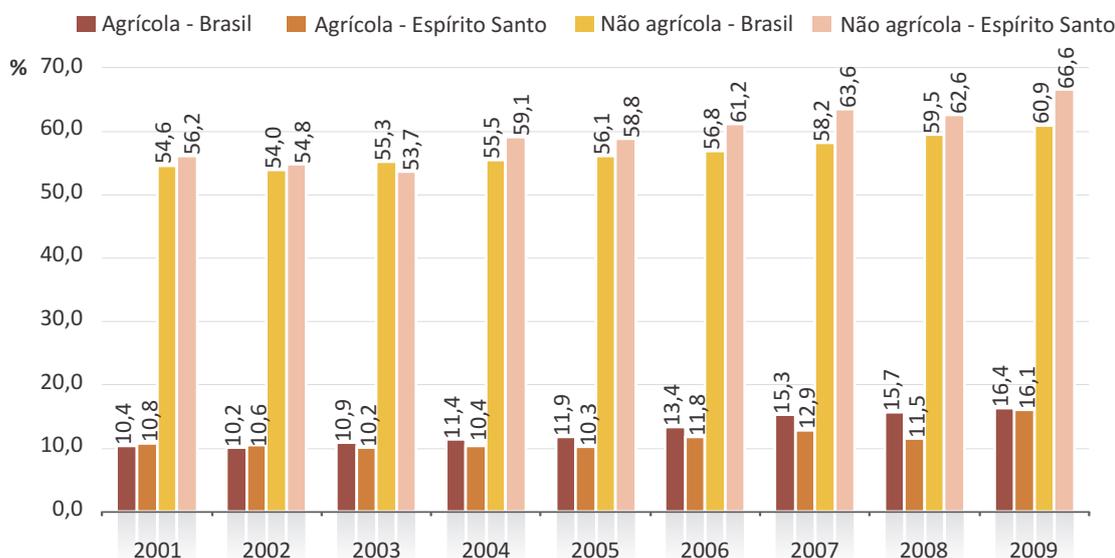
### Contribuição previdenciária por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola

## Pessoas com cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola (15 anos ou mais), Brasil e Espírito Santo, 2001 a 2009

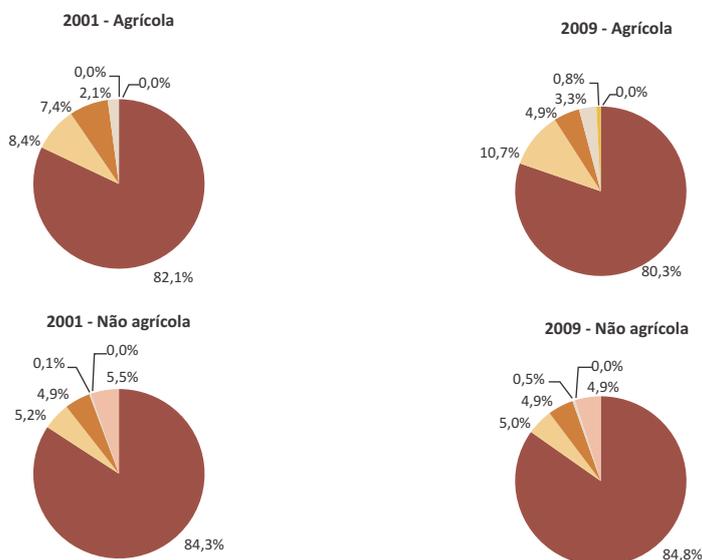


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A cobertura previdenciária apresentou maior incidência para as atividades não agrícolas do que para as atividades agrícolas, tanto para o Espírito Santo como para o Brasil, em todo o período analisado. O Espírito Santo apresentou crescimento da cobertura previdenciária tanto para a atividade agrícola, passando de 10,8% em 2001 para 16,1% em 2009, quanto para a atividade não agrícola, passando de 56,2% em 2001 para 66,6% em 2009. Entre as atividades agrícolas, a maior contribuição referia-se à categoria de Empregados, tanto em 2001 como em 2009, mesma tendência verificada para as atividades não agrícolas. Destacou-se a diferença da categoria de Trabalhador Doméstico cuja contribuição foi bastante superior aos que compuseram o setor não agrícola (4,9%) em relação ao setor agrícola (0,8%).

## Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola por ocupação (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 e 2009

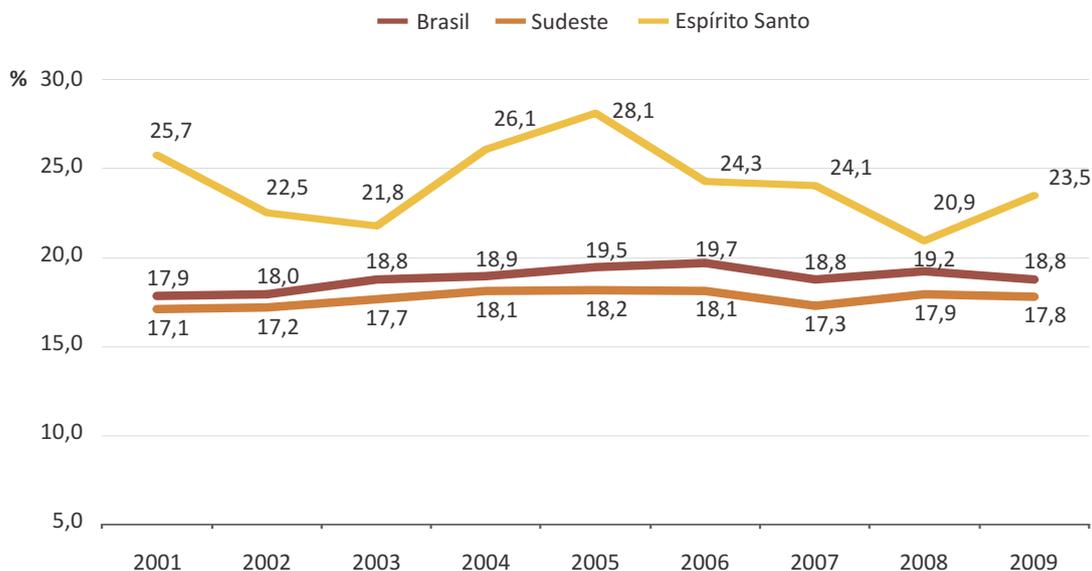
Empregados, Conta própria, Empregador, Não remunerado, Consumo próprio, Trabalhador doméstico



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Pessoas sindicalizadas

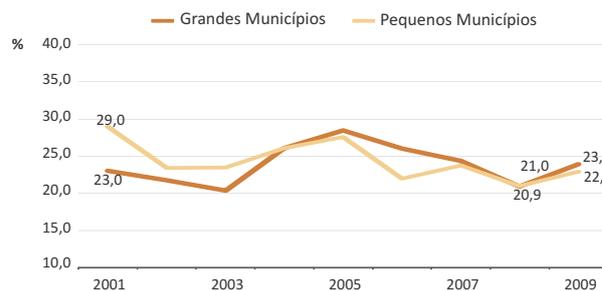
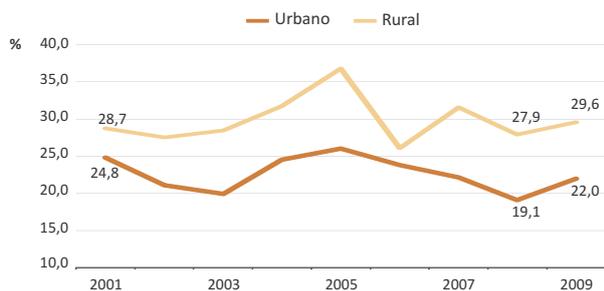
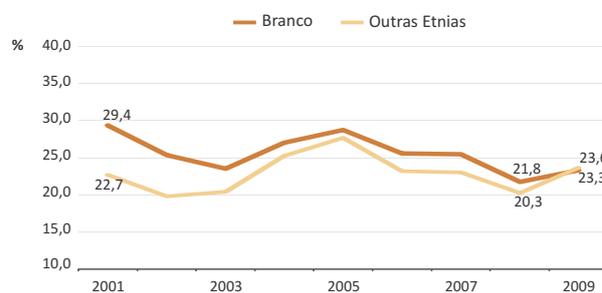
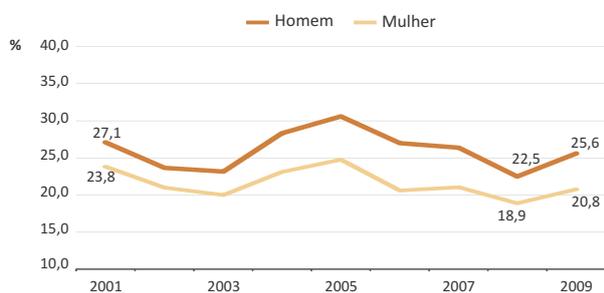
### Pessoas sindicalizadas (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A porcentagem de pessoas sindicalizadas no Espírito Santo alcançou 23,5% em 2009, valor superior ao registrado para a região Sudeste (18,8%) e Brasil (17,8%). Essa superioridade se manteve ao longo de todo o período, e alcançou seu menor nível em 2008 (20,9%). Ademais, em 2009, a sindicalização foi maior entre os homens (25,6%) do que entre as mulheres (20,8%) e muito próxima entre os auto declarados brancos (23,3%) e outras etnias (23,6%). Também foi superior para as pessoas residentes na área rural (29,6%) se comparadas às residentes na área urbana (22,0%). Em 2009, a sindicalização nos grandes municípios (23,9%) superou a sindicalização nos pequenos municípios (22,9%), tendência observada a partir de 2004.

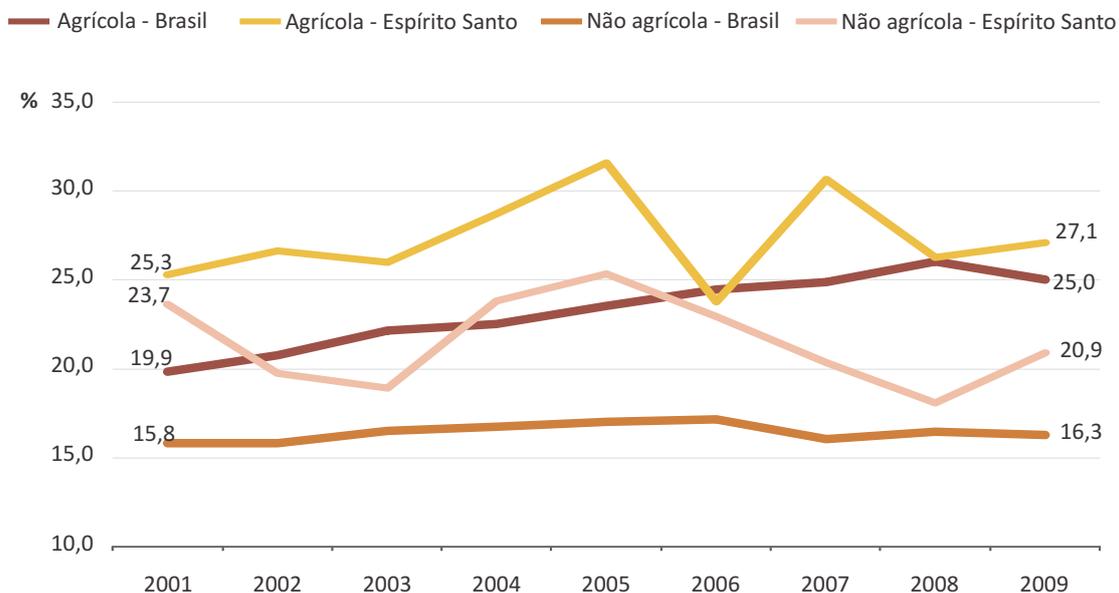
### Pessoas sindicalizadas por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola

## Pessoas sindicalizadas em atividades agrícola e não agrícola (15 anos ou mais), Brasil e Espírito Santo, 2001 a 2009

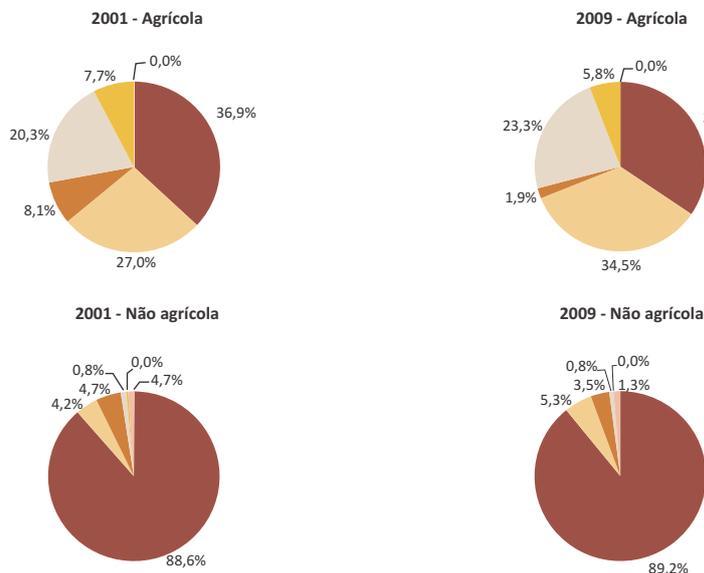


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

O percentual de pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola mostrou maior sindicalização para o Espírito Santo em relação ao Brasil, em todo o período analisado. Observou-se uma tendência de redução na sindicalização não agrícola para o Estado, passando de 23,7% em 2001 para 20,9% em 2009. A categoria mais sindicalizada no estado nos setores agrícola e não agrícola foram os Empregados (tanto em 2001 como em 2009), com participação maior no setor não agrícola. Destaque para os Empregados no setor não agrícola com 89,2% de sindicalização em 2009, ao passo que, no setor agrícola essa participação foi de 34,5%.

## Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola por ocupação (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 e 2009

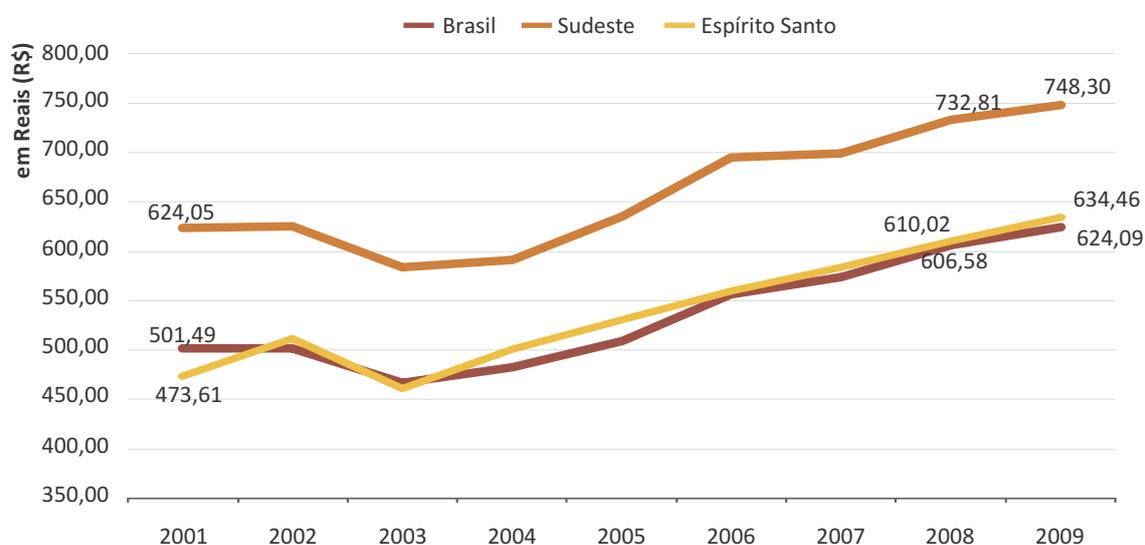
Empregados, Conta própria, Empregador, Não remunerado, Consumo próprio, Trabalhador doméstico



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Renda média domiciliar per capita real

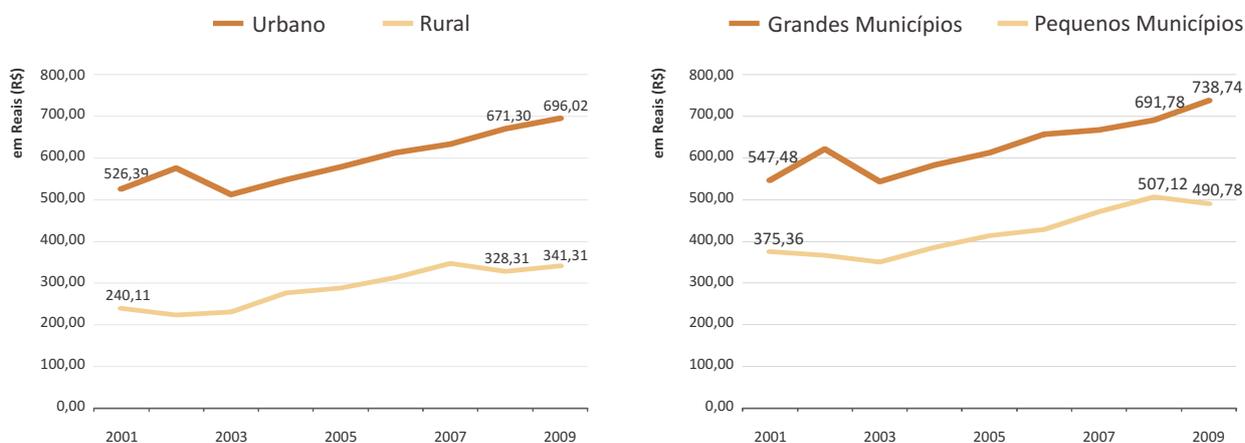
### Renda média domiciliar *per capita* real, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A Renda domiciliar per capita real apresentou comportamento positivo a partir de 2003, tanto para o estado quanto para a região Sudeste e o Brasil. Os valores apresentados pelo Espírito Santo foram próximos aos valores apresentados pelo Brasil, mas sempre inferiores aos valores da região Sudeste, em todo o período da análise. A diferença entre a renda domiciliar do Espírito Santo e da região Sudeste alcançou 17,9% em 2009. Além disso, em 2009, o Espírito Santo apresentou maiores rendas para os residentes na área urbana, 103,9% acima da renda na área rural e nos grandes municípios, com diferença de 50,5% em relação aos pequenos municípios.

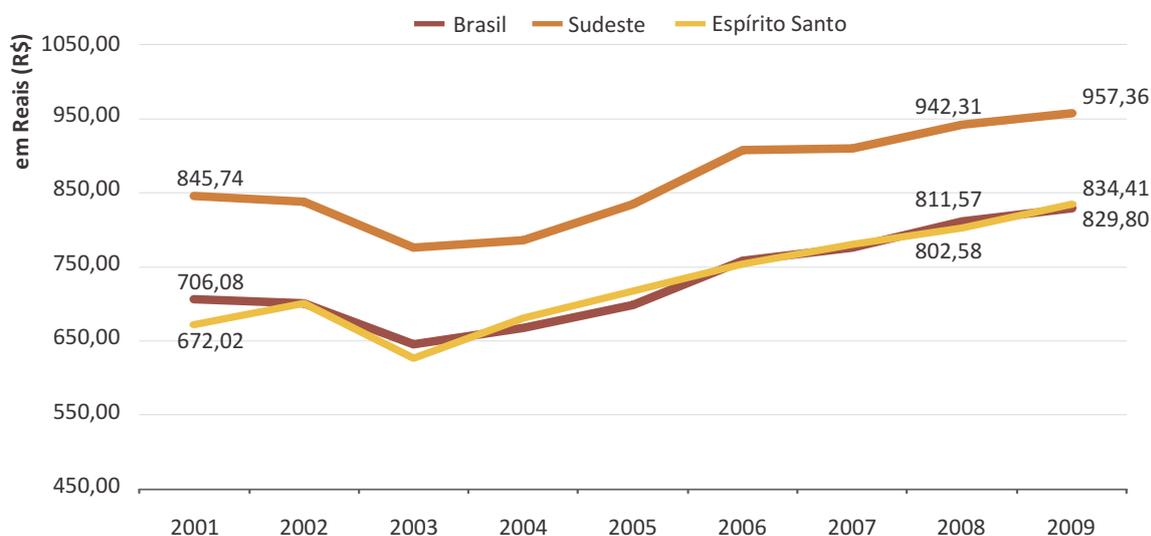
### Renda média domiciliar *per capita* real por situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Renda média real de todas as fontes

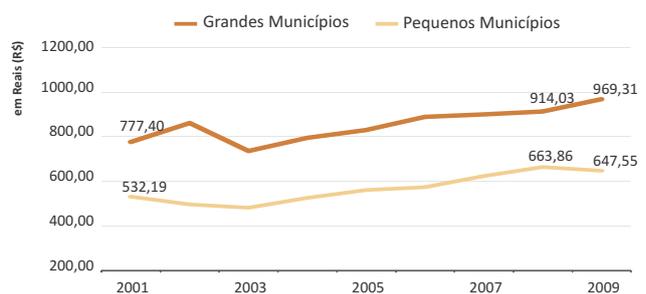
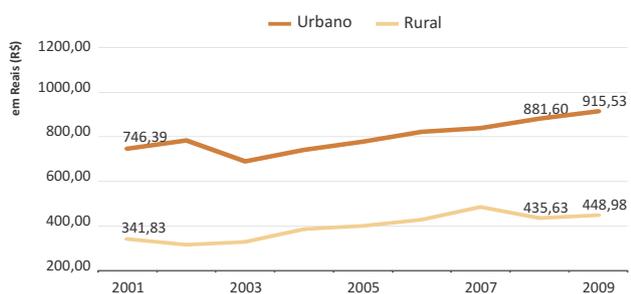
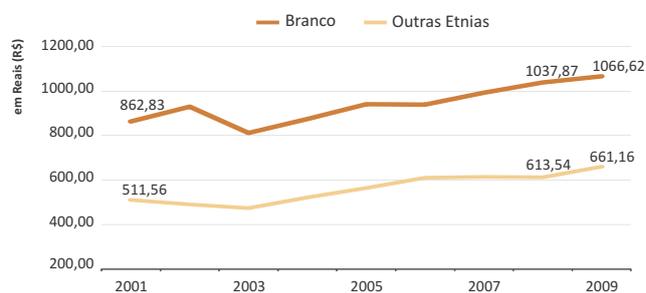
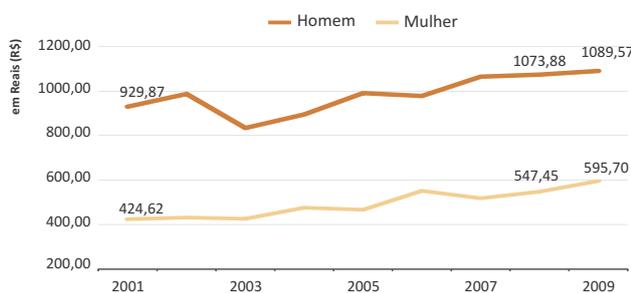
### Renda média real de todas as fontes (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A renda média real (RMR) de todas as fontes apresentou crescimento desde 2003, tanto para o Espírito Santo quanto para a região Sudeste e o Brasil. Os valores mostram que a renda no Espírito Santo se aproxima da renda real média brasileira, porém os valores para o estado foram sempre inferiores aos valores observados na região Sudeste. A diferença entre a RRM de todas as fontes do Espírito Santo com relação à região Sudeste alcançou 14,7% em 2009. Uma análise mais detalhada para o estado mostrou, em todo o período, maiores rendas para os homens (diferença de 82,9% com relação às mulheres), os auto declarados como brancos (diferença de 61,3% maior que os auto declarados como outras etnias), residentes na área urbana (diferença de 103,9% para os residentes na área rural) e nos grandes municípios (diferença de 49,7% em relação aos pequenos municípios).

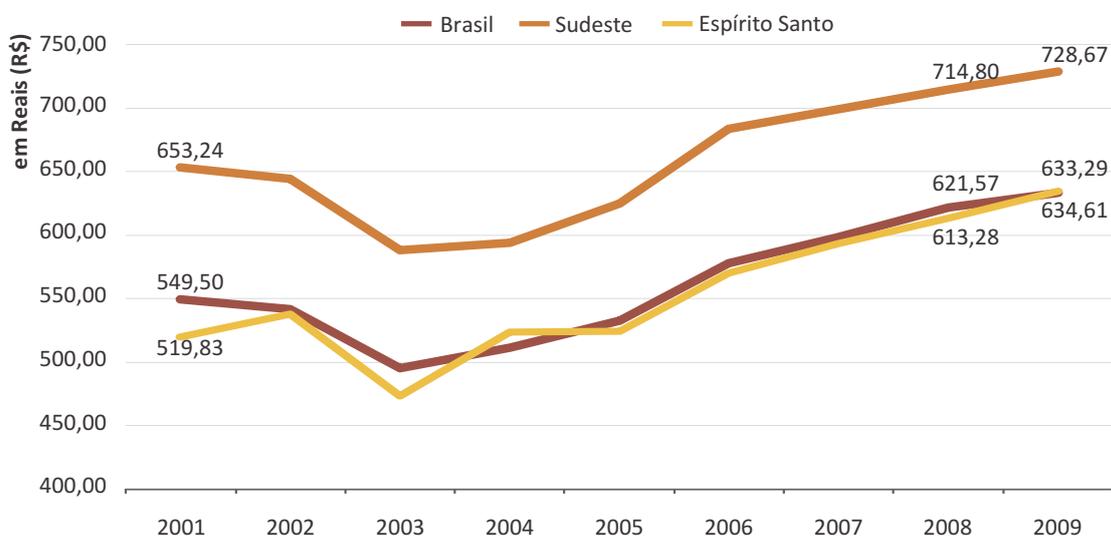
### Renda média real de todas as fontes por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Renda média real de todos os trabalhos

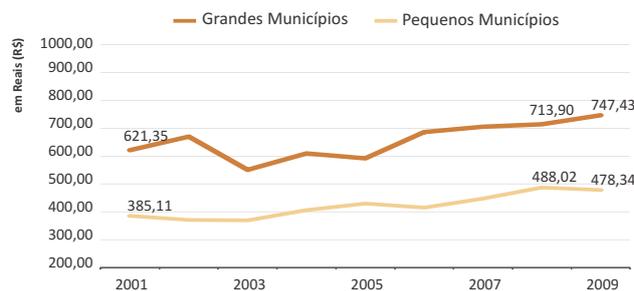
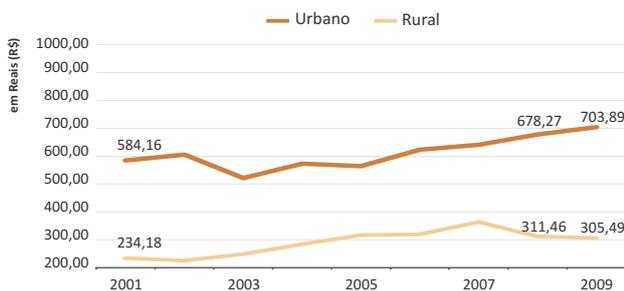
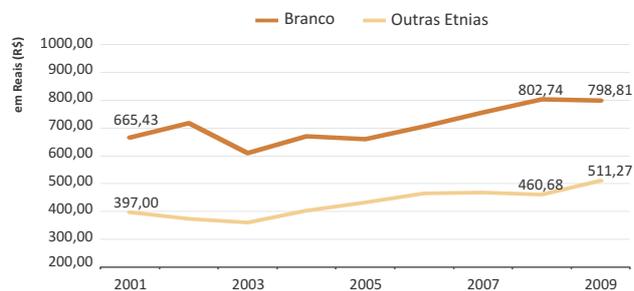
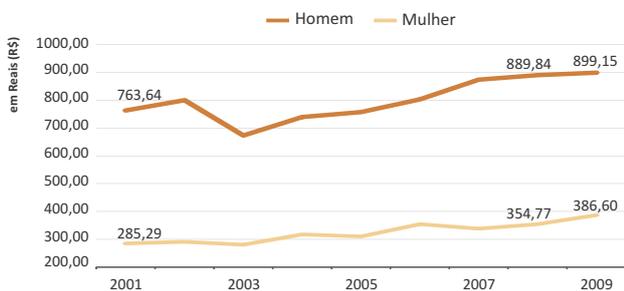
Renda média real de todos os trabalhos (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A renda média real (RMR) de todos os trabalhos aumentou a partir de 2003, tanto para o Espírito Santo quanto para a região Sudeste e o Brasil. Da mesma forma que para o indicador RRM de todas as fontes, os valores da renda de todos os trabalhos mostraram maior proximidade entre o Espírito Santo e Brasil, sendo sempre inferiores aos valores da região Sudeste. A diferença entre Espírito Santo e região Sudeste alcançou 14,8% em 2009. O estado apresentou maiores rendas para os homens (sendo 132,6% maior que a renda das mulheres), para os auto declarados como brancos (diferença de 56,2% em relação aos auto declarados como outras etnias), residentes na área urbana (diferença de 130,4% comparado a área rural) e nos grandes municípios (56,3% maior que os pequenos municípios).

Renda média real de todos os trabalhadores por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.







# **DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CLASSES SOCIAIS**

A análise da distribuição de renda e classes sociais no Estado tem como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quando se observa a distribuição de renda, o indicador mais utilizado é o Coeficiente de Gini. Consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade.

Após a implementação do Plano Real, verificaram-se dois anos de melhora do índice de Gini no Estado, seguido de aumento na desigualdade até o ano de 2000. O grande divisor de águas ocorre a partir do ano de 2001 (ano a partir do qual ocorre queda sistemática do índice); o indicador, que nesse ano era de 0,589, chegou a 0,527 em 2009, após ter chegado ao seu nível mais baixo em 2008 (0,516).

Para a determinação das classes sociais utilizou-se a seguinte divisão baseada nas metodologias de Neri (2008)<sup>1</sup> e Rocha (2000)<sup>2</sup>:

**Tabela 1 - Determinação das classes sociais segundo renda domiciliar, Espírito Santo, 2009**

	Renda Domiciliar Total	Renda Domiciliar per capita
Elite	mais de R\$ 5.120,64	mais de R\$ 1.280,16
Classe Média	de R\$ 1.187,80 a R\$ 5.122,40	de R\$ 296,95 a R\$ 1.280,16
Remediados	de R\$ 630,24 a R\$ 1.187,80	de R\$ 157,56 a R\$ 296,95
Pobres*	menos de R\$ 630,24	menos de R\$ 157,56

Fonte: Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

\* Para os extremamente pobres, os valores são a metade dos considerados para os pobres.

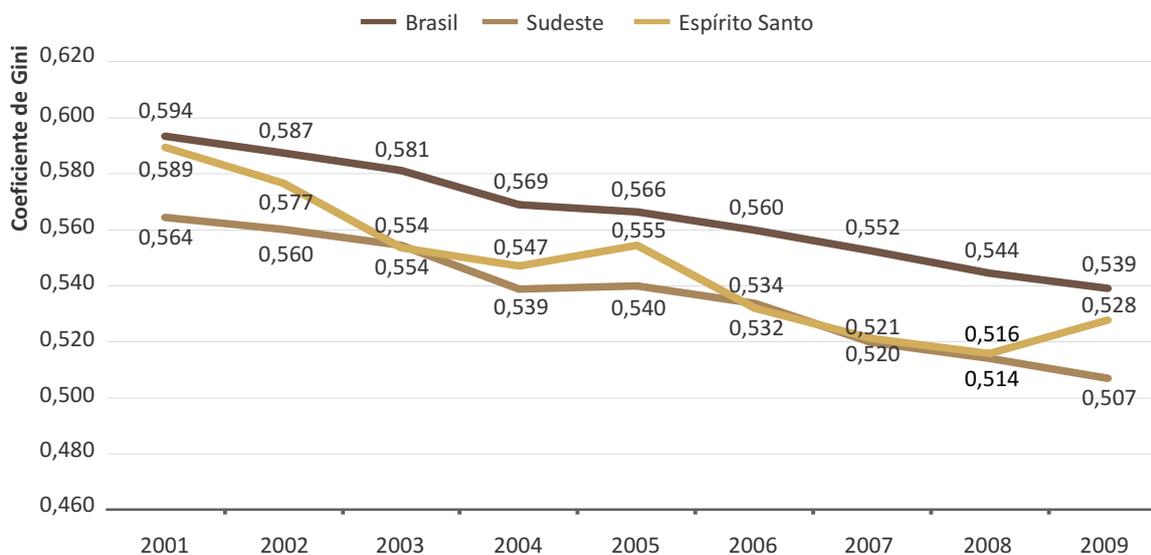
Por meio desses estratos de renda, constatou-se importante redução da taxa de pobreza, de 32,8% em 2001 para 15% em 2009, queda de 54,3% no período. A redução da pobreza no Espírito Santo perdeu intensidade entre 2008 e 2009, com queda de 1,3%. A classe de remediados foi a única classe que não apresentou mudanças significativas. Em 2001 representava 24,9% das famílias, passando em 2008 para 23,7% e em 2009 para 23,8%, um total de 820.418 pessoas. Nos últimos nove anos, o maior crescimento foi verificado na classe média. Esta passa a representar mais de 50% da população capixaba a partir de 2007, mantendo esta proporção em 2009. A elite representava 7,8% da população em 2001, passando para 9,3% em 2008 e 11,1% em 2009. Este aumento em 2009 correspondeu a um total de 70.480 pessoas entrando nessa classe social.

<sup>1</sup> NERI, M. C. (coordenação). A nova classe média: O lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

<sup>2</sup> ROCHA, S. Opções Metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Texto para discussão n°720. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

# Coeficiente de Gini

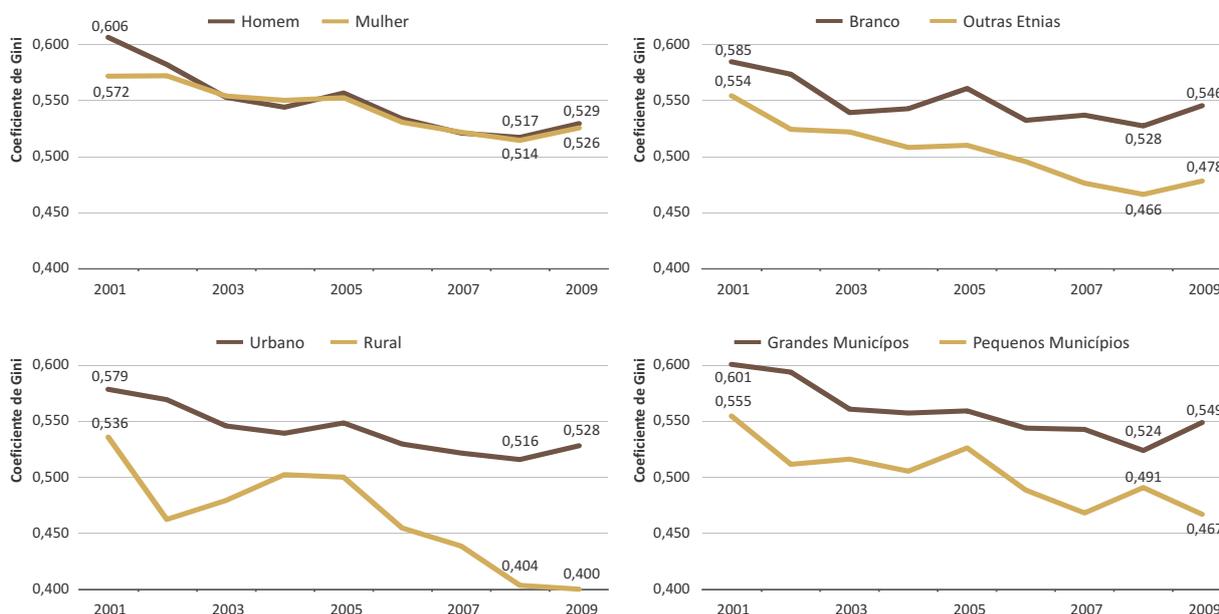
## Coeficiente de Gini, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Entre o período de 2001 e 2009, o Espírito Santo apresentou declínio de 10,5% do índice de Gini, mas ocorreu uma pequena concentração de renda no Estado entre 2008 e 2009: de 0,516 para 0,528. Entre homens (0,529) e mulheres (0,526) este indicador possui trajetória e nível bastante próximos. Entre os brancos (0,546) houve concentração de renda mais elevada do que entre os de outras etnias (0,478). De forma semelhante, a área urbana (0,528) e os grandes municípios (0,549) também concentraram mais renda do que a área rural (0,400) e os pequenos municípios (0,467), respectivamente.

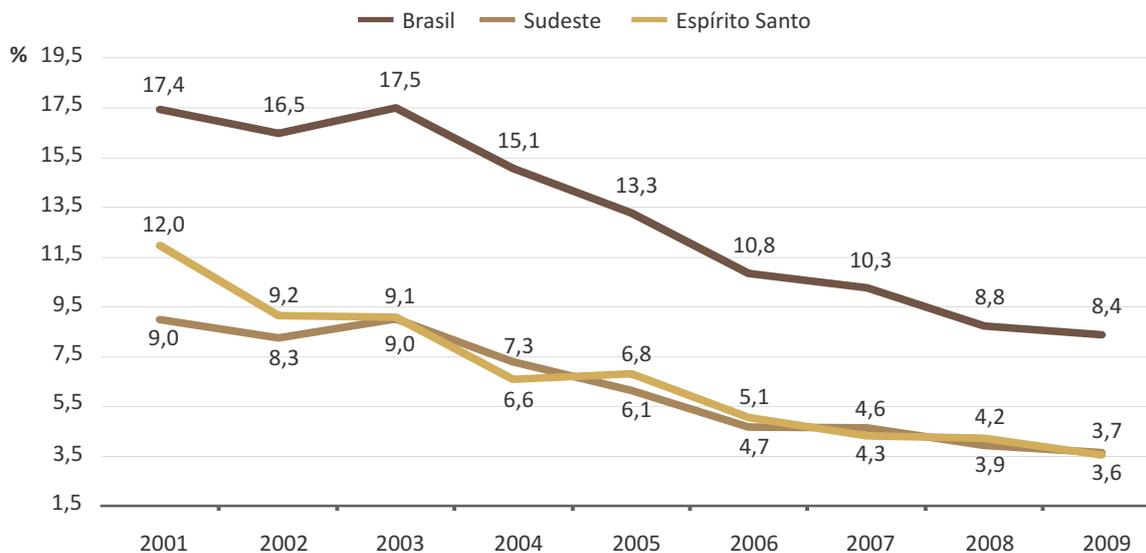
## Coeficiente de Gini por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Extremamente pobres

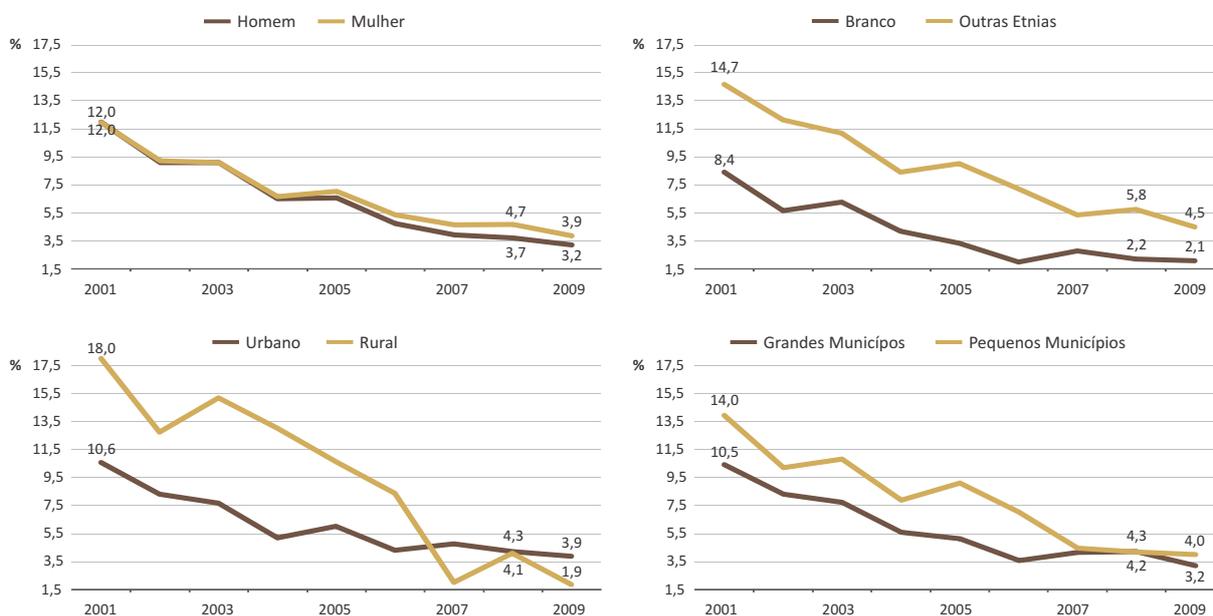
### Porcentagem de pessoas extremamente pobres, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

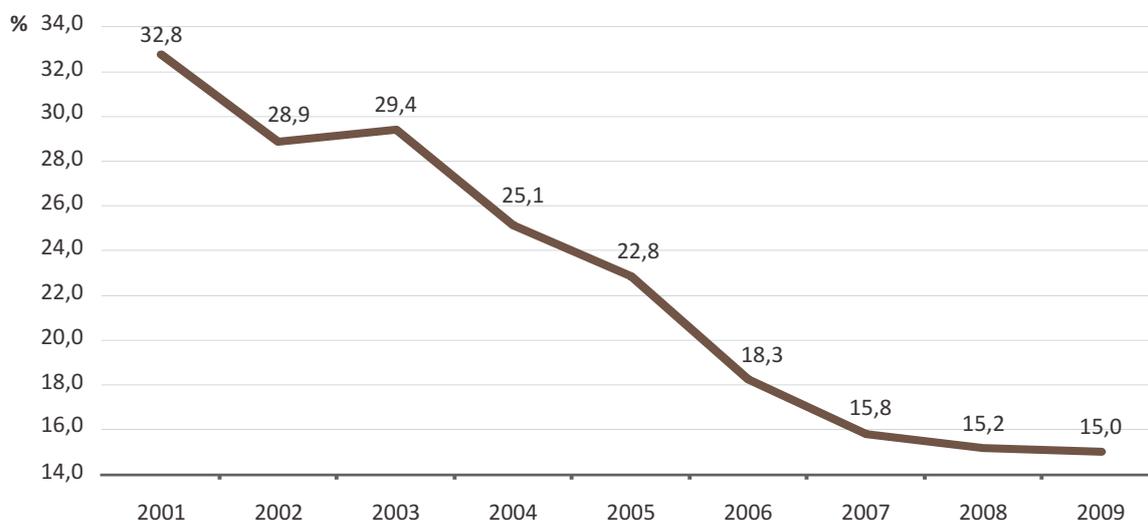
Entre 2001 e 2009 o Espírito Santo apresentou intensa redução na proporção da população extremamente pobre. Para o primeiro ano analisado, 12% da população do Estado se encontravam em situação de extrema pobreza. Já em 2008 e 2009, foram registradas as taxas de 4,2% e 3,6%, respectivamente. Em 2009, o Espírito Santo possuía proporção de extremamente pobres abaixo da Região Sudeste (3,7%) e do Brasil (8,4%). Entre homens (3,2%) e mulheres (3,9%) este indicador apresentou trajetória e nível bastante próximos. Entre os brancos (2,1%) houve menor porcentagem de extremamente pobres do que entre os de outras etnias (4,5%), mas esta diferença declinou. A área rural (1,9%) e os pequenos municípios (4,0%) perceberam maior velocidade na diminuição da extrema pobreza quando comparados, respectivamente, com a área urbana (3,9%) e os grandes municípios (3,2%).

### Porcentagem de extremamente pobres por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

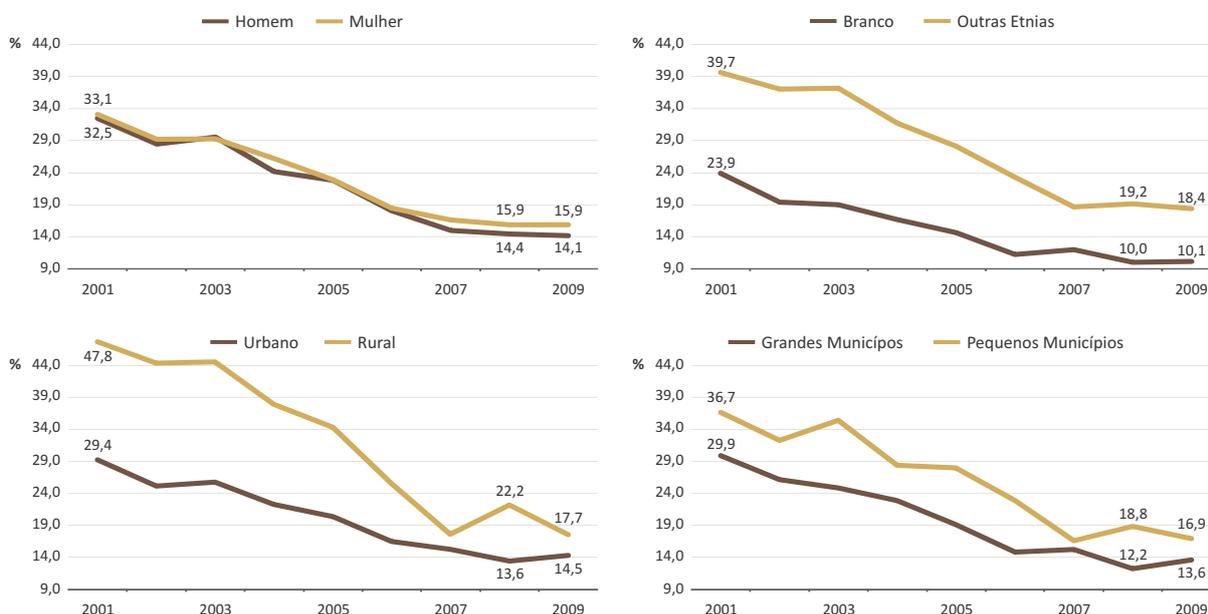
## Porcentagem de Pobres, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No Espírito Santo ocorreu importante redução da taxa de pobreza, de 32,8% em 2001 para 15% em 2009, queda de 54,2% no período. A redução da pobreza para o Estado perdeu intensidade entre 2008 e 2009, com queda de 1,3%. Em 2009, verificou-se no Espírito Santo uma proporção de pobres próxima ao da Região Sudeste (13,7%) e abaixo da nacional (23,9%). A proporção de homens pobres (14,1%) foi inferior à proporção de mulheres (15,9%). Entre os brancos (10,1%) houve menor porcentagem de pobres do que entre os de outras etnias (18,4%), mas esta diferença diminuiu. A área rural (17,7%) e os pequenos municípios (16,9%) apresentaram maior velocidade de diminuição da pobreza quando comparados, respectivamente, com a área urbana (14,5%) e os grandes municípios (13,6%).

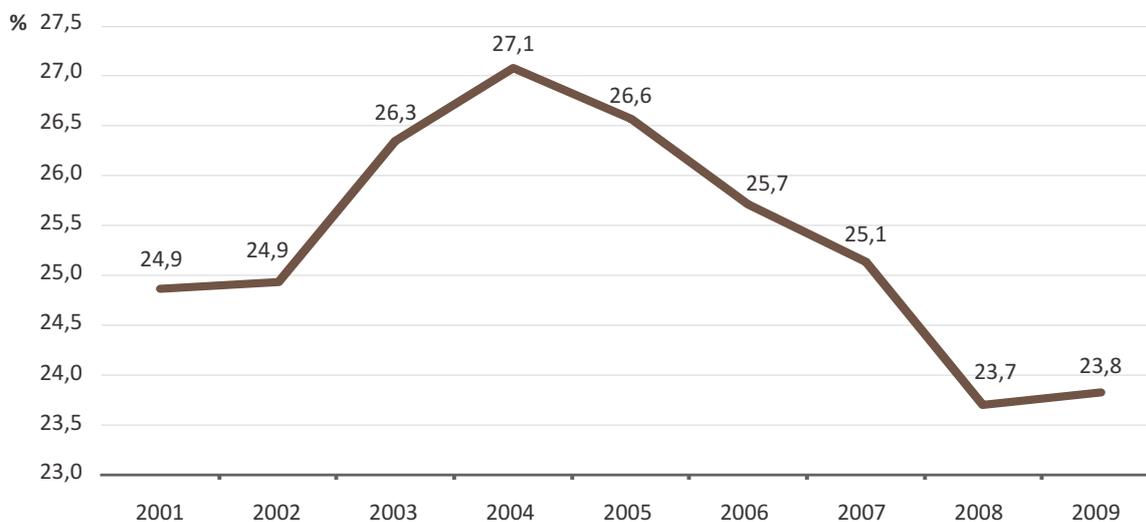
## Porcentagem de pobres por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Remediados

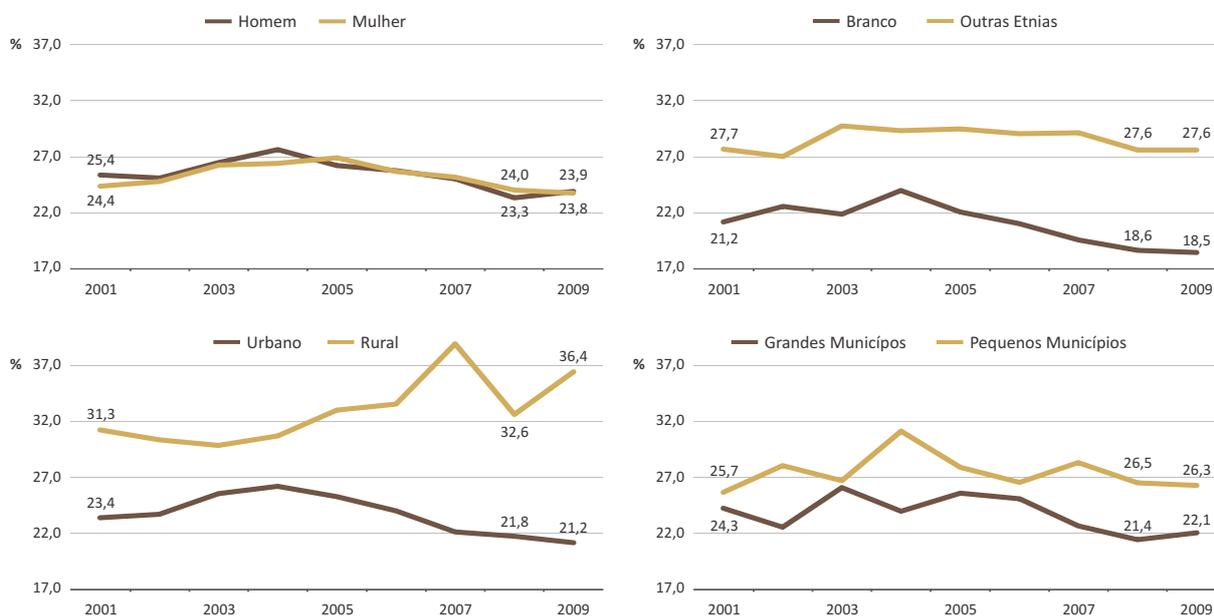
### Porcentagem de Remediados, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No Espírito Santo ocorreu redução da porcentagem de remediados, de 24,9% em 2001 para 23,8% em 2009. A proporção de homens remediados (23,9%) foi próxima à proporção de mulheres remediadas (23,8%). Entre os brancos (18,5%) houve menor porcentagem de remediados do que entre os de outras etnias (27,6%), e esta diferença apresentou elevação. A área rural (36,4%) e os pequenos municípios (26,3%) apresentaram aumento da proporção de remediados em 5,1 p.p e 0,6 p.p., respectivamente. Na área urbana (21,2%) e nos grandes municípios (22,1%), ambos apresentaram uma redução de 2,2 p.p..

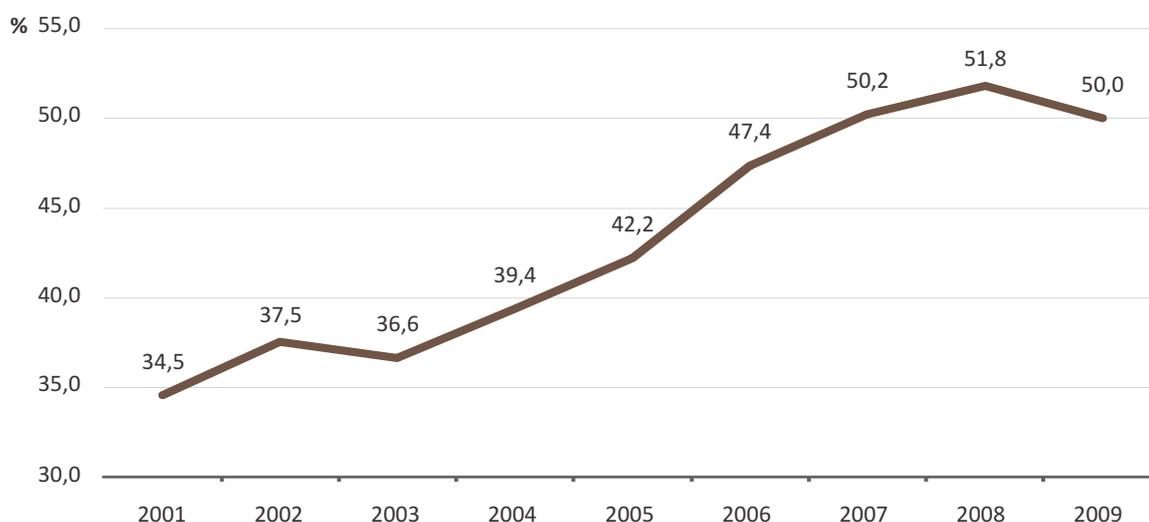
### Porcentagem de remediados por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Classe média

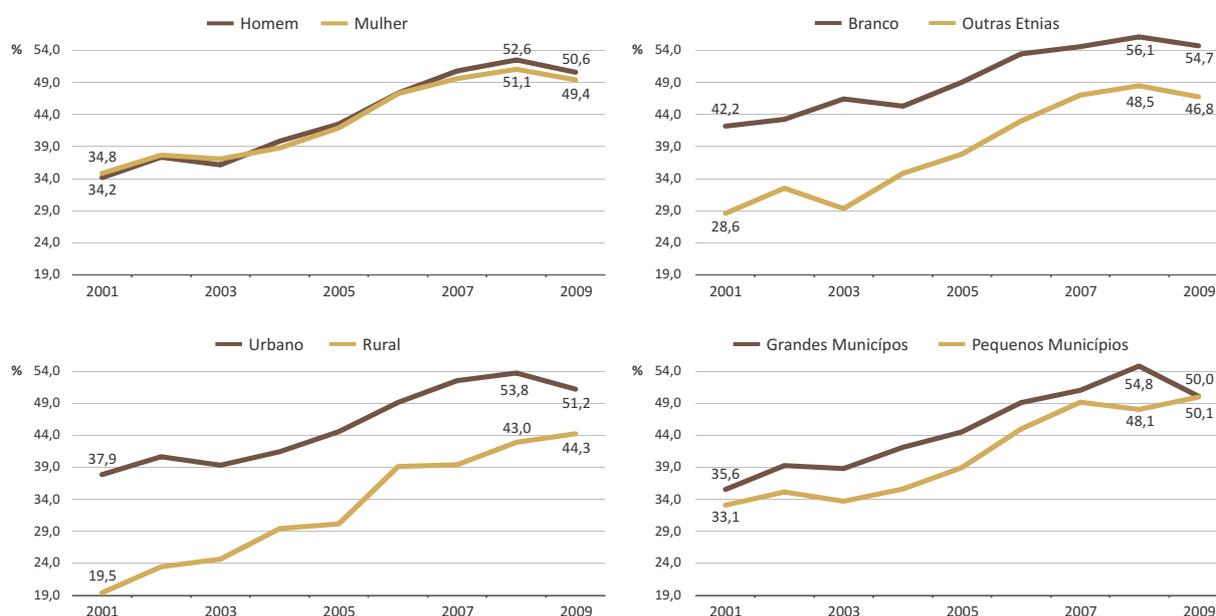
**Porcentagem de pessoas na classe média, Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No Espírito Santo ocorreu importante elevação da classe média, de 34,5% em 2001 para 50,0% em 2009. A proporção de homens na classe média (50,6%) esteve próxima à proporção de mulheres (49,4%). Entre os brancos (54,7%) houve maior porcentagem de pessoas na classe média do que entre os de outras etnias (46,8%), mas esta diferença está diminuindo. A área urbana (51,2%) apresentou maior proporção de indivíduos na classe média do que a área rural (44,3%). Além disso, houve um processo de convergência entre os grandes e pequenos municípios, em que ambos, em 2009, possuíam 50% das pessoas na classe média, com maior velocidade de crescimento para os pequenos municípios (16,9 p.p.) comparativamente aos grandes (14,5 p.p.).

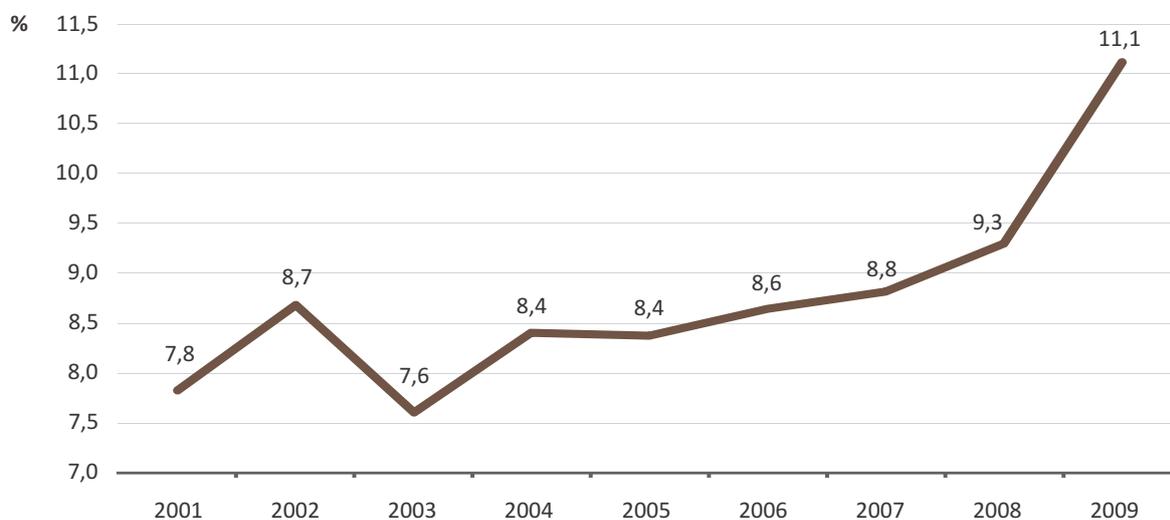
**Porcentagem de pessoas na classe média por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Elite

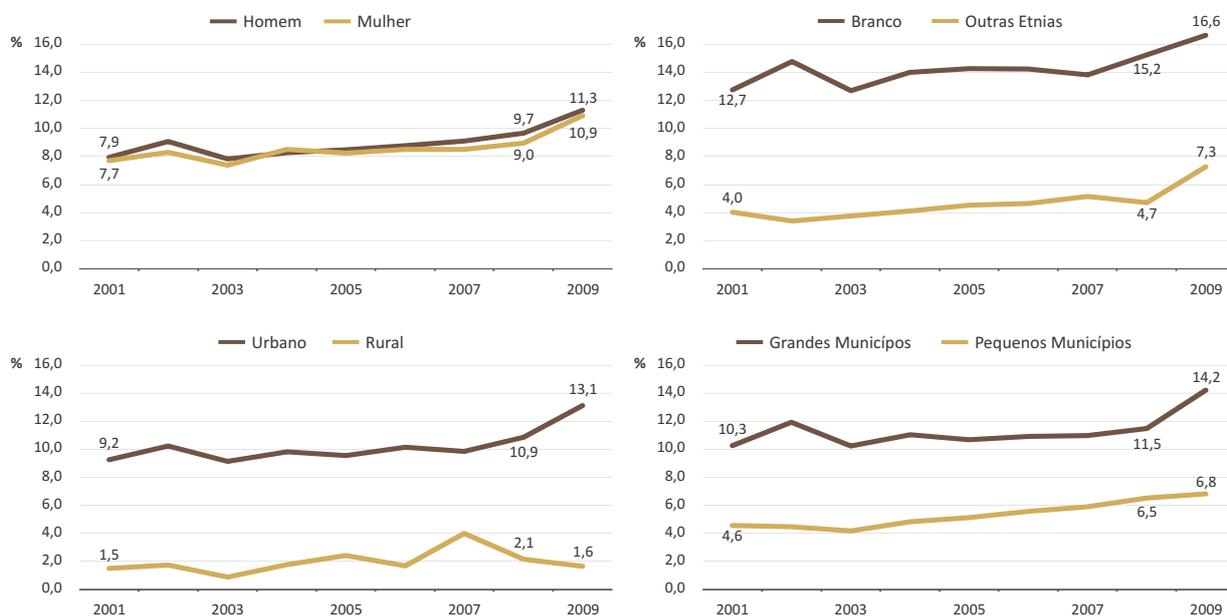
## Porcentagem de pessoas na elite, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

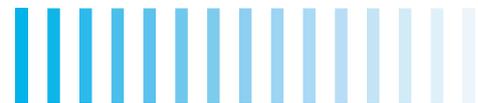
No Espírito Santo ocorreu elevação da proporção de pessoas pertencentes à elite, de 7,8% em 2001 para 11,1% em 2009. A proporção de homens na elite (11,3%) esteve próxima à proporção de mulheres (10,9%). Entre os brancos (16,6%) houve maior porcentagem do que entre os de outras etnias (7,3%), diferença que se manteve praticamente constante ao longo do período. A área urbana (13,1%) e os grandes municípios (14,2%) apresentaram proporção maior de pessoas na elite do que a área rural (1,6%) e os pequenos municípios (6,8%), respectivamente.

## Porcentagem de pessoas na elite por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.







**EDUCAÇÃO**

A relação direta entre educação e desenvolvimento econômico dos países foi inicialmente estabelecido por Schutz (1973)<sup>1</sup>. Segundo o autor, quanto maior o nível de escolaridade de um indivíduo maior sua contribuição para o desenvolvimento econômico do país.

O estudo de Becker, em 1993, avança na discussão e mostra a importância do investimento em educação como fator para elevar salários, garantir boas ocupações no mercado de trabalho e reduzir níveis de desemprego. O investimento em capital humano é imprescindível na determinação do progresso econômico de indivíduos e países<sup>2</sup>.

Langoni (1973) argumenta que grande parte da desigualdade de renda, no Brasil, entre 1960 e 1970 decorria da baixa escolaridade dos brasileiros<sup>3</sup>.

Felício e Fernandes (2005) destacam ainda os benefícios não-econômicos da educação como melhores condições de saúde, redução da criminalidade, maior coesão social e participação democrática. As conclusões de tais estudos apontam a educação como elemento chave para a promoção da prosperidade social e do desenvolvimento econômico<sup>4</sup>.

Com base nas PNADs de 2001 a 2009, os dados sobre educação no Espírito Santo apresentam uma tendência de aumento na escolaridade média da população. Observou-se um aumento na proporção de pessoas com 25 anos ou mais que terminaram o ensino médio (pelo menos 11 anos ou mais de estudo) e concluíram o ensino superior (pelo menos 15 anos ou mais de estudo).

Nesse mesmo período observou-se uma redução nas taxas de analfabetismo no Espírito Santo para as pessoas com 15 anos ou mais de idade, com destaque para a taxa de analfabetismo funcional que reduziu relativamente mais do que a de analfabetismo “total”. Além disso, à medida que se avançou em direção as classes sociais de maior renda ocorreu uma diminuição na taxa de analfabetismo, chegando próximo de zero, particularmente para a classe de renda mais elevada.

O aumento na escolaridade média e a redução do analfabetismo devem-se ao aumento da frequência escolar de crianças, jovens e adultos e a redução na distorção série-idade. Além disso, a frequência ao ensino superior ocorreu no setor privado, enquanto que o fundamental e médio ocorreram no setor público.

A frequência escolar permite inferir questões sobre alocação do tempo dos jovens (idade entre 16 e 24 anos) entre estudo e trabalho. Observou-se que grande parte desses jovens deixa os estudos para trabalhar. Entre as classes sociais de menor renda ocorreu predomínio de jovens que não trabalham e não estudam. Entre as mulheres isso parece ocorrer com maior intensidade, visto que a gravidez na adolescência parece ser um obstáculo importante.

Verificou-se que nos últimos anos, o Espírito Santo apresentou melhoras consideráveis nos indicadores educacionais, fator chave que segundo Barros *et al.* (2002)<sup>5</sup> essencial para fomentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade de renda e a pobreza.

<sup>1</sup> SCHULTZ, T. W. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1973.

<sup>2</sup> BECKER, GARY S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. Chicago: Universidade de Chicago, 1993.

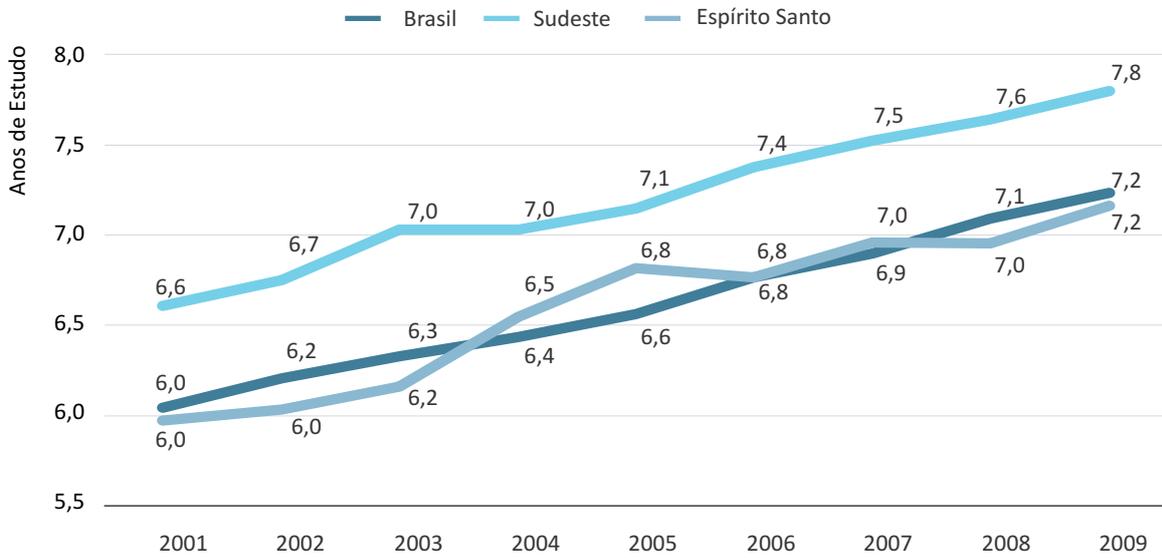
<sup>3</sup> LANGONI, C.G. Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

<sup>4</sup> FELICIO, F. FERNANDES, R. O Efeito da Qualidade da Escola sobre o Desempenho Escolar: uma avaliação do ensino fundamental no Estado de São Paulo. In: Encontro Nacional de Economia, n.33, Salvador, 2005.

<sup>5</sup> BARROS, R. P., HENRIQUE, R. MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2002 (Texto para Discussão, 857).

# Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais

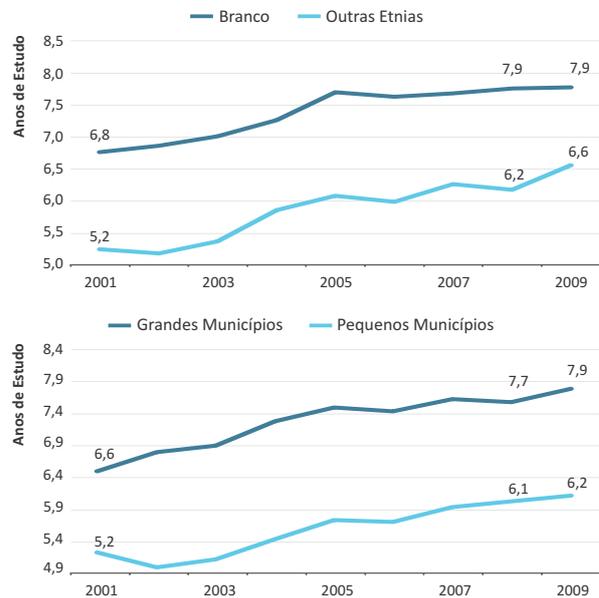
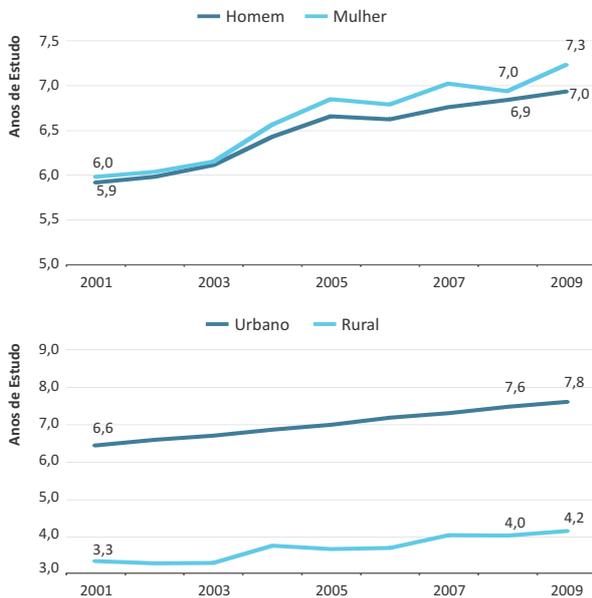
**Escolaridade média para pessoas com 25 anos ou mais de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais no Espírito Santo aumentou de 6,0 anos de estudo, em 2001, para 7,2 anos de estudo, em 2009. Em termos comparativos, observou-se que a escolaridade média para o Espírito Santo foi próxima à média brasileira, porém inferior à média da região Sudeste. Em 2009, ao se comparar a média de escolaridade entre homem e mulher no Espírito Santo, verificou-se que a média das mulheres (7,3) foi sempre superior à dos homens (7,0). Além disso, em 2009 a escolaridade média dos brancos (7,9) foi superior aos de outras etnias (6,6). A população residente na área urbana (7,8) possuía média de escolaridade superior à da área rural (4,2). Para os que residem nos grandes municípios (7,9) a escolaridade média foi superior à dos que residem nos pequenos (6,2).

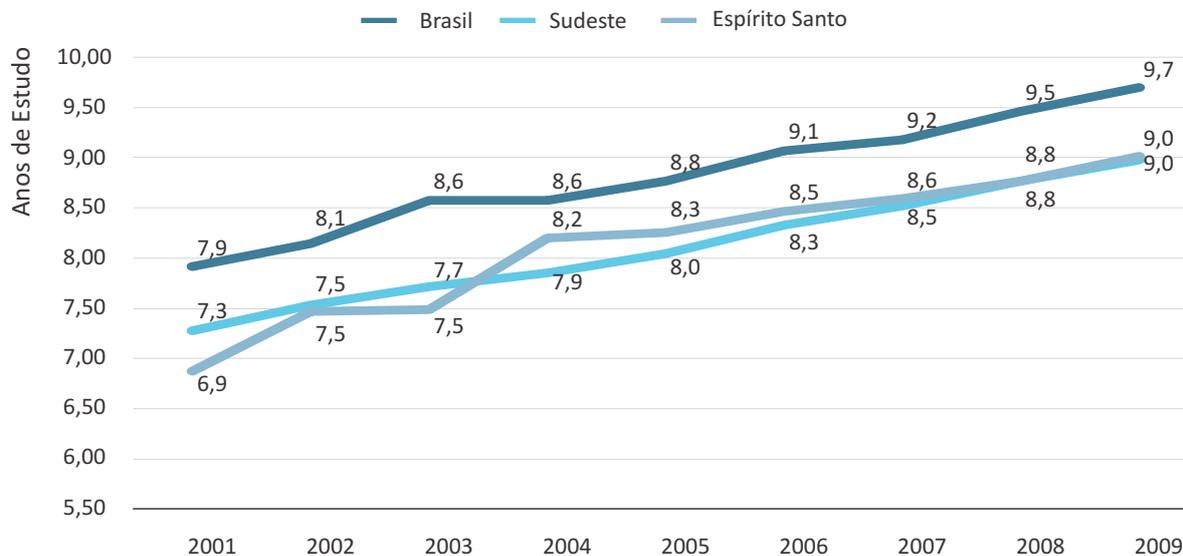
**Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos

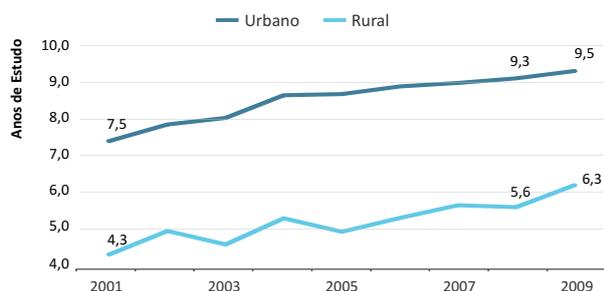
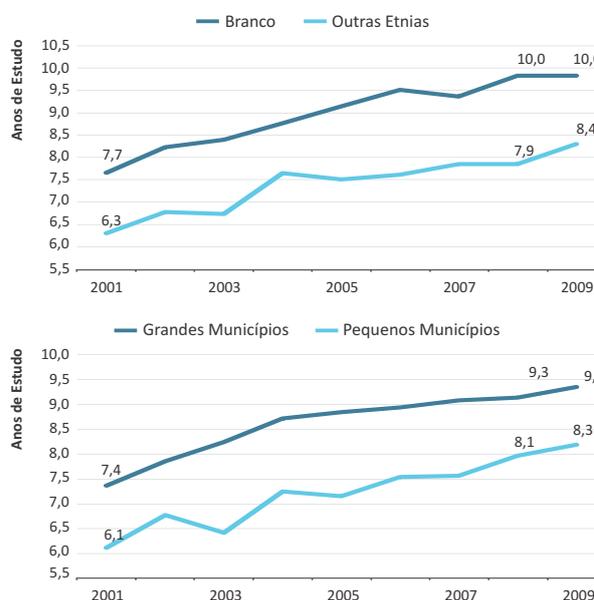
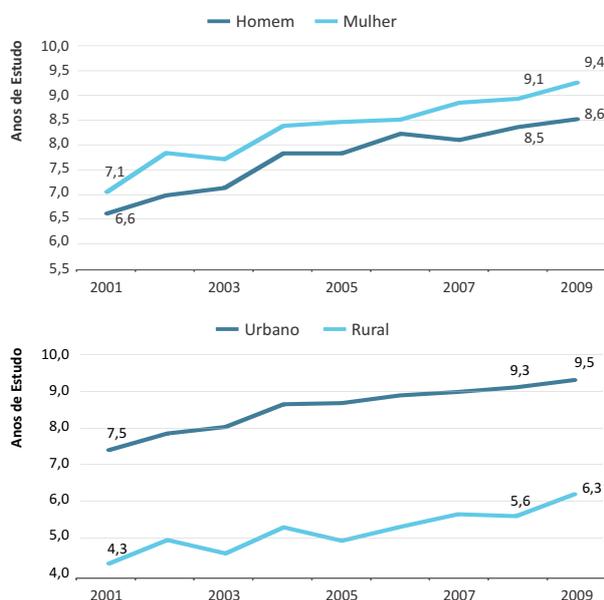
**Escolaridade média para pessoas de 25 e 34 anos de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A escolaridade média dos adultos entre 25 a 34 anos no Espírito Santo aumentou de 6,9 anos de estudo, em 2001, para 9,0 anos de estudo, em 2009. Comparativamente, em 2009, observou-se que a escolaridade média para a faixa de idade considerada para o Espírito Santo (9,0) também foi próxima à média brasileira (9,0), porém inferior à média da região Sudeste (9,7). Ao se comparar a média de escolaridade entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificou-se que a escolaridade média das mulheres (9,4) foi sempre superior à dos homens (8,6). A escolaridade média para os indivíduos de cor branca (10,0) foi superior aos de outras etnias (8,4). A população residente na área urbana (9,5) possuía uma média de escolaridade superior à média da área rural (6,3). Para os que residem nos grandes municípios (9,5) a escolaridade média foi superior aos que residem nos pequenos (8,3).

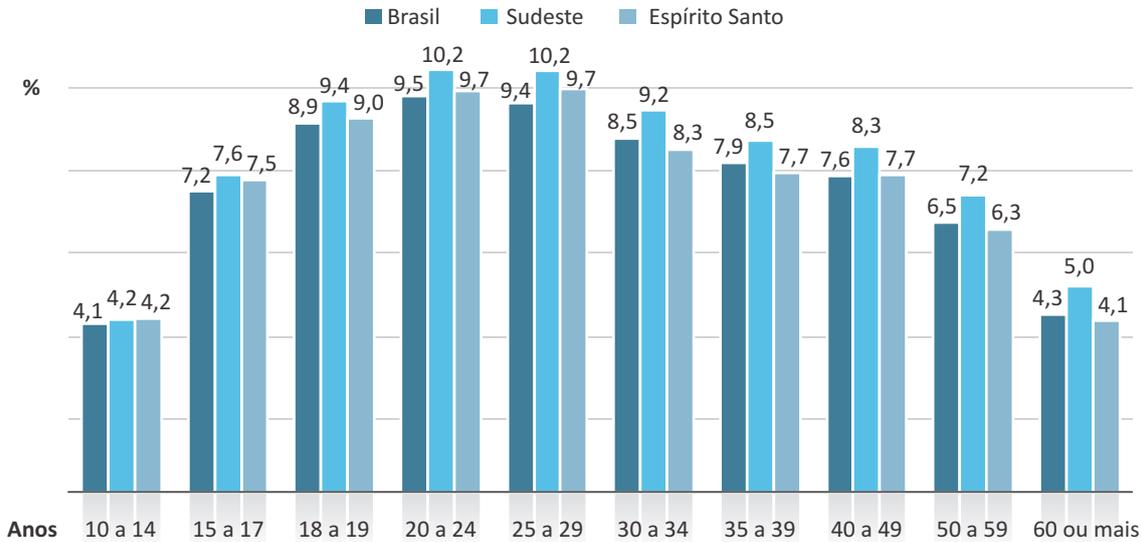
### Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Anos de estudo segundo faixas de idade

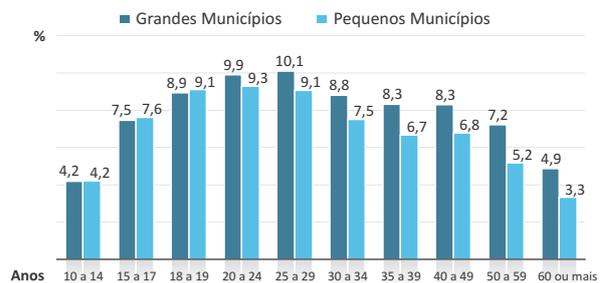
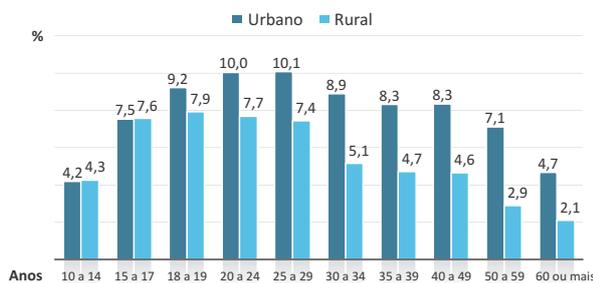
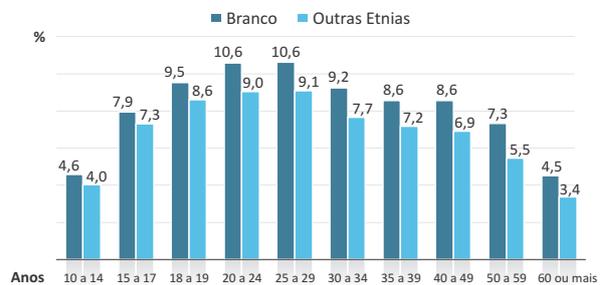
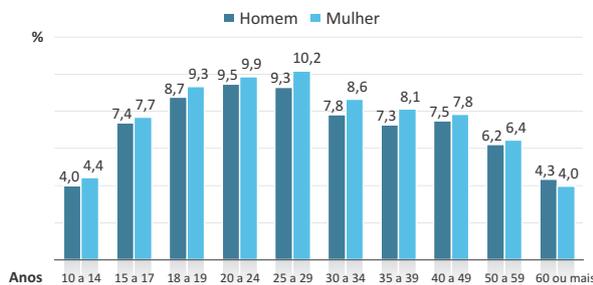
## Número médio de anos de estudo segundo faixa de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No Espírito Santo, os jovens na faixa etária de 20 a 24 anos apresentaram, em média, 9,7 anos de estudo, valor superior à média nacional (9,5), porém inferior à região Sudeste (10,2). Na faixa etária de 25 a 29 anos observou-se a mesma tendência, visto que a média verificada para o Espírito Santo (9,7) foi maior que a média nacional (9,4) e menor que a observada na região Sudeste (10,2). No Espírito Santo, o número de anos de estudo nas faixas mais jovens (18 a 29 anos) foi superior ao das faixas etárias mais avançadas (30 anos ou mais), o que sugere aumento da escolarização média nos próximos anos. Ao se comparar entre homens e mulheres, verificou-se que a mesma foi sempre superior para as mulheres, com exceção da faixa de idade de 60 anos ou mais. Para os indivíduos de cor branca o número médio de anos de estudo também foi superior aos indivíduos de outras etnias. A população residente na área urbana também apresentou maior escolaridade média em relação à área rural, com exceção das faixas de idade até 17 anos. A escolaridade média também foi superior para os residentes nos grandes municípios, para as faixas de idade acima de 19 anos.

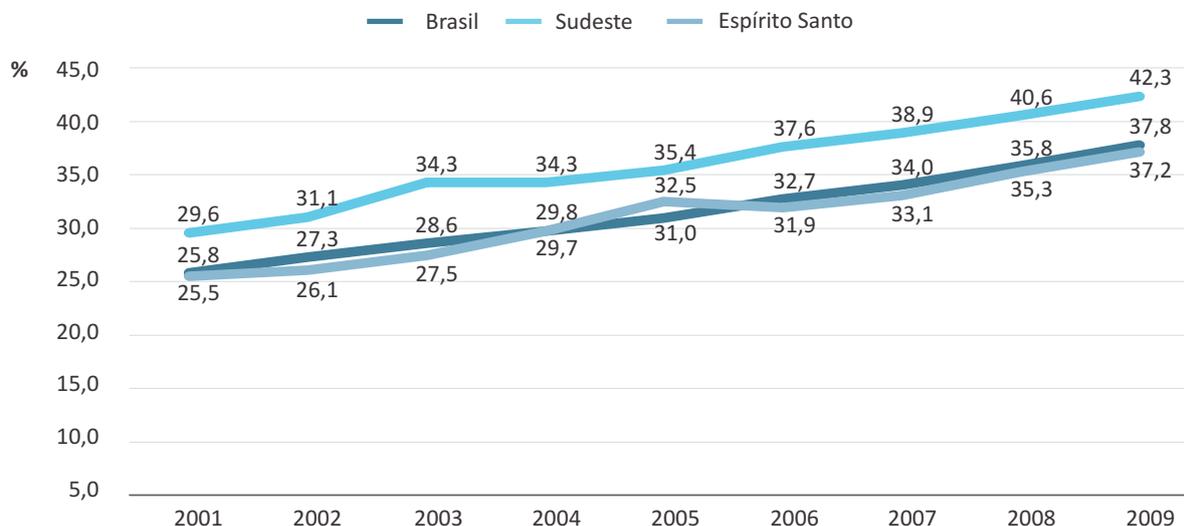
## Número médio de anos de estudo segundo faixas de idade por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo

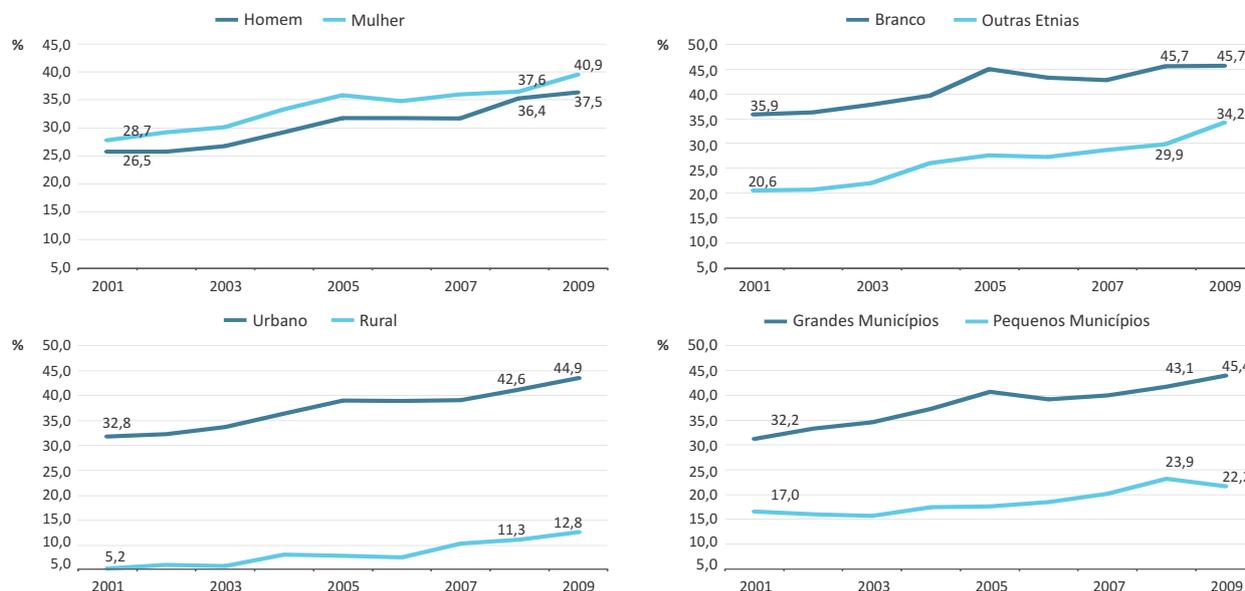
### Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo no Espírito Santo apresentou tendência de crescimento no período, passando de 25,5%, em 2001, para 37,2%, em 2009. Comparativamente ao Brasil e à região Sudeste, o Espírito Santo apresentou uma menor proporção ao longo do período, exceto em 2005, quando superou a região Sudeste (31,0%) e alcançou o valor de 32,5%. Em 2009, ao se comparar a proporção entre homens (37,5%) e mulheres (40,9%) no Espírito Santo, verificou-se que a mesma foi sempre superior para as mulheres. A proporção foi maior entre os brancos (45,7%) do que entre os de outras etnias (34,2%). A população residente na área urbana (44,9%) também se apresentou com maior proporção de pessoas na faixa de idade considerada e com 11 anos ou mais de estudo em relação à área rural (12,8%). Para os que residem nos grandes municípios (45,4%), a proporção foi superior aos que residem nos pequenos (22,2%).

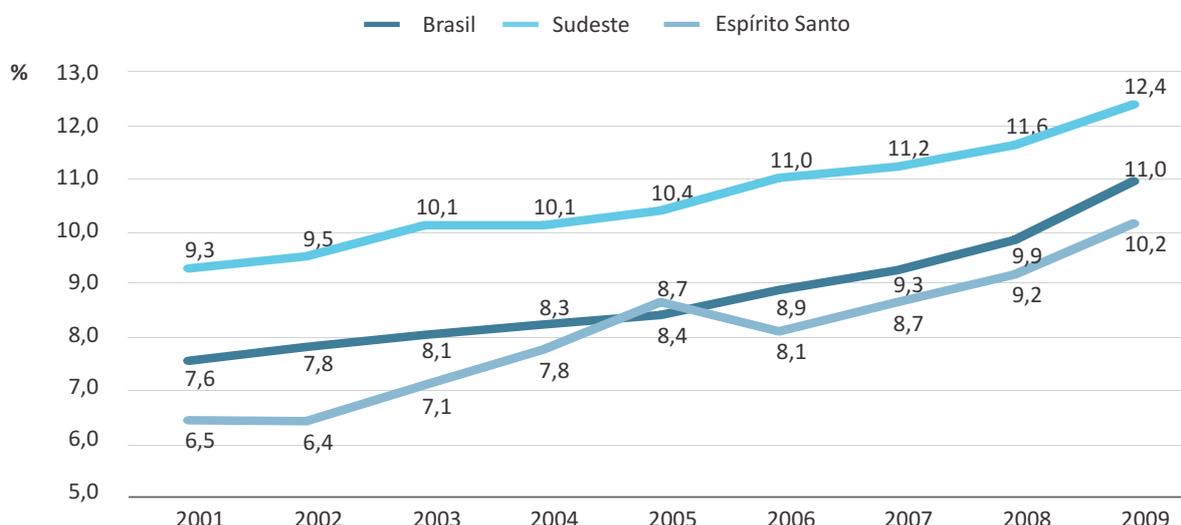
### Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo

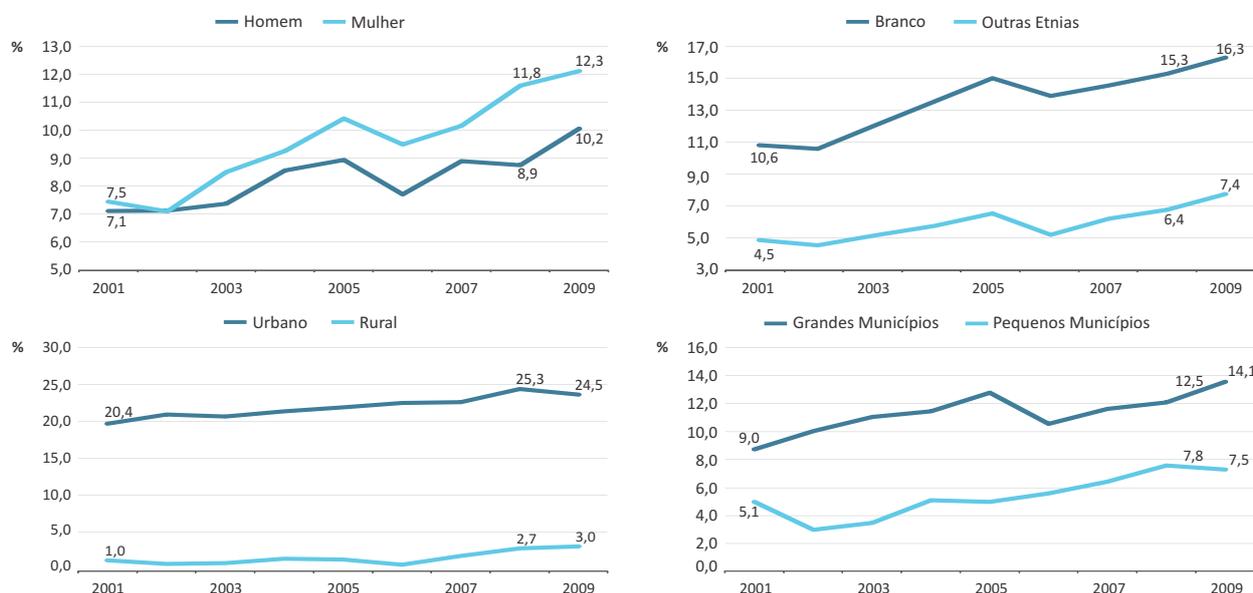
**Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo no Espírito Santo apresentou tendência de crescimento no período, aumentando de 6,5%, em 2001, para 10,2%, em 2009. Comparativamente ao país e à região Sudeste, observou-se uma menor proporção ao longo do período. Em relação a 2009, a proporção para o Estado foi de 10,2%, inferior à proporção encontrada para o Brasil (11%) e a região Sudeste (12,4%). Ao se comparar essa proporção entre homens (10,2%) e mulheres (12,3%) no Espírito Santo, em 2009, verificou-se que a mesma foi superior para as mulheres. Neste quesito, a população de cor branca (16,3%) apresentou uma proporção superior aos de outras etnias (7,4%). Os residentes na área urbana (24,5%) apresentaram uma maior proporção de pessoas na faixa de idade considerada e com 15 anos ou mais de estudo em relação a área rural (3,0%). Para os que residiam nos grandes municípios (14,1%), a proporção foi superior aos que residiam nos pequenos (7,5%).

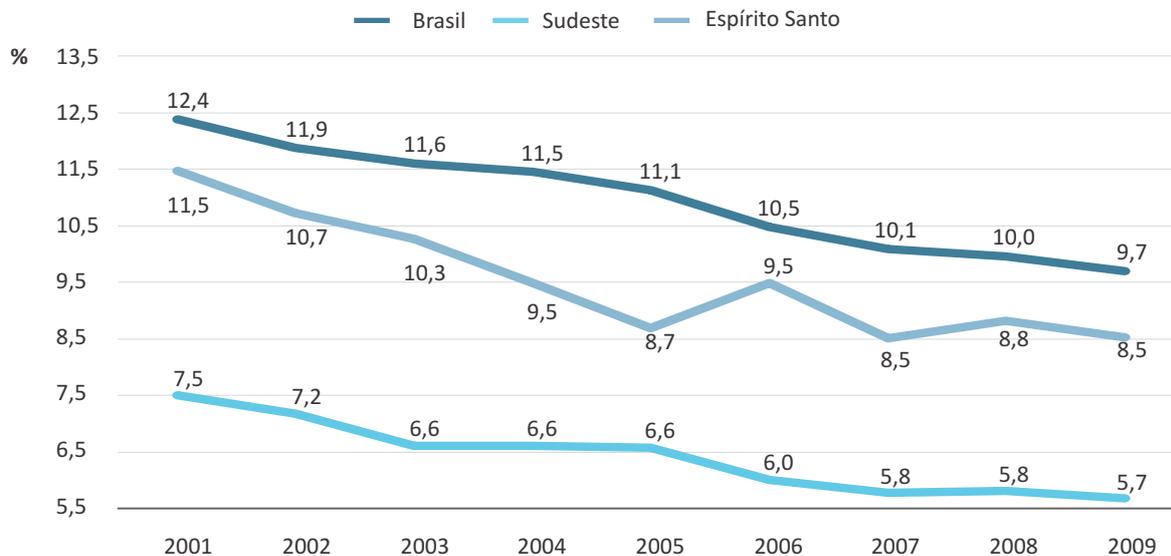
**Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Taxa de analfabetismo

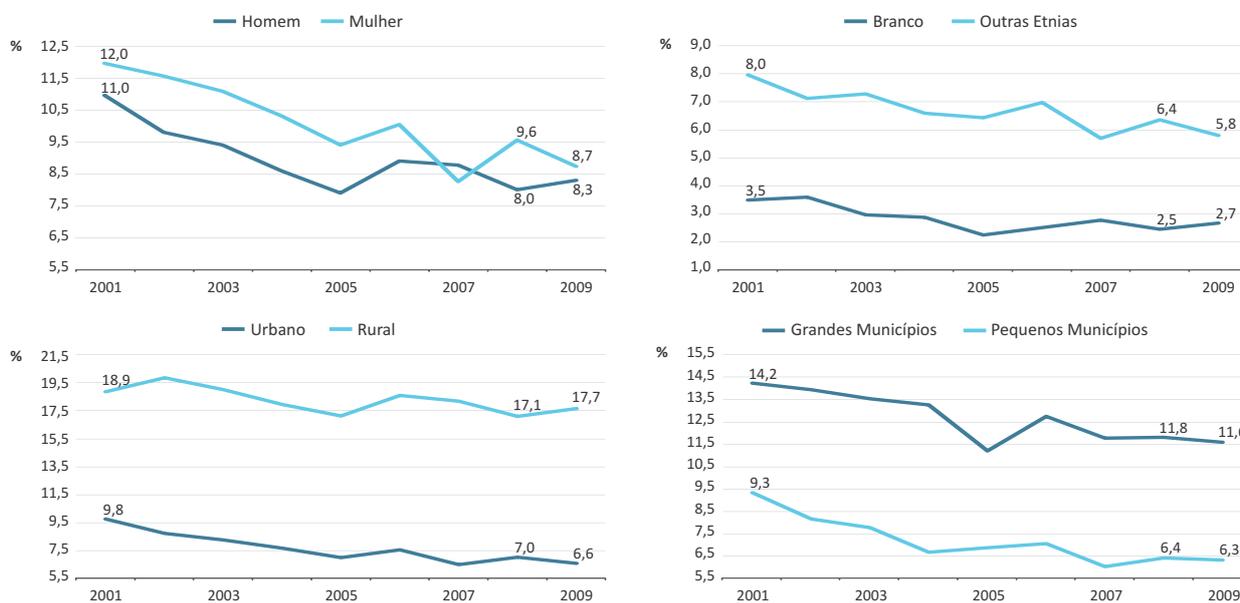
### Taxa de analfabetismo ( pessoas com 15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No período 2001-2009, a taxa de analfabetismo apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo a taxa de analfabetismo passou de 11,5% em 2001 para 8,5% em 2009 (redução de 25,6%), alcançando em 2009 o menor índice do período (8,5%). O analfabetismo foi superior para as mulheres (8,7%) do que para os homens (8,3%) em 2009. Além disso, a taxa de analfabetismo para os indivíduos de cor branca (2,7%) foi inferior aos de outras etnias (5,8%). A população residente na área urbana (6,6%) apresentou menor proporção de analfabetos em relação a área rural (17,7%). A taxa de analfabetismo para os que residiam nos grandes municípios (11,6%) foi superior aos que residiam nos pequenos (6,3%).

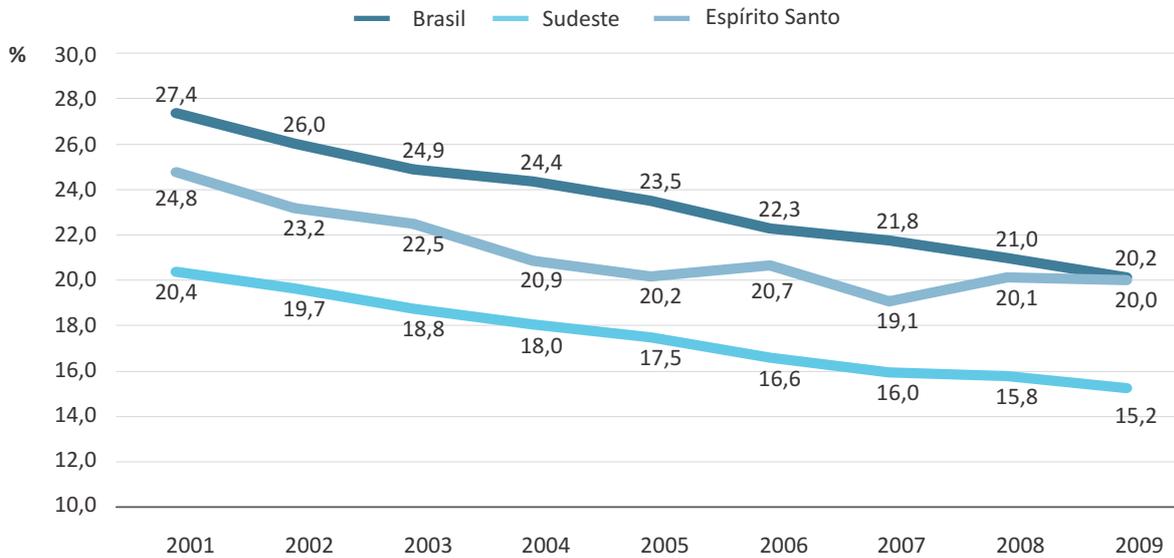
### Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Taxa de analfabetismo funcional

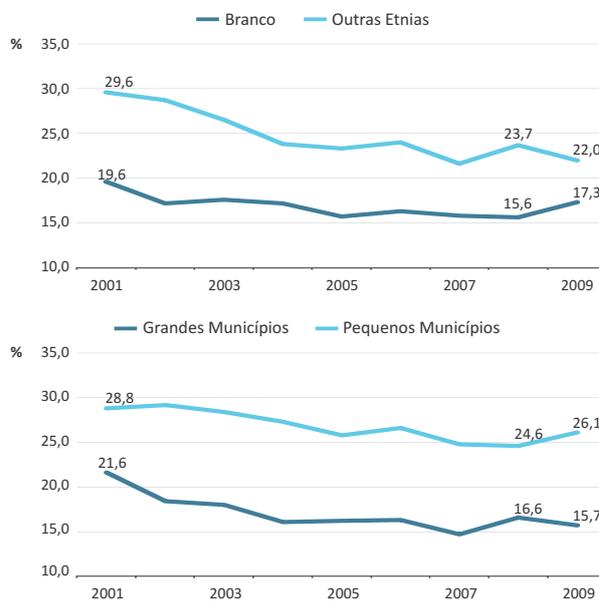
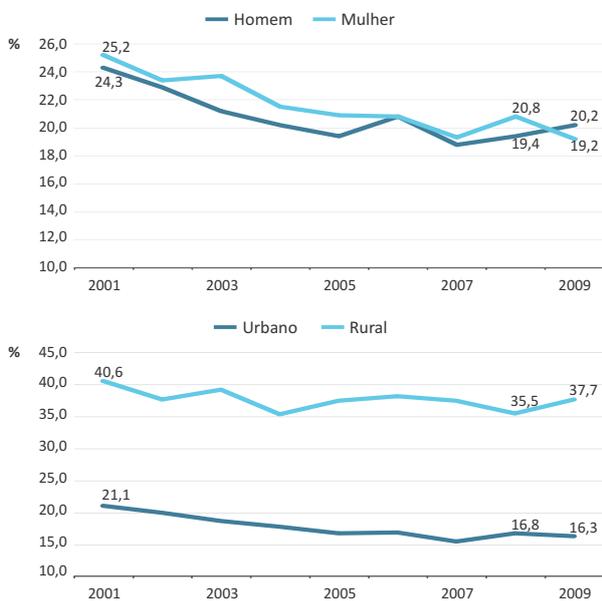
**Taxa de analfabetismo funcional (pessoas com 15 anos ou mais),  
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No período 2001-2009, a taxa de analfabetismo funcional também apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo funcional passou de 24,8% em 2001 para 20,0% em 2009 (redução de 19,2%), após ter atingido o menor nível em 2007 (19,1%). O analfabetismo funcional no Estado, em 2009, alcançou o segundo menor índice do período ficando 4,8 p.p. acima da região Sudeste e 0,2 p.p. abaixo do Brasil. Observam-se valores sempre superiores para as mulheres (exceto no ano de 2009). Além disso, os indivíduos de cor branca (17,3%) apresentaram uma taxa menor se comparados aos de outras etnias (22,0%). A população residente na área urbana (16,3%) também apresentou uma taxa menor de analfabetos funcionais em relação à área rural (37,7%). Para os residentes nos pequenos municípios (26,1%) a taxa de analfabetismo funcional também foi mais intensa do que nos grandes municípios (15,7%).

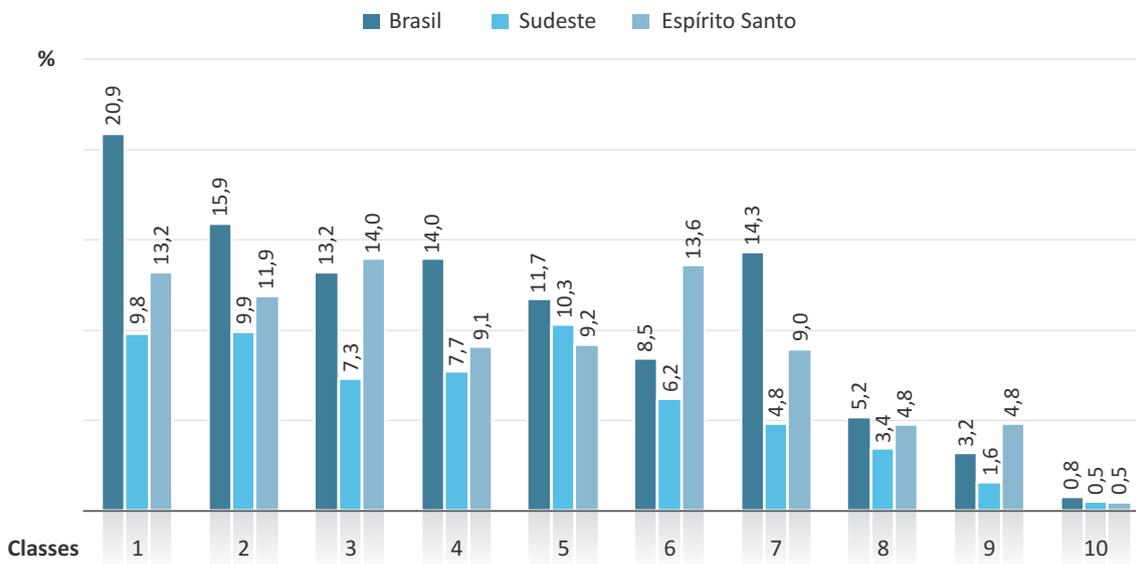
**Taxa de analfabetismo funcional por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos

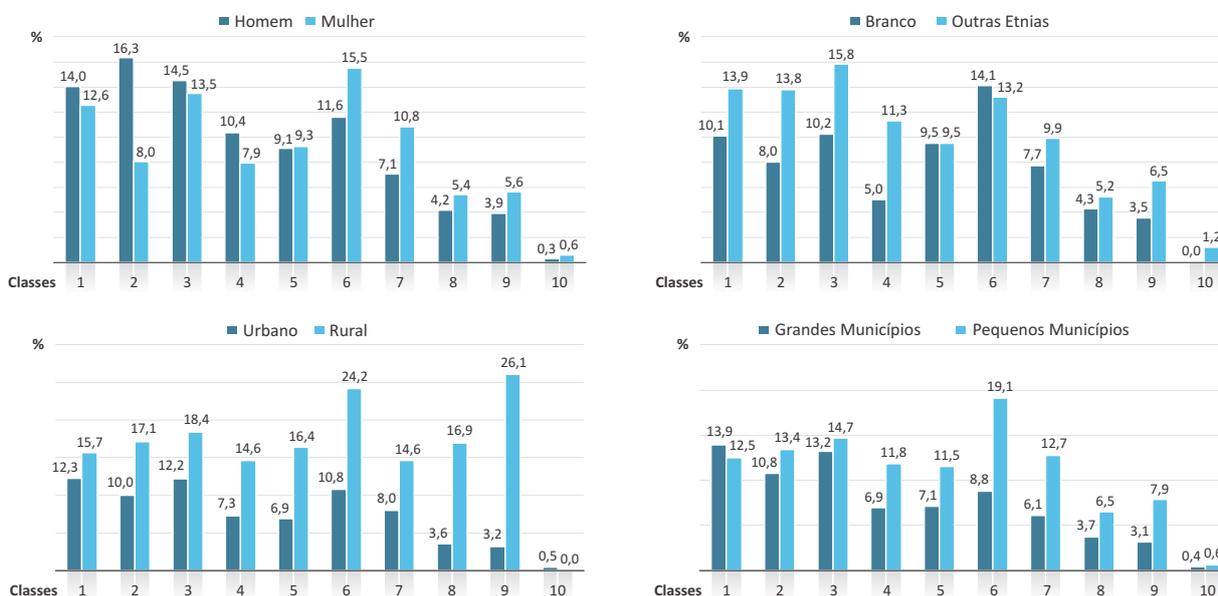
## Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

À medida que se alcança uma maior classe de rendimentos, diminui a taxa de analfabetismo. Em termos comparativos o Espírito Santo apresentou, em relação ao Brasil e à região Sudeste, uma taxa menor de analfabetismo nas classes 5 e 10. Nas 5 primeiras classes, tem-se participação de 75,7% dos indivíduos no Brasil, 45,1% no Sudeste e 57,4% para o Espírito Santo, indicando maior semelhança na distribuição do Estado em relação à região Sudeste. Ao se comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificaram-se maiores taxas para os homens nas classes 1 a 5 e maiores taxas para as mulheres nas classes 6 a 10. A população residente na área rural apresentou maior analfabetismo em todas as classes. Para os de outras etnias o analfabetismo foi maior (com exceção para a classe 6) e, em relação ao tamanho dos municípios, nos pequenos o analfabetismo também foi mais intenso (com exceção da classe 1).

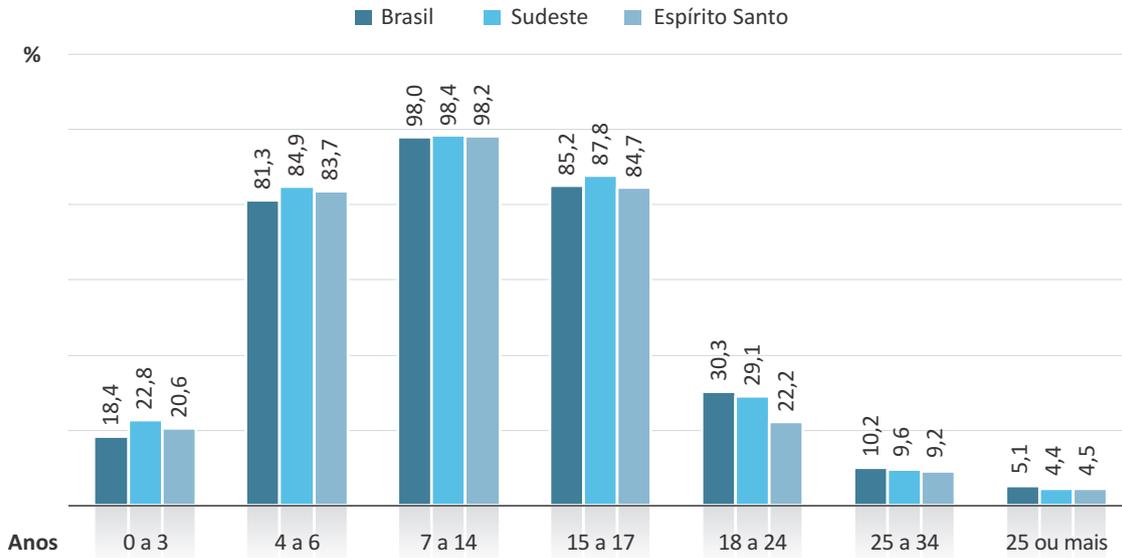
## Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Frequência escolar

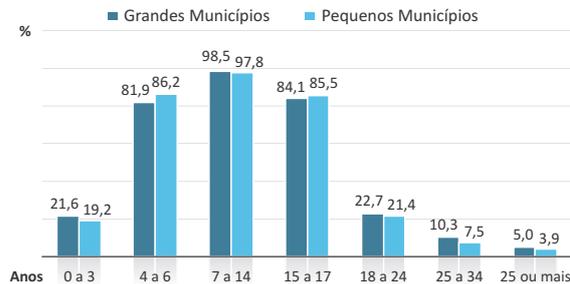
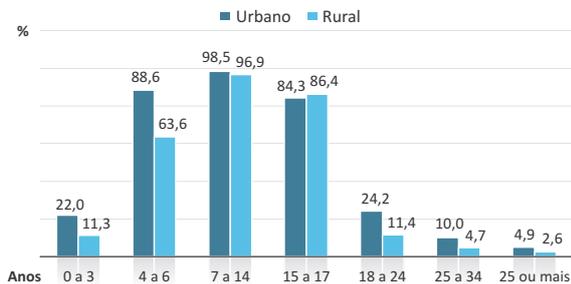
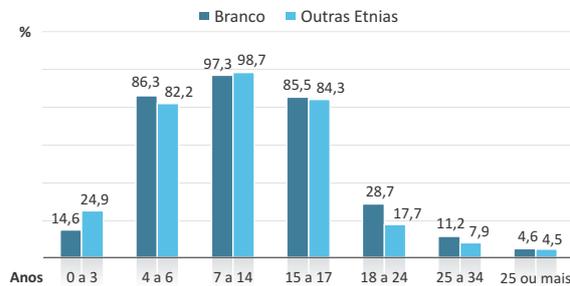
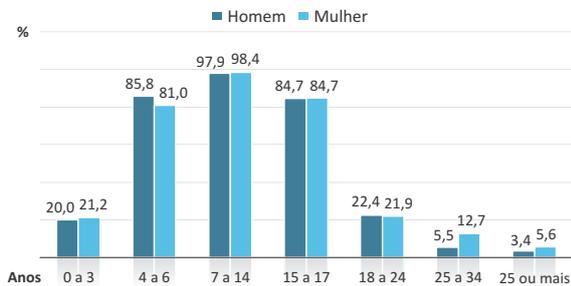
## Frequência escolar, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No ano de 2009, a frequência escolar no Espírito Santo apresentou sua maior participação na faixa de idade entre 7 a 14 anos (98,2%), seguida da faixa 15 a 17 anos e da faixa 4 a 6 anos. Observou-se uma distribuição muito semelhante à do Brasil e da região Sudeste, com exceção da faixa 18 a 24 anos em que o Estado ficou sub-representado. Ao se comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo, este foi superior para os homens nas faixas 4 a 6 anos, 18 a 24 anos e igual na faixa de 15 a 27 anos, sendo inferior nas demais. Para os brancos, o indicador foi maior nas faixas 4 a 6 anos e 15 ou mais anos, em relação aos de outras etnias. Além disso, a maior frequência escolar foi verificada para os indivíduos residentes nos municípios urbanos do que nos rurais. A distribuição por tamanho de municípios foi bem próxima, exceto nas faixas de 4 a 6 anos e de 25 a 34 anos.

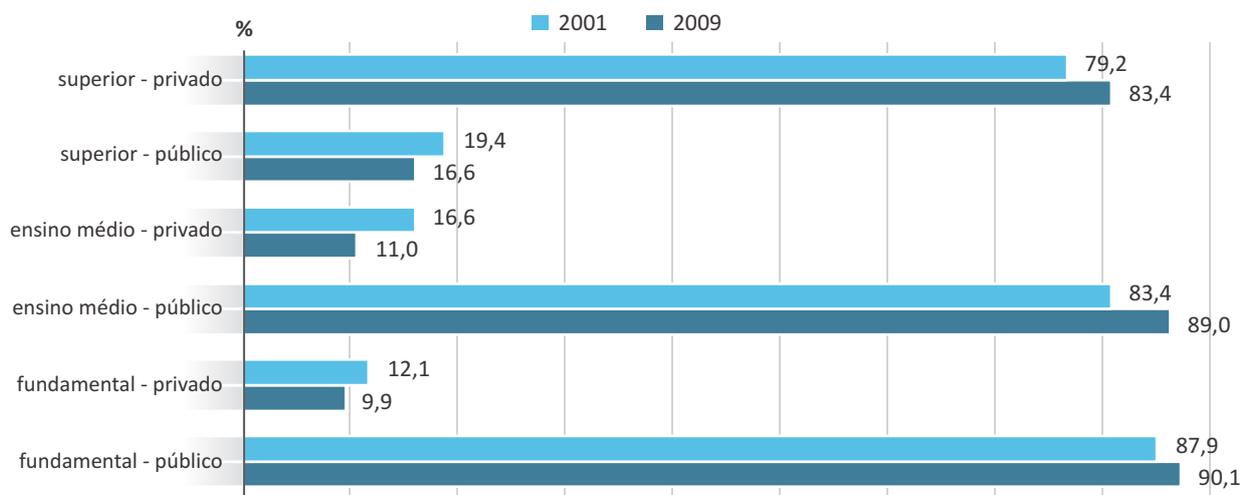
## Frequência escolar por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Frequência escolar por nível de ensino e rede

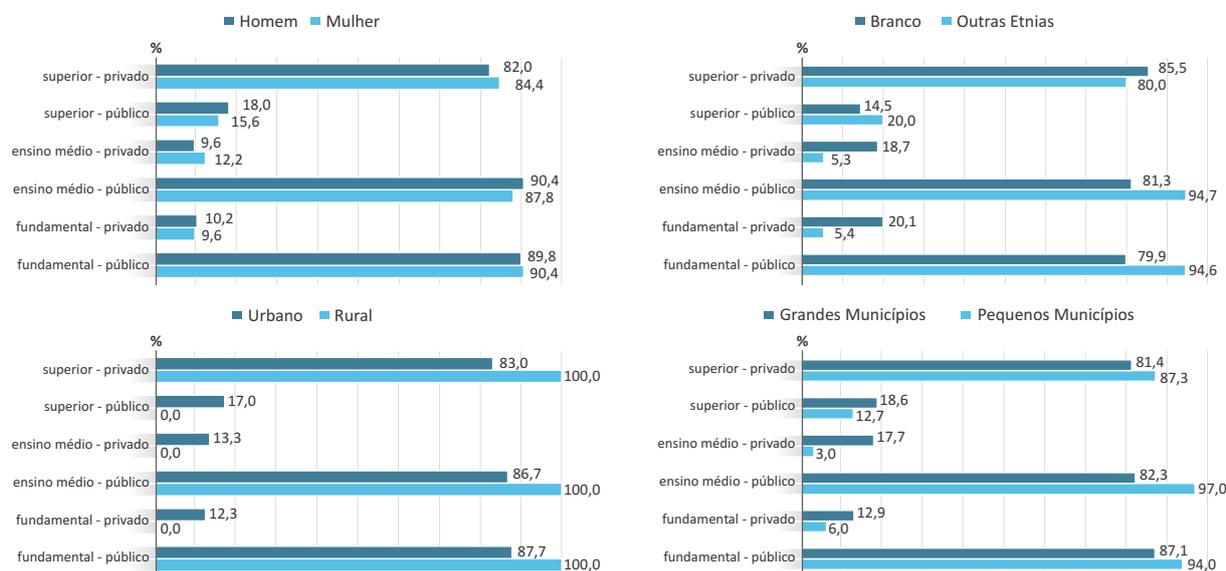
Frequência escolar por nível de ensino e rede, Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A análise do indicador de frequência escolar no Espírito Santo mostrou que a absorção dos estudantes pelo setor privado foi maior para o nível superior. Em relação ao ensino fundamental e médio em 2009, o setor público absorveu a maioria dos estudantes, enquanto que no setor privado observou-se retração, tendência observada tanto nos pequenos quanto nos grandes municípios. Ao se comparar frequência escolar entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificou-se um equilíbrio entre os gêneros em todos os níveis e rede de ensino. Com relação a cor, entre os brancos existe maior proporção de jovens que frequentavam a rede privada no ensino fundamental (20,1%), médio (18,7%) e superior (85,5%), enquanto os de outras etnias predominam na rede pública no ensino fundamental (94,6%), médio (94,7%) e superior (20%). Nas áreas rurais, a provisão educacional do ensino básico é apenas pública. Nos grandes municípios predominou maior proporção de jovens que frequentavam o ensino fundamental e médio na rede privada, e superior na rede pública. Enquanto que nos pequenos municípios existia uma maior proporção de jovens que frequentavam o ensino fundamental e médio na rede pública, e superior na rede privada.

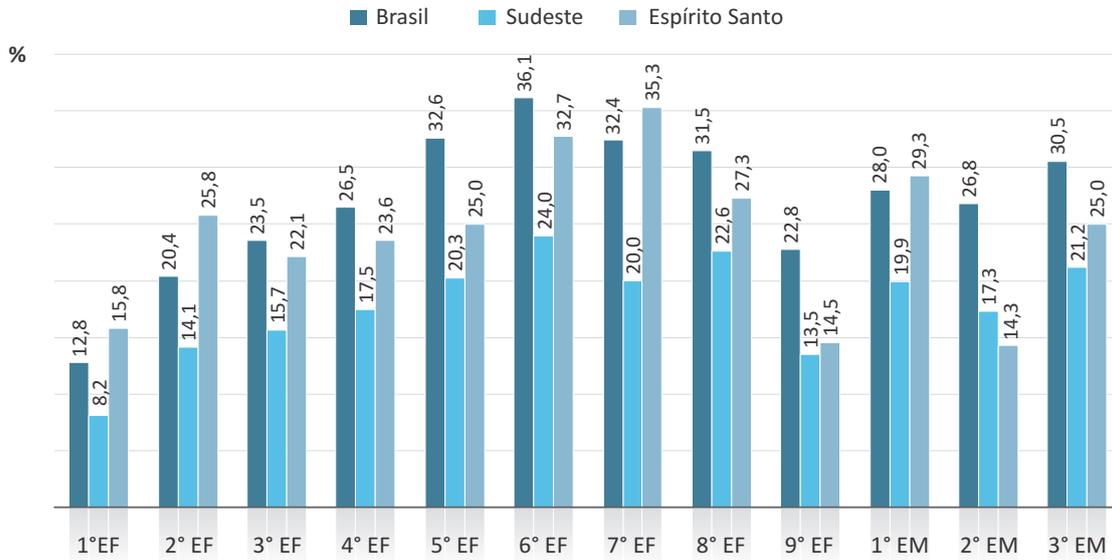
### Frequência escolar por nível de ensino e rede por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Proporção de pessoas em ano irregular de estudo

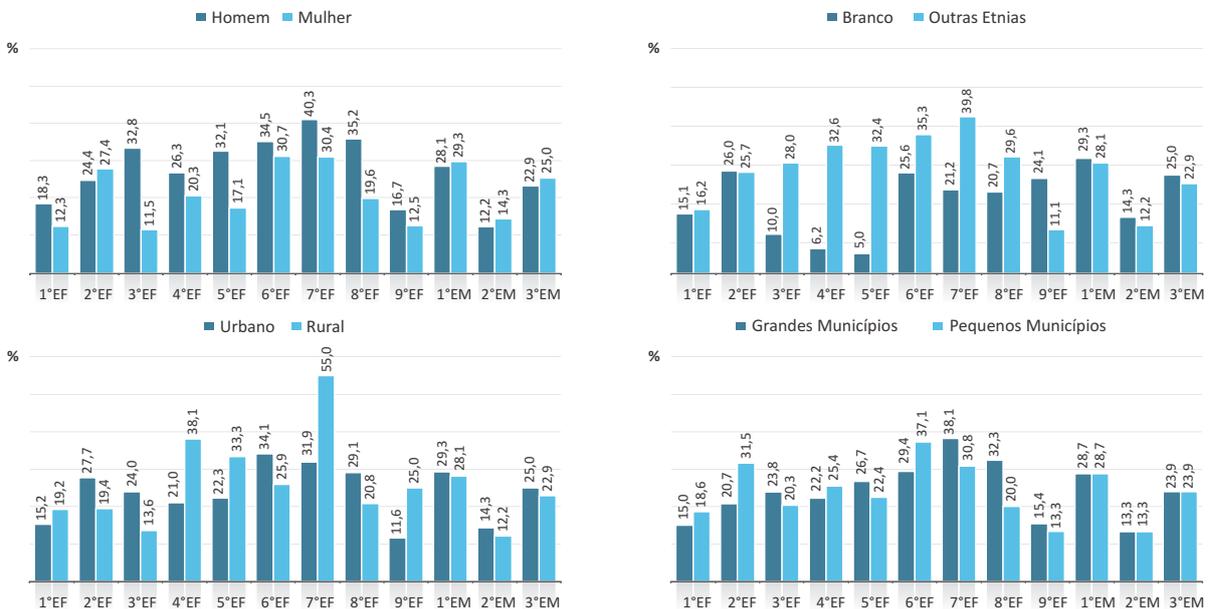
Proporção do número de pessoas em ano irregular de estudo: critério série-idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A proporção de pessoas em ano irregular de estudo no Espírito Santo apresentou valores sempre superiores a 14%, independente da série frequentada. Em comparação à região Sudeste e ao Brasil, o Espírito Santo apresentou uma proporção superior na 1ª EF, 2ª EF, 7ª EF e 1ª EM e inferior no 2ª EM. Ao se comparar homens e mulheres no Espírito Santo, verificou-se que a irregularidade foi quase sempre superior para os homens (com exceção do 2º EF, 1º EM e 3º EM) em relação às mulheres. A evidência que se apresenta com maior intensidade para os de outras etnias até o 9º EF (com exceção do 2º EF) e para os brancos nas três séries do ensino médio. Também foi superior para os residentes na zona rural no 1º EF, 4º EF, 5º EF, 7º EF e 2º EM. Nos grandes municípios foi maior para os 3º EF, 5º EF, 7º EF, 8º EF, 9º EF e igual aos pequenos municípios no EM.

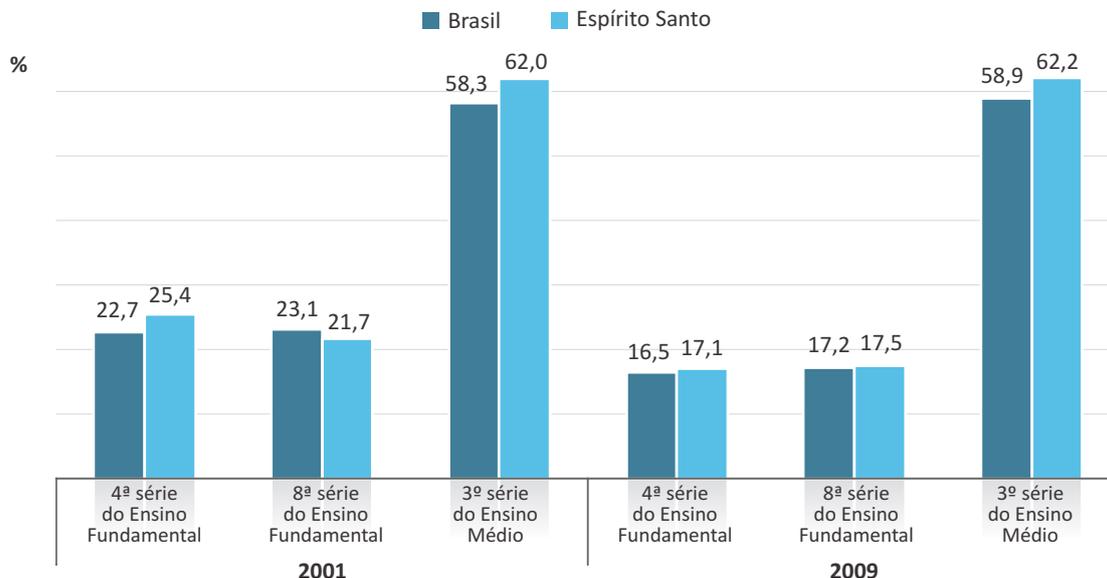
## Proporção de pessoas em ano irregular de estudo por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Taxa de retenção no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

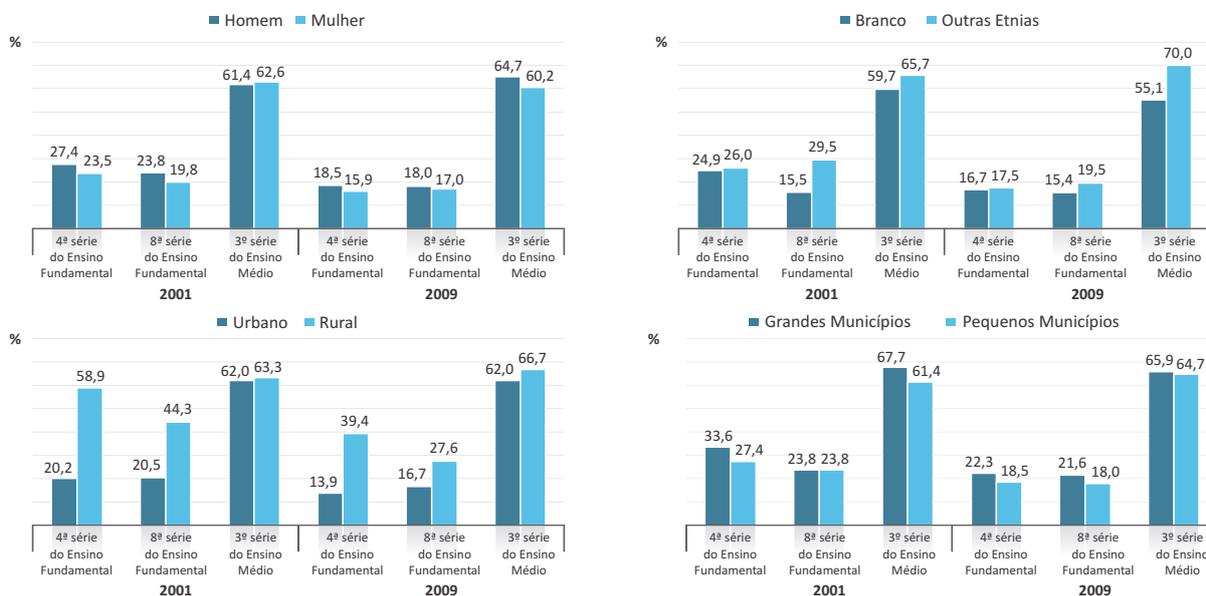
### Taxa de retenção da 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio (pessoas com 25 anos ou mais), Brasil e Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A taxa de retenção para a 4ª e 8ª séries do ensino fundamental (EF) no Espírito Santo caiu no período 2001-2009. Em 2001 a taxa para a 4ª série foi de 25,4% recuando para 17,1% em 2009. Para a 8ª série do EF a taxa foi de 21,7% em 2001 passando para 17,5% em 2009. Com relação ao 3º ano do ensino médio (EM), nível de escolaridade que concentra a maior parte dos estudantes, verificou-se que a taxa permaneceu no mesmo patamar (62,0%) em 2001 e 2009. Em 2009 foi possível verificar que a taxa de retenção foi maior entre os homens (64,7%) do que entre as mulheres (60,2%). Com relação à cor, verificou-se que a retenção continuou maior no 3º do EM, porém foi maior para os de outras etnias (70%) do que para os brancos (55,1%). Para os indivíduos que residiam na área rural (66,7%) a retenção foi maior do que entre os que residiam na área urbana (62,0%). Em relação ao tamanho do município percebeu-se que a retenção foi maior e continuou maior no 3º ano do EM tanto para os que residiam nos pequenos (64,7%) quanto para os que residiam nos grandes municípios (65,9%).

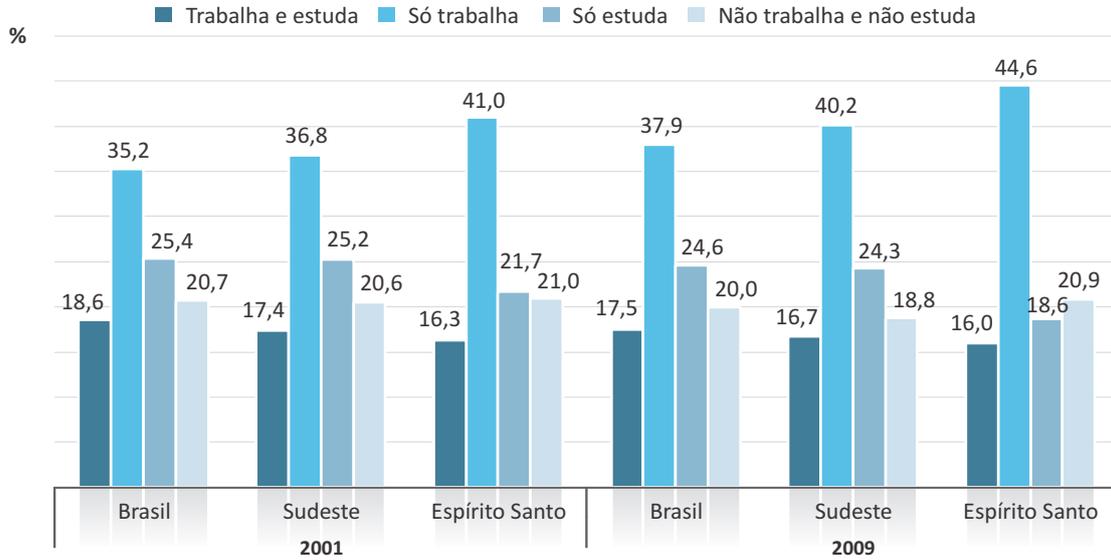
### Taxa de retenção da 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio (pessoas com 25 anos ou mais) por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Alocação do tempo dos jovens

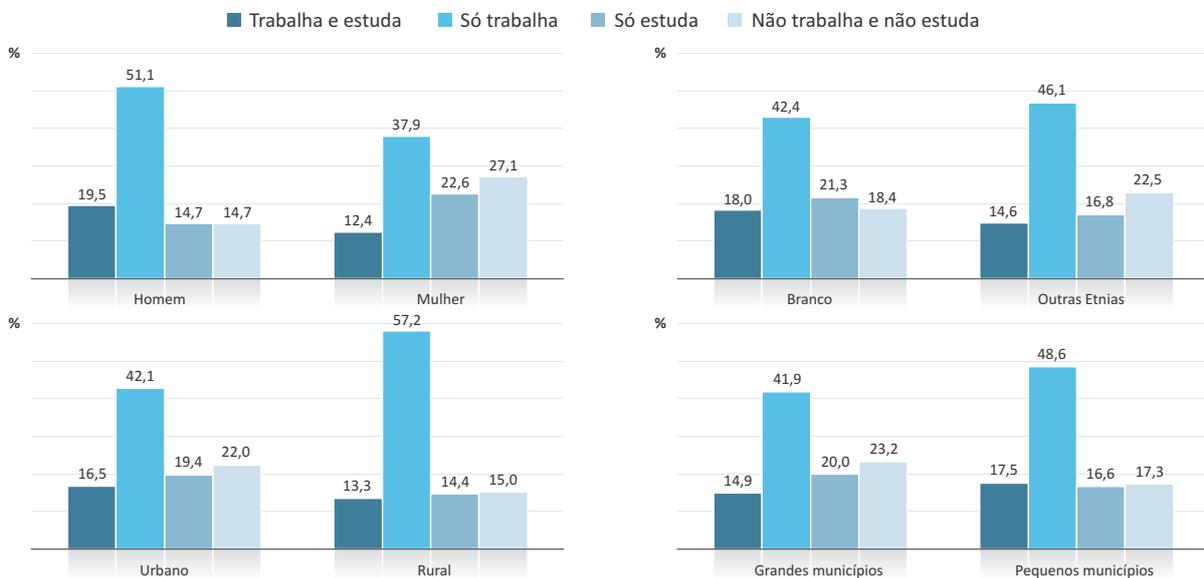
## Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo 2001 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

De maneira geral, ao se observar a divisão do tempo do jovem entre trabalho e estudo para o Brasil, região Sudeste e Espírito Santo, verificou-se que grande parte deles só trabalhavam. Em 2001, a proporção de jovens que só trabalhavam era de 35,2% para o Brasil, 36,8% para a região Sudeste e 41,0% para o Espírito Santo. Em 2009, esta proporção aumentou para 37,9% para o Brasil, 40,2% para a região Sudeste e 44,6% para o Espírito Santo. Por outro lado, observou-se que, para aqueles que trabalhavam e estudavam, só estudavam, e não trabalhavam e não estudavam, a proporção diminuiu de 2001 para 2009. Em 2009 no Espírito Santo, homens (51,1%) e mulheres (37,9%) concentravam-se no grupo dos que só trabalhavam. Observou-se uma predominância maior de indivíduos de cor ou raça branca (42,4%) e de outras etnias (46,1%) no grupo dos que só trabalhavam. Os indivíduos que residiam na área rural (57,2%) e urbana (42,1%) nos pequenos (48,6%) e grandes (41,9%) municípios concentravam-se no grupo dos que só trabalhavam.

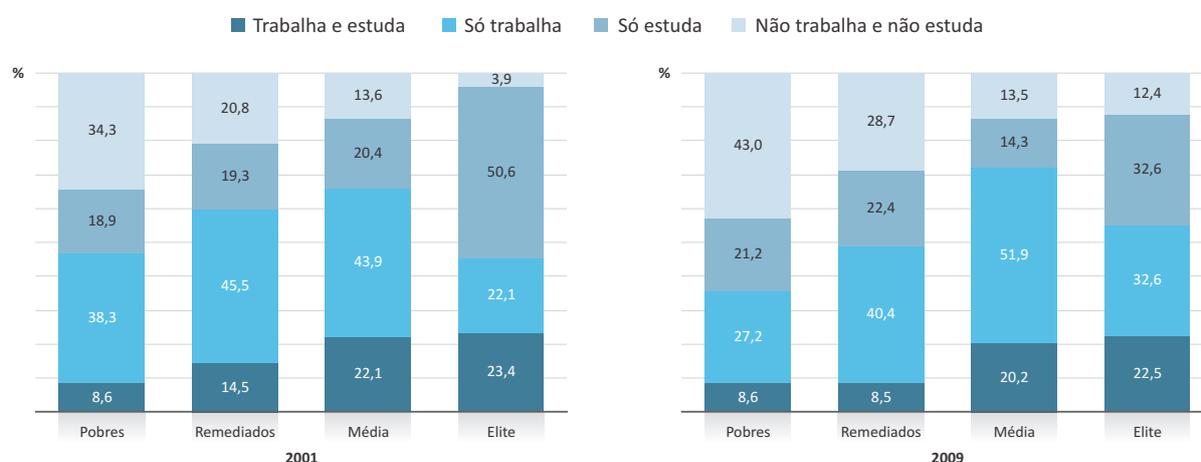
## Alocação do tempo dos jovens por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Alocação do tempo dos jovens segundo classes sociais

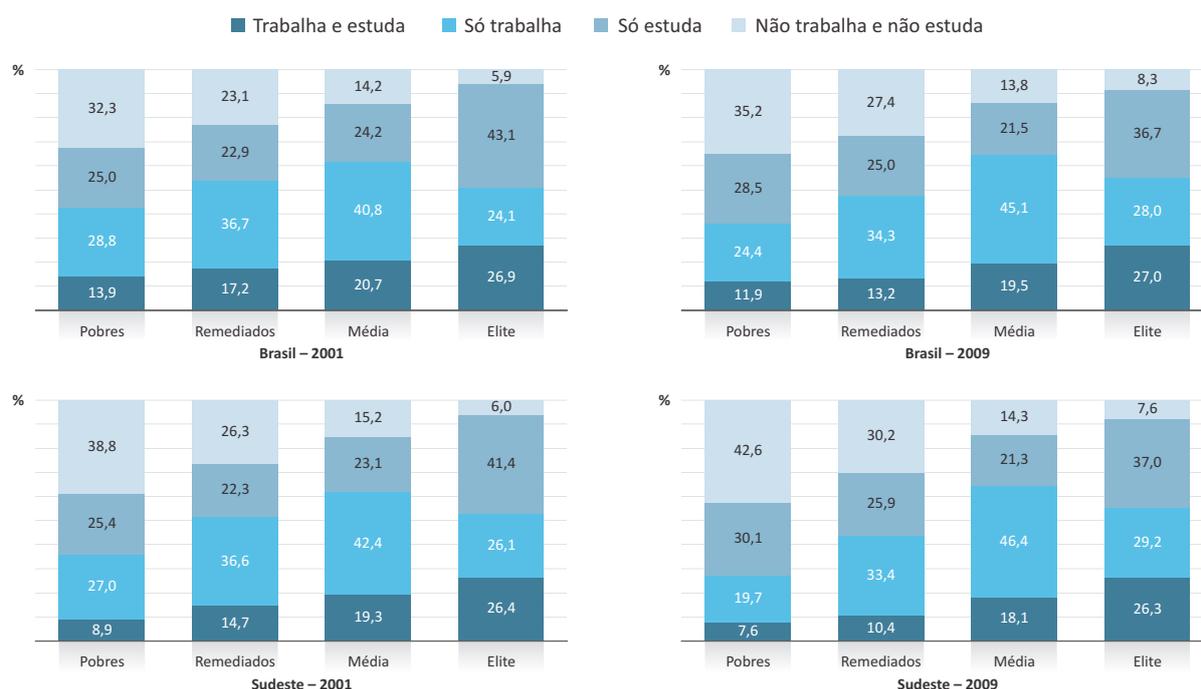
### Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos, segundo classes de renda, Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A alocação de tempo dos jovens no Espírito Santo de acordo com as classes sociais mostrou que a medida que se caminhou da classe pobre para a elite, aqueles que não trabalhavam e não estudavam decresceram. Porém de 2001 para 2009 ocorreu um aumento na porcentagem dos jovens que não trabalhavam e não estudavam em todas as classes sociais. De 2001 para 2009, entre os pobres, ocorreu um aumento de 34,3% para 43% na proporção de indivíduos que não trabalhavam e não estudavam, e aumento de 18,9% para 21,2% dos jovens que só estudavam. Na classe média e elite ocorreu redução da proporção de indivíduos que só estudavam e daqueles que só trabalhavam, porém em contrapartida nessas classes ocorreu um acréscimo de jovens que nem trabalhavam e nem estudavam de 3,9% em 2001 para 12,4% em 2009. Ao se comparar Espírito Santo com Brasil e região Sudeste observou-se que a mesma tendência foi verificada de 2001 para 2009.

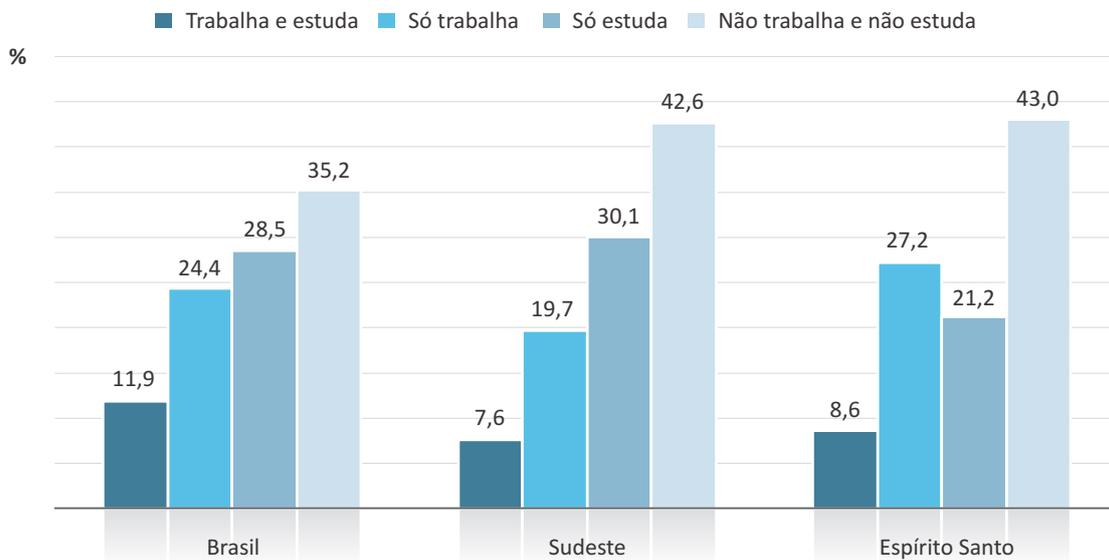
### Alocação do tempo dos jovens (16 a 24 anos) segundo classes sociais, Brasil e Sudeste, 2001 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Alocação do tempo para a classe pobre

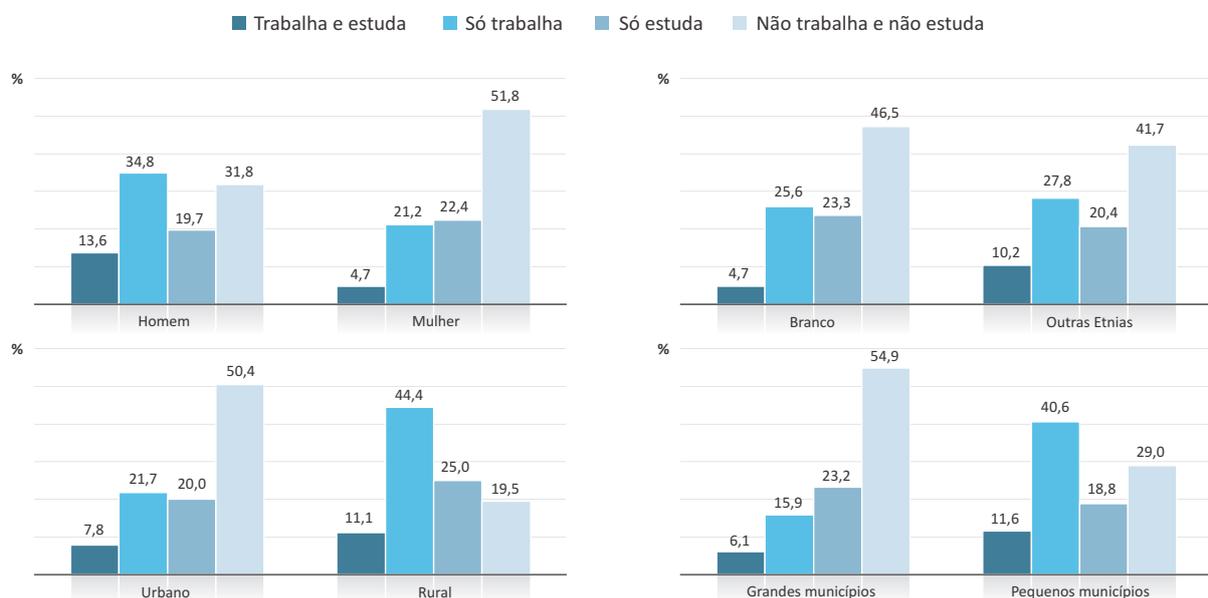
### Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos para a classe pobre, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Ao se comparar a alocação do tempo do jovem para a classe pobre no Espírito Santo, observou-se que 43% dos indivíduos não trabalhavam e não estudavam, valor superior à região Sudeste (42,6%) e ao Brasil (35,2%). Enquanto no Brasil (28,5%) e na região Sudeste (30,1%) o grupo dos que só estudavam é o segundo que concentrou mais jovens, no Espírito Santo o segundo grupo foi o dos que só trabalhavam (27,2%). Entre os homens, a maioria pertencia ao grupo dos que só trabalhavam (34,8%) ou dos que não trabalhavam e não estudavam (31,8%). As mulheres concentravam-se entre os que não trabalhavam e não estudavam (51,8%) e entre os que só estudavam (22,4%). Com relação à cor, observou-se que tanto entre os jovens de cor branca quanto entre os de outras etnias a maior proporção concentrou-se entre os que não trabalhavam e não estudavam. Para os indivíduos que residiam na área rural e nos pequenos municípios, ocorreu um predomínio dos que só trabalhavam. Na área urbana e nos grandes municípios, a maior parte se concentrava entre os que não trabalhavam e não estudavam.

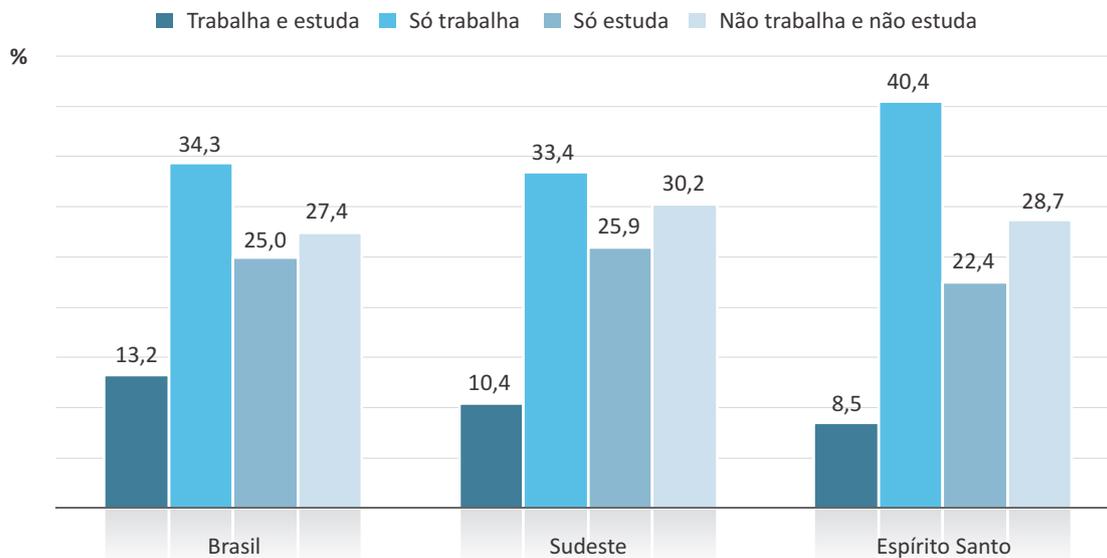
### Alocação do tempo dos jovens (16 a 24 anos) da classe pobre por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Alocação do tempo para a classe remediada

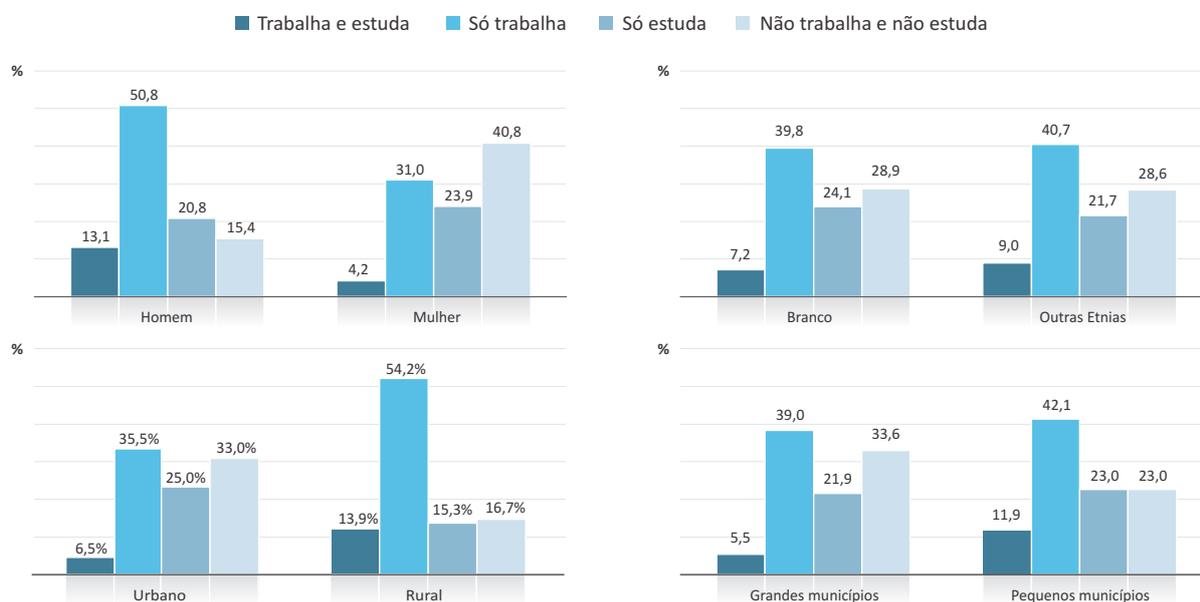
### Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos para a classe remediada, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Em 2009, do montante de jovens remediados do Espírito Santo 40,4% alocavam seu tempo só trabalhando, 28,7% não trabalhavam nem estudavam, 22,4% só estudavam e 8,5% trabalhavam e estudavam. Essa ordem de alocação do tempo foi semelhante à apresentada pelo Brasil e pela região Sudeste. No que se refere à alocação do tempo do jovem capixaba por gênero, a maior parte dos homens jovens só trabalhava (50,8%), enquanto as mulheres jovens remediadas que não trabalhavam e não estudavam eram maioria (40,8%). Jovens brancos e de outras etnias ocupavam-se de maneira semelhante, com maior número daqueles que apenas trabalhavam (39,8% e 40,7%, respectivamente). Com relação à situação do domicílio, verificou-se que a maioria dos jovens remediados que residiam na área rural (54,2%) e na área urbana (35,5%) só trabalhavam. Ao se analisar por tamanho do município de residência observou-se que a maioria dos que residiam nos pequenos (42,1%) e nos grandes municípios (39%) só trabalhavam.

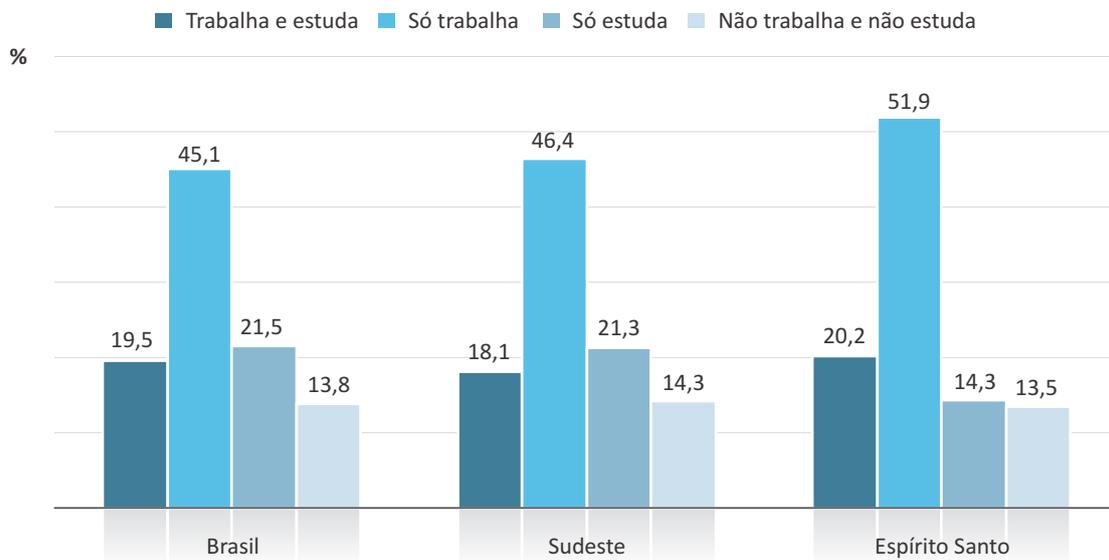
### Alocação do tempo dos jovens (16 a 24 anos) para a classe remediada por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Alocação do tempo para a classe média

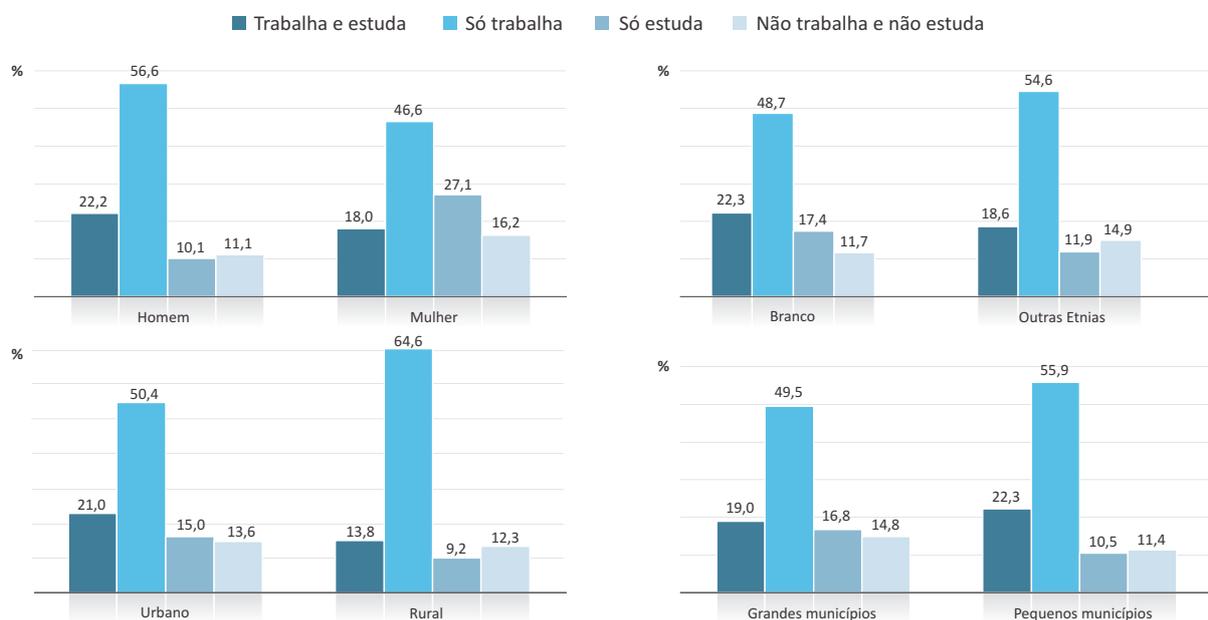
### Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos para a classe média, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Entre os jovens da classe média observou-se que para o Brasil (45,1%), a região Sudeste (46,4%) e o Espírito Santo (51,9%) predominavam os que só trabalhavam. Os jovens da classe média capixaba apresentavam a menor porcentagem entre os que não trabalhavam e não estudavam (13,5%) se comparados ao Brasil (13,8%) e à região Sudeste (14,3%). Do total de jovens da classe média no Espírito Santo 51,9% alocavam seu tempo só trabalhando, 20,2% trabalhavam e estudavam, 14,3% só estudavam e 13,5% não trabalhavam nem estudavam. A maior parte dos homens (56,6%) e das mulheres (46,6%) jovens só trabalhavam, assim como de brancos (48,7%) e de outras etnias (54,6%), residentes nas áreas urbanas (50,4%) e rurais (64,6%) e de grandes (49,5%) e pequenos municípios (55,9%).

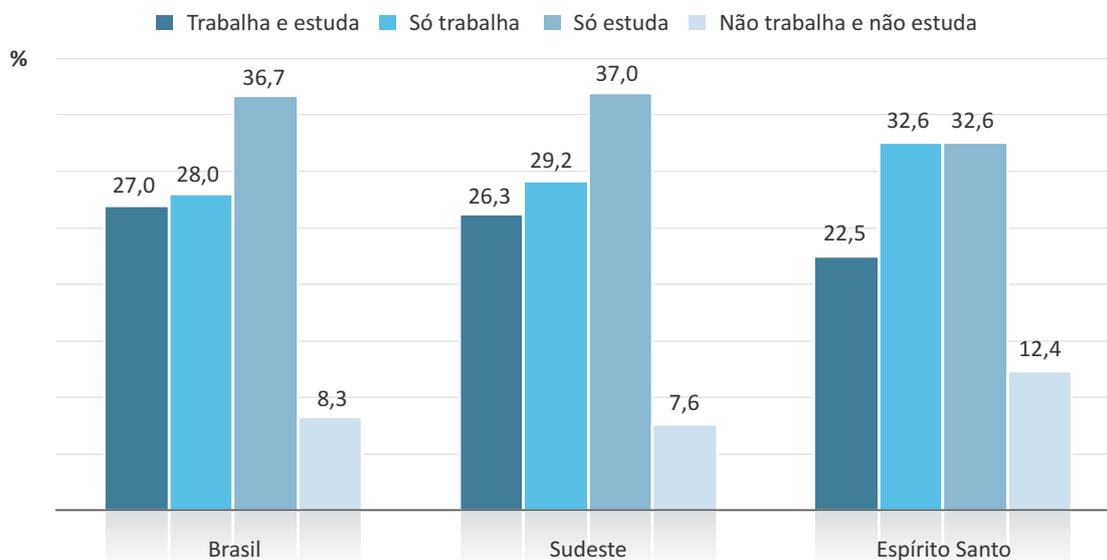
### Alocação do tempo dos jovens (16 a 24 anos) para a classe média por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Alocação do tempo para a classe elite

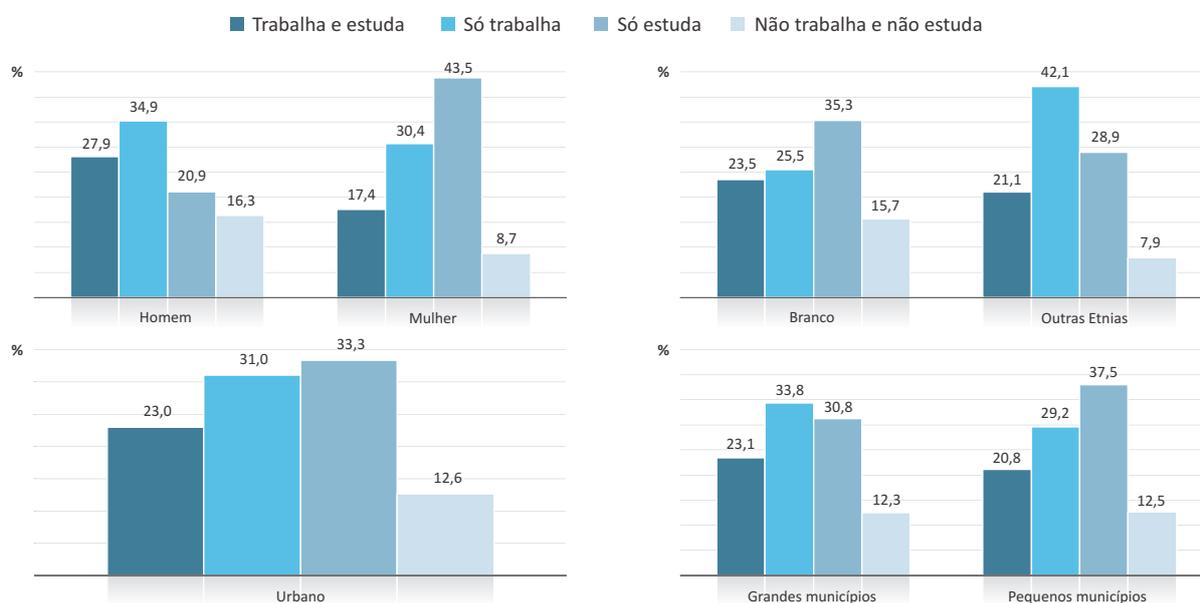
### Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos para a classe elite, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No que se refere à alocação do tempo da elite, Brasil e região Sudeste apresentaram, em 2009, maior proporção de jovens que apenas estudavam (36,7% e 37,0%, respectivamente). No Espírito Santo, jovens que só trabalhavam (32,6%) ou só estudavam (32,6%) foram maioria. Entre os homens jovens da elite, a maior parte ocupava-se apenas trabalhando (34,9%) e a menor não trabalhava e nem estudava (16,3%); entre as mulheres, a maioria encontrava-se apenas estudando (43,5%). Jovens brancos da elite apresentaram predominância daqueles que apenas estudavam (35,3%) e os de outras etnias, daqueles que só trabalhavam (42,1%). Nos grandes municípios, a maior parte dos jovens da elite apenas trabalhava (33,8%) ou apenas estudava (30,8%). Nos pequenos municípios, a maior parte dos jovens da elite apenas estudava (37,5%) ou apenas trabalhava (29,2%).

### Alocação do tempo dos jovens (16 a 24 anos) para a classe elite por gênero, cor, situação do domicílio\* e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009

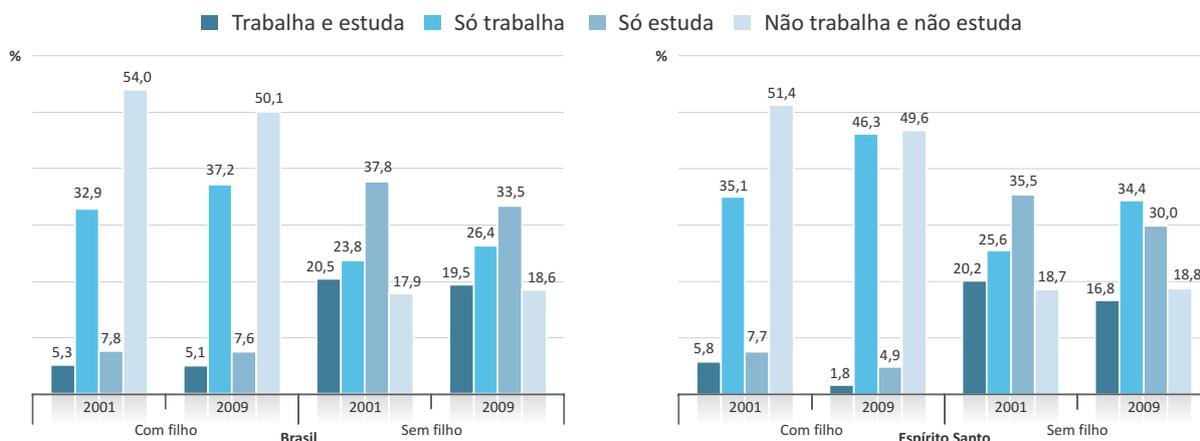


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

\* Nota: A área rural não apresentou informação estatisticamente significativa na amostra.

## Alocação do tempo das mulheres jovens

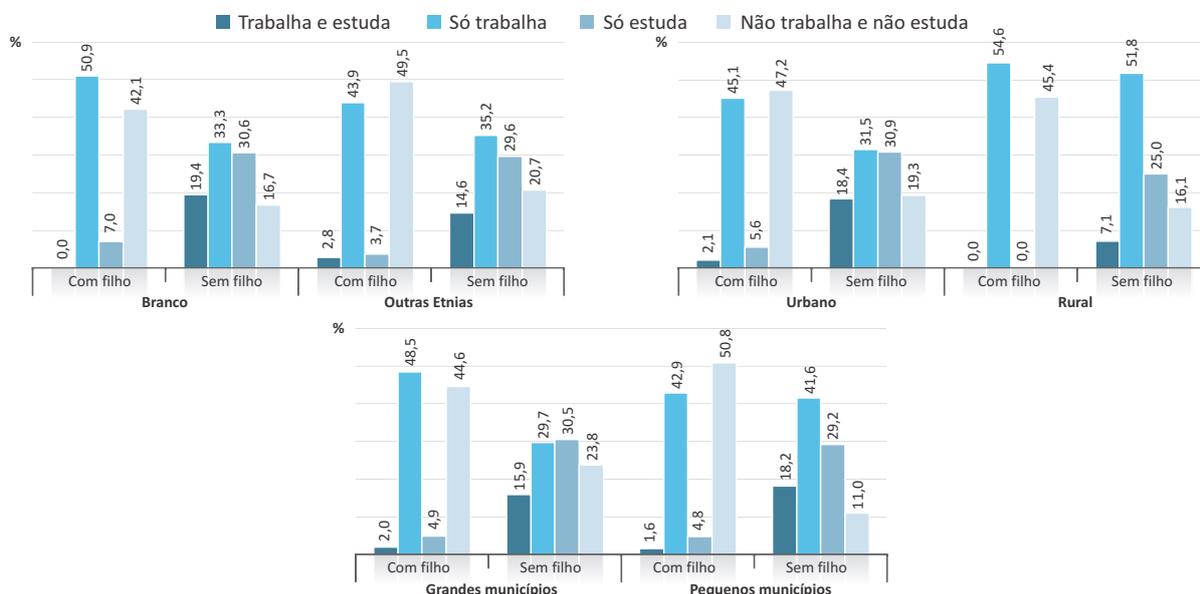
### Alocação do tempo das mulheres jovens com idade entre 16 e 24 anos que têm ou não filhos, Brasil e Espírito Santo, 2001 e 2009



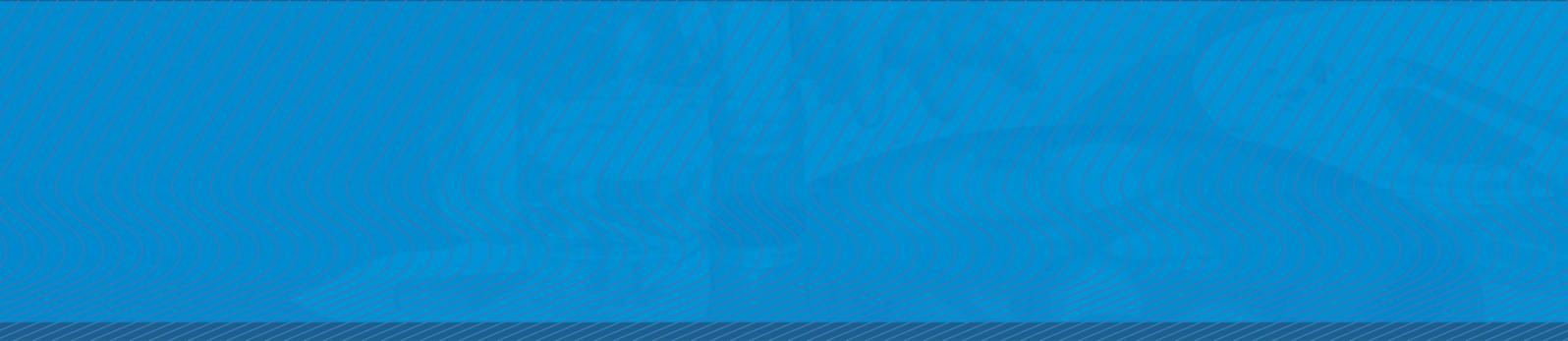
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No Brasil, a maioria das jovens com filhos não trabalhava e não estudava e entre as que não tinham filhos a maioria só estudava. No Espírito Santo, em 2001, 51,4% das jovens com filhos não trabalhavam e não estudavam e 35,1% só trabalhavam, enquanto que em 2009 49,6% das jovens com filhos não trabalhavam e não estudavam e 46,3% só trabalhavam. Com relação às mães sem filhos, observou-se no Espírito Santo que, em 2001, grande parte só estudava (35,5%), porém em 2009 a maioria passou a só trabalhar (34,4%). A maior parte das jovens de cor brancas com filhos só trabalhava (50,9%) e entre as de outras etnias quase 50% das jovens com filhos não trabalhavam e não estudavam. A maioria das jovens com filhos que se autodeclaravam brancas só trabalhava e as de outras etnias a maior parte não trabalhava e não estudava. Para as jovens com filhos que residiam na área rural (54,6%) a maioria só trabalhava e as que residiam na área urbana (47,2%) não trabalhavam e não estudavam. Entre as jovens que não tinham filhos, predominavam as que só trabalhavam na área urbana (31,5%) e na área rural (51,8%). Além disso, observou-se que entre as jovens com filhos que residiam nos grandes e nos pequenos municípios, grande parte delas ou só trabalhava ou não trabalhava e não estudava. Entre as jovens sem filhos que residiam nos grandes municípios, a maioria só trabalhava (41,6%), enquanto que nos pequenos municípios a maioria só trabalhava (48,5%).

### Alocação do tempo das mulheres jovens (16 a 24 anos) que têm ou não filhos, por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.





# ARRANJOS FAMILIARES

Entende-se por arranjo familiar uma pessoa ou um grupo de pessoas que residem em uma mesma unidade domiciliar e que partilham laço de parentesco. A composição dos arranjos familiares de uma população pode estar relacionada à combinação de dois fatores: (i) a estrutura demográfica da população de referência, responsável pela estratificação do estoque de pessoas sob características relacionadas ao sexo, grupos sócio-econômicos, níveis de escolaridade, grupos de idade disponíveis para ocupar as posições de chefe, de filho e de cônjuge; e (ii) os padrões de formação dos arranjos que direcionam as pessoas para suas distintas e referentes posições (MATTOSINHOS, 2006)<sup>1</sup>.

A análise dos arranjos familiares com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostrou que a organização destes tem se modificado nos últimos anos. O modelo tradicional de família composto por casal com filhos, sob chefia masculina, perdeu espaço para arranjos com uma maior diversificação na sua composição. No Espírito Santo entre 2001 a 2009 observou-se um aumento no número de pessoas que moram sozinhas sem filhos, de casais sem filhos e com até um filho e uma diminuição do número de casais com dois ou mais filhos e de solteiros com dois ou mais filhos.

Estas mudanças no modelo familiar são reflexos de aspectos econômicos e sociais e esta intimamente ligada ao novo papel da mulher na sociedade. A entrada da mulher no mercado de trabalho é um dos principais fatores a explicar essas mudanças, no Espírito Santo em 2009, 89% das mulheres encontravam-se ocupadas. Este fato tem duas consequências principais: a) uma delas seria em relação à mudança na hierarquia social da família, causada pelo aumento do número de mulheres chefes de família; b) outra consequência é a diminuição do número de filhos nos arranjos familiares. A presença da mulher no mercado de trabalho causou mudanças com relação à decisão de ter filhos, que aliada aos avanços nos métodos contraceptivos fez com que houvesse uma diminuição da fecundidade.

A tipificação dos arranjos familiares se mostra bastante diferente ao se analisar as classes sociais. As famílias com maior renda, caracterizadas como elite<sup>2</sup>, são compostas principalmente por casais sem filho ou com até um filho e solteiros sem filhos. À medida que analisamos as famílias com menor renda, passamos a observar um aumento na porcentagem de arranjos familiares com mais de um filho. A classe com a menor renda, definida como pobre, possui a maioria das famílias constituindo-se de casais com três ou mais filhos e solteiros com dois ou mais filhos.

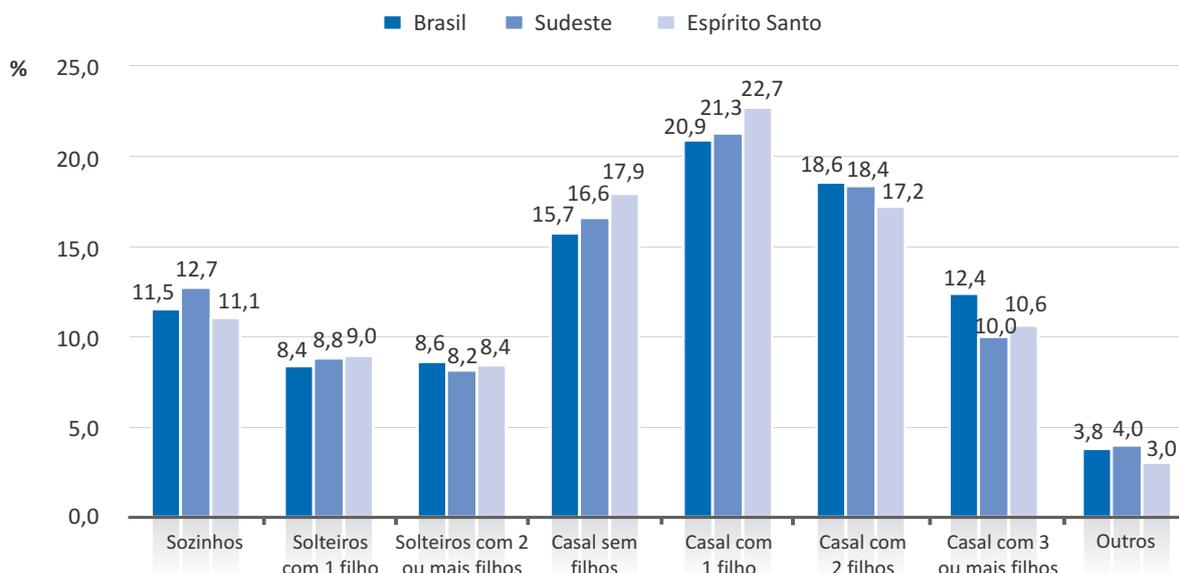
A tendência aponta para um maior dinamismo no mercado de trabalho capixaba e uma maior equidade de gênero, resultando assim, numa maior participação feminina no mercado de trabalho, assim como a continuidade da tendência de queda na fecundidade, espera-se que estas mudanças continuem em curso, aumentando mais os arranjos compostos por pessoas solteiras sem filhos e de casais sem filhos e com até um filho.

<sup>1</sup> MATTOSINHOS, M. C. P. A Nova Dinâmica Familiar: características dos arranjos unipessoais no Brasil. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2006.

<sup>2</sup> O conceito de elite e das demais classes sociais estão definidas na seção de Distribuição de renda e Classes sociais.

# Arranjos familiares

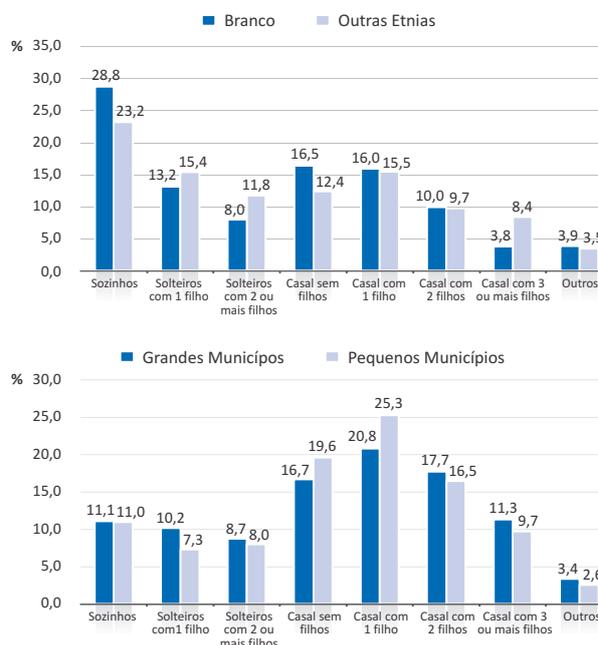
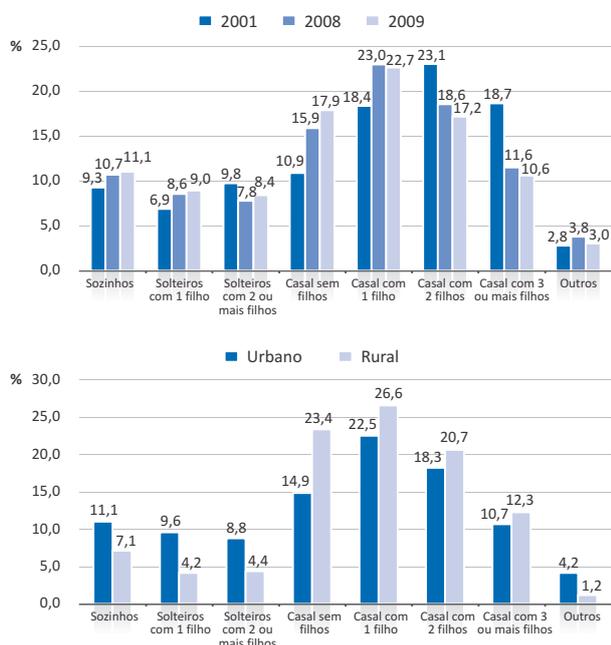
## Arranjo familiar, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Na amostra pesquisada envolvendo todos os arranjos familiares do Espírito Santo (2009), a maior proporção foi representada por casais com 1 filho (22,7%), seguidos pelos casais sem filhos (17,9%) e casais com 2 filhos (17,2%). Na comparação com os anos anteriores verificou-se uma queda de 2001 para 2009 na proporção de casais com 2 filhos de -5,9 p.p. e nos casais com 3 ou mais filhos de -8,1 p.p. . Por outro lado, houve aumento na participação dos arranjos familiares das pessoas sem filhos e com até 1 filho. A maior parte dos arranjos formados por solteiros encontrava-se na área urbana e nos grandes municípios. Com relação a cor ou raça, os auto declarados como de outras etnias apresentaram configuração familiar com maior número de filhos que os brancos.

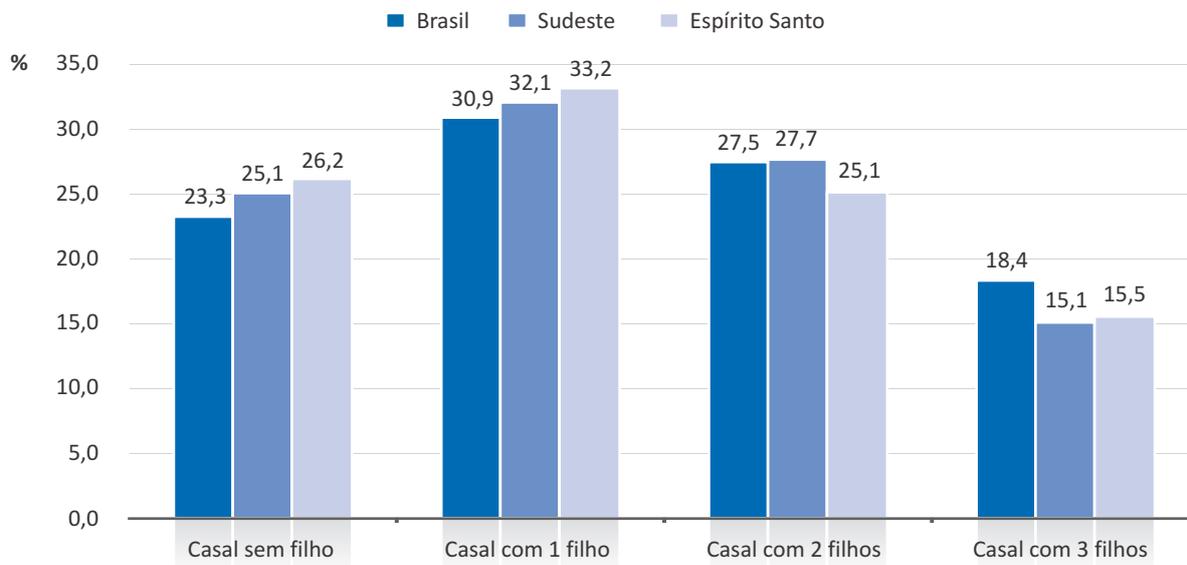
## Arranjo familiar, por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Arranjo familiar típico

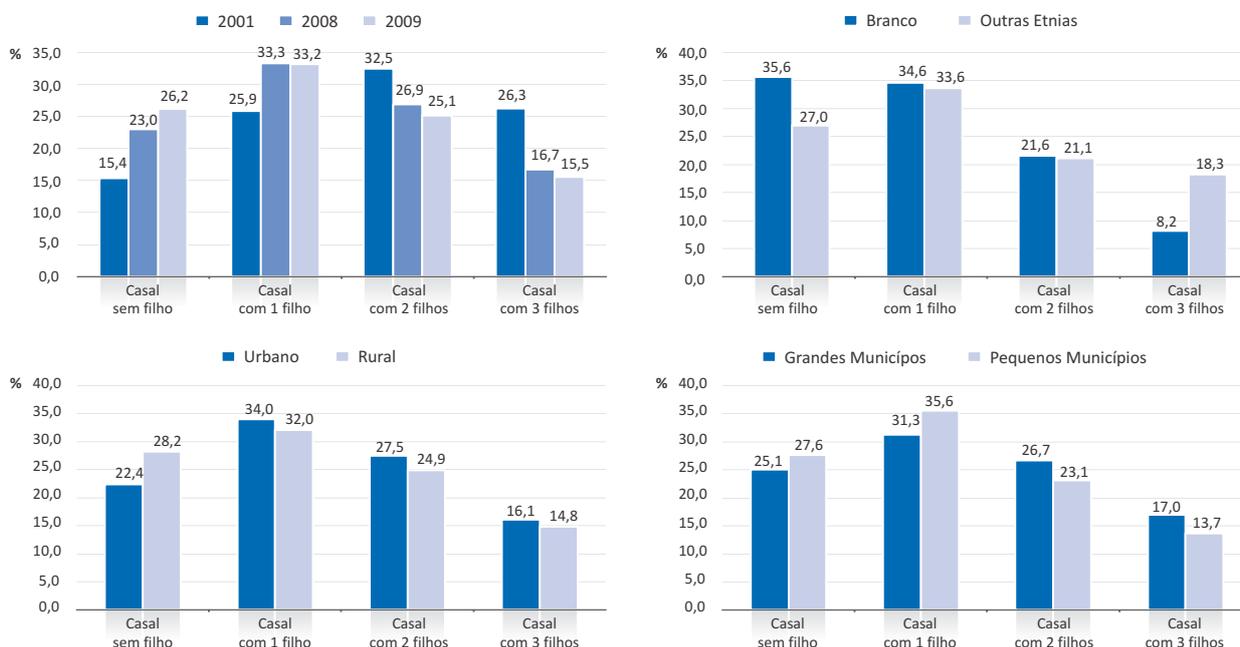
Arranjo familiar típico, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No subconjunto envolvendo os quatro arranjos com maior representatividade na amostra, formada apenas pelos casais, a maioria no Espírito Santo (2009) possuía um filho (33,2%), seguido por casais sem filhos (26,2%). Desde 2001 o número de casais sem filhos vem aumentando (15,4% em 2001 e 26,2% em 2009), enquanto casais com 2 filhos ou com 3 filhos apresentaram queda de -7,4 p.p. e -10,8 p.p., respectivamente. Em 2009, o maior número de casais sem filhos encontrava-se entre a população auto declarada como branca (35,6%), residente na área rural (28,2%) e residente nos pequenos municípios (27,6%).

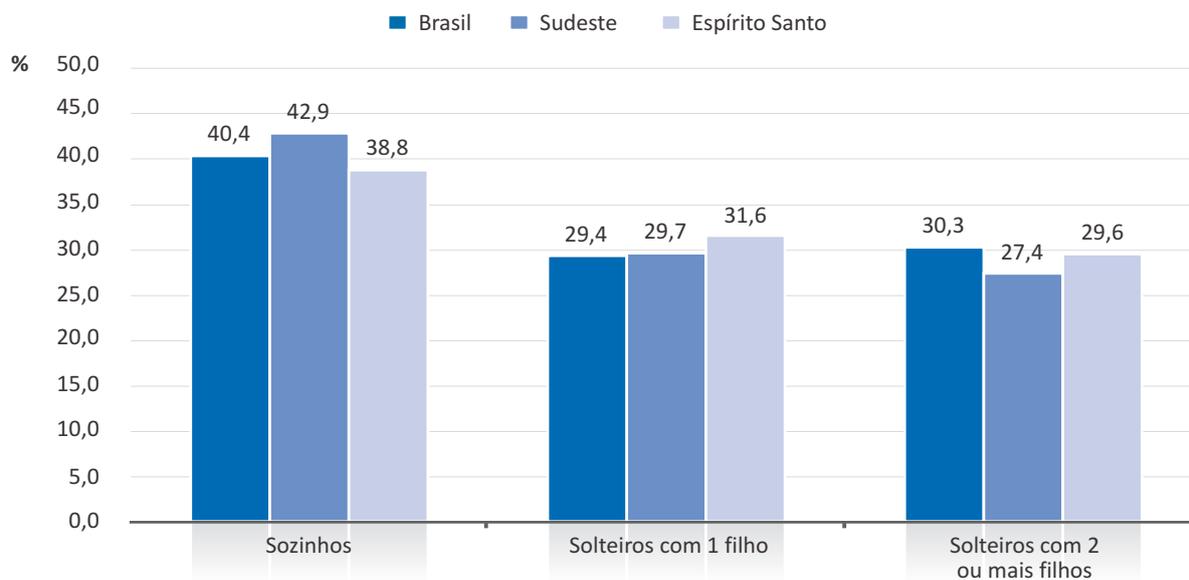
Arranjo familiar típico por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Arranjo familiar mononuclear

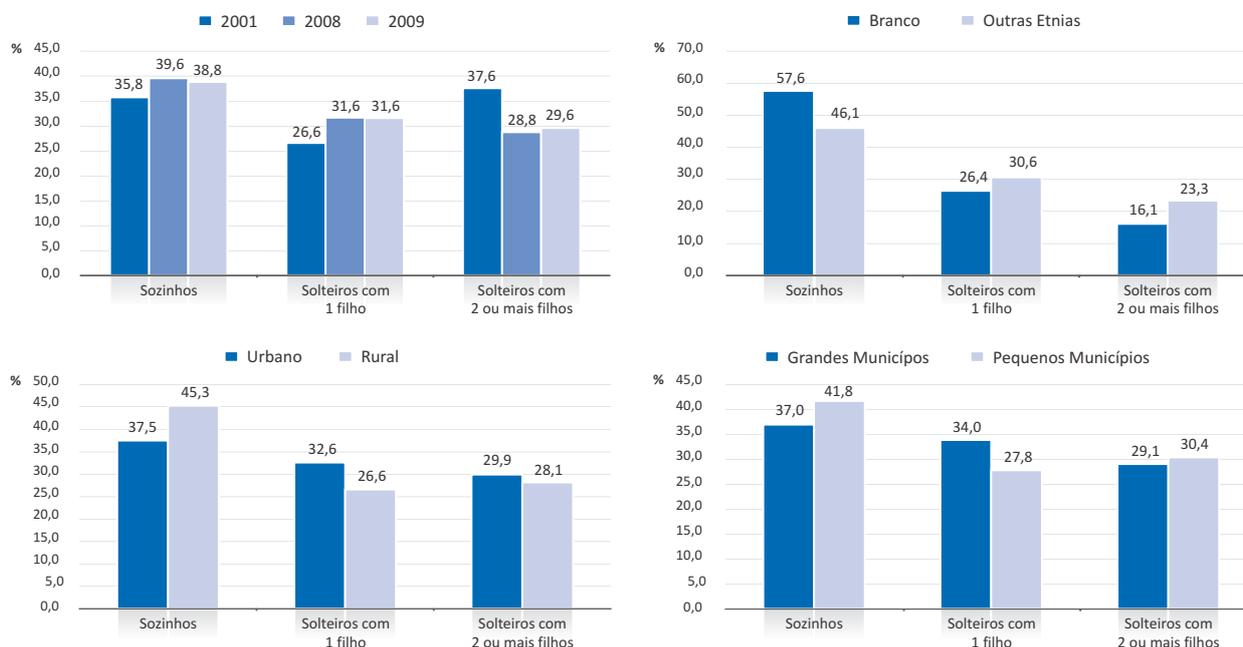
### Arranjo familiar mononuclear, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No subconjunto formado por chefes de famílias sem cônjuge, denominado famílias mononucleares, as pessoas que residiam sozinhas no Espírito Santo em 2009 representavam 38,8% do total, os solteiros com um filho eram 31,6% e os solteiros com dois ou mais filhos, 29,6%. De 2001 a 2009 verificou-se uma queda de -8,0 p.p. do número de solteiros com 2 ou mais filhos, sendo estes 7,2p.p. maior na população de outras etnias em relação a população branca. Em relação as pessoas sozinhas, estes representaram maior proporção entre a população branca (57,6%), entre os residentes na área rural (45,3%) e residentes nos pequenos municípios (41,8%).

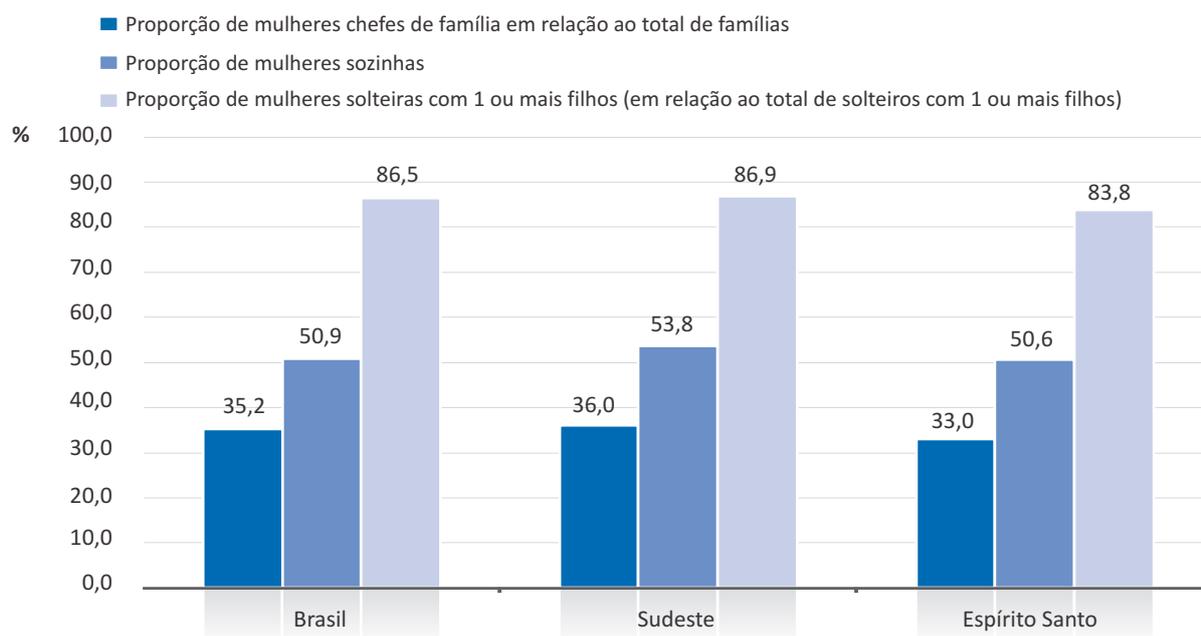
### Arranjo familiar mononuclear por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Características das mulheres chefes de família

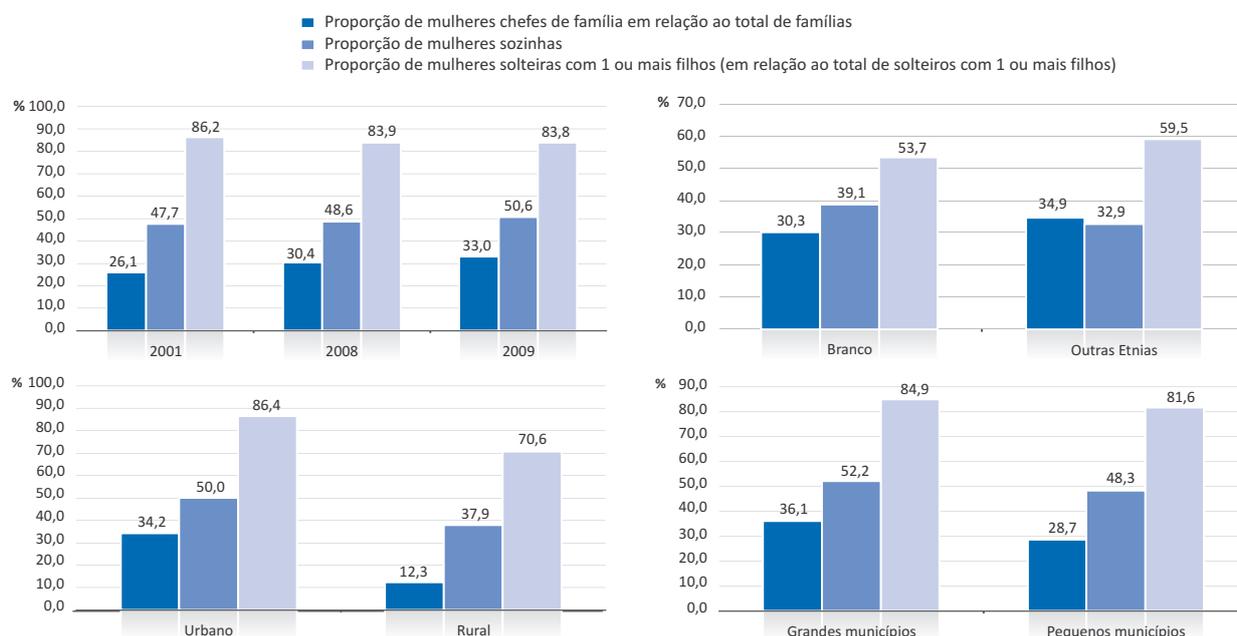
### Característica das mulheres chefes de família, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Do total de pessoas chefes de família no Espírito Santo (2009), aproximadamente 33% eram mulheres, o que representa um total de 382.301 famílias. Em relação ao total amostral de pessoas que residem sozinhas, 50,6% eram mulheres, e, entre todos os solteiros com um ou mais filhos, o filho fica com a mãe em 83,8% dos casos. Ao longo dos anos percebe-se que entre os sozinhos, o número de mulheres tornou-se o mais representativo, passando de 47,7% em 2001 para 50,6% em 2009, sendo que a ocorrência de mulheres sozinhas brancas foi 6,2 p.p. maior do que as de outras etnias. A proporção de mulheres chefes de família foi maior entre as mulheres de outras etnias (34,9%), que residem na área urbana (34,2%) e nos grandes municípios (36,1%).

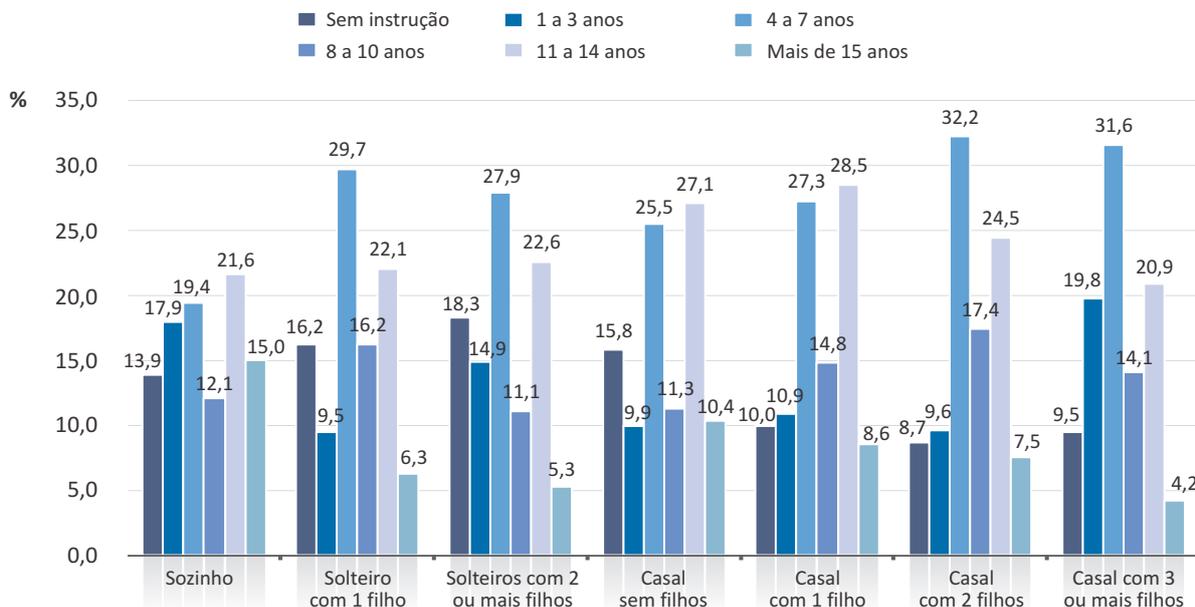
### Característica das mulheres chefes de família por cor, situação de domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

# Níveis de instrução segundo arranjos familiares

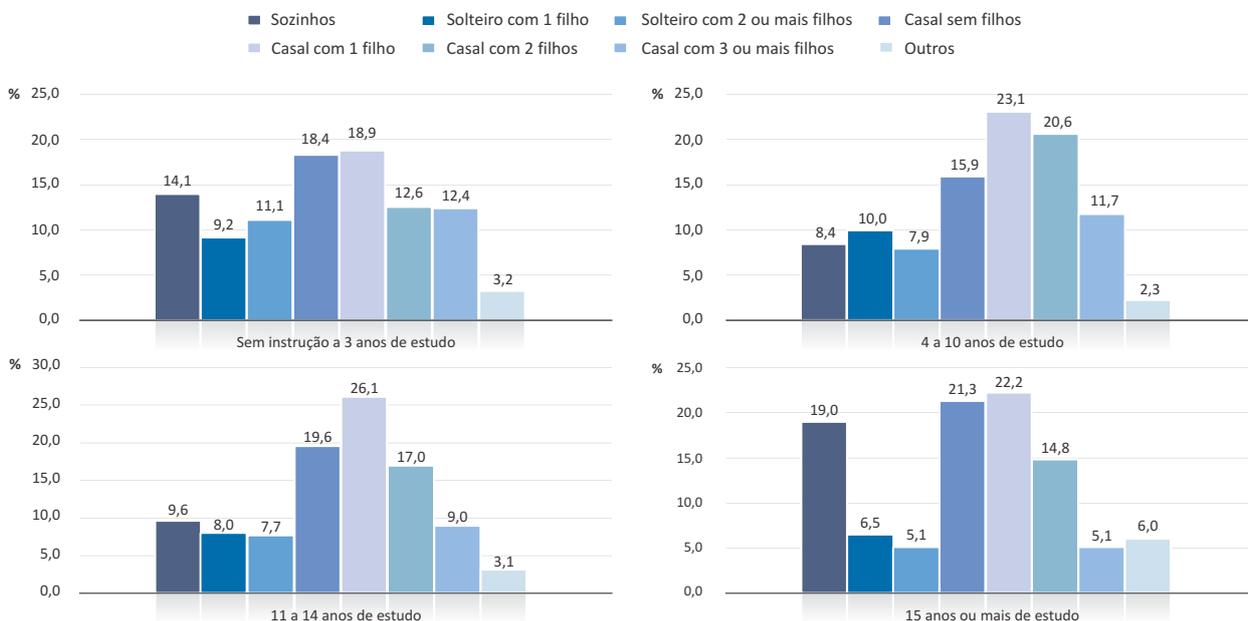
## Configuração dos níveis de instrução segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Em 2009, o nível de instrução de 4 a 7 anos de estudo foi o mais representativo para os arranjos familiares dos casais com 2 ou mais filhos e para os solteiros com 1 ou mais filhos. O grupo com a maior proporção de pessoas sem instrução foram os solteiros com 2 ou mais filhos (18,3%) seguidos pelos solteiros com 1 filho (16,2%), e os com menor proporção foram os casais com 2 filhos (8,7%). O arranjo com maior proporção de pessoas com ensino superior foram formados pelas pessoas sozinhas (15,0%) e casal sem filhos (10,4%). Entre os arranjos com maior escolaridade (11 anos ou mais de estudos), os mais representativos foram casal com 1 filho, seguido de casal sem filhos e por casal com 2 filhos (exceção para 15 anos ou mais de estudo). Em relação aos menos instruídos (sem instrução a 3 anos de estudo), os mais representativos foram casal com 1 filho (18,9%) seguido de casal sem filhos (18,4%).

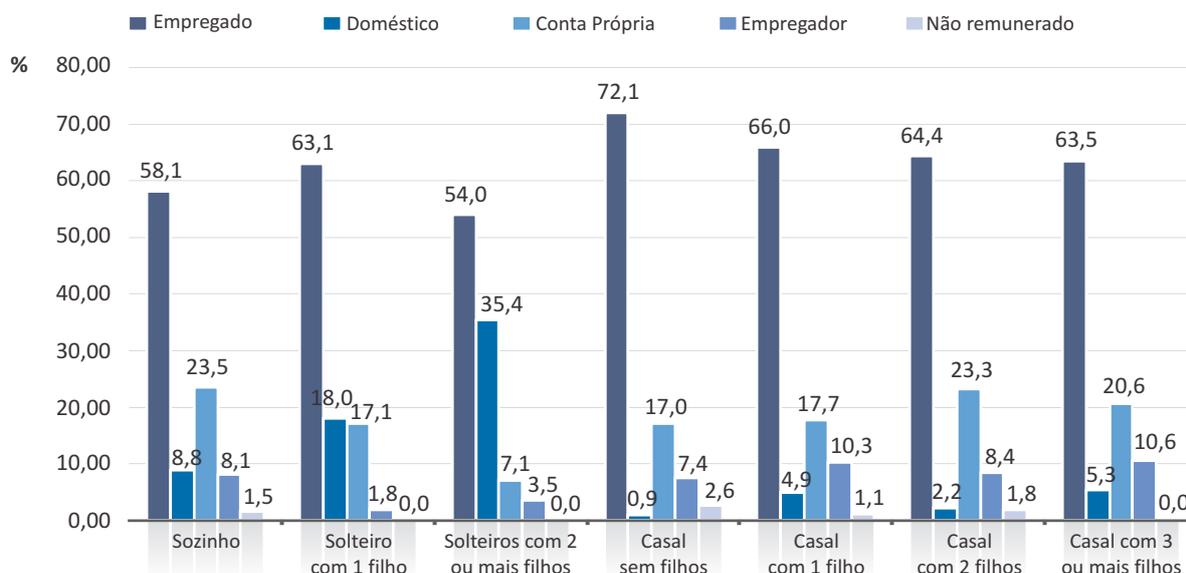
## Configuração dos arranjos familiares segundo níveis de instrução, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Ocupações segundo arranjos familiares

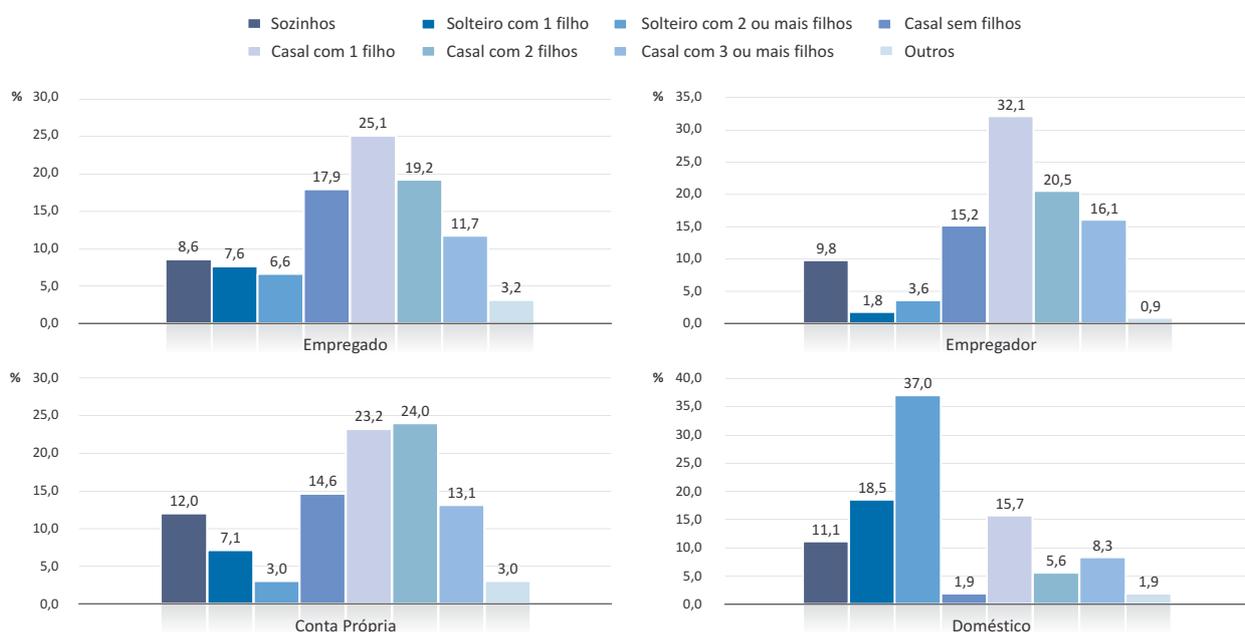
Configuração das ocupações segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Em todos os arranjos familiares do Espírito Santo, em 2009, a ocupação mais freqüente, entre os chefes de família, foi a de empregado (acima de 54%). Dentre os solteiros com filho, o que chama a atenção foi a alta porcentagem de domésticos, o que não foi observado nas demais categorias. A proporção de empregadores foi maior entre os casais com 3 ou mais filhos (10,6%) e casal com 1 filho (10,3%). Em 2009, entre os trabalhadores domésticos, o arranjo de maior representatividade foi o de solteiros com 2 ou mais filhos (37,0%), entre os empregadores e empregados, os casais com 1 filho foram a maioria e, entre os conta própria, a maior representatividade ocorreu para o arranjo de casal com dois filhos (24,0%) seguido por casal com 1 filho (23,2%).

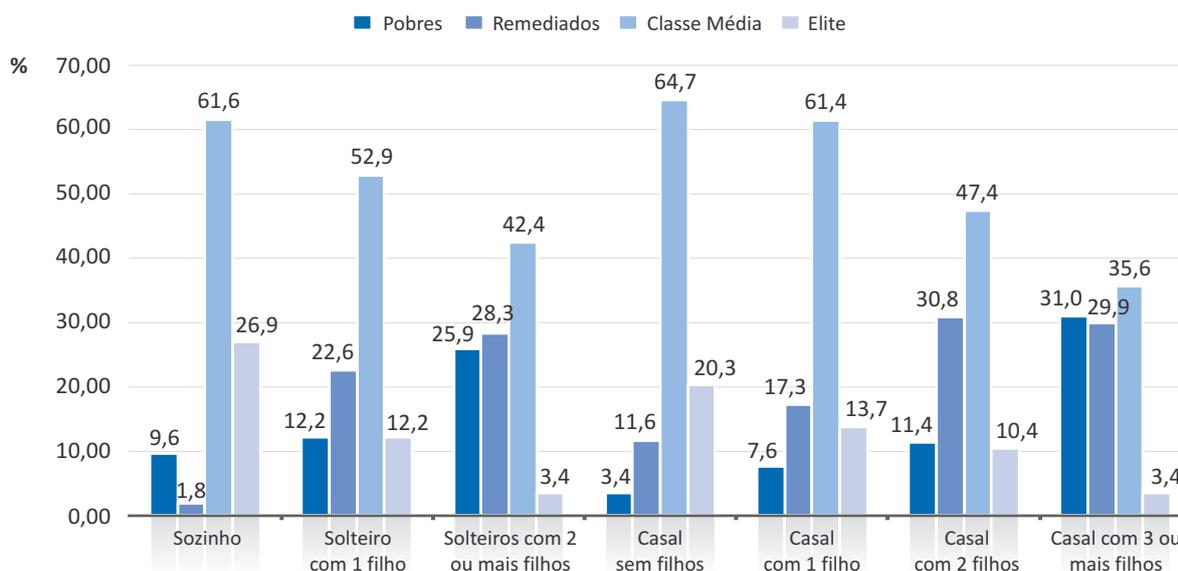
Configuração dos arranjos familiares segundo ocupações, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

## Classes sociais segundo arranjos familiares

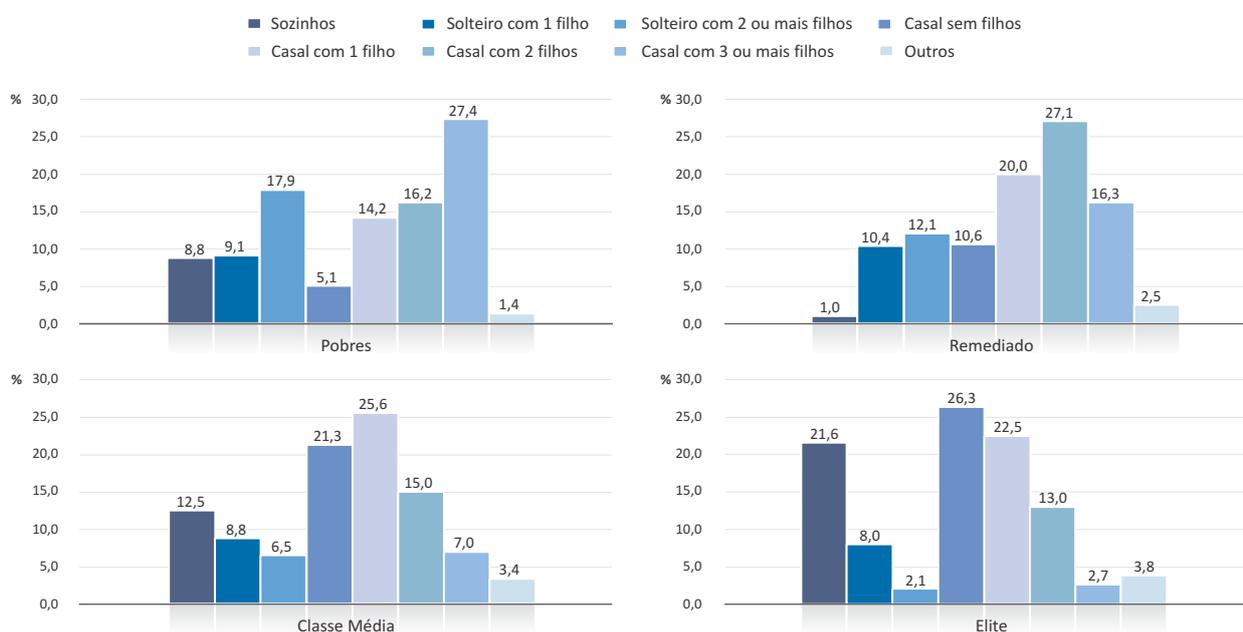
### Configuração das classes sociais segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

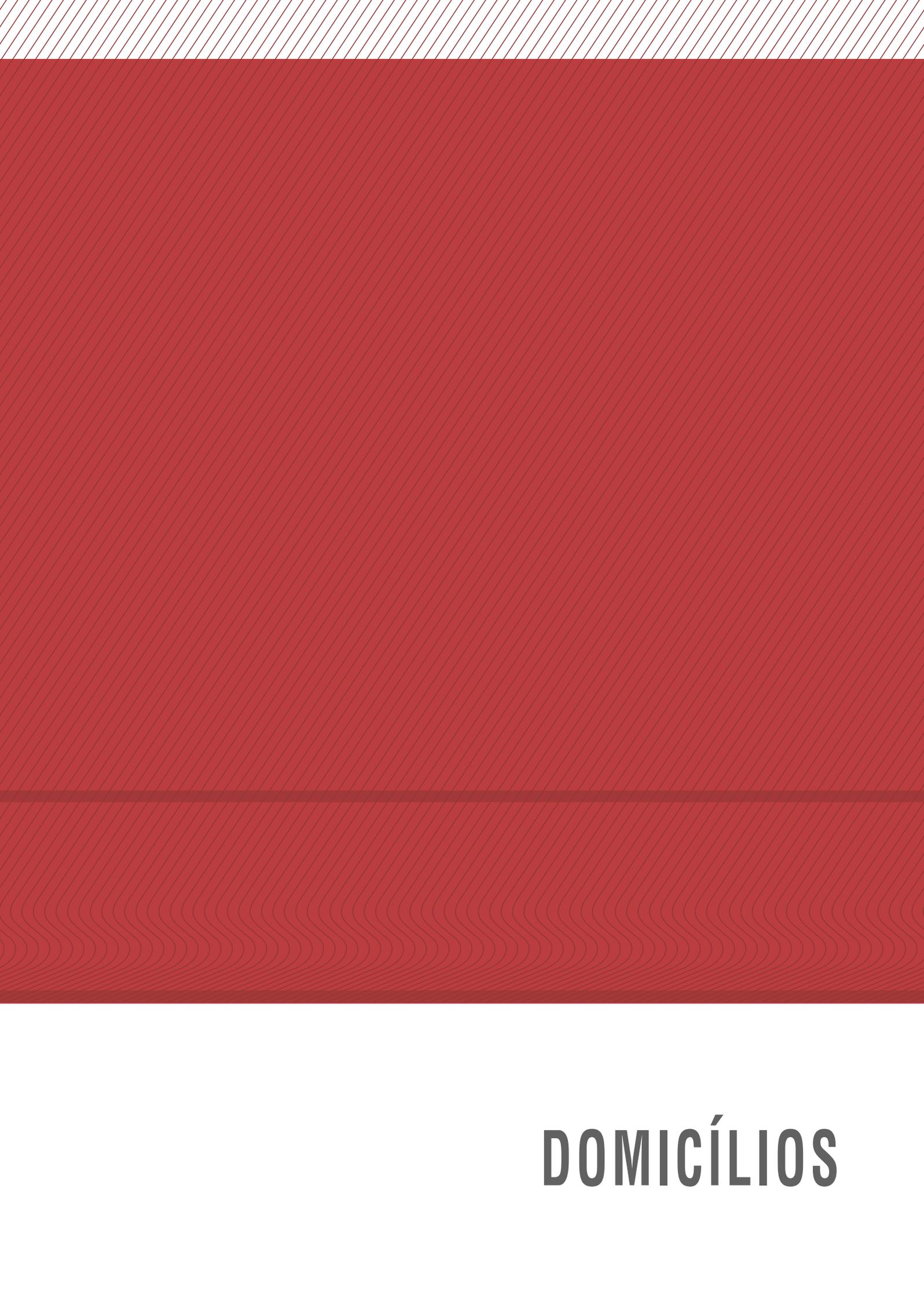
Em 2009, a maior representatividade entre todos os arranjos familiares foi da classe média. A maior proporção da elite foi encontrada entre os sozinhos (26,9%) e casal sem filhos (20,3%). A maior porcentagem de pobres esteve nos arranjos de casais com 3 ou mais filhos (31,0%) e solteiros com 2 ou mais filhos (25,9%). Na configuração dos arranjos familiares capixabas segundo as classes sociais (2009), para os pobres, os arranjos mais representativos foram os casais com 3 ou mais filhos (27,4%), seguidos dos solteiros com dois ou mais filhos (17,9%) e casais com 2 filhos (16,2%). Para a elite, a maioria foi formada por casais sem filhos (26,3%), seguidos de casais com 1 filho (22,5%) e sozinhos (21,6%). Para a classe média, o arranjo de maior representatividade foi formado por casais com 1 filho (25,6%), seguido de casal sem filhos (21,3%). E para os remediados, a maior representatividade foi para o arranjo de casal com 2 filhos (27,1%), seguido de casal com 1 filho (20,0%).

### Configuração dos arranjos familiares segundo classes sociais, Espírito Santo, 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e do Bem-Estar.





**DOMICÍLIOS**

Nesta seção são apresentados indicadores sobre domicílios que se inserem na dimensão social da presente Síntese. O tratamento na forma de indicadores dos dados que compõem tal dimensão assume particular relevância por mensurar e nortear a ação do Estado quanto aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Segundo Saiane e Toneto (2010)<sup>1</sup>, é imprescindível que seja dada atenção a esse setor no planejamento urbano, principalmente em áreas em expansão.

Os indicadores incluídos nesta seção abrangem os temas: abastecimento de água, acesso à rede coletora de esgoto, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo, iluminação elétrica, domicílios próprios, posse de bens móveis, déficit habitacional e inadequação de domicílios. Pode ser observada a evolução desses indicadores entre os anos 2001 e 2009.

Os resultados desta parte da publicação foram extraídos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e encontram-se desagregados por Brasil, Região Sudeste, e Espírito Santo. Sua distribuição considera também aspectos socioeconômicos e geográficos como por localização (urbano/rural) e segundo tamanho do município do Estado (população superior e inferior a 100 mil habitantes).

A síntese aponta que a proporção de domicílios com abastecimento de água no Brasil aumentou entre os anos 2001 e 2009. Esse crescimento revela-se importante por demonstrar a expansão do serviço público de abastecimento de água, considerado essencial na melhora das condições de vida da população, em particular da saúde.

Indicadores relacionados ao acesso à rede coletora de esgoto, ao esgotamento sanitário adequado e à coleta de lixo pertencem à categoria saneamento. Esse tema é considerado importante para a dimensão ambiental dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, pois remete ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental. Adicionalmente, a coleta do lixo não garante, por si só, a melhora da qualidade de vida, haja vista que o destino do lixo assume importância estratégica para o contexto ambiental.

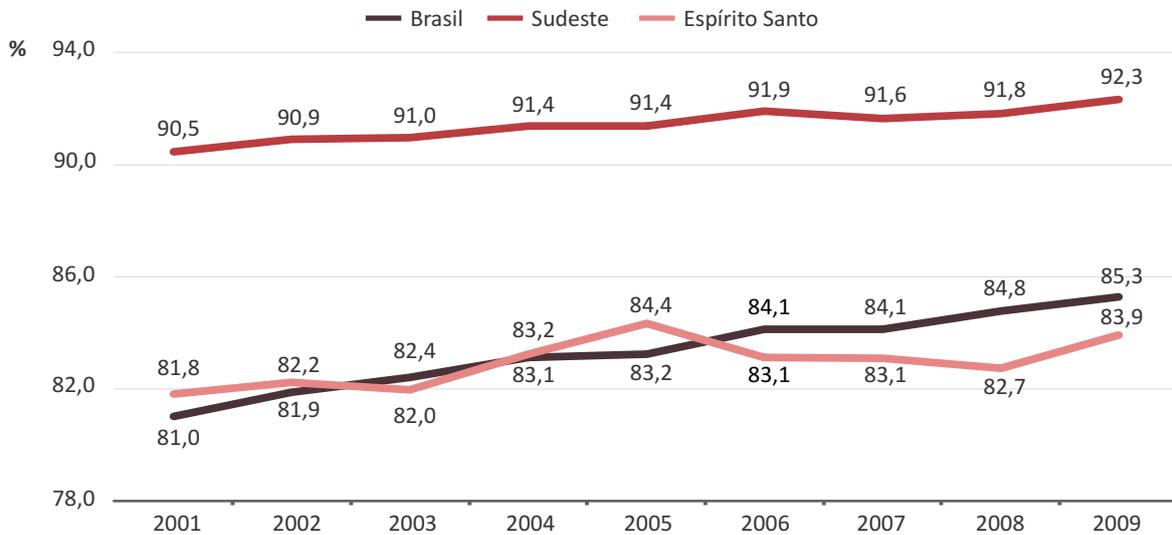
Os dados compilados nesta seção auxiliam também na compreensão da dimensão do problema do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, que está ligada à carência de infraestrutura, no Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo.

Estas informações sobre a oferta e a cobertura de serviços públicos para a infraestrutura domiciliar, assim como sobre as características destes, buscam promover o monitoramento das políticas públicas para uma ação pública planejada e voltada ao alcance de maiores níveis para o bem-estar social. Contribui ainda, de forma estratégica, para que sejam alcançadas as metas de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais ao benefício das gerações futuras.

<sup>1</sup> SAIANI, C. C. S. e TONETO JUNIOR, R.. Evolução do acesso a serviços de saneamento básico no Brasil (1970 a 2004). *Econ. soc.* [online], vol.19, n.1, pp. 79-106, 2010.

# Abastecimento de água

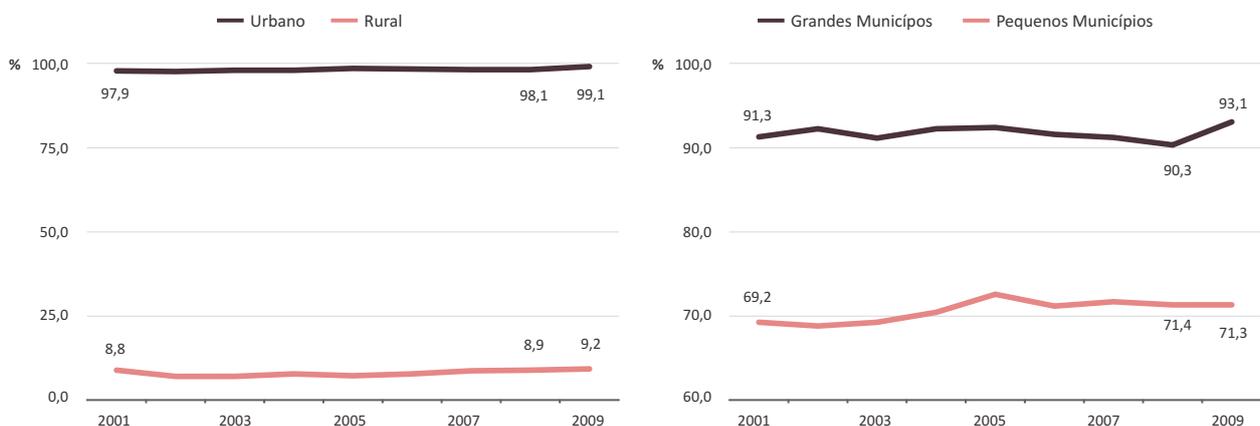
**Percentual de domicílios com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

No Brasil, a proporção de domicílios na amostra da pesquisa que apresentaram abastecimento de água aumentou entre os anos 2001 e 2009. Esse crescimento revela-se importante por demonstrar a expansão do serviço público de abastecimento de água, considerado essencial na melhora das condições de vida da população e com bastante impacto na saúde. Na região Sudeste (92,3%), a proporção também cresceu durante esse período, enquanto no Espírito Santo, ocorreu em 2009 (83,9%) uma inversão na queda observada entre os anos de 2005 a 2008. Na área urbana do Estado, a proporção de domicílios com abastecimento de água alcançou 99,1% em 2009. Já na área rural, a proporção foi de 9,2%. Isso demonstra que o abastecimento de água concentra-se nas áreas urbanas. Os grandes municípios (93,1%) também apresentaram indicadores proporcionalmente melhores do que os pequenos municípios (71,3%).

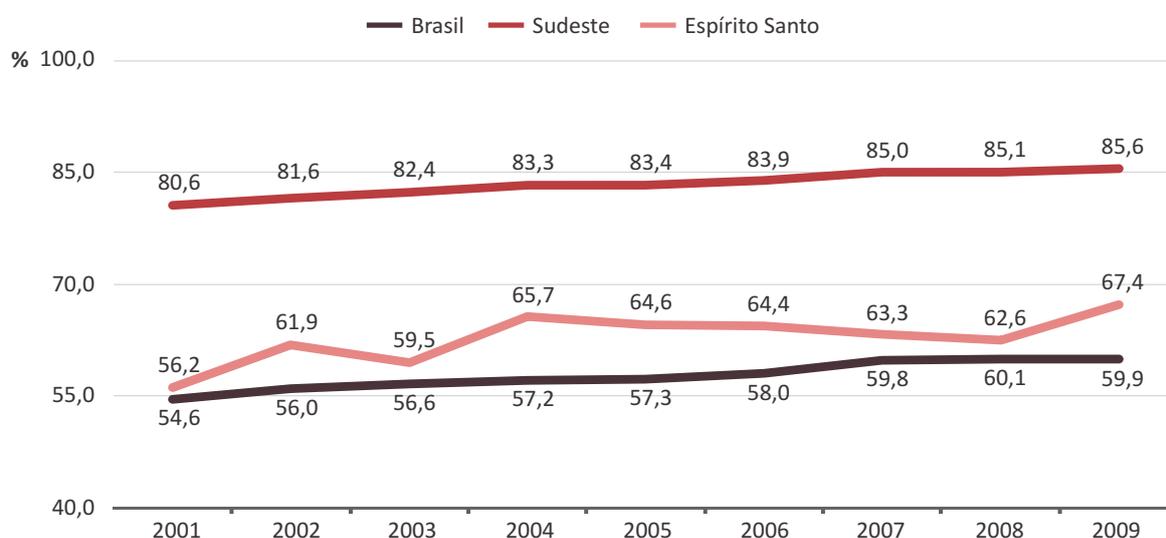
**Percentual de domicílios com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Acesso à rede coletora de esgoto

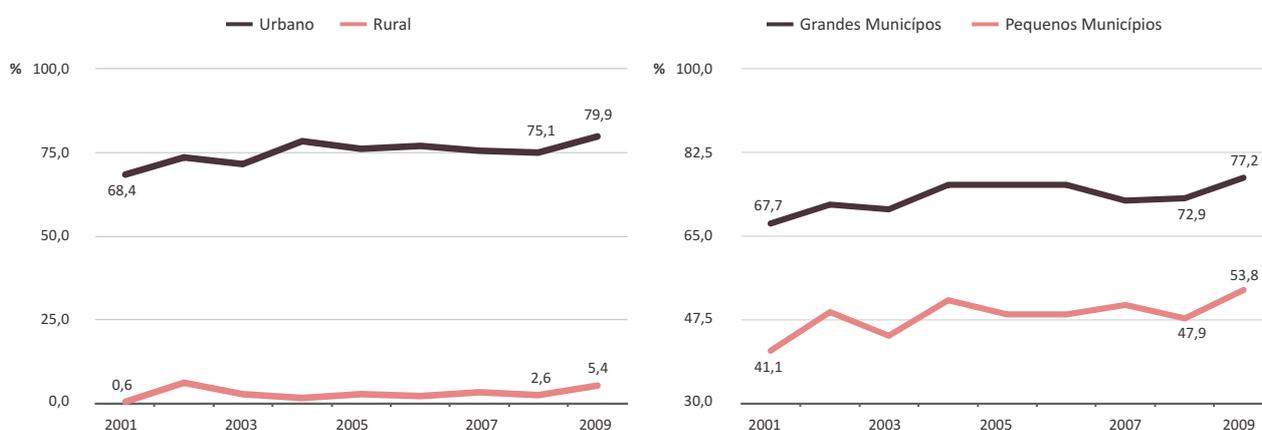
### Percentual de domicílios com acesso a rede coletora de esgoto, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

No Espírito Santo, o percentual de domicílios particulares permanentes com acesso à rede coletora de esgoto aumentou de 62,6% em 2008 para 67,4% em 2009. No tocante a esse serviço, que também é fundamental para a melhora do bem-estar da população, os dados revelaram que o Estado está acima da média nacional (59,9%) e abaixo da média da região Sudeste (85,6%). No Estado, o serviço de coleta de esgoto, tal como o de abastecimento de água, concentra-se na área urbana. Os pequenos municípios apresentaram acesso à rede coletora de esgoto (53,8%), proporcionalmente, menor que os grandes municípios (77,2%).

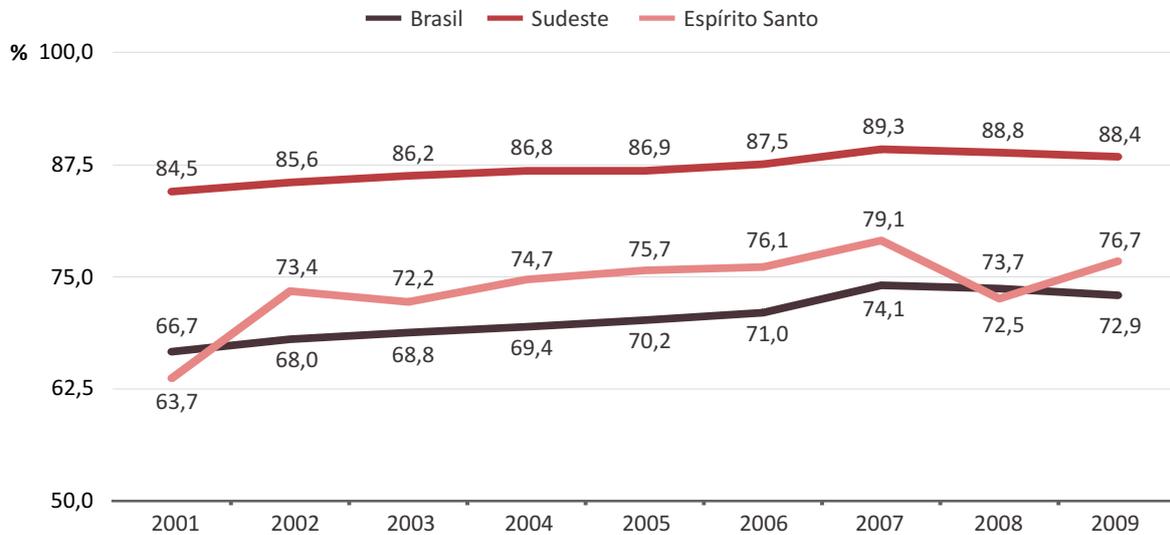
### Percentual de domicílios com acesso a rede coletora de esgoto segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

# Esgotamento sanitário adequado

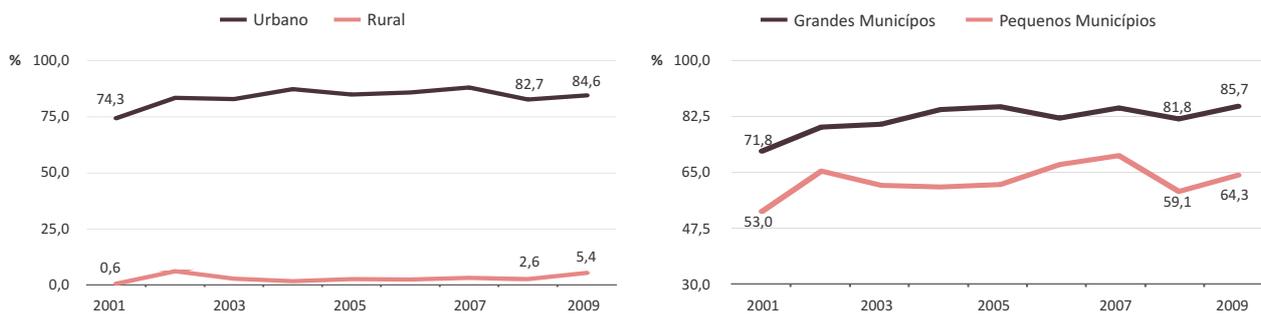
## Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



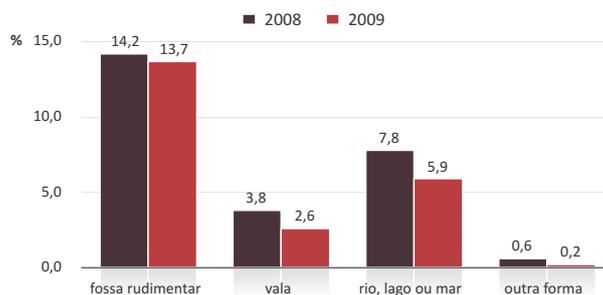
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

No Espírito Santo, o percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado (que inclui fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial) aumentou de 72,5% em 2008 para 76,7% em 2009. No período entre os anos 2001 e 2009, o Estado acumulou substancial alta de 20,4%. No Brasil, a alta acumulada nesse período foi de 9,3%, e na região Sudeste de 4,6%. O percentual de domicílios capixabas que possuíam esgotamento sanitário adequado continuou sendo substancialmente maior na área urbana (84,6%). Contudo, observou-se que o percentual na área rural aumentou de 0,6% em 2001 para 5,4% em 2009. Os pequenos municípios (64,3%) apresentaram percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado inferior àquele apresentado pelos grandes municípios (85,7%).

## Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo 2001 a 2009



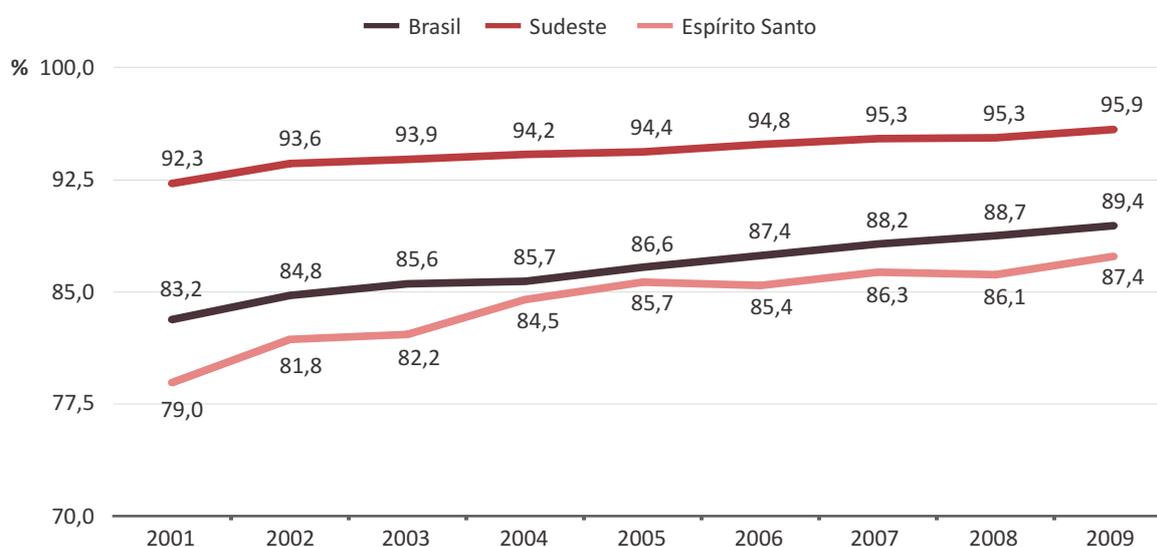
## Percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado, Espírito Santo 2008 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Coleta de lixo

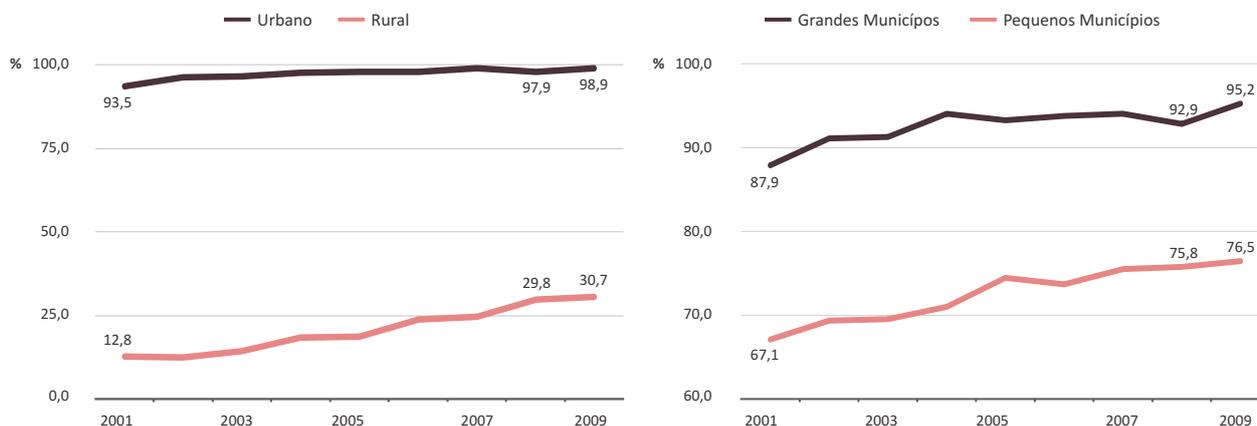
### Percentual de coleta de lixo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

No Brasil, o serviço de coleta de lixo alcançou 89,4% em 2009. A coleta de lixo compõe junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário os serviços públicos de saneamento, fundamentais para o bem-estar da população. O percentual dos domicílios capixabas (87,4%) foi 2 p.p. abaixo da média nacional e 8,5 p.p. abaixo da média do Sudeste. Nas áreas urbanas do Espírito Santo, o serviço de coleta de lixo está praticamente universalizado: alcançou uma cobertura de 98,9% da amostra no ano 2009. Na área rural o percentual de 30,7 obtido em 2009 demonstrou a necessidade de expansão desse serviço, contudo deve-se registrar o aumento entre 2001 (12,8%) e 2009 (30,7%). Os pequenos municípios capixabas apresentaram serviços de coleta de lixo com cobertura menor (76,5% em 2009) do que a oferecida nos grandes municípios (95,2% em 2009). Quando se compara o aumento registrado entre os anos 2001 e 2009, observou-se que a ampliação do serviço ocorreu de forma mais acentuada nos pequenos municípios (14%,) comparativamente aos grandes municípios (8,3%).

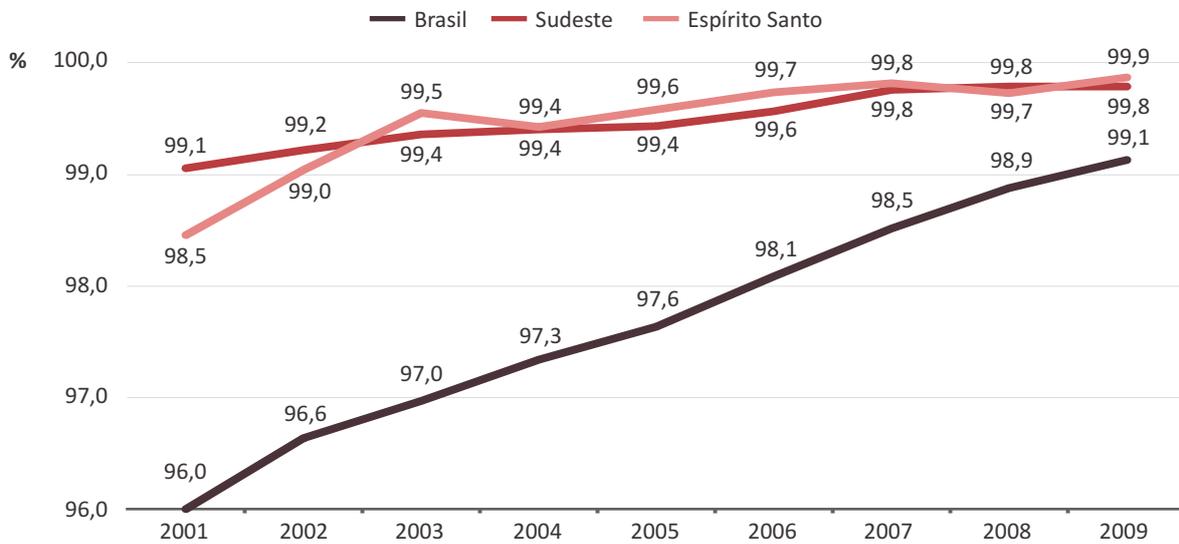
### Percentual de coleta de lixo segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

# Iluminação elétrica

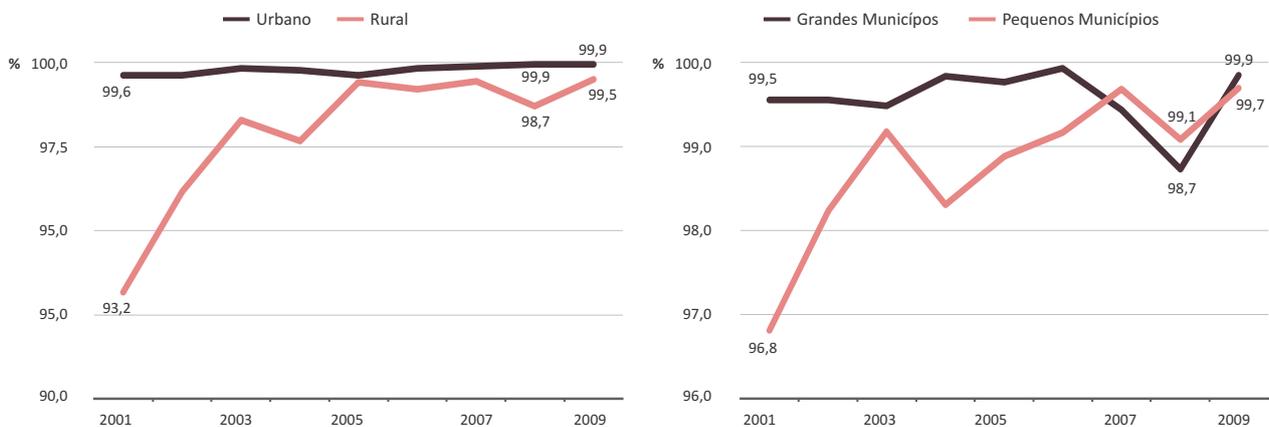
**Percentual de domicílios com iluminação por meio elétrico, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

Os domicílios brasileiros (99,1% em 2009) apresentaram resultados favoráveis no acesso à iluminação com energia elétrica em todo período analisado. O Espírito Santo seguiu a mesma tendência: praticamente todos (99,9%) os domicílios da amostra são atendidos. O crescimento da oferta de iluminação elétrica para a área rural do estado observado entre os anos 2001 a 2009 (passando de 93,2% a 99,5%) foi importante para que o serviço fosse praticamente universalizado no Espírito Santo.

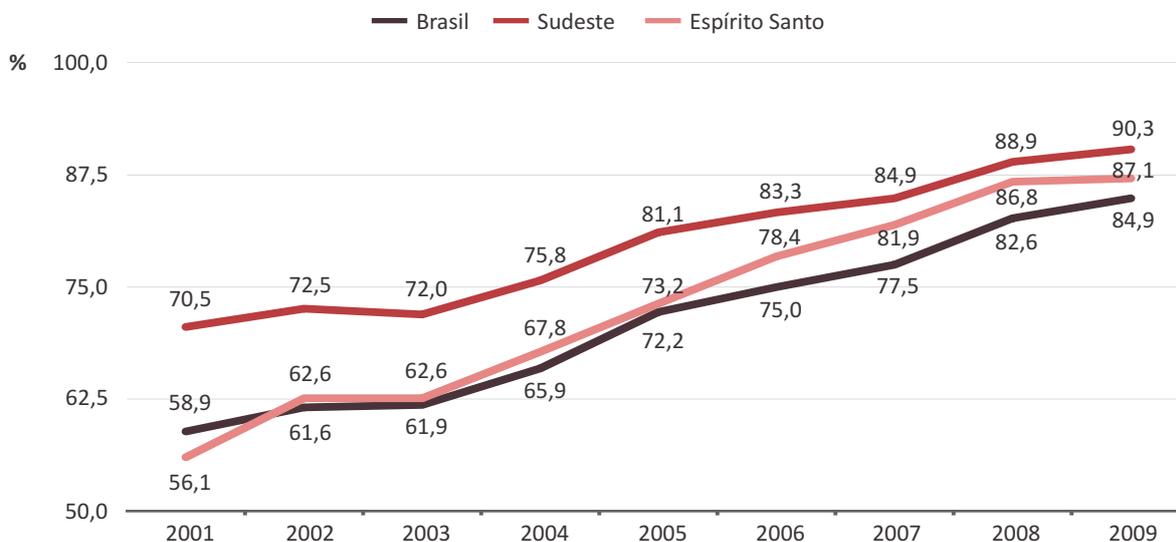
**Percentual de domicílios com iluminação por meio elétrico segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Serviços de telefonia

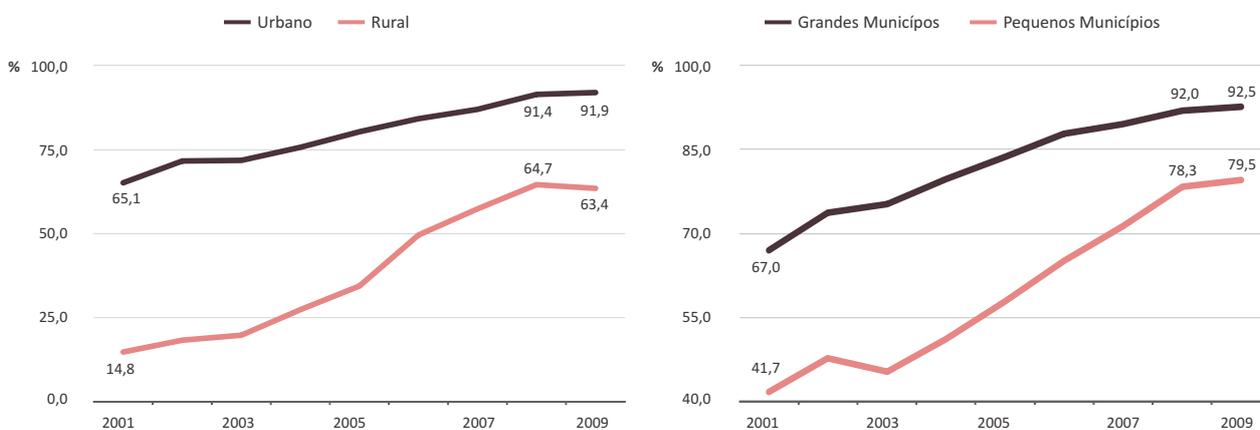
### Percentual de domicílios com serviço de telefonia, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

A proporção de domicílios com acesso a serviço de telefonia aumentou substancialmente no Brasil entre 2001 e 2009. Neste período, a oferta desse serviço cresceu 55,3% no Espírito Santo, 28,1% na região Sudeste, e 44,1% no Brasil. No Espírito Santo, a oferta do serviço foi maior na região urbana (91,9%), mas de 2001 a 2009 o percentual de domicílios com telefone na área rural passou de 14,8% para 63,4%.

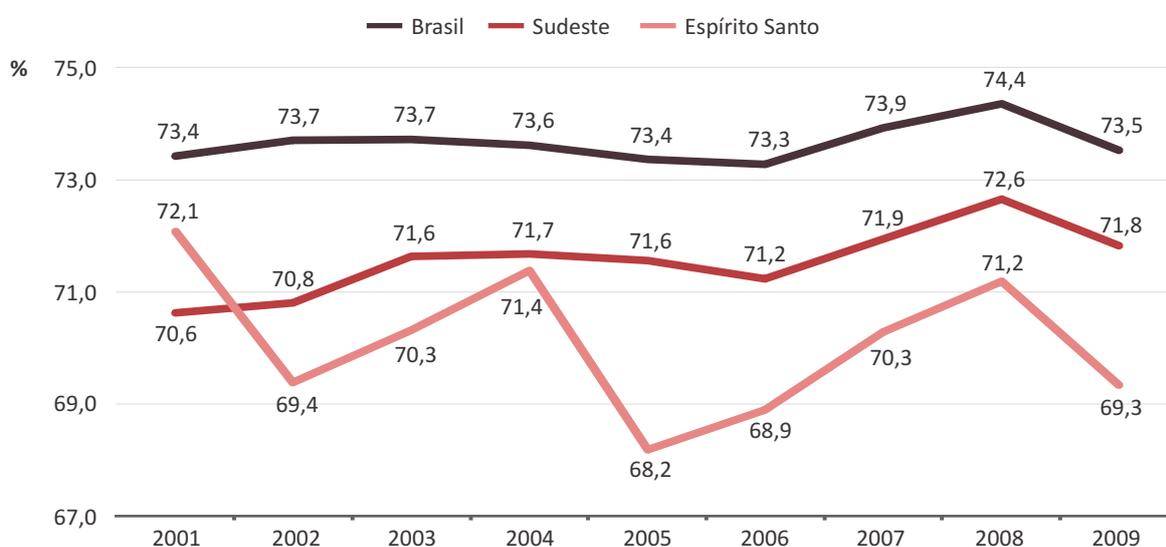
### Percentual de domicílios com serviço de telefonia segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Domicílios próprios

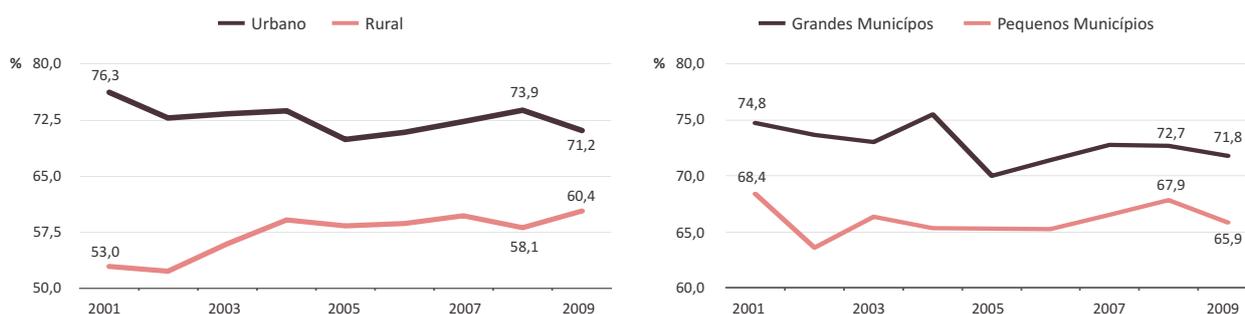
**Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009**



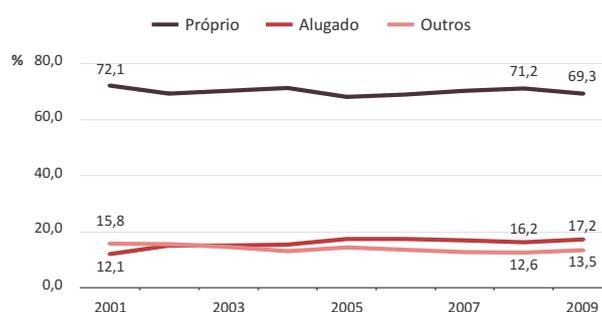
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

No Brasil (73,5%) e na Região sudeste (71,8%), a proporção de domicílios próprios manteve-se estável entre 2001 e 2009. O Espírito Santo registrou maior oscilação no número de domicílios próprios. A proporção de domicílios próprios nas áreas urbanas diminuiu de 76,3% em 2001 para 71,2% em 2009. Por outro lado, aumentou de 53% em 2001 para 60,4% em 2009 nas áreas rurais do Estado.

**Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2009**



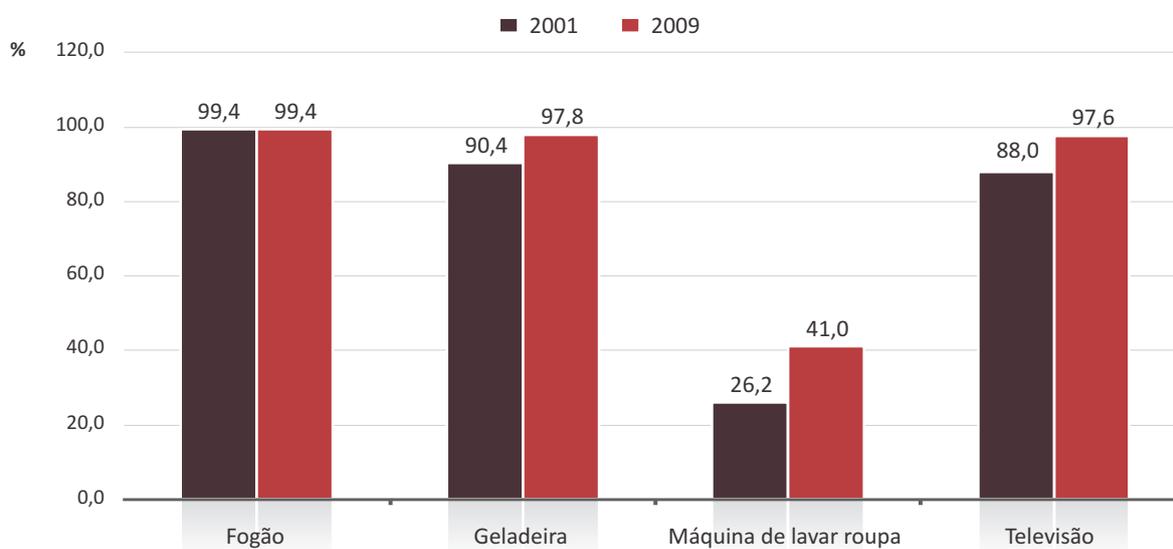
**Percentual de domicílios por condição de ocupação, Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Posse de bens móveis

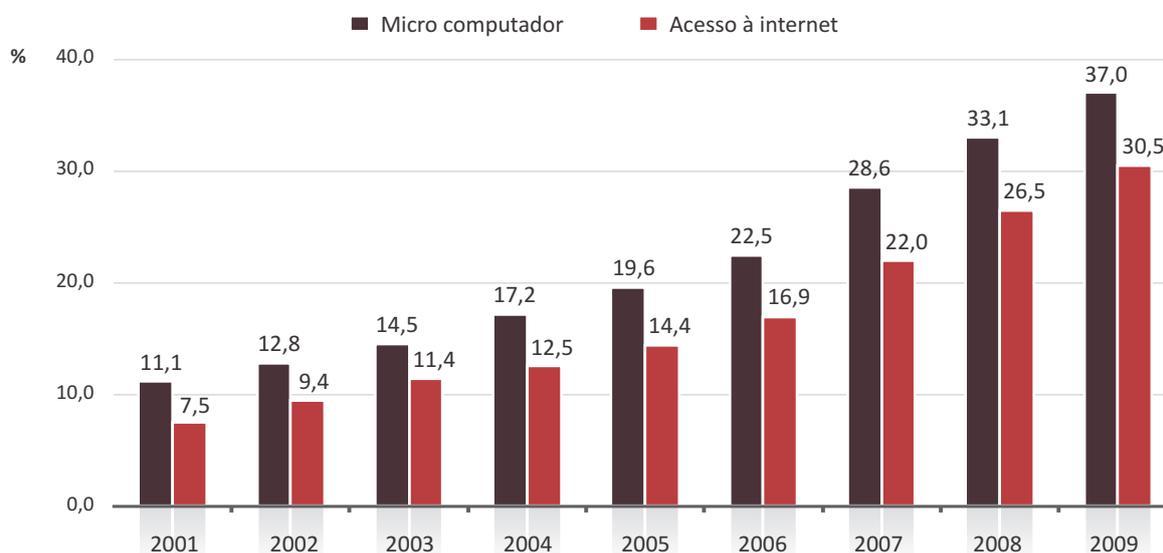
Percentual de domicílios por existência de alguns bens duráveis,  
Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

Os domicílios capixabas apresentaram resultados favoráveis quanto à posse de alguns bens duráveis. Em 2009, 97,8% dos lares possuíam geladeira e 97,6% dos domicílios capixabas tinham televisão. A máquina de lavar roupa, considerada um diferencial nos afazeres domésticos, foi encontrada em 41% dos domicílios no Estado. No período de 2001 a 2009, a proporção de domicílios com microcomputador no Espírito Santo apresentou crescimento de 233,3%. Já a proporção de domicílios com acesso à internet cresceu 306,7% nesse período. Em 2009, 37% dos domicílios capixabas possuíam micro computador, 30,5% destes com acesso à Internet.

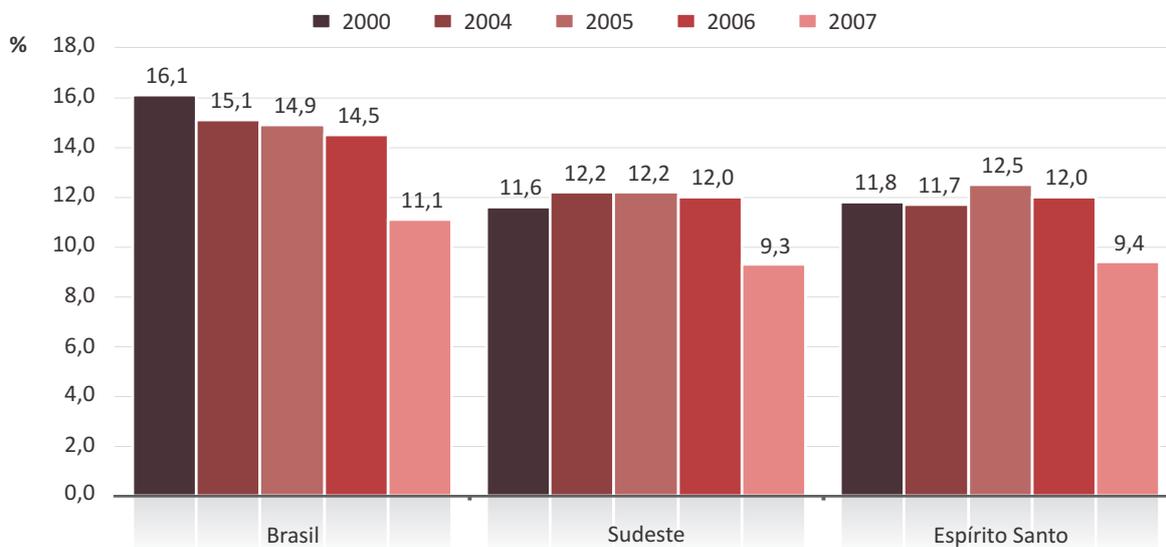
Percentual de domicílios com acesso a micro computador e internet,  
Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Déficit habitacional

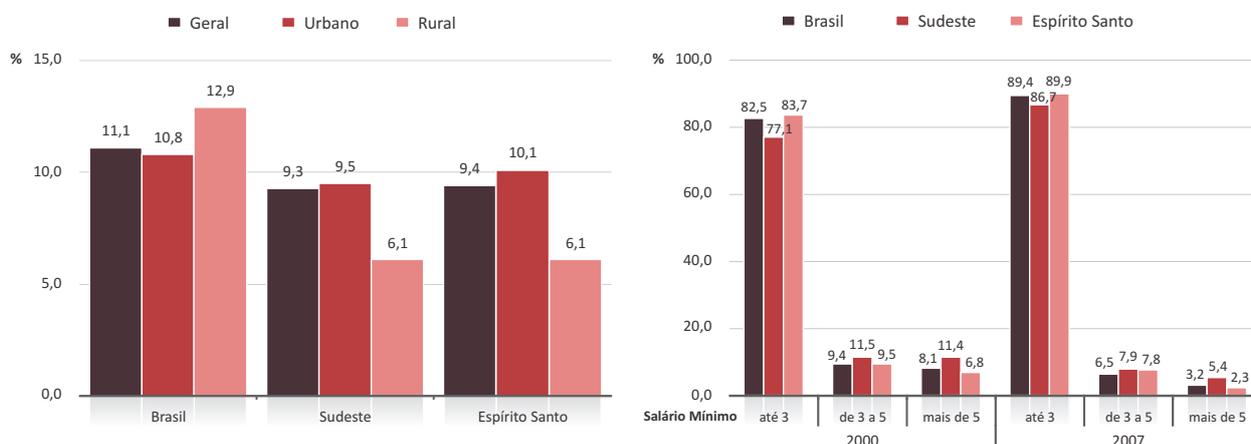
### Percentual de déficit habitacional em relação ao total de domicílios, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2000 a 2007



Fontes: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007 – Fundação João Pinheiro (FJP); Déficit Habitacional no Brasil 2006. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

Entre os anos 2000 e 2006, o déficit habitacional no Espírito Santo manteve-se estável, com números similares aos da média da região Sudeste. Entretanto, do ano 2006 para 2007 houve uma redução de 21,7% no déficit habitacional no Estado. O déficit geral habitacional por situação de domicílio no Espírito Santo em 2007 foi 9,4%. Na categoria domicílios rurais foi 6,1%. Números análogos aos da região Sudeste. Os domicílios urbanos (10,1%) do Estado apresentaram um déficit habitacional 6,3% superior à média da região Sudeste. A maioria das famílias demandantes de moradias encontrava-se na faixa de rendimentos mensais até três salários mínimos. Em 2007, o Espírito Santo apresentou, para esse segmento de renda média familiar, números muito próximos daqueles apresentados pela média do Brasil e da Região Sudeste (Espírito Santo – 89,9%; Brasil – 89,4%; Sudeste – 86,7%).

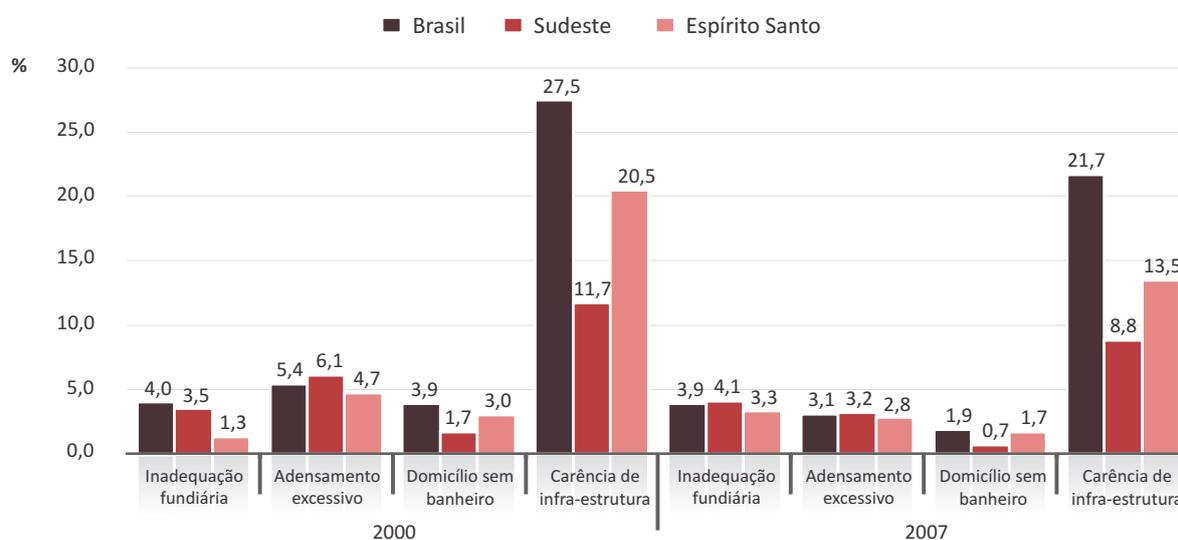
### Déficit Habitacional por situação de domicílio e renda, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2000 e 2007



Fontes: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007 – Fundação João Pinheiro (FJP); Déficit Habitacional no Brasil 2006. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

## Inadequação de domicílios

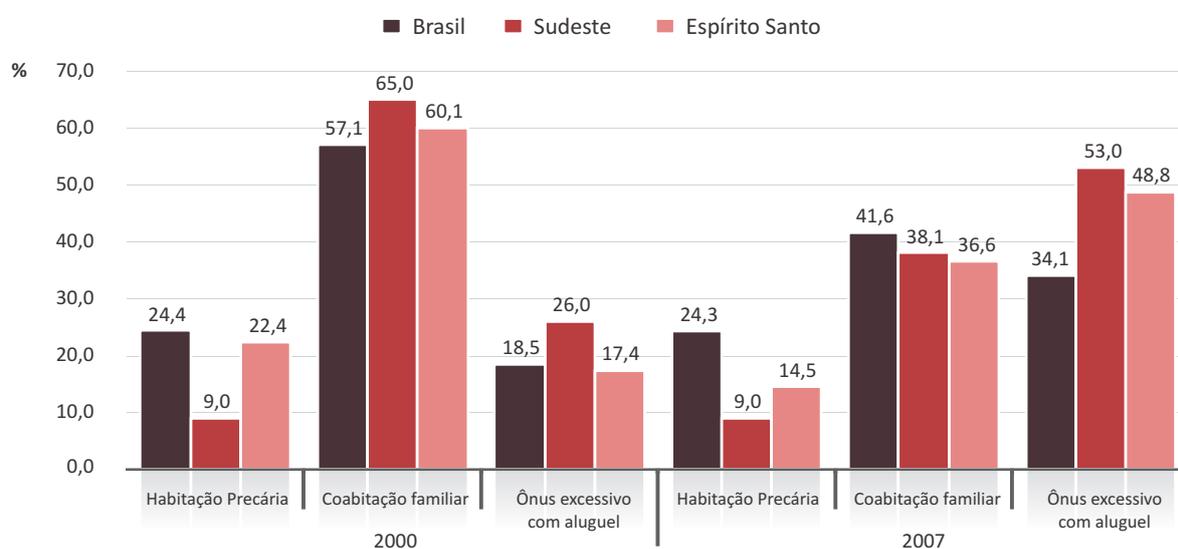
### Percentual dos domicílios urbanos, por critérios de inadequação, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2000 e 2007



Fontes: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007 – Fundação João Pinheiro (FJP); Déficit Habitacional no Brasil 2006. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.

No Brasil, região Sudeste e Espírito Santo a carência de infraestrutura, que está ligada ao acesso a serviços como iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo, destacou-se como a principal causa da inadequação dos domicílios nos anos 2000 e 2007.

### Percentual dos componentes do déficit habitacional, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2000 e 2007



Fontes: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007 – Fundação João Pinheiro (FJP); Déficit Habitacional no Brasil 2006. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais.





# APÊNDICE METODOLÓGICO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi implantada progressivamente no Brasil a partir de 1967. Trata-se de um conjunto de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento, habitação, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no conjunto de acordo com as necessidades de informação para o País.

A periodicidade dos levantamentos é anual, com realização no último trimestre de cada ano. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

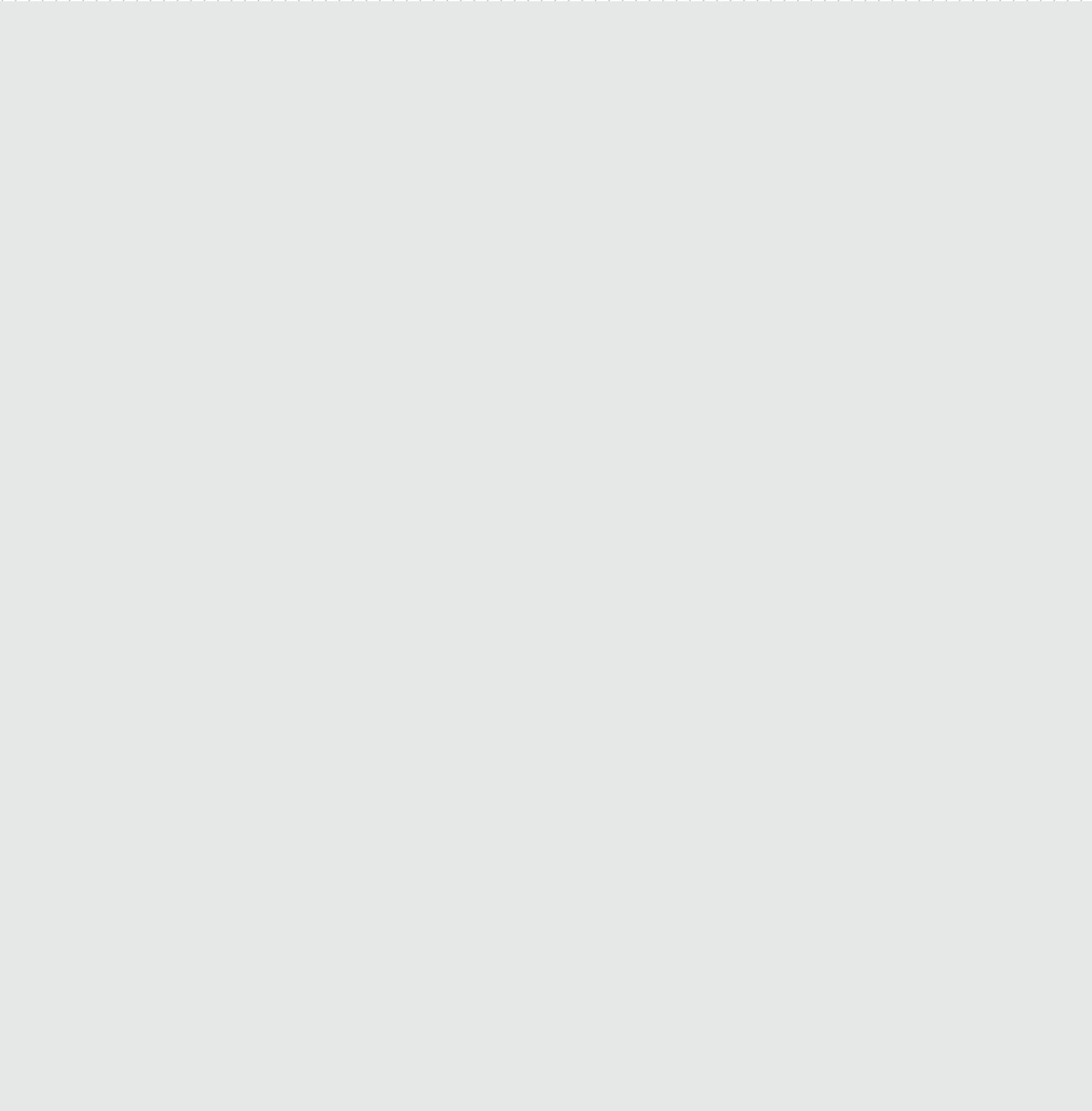
A abrangência geográfica da PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, foi alcançada gradativamente. No período de análise da Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo (2001 – 2009), ocorreu mais uma ampliação de sua abrangência. Até o ano de 2003, a abrangência geográfica da PNAD excluía somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A partir de 2004 passou também a incluir estas áreas, e alcançou a cobertura completa do Território Nacional.

A expansão da amostra é realizada com pesos definidos por meio dos dados do Censo Demográfico, o qual serve de marco para a classificação da situação do domicílio. Com isso, as estatísticas perdem um pouco de precisão à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico. Em função disso, com a Contagem Populacional de 2007 foram revisadas as projeções e estimativas populacionais e as Pesquisas dos anos seguintes foram geradas levando em consideração esta revisão, além de fazer a reponderação dos pesos para as Pesquisas de 2001 a 2007, com o objetivo de melhorar a acurácia dos dados.

No ano de 2009, a PNAD foi realizada em 153.837 domicílios em todo o Brasil, o que corresponde a um total de 399.387 pessoas na amostra. No Espírito Santo a pesquisa possui cobertura de 3.047 domicílios, com informações de 7.418 indivíduos. Para a expansão da amostra no Espírito Santo, um indivíduo corresponde a 469 ou 470 pessoas.







# **GLOSSÁRIO**

**Grandes municípios:** Municípios considerados auto-representativos, ou seja, estratos geográficos dentro dos quais o plano amostral é igual ao utilizado nos municípios das regiões metropolitanas, isto é, conglomerado em dois estágios, com os setores como unidades primárias de amostragem e os domicílios como unidades secundárias de amostragem.

**Pequenos municípios:** Municípios considerados não auto-representativos, ou seja, estratificados por tamanho e proximidade geográfica, buscando formar estratos com população total aproximadamente igual, conforme os dados do último Censo Demográfico.

## Demografia

- **População censitária:** Número de habitantes residentes em uma determinada área geográfica de acordo com o Censo Demográfico. Contada de dez em dez anos.
- **População residente:** Número de habitantes residentes em uma determinada área geográfica com base nos dados anuais da PNAD.
- **Fluxos migratórios:** Número de imigrantes e emigrantes de um determinado espaço geográfico.
- **Taxa de fecundidade total:** Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo (15–49 anos), na população residente em determinado espaço geográfico.
- **Taxa de crescimento populacional:** Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico no período considerado. O valor da taxa refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos.
- **Idade média da população:** A média da idade dos indivíduos na amostra.
- **Estrutura etária:** Distribuição populacional por faixa etária e sexo.
- **População urbana:** População que habita em área urbana.
- **População rural:** População que habita em área rural.
- **Grau de urbanização:** Porcentagem da população urbana em relação à população total.
- **Índice de envelhecimento:** Relação existente entre o número de idosos e a população jovem. É habitualmente expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos.

## Saúde

- **Cobertura de Plano de Saúde:** Percentual da população brasileira coberta por planos e seguros de assistência suplementar à saúde, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- **Consulta ao Dentista:** Percentual da população brasileira que consultou o dentista nos intervalos de tempo especificados.
- **Consultas médicas:** Percentual da população brasileira que realizou alguma consulta nos últimos doze meses.
- **Doenças Crônicas:** Doenças crônicas são aquelas que normalmente apresentam desenvolvimento lento, que duram períodos extensos e causam efeitos de longo prazo, difíceis de prever. A maioria dessas doenças não tem cura, como diabetes, asma, doença de Alzheimer e hipertensão.
- **Equipes de Saúde da Família:** Número de equipes de saúde da família por 10.000 famílias.
- **Internação por grupo de causas:** Distribuição percentual de internação por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

- **Oferta de serviços básicos de saúde:** Número de médicos e de leitos por 1.000 habitantes.
- **Taxa bruta de natalidade por 1.000:** Número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- **Taxa de mortalidade neonatal por 1.000:** Número de óbitos, por 1.000 nascidos vivos, de crianças com 0 a 27 dias de vida em uma população residente em determinado local e período.
- **Taxa de mortalidade pós – neonatal por 1.000:** Número de óbitos, por 1.000 nascidos vivos, de crianças entre 28 e 364 dias de idade por 1000 nascidos vivos, ocorridos em determinado local e período.
- **Taxa de mortalidade infantil por 1.000:** Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) em uma população residente em determinado espaço geográfico em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano.
- **Mortalidade proporcional por grupo de causas:** Distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- **Mortes por causas externas:** São mortes não naturais que “sobrevêm da decorrência de Acidentes, Homicídios, Suicídios ou qualquer outro tipo de violência”, e constam do capítulo XX da CID 10 (Classificação Estatística e Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde –10ª revisão).
- **Mortes por causas internas:** São mortes naturais decorrentes de doenças.
- **Percentual de partos cesáreos (%):** Percentual de partos com procedimento cirúrgico no qual se pratica a extração fetal do útero materno por via abdominal.
- **Percentual de mães de 15 a 19 anos (%):** Percentual de meninas adolescentes grávidas no total de meninas de 15 a 19 anos.
- **Procura por Serviços de Saúde:** Pessoas que procuram por serviços de saúde, tais como Posto ou Centro de Saúde; Ambulatório de Hospitais; Consultório Particular; Ambulatório ou Consultório de Clínica; Pronto-Socorro; Farmácia; Ambulatório de Empresa ou Sindicato e Agentes Comunitários.
- **Proporção de médicos por 1.000 habitantes: Número de médicos por 1.000 habitantes.**
- **Proporção de leitos de internação por 1.000 habitantes:** Número de leitos gerais e leitos SUS por 1.000 habitantes.
- **Casos notificados de dengue:** Número de casos de dengue oficialmente notificados aos serviços de saúde responsáveis.
- **Casos de AIDS segundo ano do diagnóstico:** Número de casos de AIDS diagnosticados no ano especificado.

## Mercado de Trabalho

- **População em idade ativa:** Pessoas de 15 anos ou mais de idade.
- **População economicamente ativa:** Pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas ou que procuram emprego.
- **População não economicamente ativa:** Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não trabalha e nem procura emprego.
- **Taxa de atividade (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas em idade ativa.
- **População ocupada (15 anos ou mais):** Pessoas de 15 anos ou mais ocupadas na semana de referência da pesquisa.
- **População ocupada por setor formal e informal (15 anos ou mais):** São considerados como trabalhadores formais aqueles que possuem carteira assinada ou contribuem para o instituto de previdência. Os trabalhadores informais são aqueles que não possuem carteira assinada ou não são contribuintes do instituto de previdência.

- **Taxa de ocupação (15 anos ou mais):** Porcentagem das pessoas ocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.
- **Ocupação segundo faixa etária (10 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas ocupadas conforme a faixa etária em relação às pessoas economicamente ativas da mesma faixa etária.
- **Ocupação segundo anos de estudo (15 anos ou mais):** Porcentagem das pessoas ocupadas em relação às pessoas economicamente ativas de 15 anos ou mais de idade, por número de anos de estudo.
- **Índice de Descasamento (25 anos ou mais):** Coeficiente de variação anual ao quadrado do grau de desigualdade intersetorial na taxa de desemprego sobre a população de 25 anos ou mais de idade.
- **Índice de Turbulência (25 anos ou mais):** Coeficiente da variação anual da estrutura do emprego para pessoas com 25 anos ou mais de idade.
- **Índice de Descasamento por escolaridade (25 anos ou mais):** Coeficiente de variação anual ao quadrado do grau de desigualdade intersetorial na taxa de desemprego segundo grau de escolaridade.
- **Índice de Turbulência por escolaridade (25 anos ou mais):** Coeficiente da variação anual da estrutura do emprego segundo o grau de escolaridade.
- **Taxa de desemprego (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas desocupadas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas economicamente ativas de 15 anos ou mais de idade.
- **Taxa de desemprego segundo faixa etária:** Porcentagem de pessoas desocupadas de acordo com a faixa etária em relação ao total de pessoas economicamente ativas na mesma faixa de idade.
- **Razão de dependência (15 anos ou mais):** Razão entre a população considerada não economicamente ativa e a população economicamente ativa.
- **Nível de ocupação das pessoas de 5 a 18 anos de idade:** Porcentagem das pessoas ocupadas de 5 a 18 anos de idade em relação a todas as pessoas da mesma faixa etária.
- **Posição na ocupação no trabalho principal (15 anos ou mais):** Porcentagem das pessoas ocupadas de 15 anos ou mais de idade, de acordo com as categorias de posição na ocupação: empregados, conta própria, empregador, emprego não remunerado, consumo próprio e trabalhador doméstico.
- **Contribuição previdenciária (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade, em todas as atividades e que contribuíam para instituto de previdência, federal, estadual ou municipal, em qualquer trabalho na semana de referência.
- **Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade, em atividade agrícola e não agrícola e que contribuíam para instituto de previdência, federal, estadual ou municipal, em qualquer trabalho na semana de referência.
- **Pessoas sindicalizadas (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade e filiadas a algum sindicato em qualquer trabalho na semana de referência.
- **Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade e filiadas a algum sindicato em qualquer trabalho em atividade agrícola e não agrícola, na semana de referência.
- **Renda média domiciliar per capita real:** Renda domiciliar média per capita deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de 2009.
- **Renda média real de todas as fontes:** Renda mensal média proveniente de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais de idade, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de 2009. •
- **Renda média real de todos os trabalhos:** Renda mensal média proveniente de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de 2009.

## Distribuição de renda e classes sociais

- **Evolução do Coeficiente de Gini no Brasil e Espírito Santo (2001 a 2009):** Medida através do índice de Gini, que mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (a perfeita igualdade) até 1 (a desigualdade máxima).
- **Evolução dos extremamente pobres (2001 a 2009):** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 78,78 na zona urbana e R\$ 67,24 na zona rural (linha de indigência).
- **Evolução da pobreza (2001 a 2009):** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 157,56 na zona urbana e R\$ 134,47 na zona rural (linha de pobreza).
- **Evolução dos remediados (2001 a 2009):** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita entre R\$ 157,56 a R\$ 296,95 na zona urbana e R\$ 134,47 a R\$ 270,20 na zona rural.
- **Evolução da classe média (2001 a 2009):** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita entre R\$ 296,95 a R\$ 1.280,16 na zona urbana e R\$ 270,20 a R\$ 1.164,86 na zona rural.
- **Evolução da elite (2001 a 2009):** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita acima de R\$ 1.280,16 na zona urbana e R\$ 1.164,86 na zona rural.

## Educação

- **Escolaridade média (25 anos ou mais):** Média aritmética do número de anos de estudo completos da população adulta de 25 anos ou mais de idade.
- **Escolaridade média (25 a 34 anos):** Média aritmética do número de anos de estudo completos da população adulta de 25 a 34 anos de idade.
- **Anos de estudos por faixa de idade:** Média aritmética do número de anos de estudo para os indivíduos segundo faixas de idade.
- **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudos:** porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade e que tenham pelo menos 11 anos de estudos.
- **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudos:** porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade e que tenham pelo menos 15 anos de estudos.
- **Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não são capazes de ler ou escrever.
- **Taxa de analfabetismo funcional (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que possuem até 4 anos de estudo completos.
- **Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não são capazes de ler ou escrever, por classes de rendimentos.
- **Frequência escolar por faixas de idade:** Porcentagem de pessoas com frequência escolar por faixa de idade.
- **Frequência escolar por nível de ensino e rede (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas que frequentam a escola por nível (ensino fundamental, médio e superior) e por rede (público e privado).
- **Proporção do número de pessoas em ano irregular de estudo critério série - idade (15 anos ou mais):** Proporção de pessoas que de acordo com a idade não estão na série esperada, em relação ao total de pessoas com a mesma faixa etária.
- **Taxa de retenção:** A taxa de retenção (%) na série “s” é dada pela razão entre a proporção de pessoas com escolaridade de “s” anos de estudo e a proporção de pessoas com escolaridade de “s” anos de estudo ou mais.

- **Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos:** Distribuição do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos.
- **Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos segundo classes sociais:** Porcentagem da distribuição do tempo dos jovens, com idade entre 16 a 24 anos, entre trabalho e estudo.
- **Alocação do tempo dos jovens entre 16 e 24 anos para a classe pobre:** Porcentagem da distribuição do tempo dos jovens, com idade entre 16 a 24 anos, da classe pobre entre trabalho e estudo.
- **Alocação do tempo dos jovens entre 16 e 24 anos para a classe remediada:** Porcentagem da distribuição do tempo dos jovens, com idade entre 16 e 24 anos, da classe remediada entre trabalho e estudo.
- **Alocação do tempo dos jovens entre 16 e 24 anos para a classe média:** Porcentagem da distribuição do tempo dos jovens, com idade entre 16 e 24 anos, da classe média entre trabalho e estudo.
- **Alocação do tempo dos jovens entre 16 e 24 anos segundo classe elite:** Porcentagem da distribuição do tempo dos jovens, com idade entre 16 e 24 anos, da classe elite entre trabalho e estudo.
- **Alocação do tempo das mulheres jovens entre 16 e 24 anos:** Porcentagem da distribuição do tempo das mulheres jovens, com idade entre 16 e 24 anos, com filhos e sem filhos.

## Arranjos familiares

- **Arranjos familiares:** Porcentagem de pessoas ou um grupo de pessoas que residem em uma mesma unidade domiciliar e que partilham laço de parentesco.
- **Arranjo familiar típico:** Porcentagem de famílias que apresentam chefe e cônjuge na sua estrutura familiar.
- **Arranjo familiar mononuclear:** Porcentagem de famílias com estrutura familiar sem cônjuge.
- **Característica das mulheres chefes de família:** Proporção de mulheres chefes de família em relação ao total de famílias; proporção de mulheres que residem sozinhas em relação ao total de pessoas que moram sozinhas; proporção de mulheres solteiras com filho em relação ao total de solteiros com filho.
- **Níveis de instrução segundo arranjos familiares:** Porcentagem de cada nível de instrução, dado cada um dos níveis familiares.
- **Arranjos familiares segundo níveis de instrução:** Porcentagem de cada tipo de arranjo familiar, dado cada um dos níveis de instrução.
- **Ocupações segundo arranjos familiares:** Porcentagem de cada ocupação, dado cada um dos arranjos familiares.
- **Arranjos familiares segundo ocupações:** Porcentagem de cada tipo de arranjo familiar, dada cada uma das ocupações.
- **Classes sociais segundo arranjos familiares:** Porcentagem de cada classe social, dado cada um dos arranjos familiares.
- **Arranjos familiares segundo classes sociais:** Porcentagem de cada tipo de arranjo familiar, dada cada uma das classes sociais.

## Domicílios

- **Abastecimento de água:** Percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição. Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes cujo

serviço de fornecimento de água é proveniente de rede geral de distribuição ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade do domicílio.

- **Acesso à rede coletora de esgoto:** Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso à rede coletora de esgoto. Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: em rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.
- **Esgotamento sanitário adequado:** Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado.
- **Esgotamento sanitário inadequado:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: em rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.
- **Coleta de Lixo:** Percentual de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo.
- **Iluminação elétrica:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de iluminação do domicílio por meio elétrico (de rede, gerador, solar).
- **Serviços de telefonia:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com ao menos um tipo de serviço de telefonia: móvel celular ou fixo convencional.
- **Domicílios próprios:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes cuja condição de ocupação seja próprio já pago ou próprio pagando.
- **Posse de bens móveis:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes por existência de algum bem durável, para cada tipo de bem: fogão, geladeira, etc.
- **Déficit habitacional:** Refere-se à necessidade de construção de novos domicílios, no intuito de solucionar problemas específicos de carência habitacional decorrentes do estoque insuficiente de habitações disponíveis para moradia, em certo momento.
- **Inadequação de moradias:** Refere-se a problemas na qualidade de vida dos moradores de domicílios existentes. Relaciona-se com a precariedade das habitações.

**Editoração**

Arthur Ceruti Quintanilha

Eugênio Geaquinto Herkenhoff

João Vitor André

Lastênio João Scopel

Maria de Fátima Pessoti

**Revisão**

Equipe Técnica

**Capa**

Lastênio João Scopel

**Bibliotecária**

Andreza Ferreira Tovar

**Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN**

---

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2.524 - Jesus de Nazareth - Vitória - ES  
CEP 29052-015 - Tel.: (27) 3636-8050



[www.ijsn.es.gov.br](http://www.ijsn.es.gov.br)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
*Secretaria de Economia e Planejamento*

[www.es.gov.br](http://www.es.gov.br)